ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 191 Brasília - DF, quinta-feira, 6 de outubro de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Poder Executivo 3
Presidência da República 16
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 17
Ministério da Cidadania 19
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 20
Ministério das Comunicações 21
Ministério da Defesa 24
Ministério do Desenvolvimento Regional 26
Ministério da Economia 26
Ministério da Educação 33
Ministério da Infraestrutura 41
Ministério da Justiça e Segurança Pública 45
Ministério do Meio Ambiente 54
Ministério de Minas e Energia 55
Ministério da Saúde 64
Ministério do Trabalho e Previdência 73
Ministério do Turismo 74
Banco Central do Brasil 75
Ministério Público da União 75
Tribunal de Contas da União 77
Defensoria Pública da União 89
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 90
Esta edição é composta de 92 páginas

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.111 **(1)**

ORIGEM : 7111 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARÁ
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a ação direta, a fim de declarar a inconstitucionalidade do art. 12, I, "b", e III, "a", da Lei 5.530/1989 do Estado do Pará e, no tocante à modulação dos efeitos da decisão, adotou os parâmetros fixados no *leading case*, RE 714.139-RG, para que esta produza efeitos a partir do exercício financeiro de 2024, nos termos do voto do Relator. Falou, pelo interessado Governador do Estado do Pará, a Dra. Viviane Ruffeil Teixeira Pereira, Procuradora do Estado. Plenário, Sessão Virtual de 19.8.2022 a 26.8.2022.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 12, I, "B" E III, "A", DA LEI 5.530 DO ESTADO DO PARÁ. ICMS SOBRE OPERAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO. ADOÇÃO DE ALÍQUOTAS SUPERIORES ÀQUELA QUE INCIDE SOBRE AS OPERAÇÕES EM GERAL. IMPOSSIBLIDADE. PRINCÍPIO DA SELETIVIDADE. CRITÉRIO DA ESSENCIALIDADE. TESE FIXADA NO TEMA 745 DA REPERCUSSÃO GERAL. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. O Plenário deste Tribunal fixou a tese de que, uma vez adotada, pelo legislador estadual, a técnica da seletividade em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, discrepam do figurino constitucional alíquotas sobre as operações de energia elétrica e serviços de telecomunicação em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços: RE 714.139, Red. P/ acórdão Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJe 15.03.2022, Tema n° 745 da Repercussão Geral.

2. Ação direta conhecida e pedido julgado procedente, declarando a inconstitucionalidade do art. 12, I, "b" e III, "a", da Lei 5.530, do Estado do Pará, com eficácia a partir do exercício financeiro de 2024.

3. Parâmetros para a modulação dos efeitos da decisão fixados no *leading case,* RE 714.139- RG, a fim de que produza efeitos a partir do exercício financeiro de 2024.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.116 **(2)**

ORIGEM : 7116 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a presente ação direta, a fim de declarar a inconstitucionalidade do art. 12, alíneas g.2 e j, da Lei 6.763/1975 do Estado de Minas Gerais e, no tocante à modulação dos efeitos da decisão, adotou os parâmetros fixados no *leading case*, RE 714.139-RG, para que esta produza efeitos a partir do exercício financeiro de 2024, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 19.8.2022 a 26.8.2022.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART.12, ALÍNEAS G.2 E J, DA LEI 6.763/1975 DO ESTADO DE MINAS GERAIS. LEI 10.562/1991 e 23.521/2019. ICMS SOBRE OPERAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO. ADOÇÃO DE ALÍQUOTAS SUPERIORES ÀQUELA QUE INCIDE SOBRE AS OPERAÇÕES EM GERAL. IMPOSSIBLIDADE. PRINCÍPIO DA SELETIVIDADE. CRITÉRIO DA ESSENCIALIDADE. TESE FIXADA NO TEMA 745 DA REPERCUSSÃO GERAL. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. O Plenário deste Tribunal fixou a tese de que, uma vez adotada, pelo legislador estadual, a técnica da seletividade em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, discrepam do figurino constitucional alíquotas sobre as operações de energia elétrica e serviços de telecomunicação em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços: RE 714.139, Red. P/ acórdão Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJe 15.03.2022, Tema n° 745 da Repercussão Geral.

2. Ação direta conhecida e pedido julgado procedente, declarando a inconstitucionalidade do art. 27, I, "e" e "f", itens 2 e 5, da Lei 688/1996 do Estado de Rondônia, com eficácia a partir do exercício financeiro de 2024.

3. Parâmetros para a modulação dos efeitos da decisão fixados no *leading case,* RE 714.139- RG, a fim de que produza efeitos a partir do exercício financeiro de 2024.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.119 **(3)**

ORIGEM : 7119 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RONDÔNIA
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a presente ação direta, a fim de declarar a inconstitucionalidade do art. 27, I, "e" e "f", itens 2 e 5, da Lei 688/1996 do Estado de Rondônia e, no tocante à modulação dos efeitos da decisão, adotou os parâmetros fixados no *leading case*, RE 714.139-RG, para que esta produza efeitos a partir do exercício financeiro de 2024, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 19.8.2022 a 26.8.2022.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 27, I, "E" E "F", ITENS 2 E 5, DA LEI 688/1996 DO ESTADO DE RONDÔNIA. ICMS SOBRE OPERAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO. ADOÇÃO DE ALÍQUOTAS SUPERIORES ÀQUELA QUE INCIDE SOBRE AS OPERAÇÕES EM GERAL. IMPOSSIBLIDADE. PRINCÍPIO DA SELETIVIDADE. CRITÉRIO DA ESSENCIALIDADE. TESE FIXADA NO TEMA 745 DA REPERCUSSÃO GERAL. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. O Plenário deste Tribunal fixou a tese de que, uma vez adotada, pelo legislador estadual, a técnica da seletividade em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, discrepam do figurino constitucional alíquotas sobre as operações de energia elétrica e serviços de telecomunicação em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços: RE 714.139, Red. P/ acórdão Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJe 15.03.2022, Tema n° 745 da Repercussão Geral.

2. Ação direta conhecida e pedido julgado procedente, declarando a inconstitucionalidade do art. 27, I, "e" e "f", itens 2 e 5, da Lei 688/1996 do Estado de Rondônia, com eficácia a partir do exercício financeiro de 2024.

3. Parâmetros para a modulação dos efeitos da decisão fixados no *leading case,* RE 714.139- RG, a fim de que produza efeitos a partir do exercício financeiro de 2024.

Secretaria Judiciária
ADAUTO CIDREIRA NETO
Secretário

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 109, DE 2022

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Primavera III para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 151, de 6 de junho de 2013, que outorga autorização à Associação Amigos de Primavera III para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

AVISO

Foi publicada em 5/10/2022 a edição extra nº 190-A do *DOU.*
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 110, DE 2022

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Angical para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Massapê do Piauí, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 293, de 27 de setembro de 2013, do Ministério das Comunicações, que outorga autorização à Associação Comunitária de Angical para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Massapê do Piauí, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 111, DE 2022

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Carmo do Rio Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carmo do Rio Verde, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.955, de 30 de julho de 2015, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 12 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Carmo do Rio Verde para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carmo do Rio Verde, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 112, DE 2022

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.218, de 6 de novembro de 2014, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 113, DE 2022

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Pró Cultura e Comunicação de Coqueiro Baixo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coqueiro Baixo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.225, de 30 de novembro de 2010, do Ministério das Comunicações, que outorga autorização à Associação Comunitária Pró Cultura e Comunicação de Coqueiro Baixo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coqueiro Baixo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 114, DE 2022

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Castanheira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Castanheira, Estado do Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 370, de 25 de abril de 2014, do Ministério das Comunicações, que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Castanheira para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Castanheira, Estado do Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 115, DE 2022

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Rio Verde, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.058, de 14 de maio de 2015, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Rio Verde, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 116, DE 2022

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pontal do Araguaia, Estado do Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 50, de 1º de fevereiro de 2016, do Ministério das Comunicações, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pontal do Araguaia, Estado do Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 117, DE 2022

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Taubaté Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Taubaté, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto no Decreto nº 9.624, de 20 de dezembro de 2018, do Presidente da República, que renova, por 15 (quinze) anos, a partir de 26 de agosto de 2017, a concessão outorgada à TV Taubaté Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Taubaté, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 118, DE 2022

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Integral para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Londrina, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 7.066, de 16 de janeiro de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Comunitária Integral para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 119, DE 2022

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Futura da Grande Dourados para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.206, de 17 de março de 2015, do Ministério das Comunicações, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Futura da Grande Dourados para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 120, DE 2022

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Rádio Comunitária Educativa Mirante FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chapada dos Guimarães, Estado do Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.228, de 5 de junho de 2015, do Ministério das Comunicações, que outorga autorização à Associação Movimento Rádio Comunitária Educativa Mirante FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chapada dos Guimarães, Estado do Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 121, DE 2022

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Unisc de Comunicações para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 474, de 14 de maio de 2015, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão à Fundação Unisc de Comunicações para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 122, DE 2022

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Aleluia de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jupi, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 240, de 30 de abril de 2012, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão ao Sistema Aleluia de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jupi, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 123, DE 2022

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Amigos Cafelândia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cafelândia, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 4.497, de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 8 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Amigos Cafelândia para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cafelândia, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 124, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Proteção de Informação Classificada e Materiais, assinado em Tel Aviv, em 24 de novembro de 2010, e o texto de sua Emenda, firmada em Tel Aviv e Brasília, em 6 de junho de 2018.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam aprovados o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Proteção de Informação Classificada e Materiais, assinado em Tel Aviv, em 24 de novembro de 2010, e o texto de sua Emenda, firmada em Tel Aviv e Brasília, em 6 de junho de 2018.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo ou de sua Emenda, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 10/8/2022.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 72, DE 2022

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 1.133, de 12 de agosto de 2022**, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre as Indústrias Nucleares do Brasil S.A. e sobre a pesquisa, a lavra e a comercialização de minérios nucleares, de seus concentrados e derivados, e de materiais nucleares", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 5 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 73, DE 2022

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a **Medida Provisória nº 1.118, de 17 de maio de 2022**, que "Altera a Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, que define os combustíveis sobre os quais incidirá uma única vez o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que as operações se iniciem no exterior", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 27 de setembro de 2022.

Congresso Nacional, em 5 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 11.218, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Autoriza a nomeação de candidatos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Policial Rodoviário Federal, nos termos do disposto no art. 73, **caput**, inciso V, alínea "d", da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 73, **caput**, inciso V, alínea "d", da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada, para fins do disposto na alínea "d" do inciso V do **caput** do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a nomeação dos candidatos aprovados no concurso público para provimento de cargos de Policial Rodoviário Federal, autorizado pela Portaria SEDGG/ME nº 25.412, de 23 de dezembro de 2020, do Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Parágrafo único. A autorização referida no **caput** aplica-se aos candidatos aprovados no concurso público cujo curso de formação encerra-se em 6 de outubro de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de outubro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Anderson Gustavo Torres

DECRETO Nº 11.219, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Regulamenta o art. 1º-A, o art. 3º, o art. 4º, o art. 5º e o art. 5º-A da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre as transferências obrigatórias de recursos financeiros da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1º-A e nos art. 3º ao art. 5º-A da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta o art. 1º-A, o art. 3º, o art. 4º, o art. 5º e o art. 5º-A da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre as transferências obrigatórias de recursos financeiros da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres.

Art. 2º As transferências obrigatórias de recursos financeiros da União de que trata o art. 1º observarão os requisitos e os procedimentos previstos na Lei nº 12.340, de 2010, e neste Decreto.

§ 1º As transferências de que trata o **caput** ficam condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira do Ministério do Desenvolvimento Regional.

§ 2º A solicitação dos recursos de que trata o **caput** implica a anuência do ente federativo beneficiário em relação ao disposto na Lei nº 12.340, de 2010, quanto à devolução dos valores repassados, devidamente atualizados, na hipótese de inexecução do objeto e de descumprimento das obrigações previstas nos art. 5º e art. 5º-A da referida Lei.

Art. 3º O planejamento e a execução das ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres de que trata este Decreto competem:

I - aos órgãos e às entidades integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil; e

II - aos sistemas estaduais, distrital e municipais de proteção e defesa civil.

Art. 4º A União prestará apoio complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em relação à execução das ações de prevenção e de resposta e recuperação de que trata este Decreto.

Parágrafo único. Na hipótese de despesas realizadas com recursos financeiros próprios dos entes federativos, não haverá apoio complementar federal para ressarcimento.

CAPÍTULO II
DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS

Art. 5º Os recursos financeiros para execução das ações de prevenção e de resposta e recuperação de que trata este Decreto serão transferidos por meio de depósito em conta bancária específica em instituição financeira oficial federal.

§ 1º A abertura da conta bancária de que trata o **caput** compete aos órgãos e às entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em instituição financeira oficial federal.

§ 2º Enquanto os recursos financeiros de que trata o **caput** não forem utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em:

I - conta poupança de instituição financeira oficial federal, na hipótese de haver previsão de utilização desses recursos em período igual ou superior um mês; ou

II - fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, na hipótese de haver previsão de utilização desses recursos em período inferior a um mês.

Seção I
Da transferência de recursos financeiros para ações de prevenção em áreas de risco de desastres

Art. 6º Os entes federativos que possuírem áreas de risco de desastres em seu território poderão requerer a transferência de recursos financeiros da União para a execução das ações de prevenção de que trata o inciso III do **caput** do art. 2º do Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. Para fins do disposto no **caput**, as ações de prevenção a serem executadas deverão estar relacionadas aos riscos associados ao território do ente federativo que requerer a transferência de recursos financeiros da União.

Art. 7º O ente federativo que requerer a transferência de recursos financeiros da União apresentará plano de trabalho com as propostas de ações de prevenção a serem executadas.

§ 1º Para cada ação de prevenção, o plano de trabalho deverá detalhar, no mínimo:

I - a descrição da obra;

II - as principais dimensões físicas que caracterizam a obra;

III - a solução de engenharia proposta;

IV - o custo global estimado para a sua execução; e

V - as coordenadas geográficas da área de risco de desastres.

§ 2º O plano de trabalho será acompanhado de documento que comprove a relevância e a pertinência de cada proposta, com relatório fotográfico georreferenciado e cartografia de risco, ou de outros documentos expedidos por instituições oficiais integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil ou por agentes privados legalmente habilitados, desde que aplicada metodologia adotada por órgãos oficiais.

§ 3º Excepcionalmente, para as ações preventivas que requeiram execução imediata para mitigação de riscos, o plano de trabalho poderá ser apresentado sem a comprovação de que trata o § 2º, desde que apresentada justificativa pelo órgão técnico competente.

Art. 8º A análise técnica dos requerimentos de transferência de recursos para a execução de ações de prevenção será realizada pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional.

§ 1º A análise técnica de que trata o **caput** considerará:

I - o enquadramento da proposta como ação de prevenção em área de risco de desastres;

II - a avaliação da relevância das ameaças e das vulnerabilidades que indiquem o risco de desastres; e

III - o custo global estimado para a execução da proposta.

§ 2º A estimativa de custo para a execução das ações de prevenção poderá ser fundamentada nos valores pagos pela administração pública por serviços e obras similares ou na avaliação do custo global da obra, aferida por meio de orçamento sintético ou de metodologia expedita ou paramétrica.

§ 3º Para a análise técnica de que trata o **caput**, poderão ser solicitados pareceres e laudos complementares aos órgãos de proteção e defesa civil estaduais ou distrital e aos demais órgãos setoriais integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Seção II
Da transferência de recursos para ações de resposta em áreas atingidas por desastres

Art. 9º As ações de resposta de que trata o inciso V do **caput** do art. 2º do Decreto nº 10.593, de 2020, compreenderão:

I - ações de socorro e de assistência à população atingida pelo desastre; e

II - ações de restabelecimento na área atingida pelo desastre.

Subseção I
Das ações de socorro e de assistência

Art. 10. As ações de socorro e de assistência à população atingida pelo desastre são emergenciais e complementares às ações locais e têm por finalidade apoiar os entes federativos:

I - nas operações de busca e salvamento;

II - no enfrentamento dos efeitos do desastre; e

III - no fornecimento de materiais para:

a) assistência humanitária às vítimas; e

b) logística da equipe de resposta ao desastre.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste Decreto, não se enquadram como ações de socorro e de assistência:

I - ações que não possuam relação direta com o desastre;

II - aquisição de materiais destinados exclusivamente à composição e à estruturação de órgãos e entidades públicas e privadas; e

III - outras ações estabelecidas em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional.

Art. 11. O ente federativo encaminhará requerimento de transferência de recursos financeiros da União à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio de sistema informatizado, para a execução das ações de socorro e de assistência às vítimas de desastres.

Art. 12. O requerimento de transferência de recursos financeiros da União poderá ser encaminhado pelo Estado nas seguintes hipóteses:

I - quando o desastre atingir mais de um Município; ou

II - quando a gravidade do desastre prejudicar a realização dos atos formais da administração pública municipal.

Art. 13. Excepcionalmente, após efetuada a transferência de recursos financeiros da União, o Estado poderá atender a Municípios não referidos inicialmente no requerimento de apoio complementar federal, desde que:

I - o Estado interessado requeira expressamente e o Ministério do Desenvolvimento Regional autorize o atendimento ao Município;

II - o Município tenha sido atingido por desastre com a mesma classificação descrita no pedido inicialmente formulado pelo Estado; e

III - o Ministério do Desenvolvimento Regional reconheça a situação de emergência ou o estado de calamidade pública declarado pelos Municípios.

§ 1º Na hipótese prevista no **caput**, o Estado redistribuirá os recursos financeiros recebidos e não caberá solicitação de revisão de propostas.

§ 2º As justificativas relativas à redistribuição de recursos financeiros de que trata o § 1º serão apresentadas pelo Estado na sua prestação de contas.

Art. 14. A análise técnica dos requerimentos de transferência de recursos financeiros para as ações de socorro e de assistência será realizada pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional, considerados:

I - o enquadramento das propostas com as finalidades das ações de socorro ou de assistência; e

II - a relação direta entre a proposta e o desastre.

Parágrafo único. A análise técnica de que trata o **caput** também poderá ser fundamentada em outros critérios, na forma prevista em normas específicas editadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 15. Mediante requerimento fundamentado do ente federativo beneficiário, o Ministério do Desenvolvimento Regional poderá prestar apoio prévio ao reconhecimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública, de que trata o inciso IV do **caput** do art. 13, desde que comprovada a ocorrência do desastre.

§ 1º Na hipótese de o auxílio ser prestado após o reconhecimento de que trata o **caput**, o requerimento deverá ser acompanhado de justificativa que, em apreciação preliminar, indique riscos de agravamento dos danos à população atingida.

§ 2º O deferimento do requerimento não eximirá o ente federativo beneficiário de apresentar os documentos e as informações necessárias à análise do reconhecimento de que trata o **caput**.

Art. 16. O Ministério do Desenvolvimento Regional estabelecerá o prazo para execução das ações de socorro e de assistência, que poderá ser prorrogado mediante solicitação justificada do ente federativo beneficiário.

Parágrafo único. O prazo de execução de que trata o **caput**, incluídas as eventuais prorrogações, ficará limitado a, no máximo, doze meses.

Subseção II
Das ações de restabelecimento

Art. 17. Os entes federativos que possuírem o reconhecimento prévio da situação de emergência ou do estado de calamidade pública pelo Ministério do Desenvolvimento Regional poderão requerer recursos financeiros da União para a execução das ações de restabelecimento de que trata o inciso VI do **caput** do art. 2º do Decreto nº 10.593, de 2020, com vistas à realização das seguintes medidas de caráter emergencial:

I - desmontagem de edificações e de obras de arte com estruturas comprometidas;

II - desobstrução de vias e remoção de escombros;

III - obras de pequeno porte;

IV - serviços de engenharia para o suprimento de:

a) energia elétrica;

b) esgotamento sanitário;

c) limpeza urbana;

d) drenagem das águas pluviais;

e) transporte coletivo;

f) trafegabilidade;

g) comunicações; e

h) abastecimento de água potável; e

V - outras medidas estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

Parágrafo único. Para fins do disposto no **caput**, as ações de reestabelecimento a serem executadas deverão estar relacionadas aos danos ocasionados pelo desastre durante a vigência do ato de declaração da situação de emergência ou do estado de calamidade pública reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 18. Para solicitar recursos financeiros para execução de ações de restabelecimento, o ente federativo encaminhará formulário e relatório fotográfico, conforme modelos estabelecidos pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 19. A análise técnica dos requerimentos de transferência de recursos financeiros para a execução de ações de restabelecimento será realizada pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional.

§ 1º A análise técnica de que trata o **caput** será fundamentada nas informações e nos documentos apresentados pelo ente federativo.

§ 2º Para a análise técnica de que trata o **caput**, poderão ser solicitados pareceres e laudos complementares aos órgãos de proteção e defesa civil estaduais ou distrital e aos demais órgãos setoriais integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Seção III
Da transferência de recursos financeiros para ações de recuperação em áreas atingidas por desastre

Art. 20. Os entes federativos que possuírem o reconhecimento prévio da situação de emergência ou do estado de calamidade pública pelo Ministério do Desenvolvimento Regional poderão requerer recursos financeiros da União para a execução das ações de recuperação de que trata o inciso IV do **caput** do art. 2º do Decreto nº 10.593, de 2020.

Art. 21. Para fins do disposto no **caput**, as ações de recuperação a serem executadas deverão estar relacionadas aos danos ocasionados pelo desastre durante a vigência do ato de declaração da situação de emergência ou do estado de calamidade pública reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e deverão se limitar à reconstrução de infraestrutura destruída ou danificada pelo desastre.

§ 1º As ações de que trata o **caput** deverão promover a resolução do problema de forma definitiva e poderão divergir da infraestrutura original afetada, desde que tenham o objetivo de promover maior resiliência a desastres, em relação à condição anterior.

§ 2º Serão rejeitadas as propostas que impliquem alterações geométricas ou estruturais decorrentes de aumento futuro de demanda ou com finalidade meramente estética.

§ 3º Ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional estabelecerá os critérios para a apresentação e a aprovação dos requerimentos de transferência de recursos financeiros federais para reconstrução de unidades habitacionais destruídas ou interditadas definitivamente, em decorrência de desastres, observado o disposto na Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.

Art. 22. O ente federativo que requerer a transferência de recursos financeiros da União apresentará plano de trabalho, no prazo de noventa dias, contado da data de ocorrência do desastre, com a indicação de propostas para as ações de recuperação a serem executadas.

§ 1º Para cada ação de recuperação, o plano de trabalho deverá detalhar, no mínimo:

I - a descrição da obra;

II - as dimensões básicas;

III - a solução de engenharia proposta;

IV - o custo global estimado para a sua execução; e

V - as coordenadas geográficas da área do desastre.

§ 2º O plano de trabalho será acompanhado de relatório com o diagnóstico da situação e a demonstração de que as necessidades de recuperação elencadas em cada proposta são decorrentes dos danos causados pelo desastre.

Art. 23. A análise técnica dos requerimentos de transferência de recursos financeiros para a execução de ações de recuperação será realizada pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional.

§ 1º A análise técnica de que trata o **caput** será fundamentada nos documentos e nas informações apresentados pelo ente federativo e considerará:

I - a localização das metas propostas em relação à delimitação das áreas afetadas;

II - a coerência das propostas com os danos apresentados no relatório de que trata o § 2º do art. 22; e

III - o custo global estimado para a execução de cada proposta.

§ 2º A estimativa de custo para a execução das ações de recuperação poderá ser fundamentada nos valores pagos pela administração pública por serviços e obras similares ou na avaliação do custo global da obra, aferido por meio de orçamento sintético ou de metodologia expedita ou paramétrica.

§ 3º Para a análise técnica de que trata o **caput**, poderão ser solicitados pareceres e laudos complementares aos órgãos de proteção e defesa civil estaduais ou distrital e aos demais órgãos setoriais integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

CAPÍTULO III
DA EXECUÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE PREVENÇÃO, DE RESPOSTA E DE RECUPERAÇÃO

Art. 24. As aquisições, as obras e os serviços executados pelo ente federativo com os recursos financeiros transferidos deverão corresponder às ações aprovadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

Parágrafo único. O ente federativo poderá solicitar, de forma justificada, a revisão ou a adequação das ações ou das propostas aprovadas.

Art. 25. Na hipótese de haver excedente de recursos financeiros transferidos, o ente federativo beneficiário poderá solicitar à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional, de forma justificada, sua destinação a ações correlatas àquelas aprovadas pelo Ministério.

§ 1º É vedado o aproveitamento do excedente dos recursos financeiros transferidos, inclusive os seus rendimentos, para inclusão de novas propostas que compreendam ações que não tenham relação com aquelas aprovadas.

§ 2º A aplicação do excedente de recursos financeiros deverá ser comprovada pelo ente federativo na sua prestação de contas.

Art. 26. A solicitação de recursos financeiros adicionais pelo ente federativo deverá ser motivada e demonstrar a necessidade do aporte federal complementar.

Parágrafo único. Na hipótese de aprovação técnica do requerimento de recursos financeiros adicionais e de não haver disponibilidade orçamentária correspondente, o ente federativo beneficiário poderá arcar com os custos adicionais, a título de contrapartida financeira.

Art. 27. A verificação de custos de que trata o § 5º do art. 1º-A da Lei nº 12.340, de 2010, será realizada nas hipóteses excepcionais de requerimento de complementação de recursos financeiros pelo ente federativo beneficiário, inclusive em decorrência de revisão de projeto em fase de execução de obra.

§ 1º Ao requerimento de que trata o **caput** deverá ser anexada justificativa técnica e, quando couber, as anotações de responsabilidade técnica.

§ 2º A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional realizará a verificação dos custos, fundamentada nos valores pagos pela administração pública por serviços e obras similares ou na avaliação do custo global da obra, aferido por meio de orçamento sintético ou de metodologia expedita ou paramétrica.

§ 3º Na hipótese de análise de planilha orçamentária, a análise técnica considerará os custos mais relevantes e as quantidades informadas pelo ente federativo beneficiário.

Art. 28. O Ministério do Desenvolvimento Regional poderá determinar a realização de visita técnica para:

I - coletar as informações necessárias à adoção de medidas administrativas relacionadas ao apoio complementar federal e orientar os órgãos competentes;

II - analisar tecnicamente o requerimento de reconhecimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública, de que trata o inciso IV do **caput** do art. 13, ou de transferência de recursos financeiros para a realização de ações de resposta em campo, com vistas à celeridade no atendimento à população atingida pelo desastre;

III - fiscalizar o atendimento das propostas, de acordo com os planos de trabalho aprovados para a execução das ações de prevenção e de recuperação; e

IV - executar outras atividades estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

§ 1º As visitas técnicas a que se refere o **caput** serão realizadas por amostragem ou, motivadamente, em situações específicas, observada a disponibilidade de técnicos.

§ 2º As visitas técnicas compreenderão a realização de inspeção visual, para a verificação da compatibilidade entre as ações, as obras ou os serviços executados e as propostas aprovadas e, após concluídos, a sua funcionalidade.

§ 3º As visitas técnicas não terão por objetivo aferir ou atestar os quantitativos executados.

§ 4º Para a fiscalização de que trata o inciso III do **caput**, poderá ser utilizado relatório demonstrativo da execução física das obras ou dos serviços de engenharia, a ser apresentado pelos entes federativos, atestado pelo responsável técnico pela fiscalização e pelo gestor da obra ou do serviço, no formato estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 29. O Ministério do Desenvolvimento Regional acompanhará e fiscalizará a aplicação dos recursos financeiros transferidos na forma prevista neste Decreto, sem prejuízo da responsabilidade exclusiva do ente federativo beneficiário prevista no § 2º do art. 1º-A da Lei nº 12.340, de 2010.

Parágrafo único. O Ministério do Desenvolvimento Regional comunicará ao ente federativo beneficiário a identificação de desconformidades relacionadas à execução das ações e estabelecerá prazo para o saneamento ou para a apresentação de informações e de esclarecimentos.

Art. 30. É responsabilidade exclusiva do ente federativo beneficiário a realização das etapas necessárias à execução e à fiscalização das ações de prevenção, de resposta e de recuperação, inclusive:

I - a fiscalização e o controle da execução local das obras, dos serviços e das compras relacionados à aferição de quantitativos e à garantia da qualidade da execução;

II - a adoção de medidas necessárias ao atendimento dos requisitos técnicos estabelecidos na legislação;

III - a contratação de profissionais e de empresas legalmente habilitados para a elaboração dos projetos de engenharia e para a execução das obras e dos serviços, quando necessário;

IV - a observância:

a) aos requisitos legais em todas as etapas dos procedimentos de licitação e de contratação de obras, de serviços e de compras; e

b) ao disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, e na legislação para a elaboração do orçamento de referência das obras e dos serviços de engenharia contratados e executados com recursos financeiros federais;

V - a obtenção das licenças ambientais e das outorgas necessárias à execução das ações, quando aplicável, e quaisquer custos para o atendimento de eventuais condicionantes e demais etapas do processo de obtenção dos referidos documentos;

VI - a garantia da dominialidade pública das áreas nas quais serão executadas as ações e quaisquer custos associados, quando aplicável; e

VII - a seleção dos beneficiários finais e a disponibilização da relação ao Ministério do Desenvolvimento Regional e aos órgãos de controle interno e externo, quando solicitado.

§ 1º Na hipótese de estruturas ou sistemas públicos construídos com recursos financeiros transferidos na forma prevista neste Decreto, o ente federativo beneficiário deverá incorporá-los em seu ativo patrimonial e será responsável pelos custos associados às ações de operação, manutenção e conservação.

§ 2º As estruturas a que se refere o § 1º poderão ser transferidas a outros entes federativos, na forma prevista em lei, mantida a afetação ao serviço público, e o ente federativo recebedor ficará responsável pelas ações de manutenção, operação e conservação.

Art. 31. Os agentes do ente federativo beneficiário são responsáveis, para todos os efeitos legais, pelos atos que praticarem em cada uma das etapas necessárias à elaboração do orçamento e do projeto e à licitação, à contratação, à execução e à fiscalização das obras ou dos serviços.

CAPÍTULO IV
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 32. O ente federativo beneficiário deverá apresentar ao Ministério do Desenvolvimento Regional a prestação de contas do total dos recursos financeiros recebidos no prazo de trinta dias, contado da data do término do prazo estabelecido para a execução das ações ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento do prazo.

§ 1º Ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional disporá sobre os documentos que deverão ser apresentados pelo ente federativo beneficiário, com vistas à prestação de contas dos recursos financeiros recebidos para a execução de ações previstas neste Decreto.

§ 2º Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo previsto no **caput**, o ente federativo beneficiário será notificado para, no prazo de trinta dias, apresentar a referida prestação de contas ou recolher os recursos financeiros à Conta Única do Tesouro Nacional, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma prevista em lei, sob pena de instauração de tomada de contas especial e de registro da inadimplência por omissão do dever de prestar contas.

§ 3º Na hipótese de não ter sido iniciada a execução física ou de não terem sido utilizados os recursos financeiros, o recolhimento de que trata o § 2º deverá ocorrer sem a incidência de juros de mora.

Art. 33. Apresentada a prestação de contas, o Ministério do Desenvolvimento Regional deverá apreciá-la e poderá concluir pela:

I - aprovação;

II - aprovação com ressalvas, quando evidenciadas impropriedades de natureza formal, de que não resulte dano ao erário; ou

III - rejeição, com a determinação da imediata instauração de tomada de contas especial.

§ 1º Os saldos de recursos financeiros remanescentes, inclusive aqueles provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas não utilizadas na execução das ações aprovadas, serão devolvidos à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo improrrogável de trinta dias, contado da data do término do prazo previsto para a execução das ações ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento do prazo, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial.

§ 2º Na hipótese de descumprimento do prazo previsto no § 1º, o Ministério do Desenvolvimento Regional solicitará a devolução imediata do saldo remanescente à instituição financeira oficial federal em que o ente federativo beneficiário mantenha a conta bancária específica.

§ 3º O saldo remanescente a que se refere o § 2º será transferido para a Conta Única do Tesouro Nacional.

Art. 34. A prestação de contas tem por objetivo a demonstração e a verificação do cumprimento do objeto e da consecução dos objetivos da transferência e da conformidade financeira da execução das despesas realizadas com os recursos transferidos pela União.

§ 1º A avaliação do cumprimento do objeto considerará:

I - a correspondência dos insumos adquiridos, dos serviços prestados e das obras executadas com as ações ou as propostas aprovadas; e

II - a correspondência dos valores executados com os valores previstos das ações ou das propostas aprovadas.

§ 2º A análise da consecução dos objetivos verificará se as ações executadas com os recursos financeiros repassados cumpriram a finalidade estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

§ 3º A verificação de que tratam o § 1º e o § 2º será feita por meio:

I - da análise dos documentos apresentados pelo ente federativo beneficiário; e

II - de visitas técnicas, quando necessário.

§ 4º Para fins de manifestação acerca do cumprimento do objeto e da consecução dos objetivos, as constatações dos prepostos da União ou dos agentes dos órgãos de controle interno e externo resultantes de visitas técnicas prevalecerão sobre as informações constantes da documentação da prestação de contas encaminhada pelo ente federativo beneficiário.

Art. 35. Os entes federativos beneficiários manterão, pelo prazo de cinco anos, contado da data da aprovação da prestação de contas, os documentos a ela referentes, incluídos os comprovantes de pagamentos efetuados com os recursos financeiros transferidos na forma prevista neste Decreto, e ficarão obrigados a disponibilizá-los, quando solicitado, ao órgão responsável pela transferência dos recursos, ao Tribunal de Contas da União e à Controladoria-Geral da União.

Art. 36. A autoridade responsável pela prestação de contas será responsabilizada, na forma prevista em lei, na hipótese de incluir, ou de fazer incluir, documento ou informação falsa na prestação de contas.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. O Ministério do Desenvolvimento Regional suspenderá a transferência dos recursos financeiros da União e, quando for o caso, bloqueará a movimentação da conta bancária específica vinculada à transferência, quando constatadas, nas ações de prevenção e de resposta e recuperação:

I - a existência de vícios nos documentos apresentados pelo ente federativo beneficiário;

II - a inexistência de:

a) risco de desastre; ou

b) declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública; ou

III - a inexecução do objeto da ação de prevenção e de resposta e recuperação.

§ 1º A suspensão e o bloqueio dos recursos financeiros da União de que trata o **caput** poderão ser efetuados a qualquer tempo.

§ 2º O Ministério do Desenvolvimento Regional notificará o ente federativo beneficiário para apresentar justificativas e estabelecerá o prazo para a resposta.

§ 3º Na hipótese de a notificação não ser respondida no prazo previsto no § 2º ou de as justificativas apresentadas serem consideradas insuficientes pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, o ato administrativo que houver autorizado a transferência de recursos financeiros não produzirá mais efeito.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, o Ministério do Desenvolvimento Regional notificará o ente federativo beneficiário para devolver os recursos financeiros transferidos, devidamente atualizados, no prazo de trinta dias, contado da data da notificação, sob pena da adoção das medidas necessárias.

§ 5º Constatados indícios de falsificação de documentos pelo ente federativo beneficiário, o Ministério do Desenvolvimento Regional notificará os órgãos do Ministério Público para a adoção das medidas necessárias.

Art. 38. O Ministério do Desenvolvimento Regional disponibilizará, em seu sítio eletrônico, os dados e as informações referentes às transferências obrigatórias de recursos financeiros da União efetuadas na forma prevista neste Decreto.

Art. 39. Os entes federativos divulgarão amplamente, inclusive em seus sítios eletrônicos, as ações de prevenção e de resposta e recuperação custeadas com os recursos financeiros da União transferidos na forma prevista neste Decreto.

Parágrafo único. Na divulgação de que trata o **caput**, os entes federativos indicarão:

I - a participação federal;

II - as ações e os seus estágios de execução;

III - os custos para a execução das ações; e

IV - o alcance do atendimento do interesse público.

Art. 40. O Ministério do Desenvolvimento Regional poderá editar normas complementares necessárias ao cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 41. Ficam revogados:

I - o Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010;

II - o Decreto nº 7.505, de 27 de junho de 2011; e

III - os art. 42 a art. 44 do Decreto nº 10.593, de 2020.

Art. 42. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de outubro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Daniel de Oliveira Duarte Ferreira

DECRETO Nº 11.220, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova o Regulamento da Ordem do Mérito Cultural, instituída pelo art. 34 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e XXI, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 34 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento da Ordem do Mérito Cultural, instituída pelo art. 34 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, na forma do Anexo a este Decreto.

Art. 2º Ficam revogados:

I - o Decreto nº 1.711, de 22 de novembro de 1995; e

II - o Decreto nº 7.012, de 19 de novembro de 2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de outubro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Carlos Alberto Gomes de Brito

ANEXO

REGULAMENTO DA ORDEM DO MÉRITO CULTURAL

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º A Ordem do Mérito Cultural, instituída pelo art. 34 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, tem por finalidade condecorar personalidades, órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, que tenham se distinguido por suas relevantes contribuições prestadas à cultura brasileira.

CAPÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO DA ORDEM

Art. 2º A Ordem será administrada pelo Conselho da Ordem do Mérito Cultural e pela Comissão Técnica da Ordem do Mérito Cultural.

Seção I
Do Conselho

Art. 3º O Conselho será composto pelos seguintes representantes da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo:

I - o Secretário Especial de Cultura, que o presidirá, na qualidade de Chanceler da Ordem;

II - o Secretário Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural;

III - o Secretário Nacional do Audiovisual;

IV - o Secretário Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura;

V - o Secretário Nacional de Desenvolvimento Cultural; e

VI - o Secretário Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual.

Parágrafo único. Em suas ausências e seus impedimentos, os membros do Conselho serão substituídos por seus substitutos legais.

Art. 4º Ao Conselho compete:

I - aprovar as propostas de admissão e de promoção na Ordem;

II - zelar pelo prestígio da Ordem;

III - aprovar o seu regimento interno; e

IV - fazer cumprir as disposições deste Regulamento.

§ 1º A Secretaria-Executiva do Conselho será exercida pelo Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo.

§ 2º O regimento interno do Conselho será elaborado pela Comissão Técnica e aprovado nos termos do disposto no inciso III do **caput**.

Art. 5º O Conselho se reunirá, em caráter ordinário, anualmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação do Chanceler da Ordem, para apreciação de matérias urgentes.

§ 1º O horário de início e de término das reuniões, a pauta de deliberações e o período de, no máximo, duas horas destinado às votações serão especificados no ato de convocação das reuniões do Conselho.

§ 2º O quórum de reunião do Conselho é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 3º Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o Chanceler da Ordem terá o voto de qualidade.

§ 4º Na reunião ordinária anual, o Conselho determinará a quantidade de novos membros a serem admitidos em cada grau da Ordem.

Seção II
Da Comissão Técnica

Art. 6º A Comissão Técnica será constituída por, no máximo, cinco personalidades de reconhecida notoriedade no campo cultural e artístico.

Parágrafo único. Os membros da Comissão Técnica, titulares e suplentes, serão indicados e designados pelo Secretário Especial de Cultura do Ministério do Turismo para mandato não superior a dois anos.

Art. 7º Compete à Comissão Técnica apreciar o mérito das propostas de admissão e de promoção de membro da Ordem e emitir parecer conclusivo sobre a indicação.

Parágrafo único. O parecer a que se refere o **caput** será apreciado pelo Conselho.

Art. 8º A Comissão Técnica será coordenada pelo Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva da Comissão Técnica será exercida pelo Gabinete da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo.

Art. 9º A Comissão Técnica se reunirá, em caráter ordinário, anualmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação de seu Coordenador.

§ 1º O horário de início e de término das reuniões, a pauta de deliberações e o período de, no máximo, duas horas destinado às votações serão especificados no ato de convocação das reuniões da Comissão Técnica.

§ 2º O quórum de reunião da Comissão Técnica é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 3º Na hipótese de empate, o Coordenador terá o voto de qualidade.

CAPÍTULO III
DOS GRAUS

Art. 10. A Ordem será composta pelos seguintes graus:

I - Grã-Cruz;

II - Comendador; e

III - Cavaleiro.

§ 1º O Presidente da República será o Grão-Mestre da Ordem e o Secretário Especial de Cultura do Ministério do Turismo será o Chanceler da Ordem.

§ 2º O Grão-Mestre e o Chanceler da Ordem serão agraciados com o Grã-Cruz e conservarão seu grau.

§ 3º Os órgãos e as entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, serão admitidos sem grau.

CAPÍTULO IV
DA ADMISSÃO E DA PROMOÇÃO

Art. 11. A admissão e a promoção na Ordem serão feitas por decreto do Presidente da República, mediante proposta do Chanceler da Ordem, após parecer favorável do Conselho.

Art. 12. As propostas de admissão ou promoção na Ordem poderão ser apresentadas ao Coordenador da Comissão Técnica, por qualquer membro do Conselho, pela Academia Brasileira de Letras ou por personalidades da área da cultura.

§ 1º As propostas a que se refere o **caput** deverão ser:

I - justificadas;

II - apresentadas nos prazos estabelecidos pelo Conselho; e

III - acompanhadas dos currículos dos candidatos, mediante solicitação da Comissão Técnica.

§ 2º É vedada a divulgação das discussões em curso no âmbito do Conselho e da Comissão Técnica sem a prévia anuência do Chanceler da Ordem e do Coordenador da Comissão Técnica, respectivamente.

Art. 13. A promoção nos graus da Ordem somente poderá se efetivar na hipótese de o candidato:

I - ter cumprido o interstício de dois anos; e

II - ter prestado novas contribuições à área da cultura.

CAPÍTULO V
DAS INSÍGNIAS

Art. 14. A insígnia da Ordem é uma cruz de São Tiago da Espada esmaltada de branco perfilada de ouro que conta, ao centro, em círculo esmaltado de branco, com um livro aberto lavrado de ouro sobre uma coroa de louros, circundado pela legenda "Ordem do Mérito Cultural", em ouro sobre campo esmaltado de púrpura.

§ 1º As condecorações da Ordem terão os seguintes padrões:

I - descrições:

a) Grã-Cruz - fita larga de gorgorão de seda chamalotada de púrpura, com insígnia pendente no laço, passada da direita para a esquerda, e insígnia sobre placa com resplendor de ouro;

b) Comendador - fita média de gorgorão de seda chamalotada de púrpura, com a insígnia pendente no centro; e

c) Cavaleiro - fita estreita de gorgorão de seda chamalotada de púrpura, com a insígnia pendente na extremidade da ponta;

II - medidas:

a) Grã-Cruz:

1. a fita medirá entre dez e doze centímetros de largura;

2. a insígnia medirá entre seis e oito centímetros; e

3. a placa, se o resplendor ultrapassar as extremidades da cruz, será de um centímetro entre a extremidade do resplendor e a dos braços da cruz (no desenho, o resplendor figura entre os braços da cruz), completados, no total, dez centímetros de largura;

b) Comendador:

1. a fita medirá entre quatro e seis centímetros de largura; e

2. a insígnia medirá entre seis e oito centímetros; e

c) Cavaleiro:

1. a fita medirá entre dois e três centímetros de largura, com quatro centímetros de comprimento entre o alfinete e a argola; e

2. a insígnia medirá cinco centímetros;

III - a barreta terá a dimensão de dois centímetros e cinco milímetros por cinco milímetros; e

IV - o botão terá um centímetro de diâmetro.

§ 2º Cada agraciado receberá diploma que conterá as insígnias da Ordem.

Art. 15. A entrega das insígnias e dos diplomas da Ordem será realizada em ato solene, presidido pelo Grão-Mestre ou pelo Chanceler da Ordem, preferencialmente em 5 de novembro de cada ano, data do Dia Nacional da Cultura.

§ 1º Quando se tratar de personalidade residente no exterior, a entrega das insígnias e dos diplomas poderá ser realizada na sede da Representação Diplomática da República Federativa do Brasil ou em outro local designado pelo Chanceler da Ordem.

§ 2º A entrega das insígnias e dos diplomas poderá ser realizada no Gabinete do Secretário Especial de Cultura do Ministério do Turismo, quando os agraciados não puderem comparecer à solenidade a que se refere o **caput**.

§ 3º Nas hipóteses de falecimento do agraciado ou de condecoração **post mortem**, as insígnias e os diplomas serão entregues aos sucessores diretos.

Art. 16. As despesas relativas à confecção das comendas e dos diplomas correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. A participação no Conselho e na Comissão Técnica será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 18. Os membros do Conselho e da Comissão Técnica que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por videoconferência, nos termos do disposto no Decreto nº 10.416, de 7 de julho de 2020, e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Art. 19. Os casos omissos surgidos na execução deste Regulamento serão decididos pelo Conselho.

DECRETO Nº 11.221, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo III, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, Funções Gratificadas - FG, Cargos Comissionados Executivos - CCE e Funções Comissionadas Executivas - FCE:

I - do INMETRO para a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia:

a) um DAS 101.6;
b) seis DAS 101.5;
c) oito DAS 101.4;
d) um DAS 101.3;
e) dois DAS 102.4;
f) oito FCPE 101.4;
g) uma FCPE 101.3;
h) trinta e sete FCPE 101.2;
i) nove FCPE 101.1;
j) nove FCPE 102.2;
k) uma FCPE 102.1;
l) vinte e cinco FG-1;
m) dez FG-2; e
n) vinte FG-3; e

II - da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia para o INMETRO:

a) um CCE 1.17;
b) quatro CCE 1.15;
c) três CCE 1.13;
d) um CCE 1.10;
e) dois CCE 2.13;
f) um CCE 3.13;
g) uma FCE 1.15;
h) treze FCE 1.13;
i) uma FCE 1.10;
j) quarenta e uma FCE 1.07;
k) dez FCE 1.05;
l) cinquenta e três FCE 1.02;
m) dez FCE 1.01;
n) quatro FCE 2.07;
o) sete FCE 2.05;
p) uma FCE 2.04; e
q) duas FCE 2.02.

Art. 3º Ficam transformados, nos termos do disposto no art. 6º da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, na forma do Anexo IV:

I - em CCE: cargos em comissão do Grupo-DAS; e

II - em FCE:

a) cargos em comissão do Grupo-DAS;
b) FCPE; e
c) FG.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança que deixam de existir na Estrutura Regimental do INMETRO por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 5º Aplica-se o disposto nos art. 14 e art. 15 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, e nos art. 11 a art. 14 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, quanto:

I - ao registro de dados no Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg;
II - aos prazos para apostilamentos;
III - ao regimento interno;
IV - à permuta entre CCE e FCE;
V - ao registro das alterações por ato inferior a decreto; e
VI - à realocação de cargos em comissão e funções de confiança na Estrutura Regimental do INMETRO.

Art. 6º Ficam revogados:

I - o Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007;
II - o Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013;
III - o Decreto nº 8.671, de 16 de fevereiro de 2016;
IV - o Decreto nº 8.848, de 12 de setembro de 2016; e
V - o Decreto nº 9.526, de 15 de outubro de 2018.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor em 27 de outubro de 2022.

Brasília, 5 de outubro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes

ANEXO I

ESTRUTURA REGIMENTAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E DA FINALIDADE

Art. 1º O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, autarquia federal criada pela Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, com sede e foro no Distrito Federal, vinculada ao Ministério da Economia, é o órgão executivo central do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - SINMETRO.

Art. 2º Ao INMETRO compete:

I - elaborar e publicar regulamentos técnicos nas áreas determinadas pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO;
II - elaborar e publicar regulamentos técnicos sobre o controle metrológico legal e os instrumentos de medição;
III - exercer poder de polícia administrativa na área de metrologia legal, o qual poderá ser delegado a órgãos ou a entidades de direito público;
IV - exercer poder de polícia administrativa e expedir regulamentos técnicos nas áreas de produtos, de insumos e de serviços, desde que não constituam objeto da competência de outros órgãos ou entidades da administração pública federal, quanto à:

a) segurança;
b) proteção da vida e da saúde humana, animal e vegetal;
c) proteção do meio ambiente; e
d) prevenção de práticas enganosas de comércio;

V - executar, coordenar e supervisionar as atividades de metrologia legal, de regulamentação técnica e de avaliação da conformidade compulsória por ele regulamentadas ou exercidas por delegação;
VI - atuar como órgão acreditador oficial de organismos de avaliação da conformidade;
VII - registrar objetos sujeitos à regulamentação compulsória, quando pertinente;
VIII - planejar e executar atividades de pesquisa, de ensino e de desenvolvimento científico e tecnológico em metrologia, regulamentação técnica, avaliação da conformidade e áreas afins;
IX - prestar serviços de transferência tecnológica e de cooperação técnica voltados à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em metrologia, regulamentação técnica, avaliação da conformidade e áreas afins;
X - prestar serviços voltados ao fortalecimento técnico e à inovação nas empresas nacionais;
XI - produzir e alienar materiais de referência, padrões metrológicos e produtos relacionados;
XII - estabelecer cooperação com entidades estrangeiras congêneres, cujos interesses estejam amparados em acordos firmados entre si ou entre os respectivos países;
XIII - designar entidades públicas ou privadas para executar atividades técnicas nas áreas de metrologia legal, de regulamentação técnica e de avaliação da conformidade, no âmbito de sua competência regulamentadora;
XIV - atuar como órgão oficial de monitoramento da conformidade com os princípios das boas práticas de laboratório;
XV - conceder bolsas de pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento de tecnologia de produto ou de tecnologia de processo, de caráter contínuo, diretamente ou por intermédio de parcerias com entidades públicas ou privadas;
XVI - estabelecer parcerias com instituições de ensino para a formação e para a especialização profissional nas suas áreas de atuação, inclusive em programas de residência técnica;
XVII - anuir ao processo de importação de produtos sob a sua regulamentação e sujeitos a regime de licenciamento não automático ou a outras medidas de controle administrativo prévio ao despacho para consumo; e
XVIII - representar o País em foros regionais, nacionais e internacionais sobre avaliação da conformidade, acreditação, metrologia, regulamentação, normalização, vigilância de mercado e barreiras técnicas ao comércio, no âmbito de suas competências.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º O INMETRO tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente:

a) Gabinete;
b) Coordenação-Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade;
c) Coordenação-Geral de Articulação Internacional; e
d) Coordenação-Geral de Acreditação;

II - órgãos seccionais:

a) Ouvidoria;
b) Auditoria Interna;
c) Procuradoria Federal Especializada;
d) Corregedoria;
e) Diretoria de Inovação, Planejamento e Articulação Institucional; e
f) Diretoria de Administração e Finanças;

III - órgãos específicos singulares:

a) Diretoria de Avaliação da Conformidade;
b) Diretoria de Metrologia Científica, Industrial e Tecnologia; e
c) Diretoria de Metrologia Legal; e

IV - órgãos descentralizados: Superintendências.

CAPÍTULO III
DA DIREÇÃO E DA NOMEAÇÃO

Art. 4º O INMETRO é administrado por seu Presidente e por seus Diretores.

Art. 5º O cargo de Presidente do INMETRO, os cargos em comissão e as funções de confiança serão providos na forma estabelecida na legislação.

Art. 6º A nomeação do Auditor-Chefe será precedida de aprovação da Controladoria-Geral da União, conforme o disposto no § 5º do art. 15 do Decreto nº 3.591, de 2000.

Art. 7º O Procurador-Chefe será indicado pelo Advogado-Geral da União, conforme o disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002.

CAPÍTULO IV
DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

Seção I
Dos órgãos seccionais

Art. 8º À Auditoria Interna compete:

I - proceder ao controle interno e fiscalizar e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos e operacionais do INMETRO;
II - ratificar a eficácia dos controles interno e externo, na busca pela regularidade na utilização dos recursos públicos;
III - examinar a legislação específica e as normas correlatas e orientar a gestão quanto à sua observância;
IV - realizar inspeções regulares nas áreas de atuação do INMETRO para verificar a execução física e financeira dos projetos e das atividades, inclusive daqueles executados por terceiros, e acompanhar os resultados dos compromissos pactuados nos contratos de gestão;
V - realizar auditorias financeiras, contábeis e administrativas com o propósito de avaliar e de mensurar a exatidão e a regularidade das contas do INMETRO e da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - RBMLQ-I e de verificar a observância dos princípios da eficiência e da eficácia na aplicação dos recursos; e
VI - executar auditorias extraordinárias que, no interesse da administração pública, sejam determinadas pelo Presidente do INMETRO.

§ 1º A Auditoria Interna, no exercício de suas competências, observará o disposto nos art. 14 e art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

§ 2º A Auditoria Interna deve comunicar periodicamente ao Presidente do INMETRO o desempenho da atividade da auditoria interna, a qual contempla informações sobre:

I - a comparação entre os trabalhos realizados e o plano aprovado para o ano, que abrange o andamento dos trabalhos, possíveis intercorrências ou situações relevantes ocorridas que impactem o resultado;
II - as recomendações não atendidas que representem riscos significativos aos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos; e
III - a existência de exposição a riscos significativos e deficiências sistêmicas nos controles internos.

Art. 9º À Procuradoria Federal Especializada, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete:

I - representar judicial e extrajudicialmente o INMETRO, observadas as normas estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal;
II - orientar a execução da representação judicial do INMETRO, quando sob a responsabilidade dos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;
III - exercer as atividades de consultoria e de assessoramento jurídicos no âmbito do INMETRO, observado, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;
IV - auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na apuração da liquidez e da certeza de créditos de qualquer natureza para inscrição em dívida ativa e cobrança, os quais sejam referentes às atividades do INMETRO;
V - zelar pela observância da Constituição, das leis e dos atos emanados pelos Poderes Públicos, sob a orientação normativa da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal; e
VI - encaminhar à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria-Geral Federal pedido de apuração de falta funcional praticada por seus membros.

Art. 10. À Diretoria de Inovação, Planejamento e Articulação Institucional compete:

I - planejar, coordenar, dirigir, supervisionar, acompanhar e avaliar, no âmbito do INMETRO, a execução das ações relativas aos Sistemas de:

a) Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - Sisp;
b) Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg; e
c) Planejamento e de Orçamento Federal;
II - negociar, em articulação com as áreas pertinentes do Governo federal, e administrar o orçamento do INMETRO;
III - gerenciar os projetos e as ações sob responsabilidade do INMETRO no plano plurianual;
IV - coordenar as ações relativas à elaboração e à implantação do Plano Diretor de Informática e Desenvolvimento de Sistemas do INMETRO;
V - coordenar, planejar, dirigir e executar as atividades de informação tecnológica e implantar ações de difusão da cultura de metrologia, normalização, regulamentação técnica, avaliação da conformidade e sobre barreiras técnicas aos setores empresarial, tecnológico, acadêmico e científico, de modo a contribuir para a inovação e a modernização tecnológica do País;
VI - promover a diminuição das barreiras técnicas para os setores empresarial, tecnológico, acadêmico e científico, de modo a contribuir para a inovação e para a modernização tecnológica do País;
VII - negociar o contrato de gestão;
VIII - formular orientações estratégico-institucionais para melhoria da gestão;
IX - estimular a utilização das técnicas de gestão da qualidade nas empresas brasileiras;
X - coordenar atividades relacionadas à gestão e à execução da Política de Inovação do INMETRO; e
XI - promover a disseminação de uma cultura institucional inovadora e a articulação de parcerias em prol da inovação.
Art. 11. À Diretoria de Administração e Finanças compete:
I - planejar, coordenar, dirigir, supervisionar, acompanhar e avaliar, no âmbito do INMETRO, a execução das ações relativas aos Sistemas de:
a) Administração Financeira Federal;
b) Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec; e
c) Serviços Gerais - Sisg; e
II - planejar, coordenar, supervisionar e avaliar a execução das atividades relativas a projetos e a estudos relacionados a serviços de engenharia, obras e instalações dos imóveis do INMETRO e daqueles sob a sua administração.
Art. 12. À Ouvidoria compete:
I - coordenar o tratamento de denúncias, de reclamações, de críticas, de sugestões, de elogios e de pedidos de informações oriundos da sociedade;
II - moderar e mediar, perante os públicos interno e externo, a busca de soluções para eventuais conflitos e crises;
III - elaborar relatórios gerenciais para subsidiar a melhoria contínua dos processos internos do INMETRO;
IV - coordenar e supervisionar o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal na RBMLQ-I;
V - coordenar e supervisionar os serviços de **call center** prestados a partir do sistema de Discagem Direta Gratuita;
VI - coordenar a revisão, a divulgação e a disponibilização da Carta de Serviços do INMETRO; e
VII - coordenar o atendimento às demandas relacionadas com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, por meio de atendimento presencial ou do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão.
Art. 13. À Corregedoria compete:
I - planejar, dirigir, orientar, supervisionar, avaliar e controlar as atividades de correição no âmbito do INMETRO;
II - instaurar ou requisitar a instauração, de ofício ou a partir de representações e de denúncias, de sindicâncias, incluídas as patrimoniais, de processos administrativos disciplinares e de demais procedimentos correcionais para apurar responsabilidade por irregularidades praticadas no INMETRO e decidir acerca das propostas de arquivamento de denúncias e de representações;
III - encaminhar ao Presidente do INMETRO, para julgamento, os processos administrativos disciplinares que possam implicar a aplicação de penalidades de sua competência;
IV - propor o encaminhamento ao Ministro de Estado da Economia, para julgamento, dos processos administrativos disciplinares cujas penalidades propostas sejam demissão, suspensão superior a trinta dias, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada;
V - avocar, de ofício ou por meio de sindicâncias, processos administrativos disciplinares e outros procedimentos correcionais em curso no INMETRO e determinar o reexame daqueles já concluídos ou, conforme o caso, propor ao Presidente do INMETRO a avocação ou o reexame do feito; e
VI - exercer as demais competências previstas no art. 5º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.

Seção II
Dos órgãos específicos singulares

Art. 14. À Diretoria de Avaliação da Conformidade compete:
I - planejar, dirigir, orientar, coordenar e executar as atividades de regulamentação técnica de produtos, de insumos e de serviços, não metrológicos, sob a responsabilidade do INMETRO;
II - planejar dirigir, orientar, coordenar e executar as atividades de apoio à provisão de esquemas de avaliação da conformidade;
III - orientar e educar os diferentes segmentos da sociedade nas questões relacionadas à segurança de produtos e serviços e sobre a provisão de esquemas de avaliação da conformidade;
IV - incentivar o desenvolvimento da normalização nacional nos temas relacionados à segurança de produtos e serviços e da avaliação da conformidade;
V - planejar, dirigir, orientar, coordenar e executar as atividades de controle pré e pós-mercado dos produtos, dos insumos e dos serviços, não metrológicos, sob a responsabilidade do INMETRO;
VI - fortalecer a participação do País nas atividades internacionais e no intercâmbio com entidades e organismos nacionais e internacionais, no âmbito da regulamentação de segurança de produtos e serviços, da avaliação da conformidade, do controle pré-mercado e da vigilância de mercado;
VII - elaborar regulamentos técnicos ou propor alternativas regulatórias para os produtos, os insumos e os serviços, não metrológicos, sob a responsabilidade do INMETRO;
VIII - coordenar as atividades de registro e anuência dos produtos, dos serviços e dos processos submetidos à regulamentação técnica de produtos, de insumos e de serviços, não metrológicos, sob a responsabilidade do INMETRO; e
IX - prestar orientação técnica à fiscalização de produtos e de serviços aos Órgãos Delegados e às Superintendências do INMETRO.
Art. 15. À Diretoria de Metrologia Científica, Industrial e Tecnologia compete:
I - planejar, dirigir, coordenar e supervisionar a execução das atividades no âmbito da metrologia científica e industrial, nas áreas da Física, da Química e da Biologia;
II - estabelecer diretrizes de atuação no âmbito da metrologia científica, industrial e tecnológica, em conformidade com as políticas consolidadas pelo CONMETRO;
III - realizar ou reproduzir as unidades de medida e manter e conservar os padrões metrológicos nacionais;
IV - referenciar, direta ou indiretamente, os padrões metrológicos nacionais aos internacionais, para fins de harmonização, por meio de comparações-chave (**key comparisons**), comparações suplementares, comparações internacionais, comparações regionais e rastreabilidade das medições;
V - disseminar as unidades do Sistema Internacional de Unidades - SI, os seus múltiplos e os seus submúltiplos, por intermédio de metodologias metrológicas adequadas;
VI - conservar os padrões das unidades de medida e implantar e manter a cadeia de rastreabilidade dos padrões metrológicos demandada pelos diversos laboratórios do País e referenciada de acordo com os padrões internacionais;
VII - desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas relativas à metrologia e às áreas correlatas;
VIII - prestar serviços de natureza metrológica, inclusive com a designação de laboratório de referência nacional, para uma determinada grandeza, nos termos do disposto no § 1º do art. 3º da Resolução nº 3, de 23 de julho de 2002, do CONMETRO, e acompanhar o desempenho das atividades relativas à sua atuação como laboratório designado;
IX - prestar apoio às áreas de metrologia legal, de regulamentação técnica, de avaliação da conformidade e de acreditação, no âmbito das metrologias científica, industrial e tecnológica;
X - participar dos foros internacionais e nacionais relacionados com as atividades técnico-científicas em metrologia e representar o País nas seguintes instâncias e colegiados:
a) **Bureau International des Poids et Mesures - BIPM**;
b) Comitês Consultivos do Comitê Internacional de Pesos e Medidas referentes às grandezas de sua competência, em atendimento ao Acordo de Reconhecimento Mútuo - ARM;
c) Sistema Interamericano de Metrologia - SIM; e
d) grupos de trabalho de sua competência;
XI - coordenar as ações de reconhecimento internacional relacionadas com a padronização das unidades do SI;
XII - disseminar o conhecimento de metrologia para a sociedade por meio de cursos, publicações de material instrucional, metodologias e apresentações de trabalhos em eventos técnicos, científicos e tecnológicos;
XIII - articular, nos âmbitos nacional e internacional, com órgãos de pesquisa e entidades do setor produtivo, para fins de desenvolvimento conjunto de atividades destinadas à inovação tecnológica e à modernização do setor industrial;
XIV - promover o avanço científico e tecnológico em metrologia, com vistas ao desenvolvimento e à manutenção de referências metrológicas nacionais, como estratégia para a competitividade e para o desenvolvimento socioeconômico do País;
XV - interagir com agências de fomento atuantes na área de ciência, tecnologia e inovação e na área de metrologia científica, industrial e tecnologia;
XVI - manter atualizado o sistema de gestão da qualidade em conformidade com os critérios estabelecidos em normas internacionais e em acordos de reconhecimento mútuo, no âmbito da metrologia científica e industrial, em especial o Comitê Internacional de Pesos e Medidas, a exemplo do Acordo de Reconhecimento Mútuo - ARM;
XVII - apoiar o setor industrial no desenvolvimento de produtos e de serviços em áreas de aplicação da metrologia e em áreas correlatas; e
XVIII - participar de programas de comparação interlaboratorial de âmbito internacional em comparações-chave (**key comparisons**) e suplementares, coordenadas pelo BIPM, pelos Comitês Consultivos do CIPM ou pelos organismos regionais de metrologia.
Art. 16. À Diretoria de Metrologia Legal compete:
I - orientar, planejar, dirigir, coordenar, controlar e executar as atividades de metrologia legal;
II - propor projetos de regulamentos técnicos metrológicos;
III - propor programas de formação e de aperfeiçoamento de recursos humanos em metrologia legal;
IV - examinar, definir, aprovar e especificar os requisitos dos modelos de instrumentos de medição;
V - enunciar os requisitos e as especificações a que os produtos pré-medidos deverão atender;
VI - estabelecer as especificações de equipamentos, de padrões e de instalações utilizados pelos órgãos da RBMLQ-I;
VII - participar de foros internacionais e regionais relacionados com a metrologia legal e representar o País na Organização Internacional de Metrologia Legal - OIML e em outras instâncias internacionais de metrologia legal;
VIII - participar de cooperações técnicas com órgãos governamentais, institutos de metrologia, centros de pesquisa e universidades no âmbito da metrologia legal;
IX - disseminar conhecimentos de metrologia legal para a sociedade;
X - estabelecer diretrizes de ação no âmbito da metrologia legal, em conformidade com as políticas do CONMETRO; e
XI - avaliar tecnicamente os processos de autuação de infrações em grau de recurso relativos ao controle metrológico legal.

Seção III
Dos órgãos descentralizados

Art. 17. Às Superintendências compete:
I - desempenhar as atribuições legais do INMETRO em suas respectivas circunscrições;
II - atuar no apoio ao desenvolvimento das atividades delegadas à RBMLQ-I na execução orçamentária e financeira; e
III - cumprir as diretrizes e determinações emanadas pela Presidência do INMETRO.

CAPÍTULO V
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Seção I
Do Presidente do INMETRO

Art. 18. Ao Presidente do INMETRO incumbe:
I - praticar todos os atos de gestão operacional, orçamentária e financeira, autorizar despesas e ordenar pagamentos;
II - representar o INMETRO em juízo ou fora dele;
III - supervisionar e coordenar as atividades dos órgãos integrantes do INMETRO;
IV - prestar contas de sua gestão ao Tribunal de Contas da União;
V - regulamentar os assuntos pertinentes às competências e atividades do INMETRO;
VI - submeter à aprovação do Ministério da Economia o regimento interno do INMETRO;
VII - praticar os atos de provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do INMETRO, em decorrência de habilitação em concurso público, e exercer o poder disciplinar nos termos da legislação;
VIII - conceder aposentadoria aos servidores;
IX - avocar, para decisão ou para revisão, assuntos inerentes aos órgãos integrantes do INMETRO, sem prejuízo da continuidade do serviço e das atribuições previstas;
X - firmar, como representante legal do INMETRO, contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres;
XI - delegar atribuições de sua competência, exceto aquelas que, pela natureza do cargo ou por vedação legal, possam ser exercidas somente privativamente;
XII - criar Escritórios de Representação nos Estados, com a aprovação do Ministério da Economia, quando necessário ao cumprimento pleno da missão institucional do INMETRO;
XIII - prestar suporte técnico e administrativo ao CONMETRO e aos seus comitês de assessoramento; e
XIV - atuar como Secretário-Executivo do CONMETRO.

Seção II
Dos demais dirigentes

Art. 19. Aos Diretores, ao Chefe de Gabinete, ao Auditor-Chefe, ao Procurador-Chefe, ao Ouvidor, ao Corregedor, aos Coordenadores-Gerais e aos Superintendentes do INMETRO incumbe planejar, dirigir e coordenar a execução das atividades vinculadas às suas respectivas unidades.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O Presidente do INMETRO será substituído, em seus impedimentos e em seus afastamentos legais, por um dos Diretores, designado em ato do Ministro de Estado da Economia.

Art. 21. Os casos omissos surgidos na execução desta Estrutura Regimental serão decididos pelo Presidente do INMETRO, **ad referendum** do Ministro de Estado da Economia.

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO:

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	CCE/FCE
	1	Presidente	CCE 1.17
	2	Assessor	CCE 2.13
	1	Gerente de Projeto	CCE 3.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
	1	Assistente Técnico	FCE 2.05
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
	1	Assistente Técnico	FCE 2.05
Divisão	1	Chefe	FCE 1.07
COORDENAÇÃO-GERAL DA REDE BRASILEIRA DE METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Divisão	2	Chefe	FCE 1.07
Serviço	1	Chefe	FCE 1.05
Setor	1	Chefe	FCE 1.02
Núcleo	1	Chefe	FCE 1.01
	1	Assistente Técnico	FCE 2.04
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Divisão	2	Chefe	FCE 1.07
COORDENAÇÃO-GERAL DE ACREDITAÇÃO	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Divisão	5	Chefe	FCE 1.07
Setor	1	Chefe	FCE 1.02
OUVIDORIA	1	Ouvidor	FCE 1.07
AUDITORIA INTERNA	1	Auditor-Chefe	FCE 1.13
Serviço	1	Chefe	FCE 1.05
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA	1	Procurador-Chefe	FCE 1.13
Serviço	2	Chefe	FCE 1.05
	2	Assistente	FCE 2.07
CORREGEDORIA	1	Corregedor	FCE 1.13
DIRETORIA DE INOVAÇÃO, PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Divisão	6	Chefe	FCE 1.07
Serviço	2	Chefe	FCE 1.05
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Divisão	8	Chefe	FCE 1.07
Serviço	4	Chefe	FCE 1.05
Setor	2	Chefe	FCE 1.02
Núcleo	9	Chefe	FCE 1.01
	1	Assistente Técnico	FCE 2.05
DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
Divisão	3	Chefe	FCE 1.07
	2	Assistente	FCE 2.07
DIRETORIA DE METROLOGIA CIENTÍFICA, INDUSTRIAL E TECNOLOGIA	1	Diretor	FCE 1.15
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Divisão	9	Chefe	FCE 1.07
Laboratório	42	Chefe	FCE 1.02
	4	Assistente Técnico	FCE 2.05
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL	1	Diretor	CCE 1.15
Divisão	4	Chefe	FCE 1.07
Setor	7	Chefe	FCE 1.02
SUPERINTENDÊNCIA DO RIO GRANDE DO SUL	1	Superintendente	FCE 1.13
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
SUPERINTENDÊNCIA DE GOIÁS	1	Superintendente	CCE 1.13
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO INMETRO:

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	1	6,27	-	-
DAS 101.5	5,04	6	30,24	-	-
DAS 101.4	3,84	8	30,72	-	-
DAS 101.3	2,10	1	2,10	-	-
DAS 102.4	3,84	2	7,68	-	-
CCE 1.17	6,27	-	-	1	6,27
CCE 1.15	5,04	-	-	4	20,16
CCE 1.13	3,84	-	-	3	11,52
CCE 1.10	2,12	-	-	1	2,12
CCE 2.13	3,84	-	-	2	7,68
CCE 3.13	3,84	-	-	1	3,84
SUBTOTAL 1		18	77,01	12	51,59
FCPE 101.4	2,30	8	18,40	-	-
FCPE 101.3	1,26	1	1,26	-	-
FCPE 101.2	0,76	37	28,12	-	-
FCPE 101.1	0,60	9	5,40	-	-
FCPE 102.2	0,76	9	6,84	-	-
FCPE 102.1	0,60	1	0,60	-	-
FCE 1.15	3,03	-	-	1	3,03
FCE 1.13	2,30	-	-	13	29,90
FCE 1.10	1,27	-	-	1	1,27
FCE 1.07	0,83	-	-	41	34,03
FCE 1.05	0,60	-	-	10	6,00
FCE 1.02	0,21	-	-	53	11,13
FCE 1.01	0,12	-	-	10	1,20
FCE 2.07	0,83	-	-	4	3,32
FCE 2.05	0,60	-	-	7	4,20
FCE 2.04	0,44	-	-	1	0,44
FCE 2.02	0,21	-	-	2	0,42
SUBTOTAL 2		65	60,62	143	94,94
FG-1	0,20	25	5,00	-	-
FG-2	0,15	10	1,50	-	-
FG-3	0,12	20	2,40	-	-
SUBTOTAL 3		55	8,90	-	-
TOTAL		138	146,53	155	146,53

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS, DE FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE, DE FUNÇÕES GRATIFICADAS - FG, DE CARGOS COMISSIONADOS EXECUTIVOS - CCE E DE FUNÇÕES COMISSIONADAS EXECUTIVAS - FCE

a) DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO PARA A SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DO INMETRO PARA A SEGES/ME	
		QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	1	6,27
DAS 101.5	5,04	6	30,24
DAS 101.4	3,84	8	30,72
DAS 101.3	2,10	1	2,10
DAS 102.4	3,84	2	7,68
SUBTOTAL 1		18	77,01
FCPE 101.4	2,30	8	18,40
FCPE 101.3	1,26	1	1,26
FCPE 101.2	0,76	37	28,12
FCPE 101.1	0,60	9	5,40
FCPE 102.2	0,76	9	6,84
FCPE 102.1	0,60	1	0,60
SUBTOTAL 2		65	60,62
FG-1	0,20	25	5,00
FG-2	0,15	10	1,50
FG-3	0,12	20	2,40
SUBTOTAL 3		55	8,90
TOTAL		138	146,53

b) DA SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA PARA O INMETRO:

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	DA SEGES/ME PARA O INMETRO	
		QTD.	VALOR TOTAL
CCE 1.17	6,27	1	6,27
CCE 1.15	5,04	4	20,16
CCE 1.13	3,84	3	11,52
CCE 1.10	2,12	1	2,12
CCE 2.13	3,84	2	7,68
CCE 3.13	3,84	1	3,84
SUBTOTAL 1		12	51,59
FCE 1.15	3,03	1	3,03
FCE 1.13	2,30	13	29,90
FCE 1.10	1,27	1	1,27
FCE 1.07	0,83	41	34,03
FCE 1.05	0,60	10	6,00
FCE 1.02	0,21	53	11,13
FCE 1.01	0,12	10	1,20
FCE 2.07	0,83	4	3,32
FCE 2.05	0,60	7	4,20
FCE 2.04	0,44	1	0,44
FCE 2.02	0,21	2	0,42
SUBTOTAL 2		143	94,94
TOTAL		155	146,53

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS, DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS - FG TRANSFORMADOS NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 6º DA LEI Nº 14.204, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021

CÓDIGO	DAS/CCE-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL (a)		SITUAÇÃO NOVA (b)		DIFERENÇA (c = b - a)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
CCE-17	6,27	-	-	1	6,27	1	6,27
CCE-15	5,04	-	-	4	20,16	4	20,16
CCE-13	3,84	-	-	6	23,04	6	23,04
CCE-10	2,12	-	-	1	2,12	1	2,12
DAS-6	6,27	1	6,27	-	-	-1	-6,27
DAS-5	5,04	6	30,24	-	-	-6	-30,24
DAS-4	3,84	10	38,40	-	-	-10	-38,40
DAS-3	2,10	1	2,10	-	-	-1	-2,10
FCE-15	3,03	-	-	1	3,03	1	3,03
FCE-13	2,30	-	-	13	29,90	13	29,90
FCE-10	1,27	-	-	1	1,27	1	1,27
FCE-7	0,83	-	-	45	37,35	45	37,35
FCE-5	0,60	-	-	17	10,20	17	10,20
FCE-4	0,44	-	-	1	0,44	1	0,44
FCE-2	0,21	-	-	55	11,55	55	11,55
FCE-1	0,12	-	-	10	1,20	10	1,20
FCPE-4	2,30	8	18,40	-	-	-8	-18,40
FCPE-3	1,26	1	1,26	-	-	-1	-1,26
FCPE-2	0,76	46	34,96	-	-	-46	-34,96
FCPE-1	0,60	10	6,00	-	-	-10	-6,00
FG-1	0,20	25	5,00	-	-	-25	-5,00
FG-2	0,15	10	1,50	-	-	-10	-1,50
FG-3	0,12	20	2,40	-	-	-20	-2,40
TOTAL		138	146,53	155	146,53	17	0,00

DECRETO Nº 11.222, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo III, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, Cargos Comissionados Executivos - CCE e Funções Comissionadas Executivas - FCE:

I - do Cade para a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia:

a) seis DAS 101.6;
b) cinco DAS 101.5;
c) quinze DAS 101.4;
d) quinze DAS 101.3;
e) dois DAS 101.2;
f) dezoito DAS 101.1;
g) dois DAS 102.3;
h) treze DAS 102.2;
i) doze DAS 102.1;
j) quatorze FCPE 101.4;
k) quatro FCPE 101.3;
l) uma FCPE 101.2;
m) cinco FCPE 101.1;
n) três FCPE 102.2; e
o) três FCPE 102.1; e

II - da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia para o Cade:

a) seis CCE 1.17;
b) cinco CCE 1.15;
c) quinze CCE 1.13;
d) treze CCE 1.10;
e) onze CCE 1.05;
f) três CCE 2.10;
g) um CCE 2.07;
h) seis CCE 2.06;
i) seis CCE 3.06;
j) dez CCE 3.05;
k) quatorze FCE 1.13;
l) oito FCE 1.10;
m) três FCE 1.07;
n) doze FCE 1.05;
o) quatro FCE 1.03;
p) uma FCE 2.07;
q) três FCE 3.06; e
r) cinco FCE 3.05.

Art. 3º Os seguintes cargos de Natureza Especial - NE do Cade ficam transformados em CCE 1.18, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 3º da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, de mesma denominação:

I - Presidente; e
II - Superintendente-Geral.

Art. 4º Ficam transformados, nos termos do disposto no art. 6º da Lei nº 14.204, de 2021, na forma do Anexo IV:

I - em CCE: cargos em comissão do Grupo-DAS; e
II - em FCE:
a) cargos em comissão do Grupo-DAS; e
b) FCPE.

Art. 5º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança que deixam de existir na Estrutura Regimental do Cade por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 6º Aplica-se o disposto nos art. 14 e art. 15 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, e nos art. 11 a art. 14 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, quanto:

I - ao registro de dados no Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg;
II - aos prazos para apostilamentos;
III - ao regimento interno;
IV - à permuta entre CCE e FCE;
V - ao registro das alterações por ato inferior a decreto; e
VI - à realocação de cargos em comissão e funções de confiança na Estrutura Regimental do Cade.

Art. 7º Ficam revogados:

I - o Decreto nº 9.011, de 23 de março de 2017; e
II - o Decreto nº 10.597, de 8 de janeiro de 2021.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor em 25 de outubro de 2022.

Brasília, 5 de outubro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Anderson Gustavo Torres
Paulo Guedes

ANEXO I

ESTRUTURA REGIMENTAL DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º O Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, entidade judicante com jurisdição no território nacional, constitui-se em autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com sede e foro no Distrito Federal.

Parágrafo único. O Cade tem como finalidade a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelo disposto na Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e pelos parâmetros constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º O Cade tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica:

a) Gabinete;
b) Assessoria Técnica;
c) Assessoria Internacional; e
d) Assessoria de Comunicação Social;

II - órgãos seccionais:

a) Auditoria Interna;
b) Corregedoria;
c) Diretoria de Administração e Planejamento; e
d) Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade;

III - órgãos específicos e singulares:

a) Superintendência-Geral; e
b) Departamento de Estudos Econômicos; e

IV - órgão colegiado: Tribunal Administrativo de Defesa Econômica.

CAPÍTULO III
DA DIREÇÃO E DA NOMEAÇÃO

Art. 3º O Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, órgão judicante, doravante denominado Tribunal, é composto pelo Presidente e por seis Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e de reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal.

Art. 4º A Superintendência-Geral é dirigida pelo Superintendente-Geral, escolhido dentre cidadãos com mais de trinta anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e de reputação ilibada, nomeado pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal.

Parágrafo único. O Superintendente-Geral indicará os Superintendentes-Adjuntos, que serão nomeados na forma estabelecida na legislação.

Art. 5º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade é dirigida pelo Procurador-Chefe, escolhido dentre cidadãos brasileiros com mais de trinta anos de idade, de notório saber jurídico e de reputação ilibada, nomeado pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal.

Art. 6º O Departamento de Estudos Econômicos é dirigido pelo Economista-Chefe, escolhido entre cidadãos brasileiros de notório saber econômico e de reputação ilibada, nomeado, conjuntamente, pelo Superintendente-Geral e pelo Presidente do Tribunal.

Art. 7º As nomeações para os cargos em comissão e as designações para as funções de confiança integrantes da Estrutura Regimental do Cade serão realizadas na forma estabelecida na legislação.

§ 1º O Auditor-Chefe será designado e dispensado na forma estabelecida no § 5º do art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

§ 2º O Corregedor terá sua indicação submetida previamente à apreciação do órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, na forma estabelecida no § 1º do art. 8º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.

CAPÍTULO IV
DO ÓRGÃO COLEGIADO

Art. 8º As decisões do Tribunal serão tomadas por maioria, com a presença mínima de quatro membros, sendo o quórum de deliberação mínimo de três membros.

Parágrafo único. As decisões do Tribunal não comportam revisão no âmbito do Poder Executivo, promovendo-se, de imediato, sua execução e comunicando-se, em seguida, ao Ministério Público, para as demais medidas legais cabíveis no âmbito de suas atribuições.

Art. 9º O Procurador-Chefe e o Economista-Chefe poderão participar das reuniões do Tribunal, sem direito a voto.

§ 1º As normas de impedimento aplicáveis aos Conselheiros também se aplicam ao Procurador-Chefe e ao Economista-Chefe, exceto quanto ao comparecimento às sessões.

§ 2º Nos casos de faltas, afastamento temporário ou impedimento do Procurador-Chefe, o Plenário indicará e o Presidente do Tribunal designará o substituto eventual dentre os integrantes da Procuradoria Federal Especializada.

Art. 10. O Tribunal poderá responder consultas sobre condutas em andamento, mediante pagamento de taxa e acompanhadas dos respectivos documentos.

Parágrafo único. Resolução do Cade definirá as normas complementares sobre o procedimento de consultas previsto no **caput.**

Art. 11. As autoridades federais, os diretores de autarquia, fundação, empresa pública e sociedade de economia mista federais e agências reguladoras são obrigados a prestar, sob pena de responsabilidade, toda a assistência e colaboração que lhes for solicitada pelo Cade, inclusive elaborando pareceres técnicos sobre as matérias de sua competência.

CAPÍTULO V
DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

Seção I
Dos órgãos seccionais

Art. 12. À Auditoria Interna compete:

I - proceder ao controle interno, fiscalizar e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos e operacionais do Cade;

II - assessorar a Presidência para o cumprimento dos objetivos institucionais do Cade, prioritariamente, na supervisão e no controle interno administrativo;

III - realizar auditorias e emitir relatório sobre a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação dos recursos, relativamente aos programas e às ações sob a responsabilidade do Cade;

IV - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual do Cade e sobre as tomadas de contas especiais;

V - editar as normas e estabelecer as diretrizes da área da Auditoria Interna, em conjunto com as demais unidades do Cade;

VI - acompanhar o atendimento às diligências e a implementação das recomendações dos órgãos e das unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União; e

VII - elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna.

Art. 13. À Corregedoria compete:

I - planejar, dirigir, orientar, supervisionar, avaliar e controlar as atividades de correição no âmbito do Cade;

II - instaurar ou requisitar a instauração, de ofício ou a partir de representações e de denúncias, de sindicâncias, incluídas as patrimoniais, de processos administrativos disciplinares e de demais procedimentos correcionais para apurar responsabilidade por irregularidades praticadas no âmbito do Cade, e decidir acerca das propostas de arquivamento de denúncias e de representações;

III - encaminhar ao Presidente do Cade, para julgamento, os processos administrativos disciplinares que possam implicar a aplicação de penalidades de sua competência;

IV - propor o encaminhamento ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, para julgamento, dos processos administrativos disciplinares que possam implicar a aplicação de penalidades de sua competência;

V - avocar, de ofício ou mediante proposta, sindicâncias, processos administrativos disciplinares e outros procedimentos correcionais em curso no Cade e determinar o reexame daqueles já concluídos ou, conforme a hipótese, propor ao Presidente do Cade a avocação ou o reexame do feito; e

VI - exercer as demais competências previstas no art. 5º do Decreto nº 5.480, de 2005.

Art. 14. À Diretoria de Administração e Planejamento compete:

I - assessorar os órgãos do Cade nos assuntos relacionados ao planejamento estratégico, à gestão de projetos especiais, aos eventos institucionais, à governança e ao monitoramento de programas governamentais sob responsabilidade do Cade;

II - planejar, coordenar e executar, no âmbito do Cade, as atividades relacionadas aos Sistemas de:

a) Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - Sisp;
b) Administração Financeira Federal;
c) Contabilidade Federal;
d) Gestão de Documentos de Arquivo - Siga;
e) Organização e Inovação Institucional do Governo Federal -Siorg;
f) Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec;
g) Planejamento e de Orçamento Federal; e
h) Serviços Gerais - Sisg;

III - articular-se com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos no inciso II e informar, orientar e editar normas complementares específicas para o Cade quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

IV - instaurar a tomada de contas dos ordenadores de despesa e dos demais responsáveis por bens e por valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, a extravio ou a outra irregularidade que resulte em dano ao erário;

V - promover, articular e orientar as ações relacionadas à produção de conhecimento e à gestão de informações sobre as atividades de planejamento e de administração no âmbito do Cade;

VI - coordenar a elaboração de relatórios de atividades e de prestação de contas, inclusive o relatório anual de gestão; e

VII - assessorar os órgãos do Cade nos assuntos relacionados à integridade e à conformidade da gestão.

Art. 15. À Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, compete:

I - exercer as atividades de consultoria e de assessoramento jurídicos no âmbito do Cade e aplicar, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

II - representar judicial e extrajudicialmente o Cade, observadas as normas estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal, inclusive para:

a) promover a execução judicial de decisões e de julgados;

b) adotar as medidas judiciais solicitadas pelo Tribunal ou pela Superintendência-Geral necessárias à cessação de infrações da ordem econômica ou à obtenção de documentos para a instrução de processos administrativos de qualquer natureza; e

c) promover acordos judiciais nos processos relativos a infrações contra a ordem econômica, por meio de autorização do Tribunal;

III - orientar a execução da representação judicial do Cade quando sob a responsabilidade dos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;

IV - auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na apuração da liquidez e da certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades do Cade, para inscrição em dívida ativa e cobrança;

V - emitir, sempre que solicitado expressamente por Conselheiro ou pelo Superintendente-Geral, parecer nos processos de competência do Cade, sem que tal determinação implique a suspensão do prazo de análise ou prejuízo à tramitação normal do processo;

VI - zelar pela observância da Constituição, das leis e dos atos emanados pelos Poderes Públicos, especialmente quanto ao disposto na Lei nº 12.529, de 2011, sob a orientação normativa da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal; e

VII - encaminhar à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria-Geral Federal, conforme o caso, pedido de apuração de falta funcional praticada por seus membros.

Parágrafo único. Compete à Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, ao dar execução judicial às decisões da Superintendência-Geral e do Tribunal, manter o Presidente do Tribunal, os Conselheiros e o Superintendente-Geral informados sobre o andamento das ações e das medidas judiciais.

Seção II
Dos órgãos específicos singulares

Art. 16. À Superintendência-Geral compete:

I - zelar pelo cumprimento da Lei nº 12.529, de 2011, monitorando e acompanhando as práticas de mercado;

II - acompanhar, permanentemente, as atividades e práticas comerciais de pessoas físicas ou jurídicas que detiverem posição dominante em mercado relevante de bens ou serviços, para prevenir infrações da ordem econômica, podendo, para tanto, requisitar as informações e documentos necessários, mantendo o sigilo legal, quando for o caso;

III - promover, em face de indícios de infração da ordem econômica, procedimento preparatório de inquérito administrativo e inquérito administrativo para apuração de infrações à ordem econômica;

IV - decidir pela insubsistência dos indícios, arquivando os autos do inquérito administrativo ou de seu procedimento preparatório;

V - instaurar e instruir processo administrativo para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica, procedimento para apuração de ato de concentração, processo administrativo para análise de ato de concentração econômica e processo administrativo para imposição de sanções processuais incidentais instaurados para prevenção, apuração ou repressão de infrações à ordem econômica;

VI - no interesse da instrução dos tipos processuais referidos na Lei nº 12.529, de 2011:

a) requisitar informações e documentos de quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, órgãos, autoridades e entidades, públicas ou privadas, mantendo o sigilo legal, quando for o caso, bem como determinar as diligências que se fizerem necessárias ao exercício de suas funções;

b) requisitar esclarecimentos orais de quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, órgãos, autoridades e entidades, públicas ou privadas, na forma da Lei nº 12.529, de 2011;

c) realizar inspeção na sede social, estabelecimento, escritório, filial ou sucursal de empresa investigada, de estoques, objetos, papéis de qualquer natureza, assim como livros comerciais, computadores e arquivos eletrônicos, podendo-se extrair ou requisitar cópias de quaisquer documentos ou dados eletrônicos;

d) requerer ao Poder Judiciário, por meio da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, mandado de busca e apreensão de objetos, papéis de qualquer natureza, assim como de livros comerciais, computadores e arquivos magnéticos de empresa ou pessoa física, no interesse de inquérito administrativo ou de processo administrativo para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica;

e) requisitar vista e cópia de documentos e objetos constantes de inquéritos e processos administrativos instaurados por órgãos ou entidades da administração pública federal; e

f) requerer vista e cópia de inquéritos policiais, ações judiciais de quaisquer natureza, bem como de inquéritos e processos administrativos instaurados por outros entes da federação, devendo o Conselho observar as mesmas restrições de sigilo eventualmente estabelecidas nos procedimentos de origem;

VII - recorrer de ofício ao Tribunal quando decidir pelo arquivamento de processo administrativo para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica;

VIII - remeter ao Tribunal, para julgamento, os processos administrativos que instaurar, quando entender configurada infração da ordem econômica;

IX - propor termo de compromisso de cessação de prática por infração à ordem econômica, submetendo-o à aprovação do Tribunal, e fiscalizar o seu cumprimento;

X - sugerir ao Tribunal condições para a celebração de acordo em controle de concentrações e fiscalizar o seu cumprimento;

XI - adotar medidas preventivas que conduzam à cessação de prática que constitua infração da ordem econômica, fixando prazo para seu cumprimento e o valor da multa diária a ser aplicada, no caso de descumprimento;

XII - receber, instruir e aprovar ou impugnar perante o Tribunal os processos administrativos para análise de ato de concentração econômica;

XIII - orientar os órgãos e as entidades da administração pública quanto à adoção de medidas necessárias ao cumprimento da Lei nº 12.529, de 2011;

XIV - desenvolver estudos e pesquisas objetivando orientar a política de prevenção de infrações da ordem econômica;

XV - instruir o público sobre as diversas formas de infração da ordem econômica e os modos de sua prevenção e repressão;

XVI - prestar ao Poder Judiciário, sempre que solicitado, todas as informações sobre andamento das investigações, podendo, inclusive, fornecer cópias dos autos para instruir ações judiciais;

XVII - adotar as medidas administrativas necessárias à execução e ao cumprimento das decisões do Plenário do Tribunal; e

XVIII - exercer outras atribuições previstas em lei.

Art. 17. Ao Departamento de Estudos Econômicos compete elaborar estudos e pareceres econômicos, de ofício ou por solicitação do Plenário do Tribunal, do Presidente, do Conselheiro-Relator ou do Superintendente-Geral, com o objetivo de zelar pelo rigor e pela atualização técnica e científica das decisões do Cade.

Seção III
Do órgão colegiado

Art. 18. Ao Plenário do Tribunal compete:

I - zelar pela observância da Lei nº 12.529, de 2011, de seu regulamento e do regimento interno;

II - decidir sobre a existência de infração à ordem econômica e aplicar as penalidades previstas em lei;

III - decidir os processos administrativos para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica instaurados pela Superintendência-Geral;

IV - ordenar providências que conduzam à cessação de infração à ordem econômica, dentro do prazo que determinar;

V - aprovar os termos do compromisso de cessação de prática e do acordo em controle de concentrações, bem como determinar à Superintendência-Geral que fiscalize seu cumprimento;

VI - apreciar, em grau de recurso, as medidas preventivas adotadas pelo Conselheiro-Relator ou pela Superintendência-Geral;

VII - intimar os interessados de suas decisões;

VIII - requisitar dos órgãos e entidades da administração pública federal e requerer às autoridades dos Estados, Municípios e do Distrito Federal as medidas necessárias ao cumprimento da Lei nº 12.529, de 2011;

IX - contratar a realização de exames, vistorias e estudos, aprovando, em cada caso, os respectivos honorários profissionais e demais despesas de processo, que deverão ser pagas pela empresa, se vier a ser punida nos termos da Lei nº 12.529, de 2011;

X - apreciar processos administrativos de atos de concentração econômica, na forma da Lei nº 12.529, de 2011, fixando, quando entender conveniente e oportuno, acordos em controle de atos de concentração;

XI - determinar à Superintendência-Geral que adote as medidas administrativas necessárias à execução e ao fiel cumprimento de suas decisões;

XII - requisitar serviços e pessoal de quaisquer órgãos e entidades do Poder Público Federal;

XIII - requerer à Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade a adoção de providências administrativas e judiciais;

XIV - instruir o público sobre as formas de infração da ordem econômica;

XV - elaborar e aprovar o regimento interno do Cade, dispondo sobre seu funcionamento, forma das deliberações, normas de procedimento e organização de seus serviços internos;

XVI - propor a estrutura do quadro de pessoal do Cade, observado o disposto no inciso II do caput do art. 37 da Constituição Federal;

XVII - elaborar proposta orçamentária nos termos da Lei nº 12.529, de 2011;

XVIII - requisitar informações de quaisquer pessoas, órgãos, autoridades e entidades públicas ou privadas, respeitando e mantendo o sigilo legal quando for o caso, bem como determinar as diligências que se fizerem necessárias ao exercício das suas funções;

XIX - decidir pelo cumprimento das decisões, compromissos e acordos; e

XX - exercer outras atribuições previstas em lei.

CAPÍTULO VI
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Seção I
Do Presidente do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica

Art. 19. Ao Presidente do Tribunal compete:

I - representar legalmente o Cade no País ou no exterior, em juízo ou fora dele;

II - presidir, com direito a voto, inclusive o de qualidade, as reuniões do Plenário do Tribunal;

III - distribuir, por sorteio, os processos aos Conselheiros;

IV - convocar as sessões e determinar a organização da respectiva pauta;

V - solicitar, a seu critério, que a Superintendência-Geral auxilie o Tribunal na tomada de providências extrajudiciais para o cumprimento das decisões do Tribunal;

VI - fiscalizar a Superintendência-Geral na tomada de providências para execução das decisões e julgados do Tribunal;

VII - assinar os compromissos e os acordos aprovados pelo Plenário do Tribunal;

VIII - submeter à aprovação do Plenário do Tribunal a proposta orçamentária e de lotação ideal do pessoal que prestará serviço ao Cade;

IX - orientar, coordenar e supervisionar as atividades administrativas do Cade;

X - ordenar as despesas atinentes ao Cade, ressalvadas as despesas da unidade gestora da Superintendência-Geral;

XI - firmar contratos e convênios com órgãos ou entidades nacionais;

XII - submeter, previamente, ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública propostas de contratos e de convênios a serem firmados com entidades internacionais;

XIII - firmar, após autorização do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, acordos ou convênios de cooperação internacional com órgãos de defesa da concorrência de outros países ou com entidades internacionais, com vistas à cooperação mútua e ao intercâmbio de informações em matéria de defesa da concorrência;

XIV - exercer a função de autoridade central para tramitação de pedidos ativos e passivos de cooperação jurídica internacional em matéria de defesa da concorrência, sem prejuízo das competências do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública e das atribuições previstas em tratados e em convenções internacionais dos quais a República Federativa do Brasil seja parte;

XV - executar e obter a cooperação mútua e o intercâmbio de informações com órgãos de defesa da concorrência de outros países ou com entidades internacionais, em matéria de defesa da concorrência, na forma estabelecida em tratados, em acordos ou em convênios e, na ausência desses instrumentos, com base em reciprocidade; e

XVI - determinar à Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade as providências judiciais determinadas pelo Tribunal.

Seção II
Dos Conselheiros

Art. 20. Aos Conselheiros compete:

I - emitir voto nos processos e nas questões submetidas ao Tribunal;

II - emitir despachos e lavrar as decisões nos processos em que forem relatores;

III - requisitar informações e documentos de quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, órgãos, autoridades e entidades, públicas ou privadas, respeitada a manutenção do sigilo legal, quando for o caso, e determinar as diligências necessárias ao exercício de suas funções;

IV - adotar medidas preventivas e fixar valor de multa diária pelo seu descumprimento;

V - solicitar, a seu critério, que a Superintendência-Geral realize as diligências e a produção das provas que entenderem pertinentes nos autos do processo administrativo, na forma estabelecida pela Lei nº 12.529, de 2011;

VI - requerer à Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade a emissão de parecer jurídico nos processos em que forem relatores, quando entenderem necessário e por meio de despacho fundamentado, na forma prevista no inciso VII do caput do art. 15 da Lei nº 12.529, de 2011;

VII - determinar ao Economista-Chefe, quando necessário, a emissão de parecer nos processos de que forem relatores, sem que tal determinação implique a suspensão do prazo de análise ou o prejuízo à tramitação normal do processo;

VIII - propor termo de compromisso de cessação e acordos e submetê-los à aprovação do Tribunal; e

IX - prestar ao Poder Judiciário, sempre que solicitado, todas as informações sobre andamento dos processos, podendo, inclusive, fornecer cópias dos autos para instruir ações judiciais.

Seção III
Do Superintendente-Geral

Art. 21. Ao Superintendente-Geral compete:

I - participar, quando entender necessário, sem direito a voto, das reuniões do Tribunal e proferir sustentação oral, na forma estabelecida no regimento interno;

II - cumprir e fazer cumprir as decisões do Tribunal na forma determinada pelo seu Presidente;

III - requerer à Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade as providências judiciais relativas ao exercício das competências da Superintendência-Geral;

IV - determinar ao Economista-Chefe a elaboração de estudos e pareceres;

V - ordenar despesas referentes à unidade gestora da Superintendência-Geral; e

VI - exercer outras atribuições previstas em lei.

Seção IV
Dos demais dirigentes

Art. 22. Ao Procurador-Chefe, ao Economista-Chefe, ao Diretor de Administração e Planejamento, ao Auditor-Chefe, ao Corregedor, aos Chefes de Gabinete, aos Chefes de Assessoria e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades de suas unidades.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. O Cade poderá requisitar servidores da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional para nele ter exercício, independentemente do exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

Parágrafo único. Ao servidor requisitado na forma prevista no **caput** são assegurados os direitos e as vantagens a que façam jus no órgão ou na entidade de origem, considerando-se o período de requisição para todos os efeitos da vida funcional como efetivo exercício no cargo que ocupe no órgão ou na entidade de origem.

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE:

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	CCE/FCE
	1	Presidente	CCE 1.18
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
	1	Assessor Técnico	CCE 2.10
	1	Assistente	CCE 2.07
	1	Assistente	FCE 2.07
ASSESSORIA TÉCNICA	1	Chefe de Assessoria	CCE 1.13
	1	Assessor Técnico	CCE 2.10
ASSESSORIA INTERNACIONAL	1	Chefe de Assessoria	CCE 1.13
Serviço	1	Chefe	CCE 1.05
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	1	Chefe de Assessoria	CCE 1.13
Serviço	1	Chefe	CCE 1.05
AUDITORIA INTERNA	1	Auditor-Chefe	FCE 1.13
Serviço	1	Chefe	FCE 1.05
CORREGEDORIA	1	Corregedor	CCE 1.10
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	4	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
Divisão	3	Chefe	FCE 1.07
Serviço	6	Chefe	CCE 1.05
Serviço	8	Chefe	FCE 1.05
Seção	4	Chefe	FCE 1.03
	2	Chefe de Projeto I	FCE 3.05
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO CADE	1	Procurador-Chefe	CCE 1.15
	1	Procurador Adjunto	FCE 1.13
	1	Chefe de Projeto I	FCE 3.05
Coordenação	3	Coordenador	FCE 1.10
Serviço	3	Chefe	FCE 1.05
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL	1	Superintendente-Geral	CCE 1.18
	2	Superintendente-Adjunto	CCE 1.15
	6	Chefe de Projeto I	CCE 3.06
	3	Chefe de Projeto I	FCE 3.06
	10	Chefe de Projeto I	CCE 3.05
	2	Chefe de Projeto I	FCE 3.05
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
	1	Assessor Técnico	CCE 2.10
Coordenação-Geral	4	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	7	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	9	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	3	Coordenador	FCE 1.10
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÔMICOS	1	Economista-Chefe	CCE 1.15
	1	Economista Adjunto	FCE 1.13
Coordenação	2	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
Serviço	3	Chefe	CCE 1.05
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA	6	Conselheiro	CCE 1.17
Assessoria	6	Chefe de Assessoria	CCE 1.13
	6	Assistente Técnico	CCE 2.06

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO CADE:

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
NE	6,41	2	12,82	-	-
CCE 1.18	6,41	-	-	2	12,82
SUBTOTAL 1		2	12,82	2	12,82
DAS 101.6	6,27	6	37,62	-	-
DAS 101.5	5,04	5	25,20	-	-
DAS 101.4	3,84	15	57,60	-	-
DAS 101.3	2,10	15	31,50	-	-
DAS 101.2	1,27	2	2,54	-	-
DAS 101.1	1,00	18	18,00	-	-
DAS 102.3	2,10	2	4,20	-	-
DAS 102.2	1,27	13	16,51	-	-
DAS 102.1	1,00	12	12,00	-	-
CCE 1.17	6,27	-	-	6	37,62
CCE 1.15	5,04	-	-	5	25,20
CCE 1.13	3,84	-	-	15	57,60
CCE 1.10	2,12	-	-	13	27,56
CCE 1.05	1,00	-	-	11	11,00
CCE 2.10	2,12	-	-	3	6,36
CCE 2.07	1,39	-	-	1	1,39
CCE 2.06	1,17	-	-	6	7,02
CCE 3.06	1,17	-	-	6	7,02
CCE 3.05	1,00	-	-	10	10,00
SUBTOTAL 2		88	205,17	76	190,77
FCPE 101.4	2,30	14	32,20	-	-
FCPE 101.3	1,26	4	5,04	-	-
FCPE 101.2	0,76	1	0,76	-	-
FCPE 101.1	0,60	5	3,00	-	-
FCPE 102.2	0,76	3	2,28	-	-
FCPE 102.1	0,60	3	1,80	-	-
FCE 1.13	2,30	-	-	14	32,20
FCE 1.10	1,27	-	-	8	10,16
FCE 1.07	0,83	-	-	3	2,49
FCE 1.05	0,60	-	-	12	7,20
FCE 1.03	0,37	-	-	4	1,48
FCE 2.07	0,83	-	-	1	0,83
FCE 3.06	0,70	-	-	3	2,10
FCE 3.05	0,60	-	-	5	3,00
SUBTOTAL 3		30	45,08	50	59,46
TOTAL		120	263,07	128	263,05

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS, DE FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE, DE CARGOS COMISSIONADOS EXECUTIVOS - CCE E DE FUNÇÕES COMISSIONADAS EXECUTIVAS - FCE

a) DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE PARA A SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DO CADE PARA A SEGES/ME	
		QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	6	37,62
DAS 101.5	5,04	5	25,20
DAS 101.4	3,84	15	57,60
DAS 101.3	2,10	15	31,50
DAS 101.2	1,27	2	2,54
DAS 101.1	1,00	18	18,00
DAS 102.3	2,10	2	4,20
DAS 102.2	1,27	13	16,51
DAS 102.1	1,00	12	12,00
SUBTOTAL 1		88	205,17
FCPE 101.4	2,30	14	32,20
FCPE 101.3	1,26	4	5,04
FCPE 101.2	0,76	1	0,76
FCPE 101.1	0,60	5	3,00
FCPE 102.2	0,76	3	2,28
FCPE 102.1	0,60	3	1,80
SUBTOTAL 2		30	45,08
TOTAL		118	250,25

b) DA SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA PARA O CADE:

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	DA SEGES/ME PARA O CADE	
		QTD.	VALOR TOTAL
CCE 1.17	6,27	6	37,62
CCE 1.15	5,04	5	25,20
CCE 1.13	3,84	15	57,60
CCE 1.10	2,12	13	27,56
CCE 1.05	1,00	11	11,00
CCE 2.10	2,12	3	6,36
CCE 2.07	1,39	1	1,39
CCE 2.06	1,17	6	7,02
CCE 3.06	1,17	6	7,02
CCE 3.05	1,00	10	10,00
SUBTOTAL 1		76	190,77
FCE 1.13	2,30	14	32,20
FCE 1.10	1,27	8	10,16
FCE 1.07	0,83	3	2,49
FCE 1.05	0,60	12	7,20
FCE 1.03	0,37	4	1,48
FCE 2.07	0,83	1	0,83
FCE 3.06	0,70	3	2,10
FCE 3.05	0,60	5	3,00
SUBTOTAL 2		50	59,46
TOTAL		126	250,23

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORIAMENTO SUPERIORES - DAS E DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE, TRANSFORMADOS NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 6º DA LEI Nº 14.204, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021

CÓDIGO	DAS/CCE-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL (a)		SITUAÇÃO NOVA (b)		DIFERENÇA (c = b - a)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
NE	6,41	2	12,82	-	-	-2	-12,82
CCE-18	6,41	-	-	2	12,82	2	12,82
CCE-17	6,27	-	-	6	37,62	6	37,62
CCE-15	5,04	-	-	5	25,20	5	25,20
CCE-13	3,84	-	-	15	57,60	15	57,60
CCE-10	2,12	-	-	16	33,92	16	33,92
CCE-7	1,39	-	-	1	1,39	1	1,39
CCE-6	1,17	-	-	12	14,04	12	14,04
CCE-5	1,00	-	-	21	21,00	21	21,00
DAS-6	6,27	6	37,62	-	-	-6	-37,62
DAS-5	5,04	5	25,20	-	-	-5	-25,20
DAS-4	3,84	15	57,60	-	-	-15	-57,60
DAS-3	2,10	17	35,70	-	-	-17	-35,70
DAS-2	1,27	15	19,05	-	-	-15	-19,05
DAS-1	1,00	30	30,00	-	-	-30	-30,00
FCE-13	2,30	-	-	14	32,20	14	32,20
FCE-10	1,27	-	-	8	10,16	8	10,16
FCE-7	0,83	-	-	4	3,32	4	3,32
FCE-6	0,70	-	-	3	2,10	3	2,10
FCE-5	0,60	-	-	17	10,20	17	10,20
FCE-3	0,37	-	-	4	1,48	4	1,48
FCPE-4	2,30	14	32,20	-	-	-14	-32,20
FCPE-3	1,26	4	5,04	-	-	-4	-5,04
FCPE-2	0,76	4	3,04	-	-	-4	-3,04
FCPE-1	0,60	8	4,80	-	-	-8	-4,80
TOTAL		120	263,07	128	263,05	8	-0,02

DECRETO Nº 11.223, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Nacional de Saúde - Funasa e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam aprovados o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo III, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, Funções Gratificadas - FG, Cargos Comissionados Executivos - CCE e Funções Comissionadas Executivas - FCE:

I - da Funasa para a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia:

a) um DAS 101.6;
b) seis DAS 101.5;
c) trinta e cinco DAS 101.4;
d) trinta e três DAS 101.3;
e) um DAS 101.1;
f) um DAS 102.4;
g) cinco DAS 102.3;
h) oito DAS 102.1;
i) cinquenta e quatro FCPE 101.2;
j) cinquenta e oito FCPE 101.1;
k) duas FCPE 102.2;
l) cento e setenta e duas FG-1; e
m) duzentas e trinta e quatro FG-2; e

II - da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia para a Funasa:

a) um CCE 1.17;
b) quatro CCE 1.15;
c) trinta e cinco CCE 1.13;
d) trinta e três CCE 1.10;
e) um CCE 1.07;
f) três CCE 2.13;
g) quatro CCE 2.10;
h) três CCE 2.07;
i) um CCE 2.06;
j) seis CCE 2.05;
k) duas FCE 1.15;
l) seis FCE 1.13;
m) cinquenta e nove FCE 1.10;
n) cento e vinte e três FCE 1.07;
o) treze FCE 4.13;
p) duas FCE 4.10;
q) noventa e três FCE 4.09;
r) cinquenta FCE 4.06; e
s) seiscentas e vinte e seis FCE 4.05.

Art. 3º Ficam remanejadas, na forma do Anexo IV, da Funasa para a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, as seguintes Funções Comissionadas Técnicas - FCT previstas no Anexo II ao Decreto nº 7.100, de 4 de fevereiro de 2010:

I - quarenta e três FCT-1;
II - cinquenta e seis FCT-2;
III - sessenta e nove FCT-3;
IV - setenta e quatro FCT-4;
V - trinta e cinco FCT-5;
VI - quatro FCT-6;
VII - vinte e uma FCT-7;
VIII - nove FCT-8;
IX - nove FCT-9;
X - quinze FCT-10;
XI - vinte FCT-11;
XII - vinte e duas FCT-12; e
XIII - trinta e três FCT-13.

Art. 4º Ficam transformados, nos termos do disposto no art. 6º da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, na forma do Anexo V:

I - em CCE: cargos em comissão do Grupo-DAS; e
II - em FCE:
a) cargos em comissão do Grupo-DAS;
b) FCPE;
c) FG; e
d) FCT.

Art. 5º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança que deixam de existir no Estatuto da Funasa por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 6º Aplica-se o disposto nos art. 14 e art. 15 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, e nos art. 11 a art. 14 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, quanto:

I - ao registro de dados no Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg;
II - aos prazos para apostilamentos;
III - ao regimento interno;
IV - à permuta entre CCE e FCE;
V - ao registro das alterações por ato inferior a decreto; e
VI - à realocação de cargos em comissão e funções de confiança no Estatuto da Funasa.

Art. 7º Ficam revogados:

I - o Decreto nº 7.100, de 2010;
II - o Decreto nº 8.867, de 3 de outubro de 2016; e
III - o Decreto nº 10.476, de 27 de agosto de 2020.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor em 27 de outubro de 2022.

Brasília, 5 de outubro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes

ANEXO I

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA

CAPÍTULO I
DA NATUREZA, DA SEDE E DA FINALIDADE

Art. 1º A Fundação Nacional de Saúde - Funasa, fundação pública vinculada ao Ministério da Saúde, instituída com fundamento no disposto no art. 14 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e prazo de duração indeterminado.

Art. 2º À Funasa, entidade de promoção e proteção à saúde, compete:

I - fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças; e

II - formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Funasa tem a seguinte estrutura organizacional:
I - órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente:
a) Gabinete; e
b) Diretoria-Executiva;
II - órgãos seccionais:
a) Procuradoria Federal Especializada;
b) Auditoria Interna;
c) Corregedoria;
d) Ouvidoria; e
e) Departamento de Administração;
III - órgãos específicos singulares:
a) Departamento de Engenharia de Saúde Pública; e
b) Departamento de Saúde Ambiental; e
IV - unidades descentralizadas: Superintendências Estaduais.

CAPÍTULO III
DA DIREÇÃO E DA NOMEAÇÃO

Art. 4º A Funasa é dirigida por um Presidente, auxiliado por um Diretor-Executivo e por três Diretores.

Parágrafo único. O Presidente da Funasa e seus Diretores serão indicados pelo Ministro de Estado da Saúde e nomeados na forma estabelecida na legislação.

Art. 5º A nomeação do Procurador-Chefe será precedida de indicação do Advogado-Geral da União, na forma estabelecida no § 3º do art. 12 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002.

Art. 6º O Auditor-Chefe será designado e dispensado na forma estabelecida no § 5º do art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

Art. 7º O Corregedor será designado na forma estabelecida no art. 8º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.

CAPÍTULO IV
DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

Seção I
Dos órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente da Fundação Nacional de Saúde

Art. 8º Ao Gabinete compete:

I - assistir o Presidente da Funasa em sua representação política e social;

II - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas a apoio administrativo; e

III - coordenar as atividades relativas à comunicação social, à imprensa, às mídias de rede, ao museu, à biblioteca, ao cerimonial e aos eventos.

Art. 9º À Diretoria-Executiva, órgão seccional integrante dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal e de Administração Financeira Federal, compete planejar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades relativas a:

I - programas especiais do Governo federal relacionados com a Funasa;

II - elaboração, acompanhamento e avaliação do planejamento estratégico, dos planos anuais de trabalho e do plano plurianual;

III - elaboração de planos, programas e projetos que visem à melhoria da gestão, do desempenho e dos resultados institucionais;

IV - elaboração de propostas subsidiárias ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias;

V - sistematização do processo de planejamento e avaliação das atividades institucionais, de acordo com indicadores de desempenho organizacional, e elaboração do relatório de gestão anual;

VI - gerenciamento administrativo dos acordos com organismos internacionais;

VII - celebração e acompanhamento dos convênios firmados pela Funasa e análise da prestação de contas dos recursos transferidos;

VIII - gestão orçamentária da Funasa; e

IX - elaboração da proposta orçamentária da Funasa, em conjunto com os demais Departamentos.

Seção II
Dos órgãos seccionais

Art. 10. À Procuradoria Federal Especializada, órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, compete:

I - representar judicial e extrajudicialmente a Funasa, observadas as normas estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal;

II - orientar a execução da representação judicial da Funasa, quando sob a responsabilidade dos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;

III - exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito da Funasa e aplicar, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

IV - auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na apuração de liquidez e certeza de créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da Funasa, para inscrição em dívida ativa e cobrança;

V - zelar pela observância da Constituição, das leis e dos atos emanados dos Poderes Públicos, sob a orientação normativa da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal; e

VI - encaminhar à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria-Geral Federal, conforme o caso, pedido de apuração de falta funcional praticada por seus membros.

Art. 11. À Auditoria Interna compete:

I - proceder ao controle interno, fiscalizar e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos e operacionais da Funasa;

II - assessorar o Presidente da Funasa para o cumprimento dos objetivos institucionais, prioritariamente na supervisão e no controle interno administrativo;

III - realizar auditorias e emitir relatório sobre a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação dos recursos, relativamente aos programas e às ações sob a responsabilidade da Funasa;

IV - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da Funasa e sobre as tomadas de contas especiais;

V - editar as normas e estabelecer as diretrizes da área da Auditoria Interna, em conjunto com as demais unidades da Funasa;

VI - acompanhar o atendimento às diligências e a implementação das recomendações dos órgãos e das unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União; e

VII - elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna.

Art. 12. À Corregedoria, órgão setorial do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, compete:

I - planejar, coordenar, executar e avaliar as atividades disciplinares e de correição no âmbito da Funasa;

II - requisitar ou instaurar, a partir de representações e de denúncias, sindicâncias, incluídas as patrimoniais, processos administrativos disciplinares e demais procedimentos correcionais para apurar responsabilidade por irregularidades praticadas no âmbito da Funasa;

III - decidir sobre as propostas de arquivamento de denúncias e representações;

IV - encaminhar ao Presidente da Funasa, para julgamento, os processos administrativos disciplinares e de sindicância;

V - propor o encaminhamento, ao Ministro de Estado da Saúde, para julgamento, dos processos administrativos disciplinares cujas penalidades propostas sejam demissão, suspensão superior a trinta dias, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada; e

VI - exercer as demais competências previstas no art. 5º do Decreto nº 5.480, de 2005.

Art. 13. À Ouvidoria, órgão setorial do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal no âmbito da Funasa, compete:

I - receber, analisar, diligenciar, monitorar e dar tratamento às manifestações encaminhadas à Funasa, na forma estabelecida na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

II - exercer as atividades de ouvidoria previstas nos art. 13 a art. 17 da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017;

III - promover a participação do usuário na avaliação dos serviços da Funasa, em cooperação com outras entidades de defesa do usuário do serviço público;

IV - auxiliar na prevenção e na correção dos atos e procedimentos incompatíveis com os princípios estabelecidos na legislação; e

V - propor a adoção de medidas para a defesa dos direitos do usuário, em observância às determinações legais.

Art. 14. Ao Departamento de Administração compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar, na condição de órgão seccional, as atividades relacionadas com os Sistemas de:

a) Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - Sisp;
b) Administração Financeira Federal;
c) Contabilidade Federal;
d) Gestão de Documentos de Arquivo - Siga;
e) Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg;
f) Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec;
g) Planejamento e de Orçamento Federal; e
h) Serviços Gerais - Sisg; e

II - planejar, coordenar e supervisionar a implementação de atividades relativas às seguintes áreas:

a) pessoal, patrimônio, compras e contratações;

b) análise, elaboração e fiscalização de projetos de engenharia relativos aos edifícios públicos sob responsabilidade da Funasa;

c) descentralização de créditos e transferência de recursos para as unidades descentralizadas, quando autorizadas pela Diretoria-Executiva;

d) desenvolvimento institucional, organização, qualidade, normatização e racionalização de instrumentos, métodos e procedimentos de trabalho;

e) utilização, manutenção e modernização dos recursos de tecnologia da informação;

f) definição de padrões, diretrizes, normas e procedimentos para transferência de informações e serviços de informática no âmbito da Funasa; e

g) execução orçamentária e financeira.

Seção III
Dos órgãos específicos singulares

Art. 15. Ao Departamento de Engenharia de Saúde Pública compete coordenar, planejar e supervisionar a execução das atividades relativas a:

I - formulação de planos e programas de saneamento e engenharia voltados para a prevenção e o controle de doenças, em consonância com as políticas públicas de saúde e saneamento;

II - formulação e implementação de ações de saneamento e engenharia, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;

III - cooperação técnica com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para a melhoria da gestão dos sistemas públicos de saneamento;

IV - acompanhamento gerencial de ações em saneamento fomentadas pela Funasa;

V - acompanhamento e análise de projetos de engenharia relativos a obras financiadas com recursos da Funasa; e

VI - fiscalização e acompanhamento das obras de engenharia financiadas com recursos da Funasa.

Art. 16. Ao Departamento de Saúde Ambiental compete planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas a:

I - formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;

II - apoio às ações de controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano, de forma articulada com seus respectivos responsáveis, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

III - apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de atuação da Funasa; e

IV - fomento à educação em saúde ambiental.

Seção IV
Das unidades descentralizadas

Art. 17. Às Superintendências Estaduais compete coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da Funasa, em suas respectivas áreas de atuação.

CAPÍTULO V
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Seção I
Do Presidente da Fundação Nacional de Saúde

Art. 18. Ao Presidente da Funasa incumbe:

I - representar a Funasa;

II - estabelecer as diretrizes de atuação e exercer a direção-geral das unidades da Funasa;

III - aprovar o planejamento e a proposta orçamentária anual e submetê-los à apreciação do Ministro de Estado da Saúde;

IV - firmar acordos, contratos e convênios com órgãos e entidades nacionais e estrangeiras, observada a legislação;

V - praticar todos os atos pertinentes à administração orçamentária, financeira, contábil, de patrimônio, de material e de serviços gerais, na forma prevista na legislação, e determinar auditorias e verificações periódicas nas respectivas áreas;

VI - autorizar o provimento de recursos financeiros e de materiais necessários à execução de planos, programas, projetos e atividades;

VII - julgar sindicâncias, processos administrativos disciplinares e auditorias, de acordo com a legislação;

VIII - prover cargos e funções, requisitar pessoal e praticar os demais atos de administração de pessoal, observada a legislação;

IX - apresentar, nos prazos estabelecidos, a prestação de contas correspondente ao exercício anterior; e

X - editar normas regulamentares e praticar os demais atos pertinentes à organização e ao funcionamento da Funasa, nos termos estabelecidos no regimento interno.

Seção II
Do Diretor-Executivo

Art. 19. Ao Diretor-Executivo incumbe:

I - substituir o Presidente da Funasa em seus afastamentos ou impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo;

II - assessorar o Presidente na administração da Funasa; e

III - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades da Diretoria-Executiva.

Seção III
Dos demais dirigentes

Art. 20. Aos Diretores, ao Procurador-Chefe, ao Auditor-Chefe, ao Corregedor, ao Ouvidor, ao Chefe de Gabinete e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades de suas unidades e exercer outras atribuições que lhes sejam cometidas pelo Presidente da Funasa.

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA:

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	CCE/FCE
	1	Presidente	CCE 1.17
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	2	Assessor	CCE 2.13
	3	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.13
Secretaria-Executiva da Comissão de Ética	1	Secretário-Executivo	FCE 1.10
	2	Assessor Técnico	CCE 2.10
	9	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.09
	2	Assistente	CCE 2.07
	1	Assistente Técnico	CCE 2.06
	3	Assistente Técnico	CCE 2.05
	3	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
Coordenação	2	Coordenador	CCE 1.10
	5	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.09
Divisão	2	Chefe	FCE 1.07
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
DIRETORIA-EXECUTIVA	1	Diretor-Executivo	CCE 1.15
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	CCE 1.13
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.13
Coordenação	3	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	3	Coordenador	FCE 1.10
	4	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.09
	1	Assistente	CCE 2.07
	11	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA	1	Procurador-Chefe	FCE 1.15
	1	Assessor	CCE 2.13
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.13
Coordenação	4	Coordenador	FCE 1.10
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.09
	5	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
AUDITORIA INTERNA	1	Auditor-Chefe	FCE 1.15
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.13
Coordenação	4	Coordenador	FCE 1.10
	1	Assessor Técnico	CCE 2.10
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.10
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.09
	1	Assistente Técnico	CCE 2.05
	8	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
CORREGEDORIA	1	Corregedor	CCE 1.13
Coordenação	2	Coordenador	CCE 1.10
	5	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.09
	2	Assistente Técnico	CCE 2.05
	10	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
OUVIDORIA	1	Ouvidor	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.09
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	2	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.13
Coordenação	4	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	8	Coordenador	FCE 1.10
	1	Assessor Técnico	CCE 2.10
	11	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.09
Divisão	1	Chefe	CCE 1.07
Divisão	5	Chefe	FCE 1.07
	14	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	3	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.13
Coordenação	3	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	3	Coordenador	FCE 1.10
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.10
	11	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.09
	10	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
DEPARTAMENTO DE SAÚDE AMBIENTAL	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
	2	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.13
Coordenação	2	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
	4	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.09
Divisão	1	Chefe	FCE 1.07
	7	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
SUPERINTENDÊNCIAS ESTADUAIS	26	Superintendente Estadual	CCE 1.13
Coordenação	17	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	35	Coordenador	FCE 1.10
	41	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.09
Divisão	115	Chefe	FCE 1.07
	50	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.06
	557	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA FUNASA:

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	1	6,27	-	-
DAS 101.5	5,04	6	30,24	-	-
DAS 101.4	3,84	35	134,40	-	-
DAS 101.3	2,10	33	69,30	-	-
DAS 101.1	1,00	1	1,00	-	-
DAS 102.4	3,84	1	3,84	-	-
DAS 102.3	2,10	5	10,50	-	-
DAS 102.1	1,00	8	8,00	-	-
CCE 1.17	6,27	-	-	1	6,27
CCE 1.15	5,04	-	-	4	20,16
CCE 1.13	3,84	-	-	35	134,40
CCE 1.10	2,12	-	-	33	69,96
CCE 1.07	1,39	-	-	1	1,39
CCE 2.13	3,84	-	-	3	11,52
CCE 2.10	2,12	-	-	4	8,48
CCE 2.07	1,39	-	-	3	4,17
CCE 2.06	1,17	-	-	1	1,17
CCE 2.05	1,00	-	-	6	6,00
SUBTOTAL 1		90	263,55	91	263,52
FCPE 101.2	0,76	54	41,04	-	-
FCPE 101.1	0,60	58	34,80	-	-
FCPE 102.2	0,76	2	1,52	-	-
FCE 1.15	3,03	-	-	2	6,06
FCE 1.13	2,30	-	-	6	13,80
FCE 1.10	1,27	-	-	59	74,93
FCE 1.07	0,83	-	-	123	102,09
FCE 4.13	2,30	-	-	13	29,90
FCE 4.10	1,27	-	-	2	2,54
FCE 4.09	1,00	-	-	93	93,00
FCE 4.06	0,70	-	-	50	35,00
FCE 4.05	0,60	-	-	626	375,60
SUBTOTAL 2		114	77,36	974	732,92
FG-1	0,20	172	34,40	-	-
FG-2	0,15	234	35,10	-	-
SUBTOTAL 3		406	69,50	-	-
TOTAL		610	410,41	1.065	996,44

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS, DE FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE, DE FUNÇÕES GRATIFICADAS - FG, DE CARGOS COMISSIONADOS EXECUTIVOS - CCE E DE FUNÇÕES COMISSIONADAS EXECUTIVAS - FCE

a) DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA PARA A SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA FUNASA PARA A SEGES/ME	
		QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	1	6,27
DAS 101.5	5,04	6	30,24
DAS 101.4	3,84	35	134,40
DAS 101.3	2,10	33	69,30
DAS 101.1	1,00	1	1,00
DAS 102.4	3,84	1	3,84
DAS 102.3	2,10	5	10,50
DAS 102.1	1,00	8	8,00
SUBTOTAL 1		90	263,55
FCPE 101.2	0,76	54	41,04
FCPE 101.1	0,60	58	34,80
FCPE 102.2	0,76	2	1,52
SUBTOTAL 2		114	77,36
FG-1	0,20	172	34,40
FG-2	0,15	234	35,10
SUBTOTAL 3		406	69,50
TOTAL		610	410,41

b) DA SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA PARA A FUNASA:

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	DA SEGES/ME PARA A FUNASA	
		QTD.	VALOR TOTAL
CCE 1.17	6,27	1	6,27
CCE 1.15	5,04	4	20,16
CCE 1.13	3,84	35	134,40
CCE 1.10	2,12	33	69,96
CCE 1.07	1,39	1	1,39
CCE 2.13	3,84	3	11,52
CCE 2.10	2,12	4	8,48
CCE 2.07	1,39	3	4,17
CCE 2.06	1,17	1	1,17
CCE 2.05	1,00	6	6,00
SUBTOTAL 1		91	263,52
FCE 1.15	3,03	2	6,06
FCE 1.13	2,30	6	13,80
FCE 1.10	1,27	59	74,93
FCE 1.07	0,83	123	102,09
FCE 4.13	2,30	13	29,90
FCE 4.10	1,27	2	2,54
FCE 4.09	1,00	93	93,00
FCE 4.06	0,70	50	35,00
FCE 4.05	0,60	626	375,60
SUBTOTAL 2		974	732,92
TOTAL		1.065	996,44

ANEXO IV

REMANEJAMENTO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS - FCT DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA PARA A SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	DA FUNASA PARA A SEGES/ME	
		QTD.	VALOR TOTAL
FCT-1	2,58	43	110,94
FCT-2	2,17	56	121,52
FCT-3	1,82	69	125,58
FCT-4	1,52	74	112,48
FCT-5	1,28	35	44,80
FCT-6	1,07	4	4,28
FCT-7	0,90	21	18,90
FCT-8	0,75	9	6,75
FCT-9	0,63	9	5,67
FCT-10	0,53	15	7,95
FCT-11	0,44	20	8,80
FCT-12	0,37	22	8,14
FCT-13	0,31	33	10,23
TOTAL		410	586,04

ANEXO V

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS, DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE, DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS - FG E DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS - FCT, TRANSFORMADOS NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 6º DA LEI Nº 14.204, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021

CÓDIGO	DAS/CCE-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL (a)		SITUAÇÃO NOVA (b)		DIFERENÇA (c = b - a)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS-6	6,27	1	6,27	-	-	-1	-6,27
DAS-5	5,04	6	30,24	-	-	-6	-30,24
DAS-4	3,84	36	138,24	-	-	-36	-138,24
DAS-3	2,10	38	79,80	-	-	-38	-79,80
DAS-1	1,00	9	9,00	-	-	-9	-9,00
CCE-17	6,27	-	-	1	6,27	1	6,27
CCE-15	5,04	-	-	4	20,16	4	20,16
CCE-13	3,84	-	-	38	145,92	38	145,92
CCE-10	2,12	-	-	37	78,44	37	78,44
CCE-7	1,39	-	-	4	5,56	4	5,56
CCE-6	1,17	-	-	1	1,17	1	1,17
CCE-5	1,00	-	-	6	6,00	6	6,00
FCPE-2	0,76	56	42,56	-	-	-56	-42,56
FCPE-1	0,60	58	34,80	-	-	-58	-34,80
FCE-15	3,03	-	-	2	6,06	2	6,06
FCE-13	2,30	-	-	19	43,70	19	43,70
FCE-10	1,27	-	-	61	77,47	61	77,47
FCE-9	1,00	-	-	93	93,00	93	93,00
FCE-7	0,83	-	-	123	102,09	123	102,09
FCE-6	0,70	-	-	50	35,00	50	35,00
FCE-5	0,60	-	-	626	375,60	626	375,60
FG-1	0,20	172	34,40	-	-	-172	-34,40
FG-2	0,15	234	35,10	-	-	-234	-35,10
FCT-1	2,58	43	110,94	-	-	-43	-110,94
FCT-2	2,17	56	121,52	-	-	-56	-121,52
FCT-3	1,82	69	125,58	-	-	-69	-125,58
FCT-4	1,52	74	112,48	-	-	-74	-112,48
FCT-5	1,28	35	44,80	-	-	-35	-44,80
FCT-6	1,07	4	4,28	-	-	-4	-4,28
FCT-7	0,90	21	18,90	-	-	-21	-18,90
FCT-8	0,75	9	6,75	-	-	-9	-6,75
FCT-9	0,63	9	5,67	-	-	-9	-5,67
FCT-10	0,53	15	7,95	-	-	-15	-7,95
FCT-11	0,44	20	8,80	-	-	-20	-8,80
FCT-12	0,37	22	8,14	-	-	-22	-8,14
FCT-13	0,31	33	10,23	-	-	-33	-10,23
TOTAL		1.020	996,45	1.065	996,44	45	-0,01

DECRETO Nº 11.224, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Institui o Conselho Nacional do Espaço.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Conselho Nacional do Espaço no âmbito da Presidência da República.

Art. 2º Ao Conselho Nacional do Espaço, órgão de assessoramento ao Presidente da República, compete:

I - estabelecer os parâmetros gerais relativos:

a) à formulação, ao acompanhamento e à avaliação da política espacial brasileira; e

b) a cooperações internacionais estratégicas relacionadas com a política espacial brasileira; e

II - estimular cooperações internacionais estratégicas relacionadas com a política espacial brasileira.

Parágrafo único. O Conselho Nacional do Espaço exercerá suas competências em coordenação com o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro.

Art. 3º O Conselho Nacional do Espaço é composto pelos seguintes membros:

I - Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que o presidirá;

II - Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

III - Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações;

IV - Ministro de Estado das Comunicações;

V - Ministro de Estado da Defesa; e

VI - Ministro de Estado da Economia.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Nacional do Espaço serão substituídos, em suas ausências e seus impedimentos, nas seguintes condições:

I - o Ministro de Estado da Defesa, pelo Comandante da Aeronáutica; e

II - os demais membros, pelos seus substitutos legais.

Art. 4º O Conselho Nacional do Espaço se reunirá, em caráter ordinário, anualmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação de seu Presidente.

§ 1º O quórum de reunião do Conselho Nacional do Espaço é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o Presidente do Conselho Nacional do Espaço terá o voto de qualidade.

§ 3º O Presidente do Conselho Nacional do Espaço poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

Art. 5º A Secretaria-Executiva do Conselho Nacional do Espaço será exercida pela Secretaria de Coordenação de Sistemas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Art. 6º Os membros do Conselho Nacional do Espaço que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por videoconferência, nos termos do disposto no Decreto nº 10.416, de 7 de julho de 2020, e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Art. 7º A participação no Conselho Nacional do Espaço será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de outubro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Ciro Nogueira Lima Filho
Augusto Heleno Ribeiro Pereira

Presidência da República

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Exposição de Motivos

Nº 80, de 30 de setembro de 2022. Resolução nº 10, de 30 de setembro de 2022, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. Aprovo. Em 5 de outubro de 2022.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Resolução CNPE nº 15, de 24 de junho de 2019, que define as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 2º, incisos I e IV, da Lei nº 9.478, de 6 agosto de 1997, no art. 1º, inciso I, alíneas "a" e "m", e inciso IV, no art. 2º, § 3º, inciso III, do Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000, no art. 5º, inciso III, e no art. 17, **caput**, do Regimento Interno do CNPE, aprovado pela Resolução CNPE nº 14, de 24 de junho de 2019, nas deliberações da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 2022, e o que consta do Processo nº 48380.000070/2021-08, resolve:

Art. 1º A Resolução CNPE nº 15, de 24 de junho de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º O Comitê RenovaBio encaminhará ao CNPE a proposta de meta compulsória de CBIOs para o ano subsequente até 30 de novembro de cada ano, observados os intervalos de tolerância vigentes.

Parágrafo único. O disposto no **caput** aplicar-se-á às metas a serem definidas para os anos de 2023 e seguintes." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ADOLFO SASCHIDA



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 317, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2 da Instrução Normativa n 22 , de 20 de junho de 2013 e o constante no processo 21042. 013231/2022-81, resolve:

HABILITAR, o(a) Médico(a) Veterinário(a) ANDRÉ ROBERTO SCOLARI, CRMV-RS nº 20418, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado, desde que haja parecer favorável da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul (SEAPDR).

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 28, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2.194, de 21/06/2019, publicada no Diário Oficial da União de 25/06/2019, combinada com a Portaria nº 561, de 11/04/2018, publicada no Diário Oficial da União de 16/04/2018, nos termos da Instrução Normativa nº 6, de 16/01/2018, publicada no Diário Oficial da União de 17/01/2018 e ainda o constante dos autos do processo SEI 21000.093506/2022-48, resolve:

Art. 1º - Habilitar a Médica Veterinária PATRICIA BRESCIANI GIUSTI, registrada junto ao CRMV Primário nº 10252/SC, para colheita e envio de amostras para diagnóstico do Mormo no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: a profissional deverá confeccionar carimbo contendo nome, CRMV-SC e o número da Habilitação Mormo - SC que é composto do número da habilitação, seguido por barra e ano: (Habilitação/Ano).

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

CORREGEDORIA

DECISÃO DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

TERMO DE JULGAMENTO nº 282/2022/CORREG/MAPA
Referência: Processo SEI nº 21000.065598/2020-12.
Interessados: Corregedoria do MAPA
Assunto: Julgamento de Processo Administrativo de Responsabilização de Entes Privados - PAR

O CORREGEDOR DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no exercício da competência delegada através da Portaria MAPA nº 381, de 23 de dezembro de 2021, publicada no DOU de 24 de dezembro de 2021, seção 1, página 10, prevista no art. 8º, §1º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, considerando o que consta dos autos epigrafados, notadamente o conteúdo do Relatório Final do colegiado processante (SEI nº 15107896), pelos fundamentos de fato e de direito apresentados pela Corregedoria, conforme Nota Técnica nº 168/2021/CORREG/MAPA (SEI nº 15656689), pela Consultoria Jurídica, conforme PARECER n. 00412/2022/CONJUR-MAPA/CGU/AGU (SEI nº 23589877), o DESPACHO CONJUR n. 06001/2022/CONJUR-MAPA/CGU/AGU (SEI nº 23589883), ratificados pelo DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 13763/2022/CONJUR-MAPA/CGU/AGU (SEI nº 23589888), de 22/08/2022, os quais adoto, na forma do descrito no Despacho nº 61 (24037178), sem necessidade de nova fundamentação, nos termos do art. 50, parágrafo primeiro, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e sob o fundamento no art. 6º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no art. 4º do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, RESOLVO:

Art.1º - ACOLHER PARCIALMENTE o Relatório final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização - CPAR, concluindo pela responsabilização das pessoas jurídicas SINDICATO DOS ARMADORES E DAS INDUSTRIAS DA PESCA DE ITAJAI E REGIAO - SINDIPI, CNPJ 83.822.122/0001-90, por interferir irregularmente perante a Administração Pública, para a emissão de licença de pesca da tainha, sem o cumprimento dos requisitos vigentes, violando, assim, o art. 5º, inciso V da Lei nº 12.846/2013, bem como do Ente Privado LIFE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, CNPJ 15.032.362/0001-31, pela prática de utilizar interposta pessoa, bem como interferir irregularmente perante a Administração Pública, para a emissão de licença de pesca da tainha sem o cumprimento dos requisitos vigentes, violando, assim, os incisos III e V, da Lei nº 12.846/2013, cujos fatos foram revelados após deflagração da Operação Enredados, pela Polícia Federal em 2015, devendo-lhes ser aplicadas as sanções previstas no art. 6º, I e II da citada Lei nº 12.846/2013, quais sejam:

a) Multa no valor de R$ 54.106,45 (cinquenta e quatro mil, cento e seis reais e quarenta e cinco centavos) ao SINDICATO DOS ARMADORES E DAS INDUSTRIAS DA PESCA DE ITAJAI E REGIAO - SINDIPI, CNPJ 83.822.122/0001-90, balizado pela utilização dos limites mínimo e máximo, conforme os dispositivos legais e regulamentares que preveem os critérios de cálculo, arts. 6º e 7º da Lei nº 12.846/2013 e arts. 20 a 26 do Decreto nº 11.129/2022.

b) Multa no valor de R$ 4.898,33 (quatro mil, oitocentos e noventa e oito reais e trinta e três centavos) à LIFE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, CNPJ 15.032.362/0001-31, balizado pela utilização dos limites mínimo e máximo, conforme os dispositivos legais e regulamentares que preveem os critérios de cálculo, arts. 6º e 7º da Lei nº 12.846/2013 e arts. 20 a 26 do Decreto nº 11.129/2022.

Art. 2º - DETERMINAR a publicação extraordinária desta decisão, nos termos do art. 28, do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, combinado com art. 6º, inciso II e parágrafo 5º da Lei nº 12.846, de 2013, na forma de extrato de sentença, contendo as informações em anexo, às expensas dos Entes Privados apenados, cumulativamente:

I - em meio de comunicação de grande circulação, física ou eletrônica, na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;

II - em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias; e

III - em seu sítio eletrônico, pelo prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias e em destaque na página principal do referido sítio.

Art. 3º - Após publicação desta decisão, deve a Coordenação-Geral Técnica-Jurídico Correcional:

a) notificar os Órgãos de Controle, de Fiscalização e de Persecução Penal quanto ao desfecho da presente ação disciplinar, dando ciência do inteiro teor do Relatório Final, dos Pareceres Jurídicos e do Termo de Julgamento, com remessa de demais documentos pertinentes ao caso, ou através de concessão de "acesso externo" do Sistema SEI;

b) acompanhar os eventuais pedidos de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação, nos termos do art. 11 do Decreto nº 8.420/15.

c) após o referido prazo, realizar a alimentação do Sistema CGUPJ/SISCOR, com os dados desenvolvidos nos autos do Processo Administrativo em questão, a fim de dar ciência à Corregedoria-Geral da União quanto ao deslinde do feito disciplinar;

d) no caso de não apresentação da referida impugnação, inserir no CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS (CNEP) as sanções ora aplicadas, bem como promover as cobranças administrativas, conforme determina a legislação.

e) certificar o cumprimento ou não das sanções ora imputadas, com os encaminhamentos de praxe.

NÉLIO DO AMPARO MACABU JÚNIOR

ANEXO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Anexo I do Termo de Julgamento nº 282/2022/CORREG/MAPA
EXTRATO DE DECISÃO A SER PUBLICADO PELO ENTE PRIVADO SINDIPI:
"MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
DECISÃO CONDENATÓRIA POR ATO LESIVO DA LEI Nº 12.846/2013
Julgamento do Processo Administrativo de Responsabilização nº 21000.065598/2020-12

Decisão do Corregedor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União, de [...DATA...], [...PÁGINA...], pela aplicação da penalidade de multa, no valor de R$ 54.106,45 (cinquenta e quatro mil, cento e seis reais e quarenta e cinco centavos), e de publicação extraordinária da decisão administrativa em face da pessoa jurídica:

SINDICATO DOS ARMADORES E DAS INDUSTRIAS DA PESCA DE ITAJAI E REGIAO - SINDIPI, CNPJ 83.822.122/0001-90

por interferir irregularmente perante a Administração Pública, para a emissão de licença de pesca da tainha, sem o cumprimento dos requisitos vigentes, cujos fatos foram revelados após deflagração da Operação Enredados, pela Polícia Federal em 2015, violando, assim, o art. 5º, inciso V da Lei nº 12.846/2013"

Anexo II do Termo de Julgamento nº 282/2022/CORREG/MAPA
EXTRATO DE DECISÃO A SER PUBLICADO PELO ENTE PRIVADO LIFE:
"MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
DECISÃO CONDENATÓRIA POR ATO LESIVO DA LEI Nº 12.846/2013
Julgamento do Processo Administrativo de Responsabilização nº 21000.065598/2020-12

Decisão do Corregedor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União, de [...DATA...], [...PÁGINA...], pela aplicação da penalidade de multa, no valor de R$ 4.898,33 (quatro mil, oitocentos e noventa e oito reais e trinta e três centavos), e de publicação extraordinária da decisão administrativa em face da pessoa jurídica:

LIFE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, CNPJ 15.032.362/0001-31

pela prática de utilizar interposta pessoa, bem como interferir irregularmente perante a Administração Pública, para a emissão de licença de pesca da tainha, sem o cumprimento dos requisitos vigentes, violando, assim, os incisos III e V, da Lei nº 12.846/2013, cujos fatos foram revelados após deflagração da Operação Enredados, pela Polícia Federal em 2015."

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

PORTARIA Nº 2, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

A Coordenadora do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao disposto no § 2°, do art. 4º, da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997, e no inciso III, do art. 3°, do Decreto nº 2.366, de 5 de novembro de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 21000.095291/2022-08, DIVULGA, para fins de proteção de cultivares de MAMONA (*Ricinus communis L.*), os descritores mínimos definidos na forma do Anexo.

Ficam revogados os descritores mínimos publicados no DOU de 01/08/2008, exceto para ensaios já iniciados até a data da publicação desta Portaria, aos quais é facultado o uso do presente documento.

O formulário estará disponível aos interessados pela internet no endereço: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/protecao-de-cultivar/agricolas.

STEFÂNIA PALMA ARAUJO

ANEXO

INSTRUÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE DE CULTIVARES MAMONA (*Ricinus communis L.*).

I. OBJETIVO

Estas instruções visam estabelecer diretrizes para as avaliações de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade (DHE), a fim de uniformizar o procedimento técnico de comprovação de que a cultivar apresentada é distinta de outra(s) cujos descritores sejam conhecidos, é homogênea quanto às suas características dentro de uma mesma geração e é estável quanto à repetição das mesmas características ao longo de gerações sucessivas. Aplicam-se às cultivares de MAMONA (*Ricinus communis L.*).

II. AMOSTRA VIVA

1. Para atender ao disposto no art. 22 e seu parágrafo único da Lei nº 9.459, de 25 de abril de 1997, o requerente do pedido de proteção obrigar-se-á a manter e a disponibilizar ao Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC, amostras vivas da cultivar objeto de proteção, como especificado a seguir:

- 200 g de sementes como amostra de manipulação e exame (apresentar ao SNPC);

- 200 g de sementes para integrar a coleção de germoplasma (apresentar ao SNPC); e

- 200 g de sementes mantidas pelo obtentor.

2. As sementes deverão apresentar vigor e boas condições fitossanitárias devendo atender aos critérios estabelecidos nas Regras de Análise de Sementes - R.A.S.

3. As sementes deverão estar isentas de tratamento que afete a expressão das características da cultivar, salvo em casos especiais, devidamente justificados. Nesse caso, o tratamento deverá ser detalhadamente descrito.

4. A amostra viva deverá ser disponibilizada ao SNPC, após a obtenção do Certificado de Proteção. Entretanto, sempre que durante a análise do pedido for necessária a apresentação da amostra para confirmação de informações, a mesma deverá ser disponibilizada.

III. EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE - DHE

1. Os ensaios devem ser realizados por, no mínimo, dois ciclos independentes de cultivo, em condições ambientais similares. Os dois ciclos de cultivos deverão corresponder a duas plantações separadas.

2. Os ensaios devem ser conduzidos em um único local. Caso nesse local não seja possível a visualização de todas as características da cultivar, a mesma poderá ser avaliada em um local adicional.

3. Os ensaios de campo deverão ser conduzidos em condições que assegurem o desenvolvimento normal das plantas. O delineamento do ensaio deverá possibilitar que plantas, ou suas partes possam ser avaliadas individualmente ou removidas para avaliações, sem que isso prejudique as observações que venham a ser feitas até o final do ciclo de cultivo.

4. Os métodos recomendados para observação das características são indicados na segunda coluna da Tabela de Descritores Mínimos, segundo a legenda abaixo:

- MG: mensuração única de um grupo de plantas ou partes de plantas;
- MI: mensuração de um número de plantas ou partes de plantas, individualmente; e
- VG: avaliação visual única de um grupo de plantas ou partes de plantas.

5. No caso de linhagens e híbridos simples cada ensaio deverá ser conduzido com, no mínimo, 40 plantas, divididas em duas ou mais repetições; e no caso de demais híbridos e cultivares de polinização aberta, cada ensaio deverá ser conduzido com, no mínimo, 60 plantas, divididas em duas ou mais repetições.

6. No caso de linhagens e híbridos simples, as observações deverão ser feitas em, no mínimo, 20 plantas ou partes de cada uma das 20 plantas; e no caso de demais híbridos e cultivares de polinização aberta, as observações deverão ser realizadas em, no mínimo, 30 plantas ou partes de cada uma das 30 plantas. As observações de partes da planta deverão ser realizadas em duas amostras de cada planta.

7. Devido à variação da intensidade da luz ao longo do dia, as determinações de cores deverão ser feitas, de preferência, em recinto com iluminação artificial ou no meio do dia, sem incidência de luz solar direta. Essas cores deverão ser definidas contrapondo-se a parte da planta a um fundo branco.

8. Para a descrição da cultivar as avaliações deverão ser realizadas nas plantas com expressões típicas, devendo ser desconsideradas aquelas com expressões atípicas.

9. Para avaliação da homogeneidade de linhagens e híbridos simples deverá ser aplicada uma população padrão de 5%, com uma probabilidade de aceitação de, pelo menos, 95%. No caso de uma amostra com 40 plantas, será permitido, no máximo, 4 plantas atípicas.

10. Para avaliação da homogeneidade de demais híbridos e cultivares de polinização aberta, deve-se considerar a faixa de variação (desvio padrão), observada através de plantas individuais, e determinar se esta é similar a variedades comparáveis, já conhecidas. Essas variações na cultivar candidata deverão ser significativamente menores que nas cultivares comparativas.

10.1. Para características qualitativas e pseudoqualitativas, deve-se avaliar a cultivar por meio de plantas atípicas. Considerando-se uma população padrão de 5%, com uma probabilidade de aceitação de, pelo menos, 95%, para uma amostra de 60 plantas será permitido, no máximo, 5 plantas atípicas.

IV. CARACTERÍSTICAS AGRUPADORAS

1. Para a escolha das cultivares similares a serem plantadas no ensaio de DHE, utilizar as características agrupadoras.

2. Características agrupadoras são aquelas nas quais os níveis de expressão observados, mesmo quando obtidos em diferentes locais, podem ser usados para a organização dos ensaios de DHE, individualmente ou em conjunto com outras características, de forma que cultivares similares sejam plantadas agrupadas.

3. As seguintes características são consideradas úteis como características agrupadoras:

a) Lâmina foliar: cor das nervuras (característica 19);
b) Planta: tipo de inflorescência (característica 21);
c) Inflorescência: formato (característica 24);
d) Fruto: acúleos (característica 30);
e) Fruto: deiscência (característica 32); e
f) Semente: cor principal (característica 37).

V. SINAIS CONVENCIONAIS

- (a)-(e), (+), (#): ver item "IX OBSERVAÇÕES E FIGURAS";
- QL: Característica qualitativa;
- QN: Característica quantitativa; e
- PQ: Característica pseudo-qualitativa.
- MG, MI, VG: ver item III, 4.

VI. NOVIDADE E DURAÇÃO DA PROTEÇÃO

1. A fim de satisfazer o requisito de novidade estabelecido no inciso V, art. 3º, da Lei nº 9.456, de 1997, para poder ser protegida, a cultivar não poderá ter sido oferecida à venda no Brasil há mais de doze meses em relação à data do pedido de proteção e, observado o prazo de comercialização no Brasil, não poderá ter sido oferecida à venda ou comercializada em outros países, com o consentimento do obtentor, há mais de quatro anos.

2. Conforme estabelecido pelo art. 11 da Lei nº 9.456, de 1997, a proteção da cultivar vigorará, a partir da data da concessão do Certificado Provisório de Proteção, pelo prazo de 15 (quinze) anos.

VII. INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DA TABELA DE DESCRITORES

1. Ver formulário na internet.

2. Para solicitação de proteção de cultivar, o interessado deverá apresentar, além deste, os demais formulários disponibilizados pelo SNPC.

3. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo Representante Legal e pelo Responsável Técnico.

VIII. TABELA DE DESCRITORES MÍNIMOS DE MAMONA (*Ricinus communis L.*).

Nome proposto para a cultivar: **–**

		Característica	Código para cada descrição
1.	VG	Hipocótilo: pigmentação antocianínica	
QL	15	ausente	1
		presente	2
2.	VG	Folha jovem: pigmentação antocianínica	
QN	55	ausente ou muito fraca	1
	(a)	fraca	3
		média	5
		forte	7
		muito forte	9
3.	VG	Folha jovem: cerosidade da face superior	
QL	55	ausente	1
	(a)	presente	2
4.	MG	Ciclo até o início do florescimento	
QN	61	precoce	3
(+)		médio	5
		tardio	7
5.	MI	Planta: altura	
QN	61-69	baixa	3
(+)		média	5
		alta	7
6.	MI	Caule: número de entrenós	
QN	61-69	baixo	3
(+)		médio	5
		alto	7
7.	MI	Ramo principal: comprimento do entrenó	
QN	61-69	curto	3
(+)	(b)	médio	5
		longo	7
8.	MI	Pecíolo: comprimento	
QN	61-69	curto	1
(+)	(b)	médio	2
		longo	3
9.	VG	Pecíolo: cerosidade	
QN	61-69	ausente ou fraca	1
	(b)	média	2
		forte	3
10.	VG	Pecíolo: pigmentação antocianínica	
QN	61-69	ausente ou muito fraca	1
(+)	(b)	fraca	3
		média	5
		forte	7
		muito forte	9
11.	MI	Lâmina foliar: comprimento	
QN	61-69	curto	3
(+)	(b)	médio	5
		longo	7
12.	MI	Lâmina foliar: largura	
QN	61-69	estreita	3
(+)	(b)	média	5
		larga	7
13.	VG	Lâmina foliar: profundidade dos seios	
QN	61-69	rasa	1
(+)	(b)	média	3
		profunda	5
14.	VG	Lâmina foliar: afunilamento	
QN	61-69	ausente ou fraco	1
(+)	(b)	médio	2
		forte	3
15.	VG	Lâmina foliar: enrugamento	
QN	61-69	ausente ou fraco	1
	(b)	médio	2
		forte	3
16.	VG	Lâmina foliar: serrilhado da margem	
QN	61-69	ausente	1
	(b)	fino	2
		médio	3
		grosso	4
17.	VG	Lâmina foliar: relação comprimento/ largura do lóbulo terminal	
QN	61-69	baixa	1
(+)	(b)	média	2
		alta	3
18.	VG	Lâmina foliar: cor	
PQ	61-69	verde clara	1
(+)	(b), (c)	verde média	2
		verde escura	3
		arroxeada	4
		roxa esverdeada	5
		roxa	6
19.	VG	Lâmina foliar: cor das nervuras	
PQ	61-69	verde	1
(+)	(b), (c)	amarela	2
		laranja	3
		vermelha	4
20.	VG	Lâmina foliar: pigmentação antocianínica das nervuras	
QL	61+69	ausente	1
(+)	(b)	presente	2
21.	VG	Planta: tipo de inflorescência	
QL	65	não-monoica	1
(+)	(d)	monoica	2
		ginomonoica	3
		pistilada	4
22.	VG	Racemo primário: posição em relação à folhagem	
QN	65	acima	1
	(d)	no mesmo nível	2
		abaixo	3
23.	MI	Inflorescência: comprimento	
QN	65	curto	3
(+)	(d)	médio	5
		longo	7
24.	VG	Inflorescência: formato	
PQ	65	cônico	1
(+)	(d)	globoso	2
		elipsoide	3
		cilíndrico	4
		obcônico	5
25.	VG	Flor feminina: cor do estigma	
PQ	65	amarelada	1
(+)	(d)	laranja	2
		rosa	3
		avermelhada	4
26.	VG	Infrutescência: densidade de frutos	
QN	78	esparsa	1
	(d)	média	2
		densa	3
27.	MI	Fruto: comprimento do pedicelo	
QN	78	curto	1
(+)	(e)	médio	2
		longo	3
28.	VG	Fruto: tamanho	
QN	78	pequeno	1
	(e)	médio	2
		grande	3
29.	VG	Fruto: cor	
PQ	78	verde	1
	(e)	verde amarelado	2
	(#)	verde avermelhado	3
		verde azulado	4
		laranja	5
		rosa	6

		vermelha	7
		roxa	8
30.	VG	Fruto: acúleos	
QN	78	ausente ou curtos	1
	(e)	de curtos a médios	2
		médios	3
		de médios a longos	4
		longos	5
31.	VG	Fruto: densidade de acúleos	
QN	78	esparsa	1
	(e)	média	2
		densa	3
32.	VG	Fruto: deiscência	
QL	78-99	ausente	1
	(e)	presente	2
33.	VG	Fruto: abscisão	
QL	95	ausente	1
		presente	2
34.	MI	Semente: comprimento	
QN	99	curto	1
		médio	3
		longo	5
35.	MI	Semente: largura	
QN	99	estreita	1
		média	3
		larga	5
36.	MI	Semente: relação comprimento/ largura	
QN	99	baixa	3
(+)		média	5
		alta	7
37.	VG	Semente: cor principal	
PQ	99	branca	1
	(c)	marrom clara	2
	(#)	marrom média	3
		marrom escura	4
		marrom avermelhada	5
		cinza clara	6
		cinza escura	7
		preta	8
38.	VG	Semente: cor secundária	
PQ	99	ausente	1
	(c)	branca	2
		marrom clara	3
		marrom média	4
		marrom escura	5
		marrom avermelhada	6
		cinza clara	7
		cinza escura	8
		preta	9
39.	VG	Semente: carúncula	
QN	99	ausente ou pequena	1
(+)		média	3
		grande	5

CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS (PREENCHIMENTO FACULTATIVO)

		Característica	Código para cada descrição
40.	MI	Somente cultivares com inflorescência monoica: Inflorescência monoica: tipo	
QL	99	normal	1
(+)		interdispersa	2

IX. OBSERVAÇÕES E FIGURAS

1. Explanações relativas a diversas características:

1.1. As características contendo as letras a seguir na segunda coluna da Tabela de Descritores Mínimos deverão ser avaliadas como indicado abaixo:

(a) As observações deverão ser realizadas em folhas recém-abertas.

(b) As observações deverão ser realizadas em folhas completamente desenvolvidas do terço médio da planta.

(c) A cor principal é a que ocupa a maior superfície. Nos casos em que a superfície que ocupa a cor principal e a que ocupa a cor secundária sejam semelhantes a ponto de não ser possível determinar com segurança qual é a maior, a cor mais escura é considerada a cor principal.

(d) As observações deverão ser realizadas na inflorescência/ infrutescência terminal.

(e) As observações deverão ser realizadas em frutos maduros.

2. Explanações relativas a características individuais

As características contendo a indicação (+) na primeira coluna da Tabela de Descritores Mínimos deverão ser avaliadas conforme as orientações do formulário da internet.

X. TABELA DE MEDIDAS ABSOLUTAS PARA CARACTERÍSTICAS MENSURADAS DA CULTIVAR CANDIDATA E DAS MAIS PARECIDAS

Médias observadas Característica	Cultivar Candidata	Cultivar	Cultivar
4. Ciclo até o início do florescimento	dias	dias	dias
5. Planta: altura	cm	cm	cm
6. Caule: número de entrenós	nº	nº	nº
7. Caule: comprimento do entrenó	cm	cm	cm
8. Pecíolo: comprimento	cm	cm	cm
11. Lâmina foliar: comprimento	cm	cm	cm
12. Lâmina foliar: largura	cm	cm	cm
23. Inflorescência: comprimento	cm	cm	cm
27. Fruto: comprimento do pedicelo	cm	cm	cm
34. Semente: comprimento	mm	mm	mm
35. Semente: largura	mm	mm	mm
36. Semente: relação comprimento/ largura	cm	cm	cm

XI. BIBLIOGRAFIA

1. União Internacional para Proteção das Novas Obtenções Vegetais (UPOV), TG/329/1, Genebra, 2018. Disponível em: https://www.upov.int/test_guidelines/en/fulltext_tgdocs.jsp?q=ricinus. Acesso em 08/05/2020.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA/INCRA/SR-13/nº 19, de 05 de setembro de 2013, publicada no DOU do dia 09 de setembro de 2013, Seção 2, página 52, que Aposentou compulsoriamente, o servidor JOÃO RODIGUES DE PINHO, matrícula SIAPE nº 0723819, no cargo de Técnico de Contabilidade, NI, Classe S, Padrão III, onde se lê: "com proventos proporcionais a 33/35 (trinta e três trinta e cinco avos)", leia-se: "com proventos proporcionais a 31/35(trinta e um trinta e cinco avos)", permanecendo inalterado os demais termo da mencionada Portaria.

Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MC Nº 819, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre o repasse emergencial de recursos federais para a oferta de ações socioassistenciais nos municípios que receberam e receberão migrantes e refugiados oriundos de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, II da Constituição Federal e o artigo 23 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e tendo em vista o disposto no artigo 12, III c/c artigo 28, artigo 30-A e artigo 30-C da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, no artigo 4º, III e §2º c/c artigo 8º Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012, e na Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social, que institui a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e define entre as provisões dos serviços de proteção social especial de alta complexidade a promoção de apoio e proteção à população atingida pelas situações de migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 90, de 3 de setembro de 2013, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, estabelece os parâmetros e procedimentos relativos ao cofinanciamento federal para oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências e a Portaria nº 113, de 10 de dezembro de 2015, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, regulamenta o cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo;

CONSIDERANDO a Resolução nº 7, de 17 de maio de 2013, da Comissão Intergestores Tripartite - CIT e a Resolução nº 12, de 11 de junho de 2013, do Conselho Nacional de Assistência Social, que dispõem sobre os parâmetros e critérios para a transferências de recursos do cofinanciamento federal para a oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS; e

CONSIDERANDO a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório para diversos estados e municípios, provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela, e a necessidade de assegurar medidas de assistência emergencial aos indivíduos venezuelanos que estão em situação de risco pessoal e social, resolve:

Art. 1º Dispor sobre o repasse emergencial de recursos federais para a oferta de ações socioassistenciais nos municípios abaixo listados, em decorrência do recebimento de migrantes e refugiados oriundos de fluxo migratório, interiorizados diretamente ou por demanda espontânea:

I - Santo Ângelo/RS;
II - Ananindeua/PA;
III - Balneário Camboriú/SC;
IV - Saudades/SC;
V - Brasiléia/AC;
VI - Nova Iguaçu/RJ;
VII - Navegantes/SC;
VIII - Itá/SC;
IX - Guarulhos/SP;
X - Rio Branco/AC; e
XI - Ribeirão Preto/SP.

Art. 2º Os recursos serão repassados no exercício de 2022, em parcela única, referentes a 06 (seis) meses de atendimento, de acordo com os valores estabelecidos no Anexo, diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS aos fundos de assistência social dos municípios elencados no art. 1º.

§1º O cálculo dos valores definidos no Anexo observará o valor de referência para cada grupo a partir de 50 (cinquenta) indivíduos, conforme previsto no §2º do art. 6º da Portaria nº 90, de 3 de setembro e 2013, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e o quantitativo de indivíduos a serem atendidos.

§2º A eventual prorrogação do cofinanciamento federal deverá ser solicitada mediante comprovação da necessidade por meio de plano de ação.

Art. 3º Os recursos de que trata esta Portaria deverão onerar o Programa de Trabalho 08.244.2037.219F - Ações de Proteção Social Especial, na categoria econômica de custeio, e serão destinados ao atendimento das necessidades das famílias e indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade e risco.

Art. 4º Os entes federativos elencados no art. 1º deverão enviar, em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento do recurso, por meio de Ofício, plano de ação, conforme modelo definido pela Secretaria Nacional de Assistência Social.

Parágrafo único. O não envio do plano de ação ensejará a devolução integral dos recursos recebidos, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), ao Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

Art. 5º A prestação de contas dos recursos recebidos dar-se-á na forma do art. 30-C da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, c/c art. 8º do Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 e Portaria nº 113, de 10 de dezembro de 2015, do MDS.

Art. 6º O Ministério da Cidadania, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, prestará assessoramento técnico aos municípios nas atividades de planejamento e implementação das ações.

Art. 7º Os respectivos conselhos municipais de assistência social deverão apreciar, acompanhar e fiscalizar a implementação das ações, os resultados e a prestação de contas dos recursos repassados na forma desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

ANEXO

UF	MUNICIPIOS	Processo	QTDE	VALOR
RS	Santo Ângelo	71000.024581/2022-37	60	144.000,00
PA	Ananindeua	71000.045455/2022-16	270	648.000,00
SC	Balneário Camboriú	71000.048397/2022-82	900	2.160.000,00
SC	Saudades	71000.045298/2022-49	98	235.200,00
AC	Brasiléia	71000.052256/2022-64	50	120.000,00
RJ	Nova Iguaçu	71000.053463/2022-36	59	141.600,00
SC	Navegantes	71000.053688/2022-92	70	168.000,00
SC	Itá	71000.059663/2022-01	74	177.600,00
SP	Guarulhos	71000.056993/2022-36	100	240.000,00
AC	Rio Branco	71000.062341/2022-31	150	360.000,00
SP	Ribeirão Preto	71000.068615/2022-03	71	170.400,00
TOTAL			**1902**	**4.564.800,00**

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.770/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.016803/2021-17.
Requerente: Faculdade de Engenharia de Alimentos - Unicamp.
CQB: 373/14
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 7957/2021 publicado em 06/10/2021
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria Interna FEA n° 11/2021, nomeando Liliana de Oliveira Rocha, para compor a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.205/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.007709/2022-40
Requerente: LongPing High-Tech Sementes e Biotecnologia Ltda.
CQB: 439/17
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8455/2022 publicado em 22/08/2022
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta LP-09/2022 excluindo o Sr. Ricardo Rodrigues e o Sr. Alexandre Takahashi e nomeando o Sr. Luiz Ricardo Hanai e Sra. Danielle Costenaro da Silva.

A atual CIBio é composta por Sr. Luiz Ricardo Hanai (Presidente), Sr. Acácio Miotto, Sr. Ivan Schuster, Sr. Marcelo Costa e Sra. Danielle Costenaro da Silva.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.206/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.012902/2022-01
Requerente: União Química Farmacêutica Nacional S/A.
CQB: 421/16
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8454/2022 publicado em 22/08/2022
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta S/N excluindo a Sra. Ana Carolina da Silva Antunes, Sra. Larissa Perez Ricardo e Sra. Ingrid Pinheiro de Medeiros e nomeando para composição atual da CIBio a Sra. Natasha Kuniechick (Presidente), Sr. Dourival de Oliveira, Sra. Alessandra Rosa Oliveira, Sr. Daniel Zaparolli, Sra. Elvira Aparecida Centeio Maiero Lins, Sr. Laercio Eduardo de Almeida e Sr. Marcio Alexandre Mota Correa.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.207/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.007790/2022-68.
Requerente: Universidade Federal de Viçosa - UFV
CQB: 024/97
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8451/2022 publicado em 22/08/2022
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Ofício nº 0114/2022/RTR e a Portaria n° 0340/2022 nomeando o Sr. Adriano Nunes Nesi, Sra. Denise Mara Soares Bazzolli, Sra. Juliana Lopes Rangel Fietto, Sr. Leandro Licursi de Oliveira, Sr. Pedro Augusto Braga dos Reis, Sr. Wagner Campos Otoni, Sr. Francisco Murilo Zerbini Júnior, Sr. Gustavo Costa Bressan e Sr. Hilário Cuquetto Mantovani.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.208/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.007471/2022-52
Requerente: Instituto de Biociências (Universidade de São Paulo - USP)
CQB: 044/98
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8449/2022 publicado em 18/08/2022
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria interna n° 17/2022 nomeando a Sra. Lygia da Veiga Pereira Carramaschi (Presidente), Sra. Maria Magdalena Rossi, Sra. Lucile Maria Floeter Winter, Sr. Fernando Portella de Luna Marques, Sra. Simone Gomes Ferreira, Sr. Luis Eduardo Soares Netto, Sr. Pedro Augusto Carlos Magno Fernandes, Sr. Luciano Freschi e Sra. Mônica de Toledo-Piza Ragazzo.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.209/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.007470/2022-16
Requerente: Centro de Tecnologia Canavieira - CTC.
CQB: 006/96
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8448/2022 publicado em 18/08/2022
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: o Ofício RE-CTC-016-22/23 excluindo o Sr. Sunilkumar Ganesan, Sr. Evandro Consolo Marchiori Sr. Henrique Matosinho Davila, Sr. João Ricardo Bachega Feijo Rosa, Sra. Juliana Bombecini e Sra. Samantha Vieira Abbad e nomeando o Sr. Juliano Francisco Martins, Sr. Geraldo Felipe Ferreira e Silva, Sr. Danilo Eduardo Cursi, Sr. Guilherme Libardi Miraldo e o Sr. Lucas Miguel Altarúgio.

A composição atual da CIBio passa a ser o Sr. Wladecir Salles de Oliveira (Presidente), Sra. Andrea Akemi Hoshino Bezerra, Sra. Beatriz Leal de Souza Silva, Sr. Bruno Henrique Polis, Sra. Danielle Angeloni Oldenburgo, Sr. Danilo Eduardo Cursi, Sr. Diego Mota Colatto, Sra. Fabiana Segatti, Sr. Francisco Cláudio da Conceição Lopes, Sr. Geraldo Felipe Ferreira e Silva, Sr. Guilherme Libardi Miraldo, Sr. Juliano Francisco Martins, Sr. Lucas Giordano Paranhos, Sr. Lucas Miguel Altarúgio, Sr. Marco Antônio Lazarini, Sra. Maria Lorena Sereno, Sr. Silvio Carlos Cristofoletti Jr. e Sr. Thiago Germano Piveta.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.210/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.008156/2022-42
Requerente: Embrapa Agroenergia.
CQB: 345/12
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8441/2022 publicado em 18/08/2022
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta nº 1/2022-CNPAE/CIBIO nomeando a Sra. Bárbara Andrade Dias Brito da Cunha (presidente), Sra. Thaís Demarchi Mendes (suplente), Sra. Betania Ferraz Quirino, Sr. Felipe Brandão de Paiva Carvalho, Sra. Léia Cecília de Lima Fávaro, Sra. Raquel Bombarda Campanha, Sr. Rodrigo da Rocha Fragoso e Sr. Sérgio Saraiva Nazareno dos Anjos.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.211/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.008153/2022-17
Requerente: Universidade Estadual de Maringá - UEM.
CQB: 147/01
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8440/2022 publicado em 18/08/2022
Decisão: DEFERIDO
Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Ofício 02/2022-CIBio/UEM nomeando a Sra. Melyssa Fernanda Norman Negri Grassi (Presidente), Sr. Quirino Alves de Lima Neto (suplente), Sra. Adriana Gonela (membro titular), Sr. Carlos Antônio Lopes de Oliveira (suplente), Sra. Verônica Elisa Pimenta Vicentini (membro titular), Sr. Julio Cesar Polônio (suplente), Sr. Dennis Armando Bertolini (membro titular), Sr. Tania Ueda Nakamura (suplente), Sra. Gisele Mendes de Carvalho (membro titular), Sr. Antônio Carlos Segatto (suplente), Sr. Leandro Vanalli (membro titular) e Sr. Washington Luiz Félix Santos (suplente).

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.212/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.008288/2022-74
Requerente: Insituto de Moléstias Cardiovasculares Tatuí Ltda.
CQB: 545/21
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8442/2022 publicado em 18/08/2022
Decisão: DEFERIDO
Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta S/N nomeando o Sr. Wladmir Faustino Saporito (Presidente), Sr. Fábio José Concilio Fucci e a Sra. Thaís Peretti Pereira.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.213/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.008292/2022-32
Requerente: Instituto de Tecnologia de Alimentos - ITAL
CQB: 115/99
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8443/2022 publicado em 18/08/2022
Decisão: DEFERIDO
Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria Ital nº 08 de 17 de maio de 2022 nomeando o Sr. Guilherme de Castilho Queiroz (presidente), Sra. Maria Teresa Bertoldo Pacheco, Sra. Beatriz Thie Iamanaka, Sra. Patrícia Blumer Zacarchenco Rodrigues de Sá, Sra. Silvia Cristina Sobottika Rolim de Moura, Sra. Carla Léa de Camargo Vianna Cruz, Sra. Fabiana Taminato Imazak, Sra. Renata Bromberg, Sra. Sueli Regina Baggio e Sr. Osmar Vaz de Carvalho Netto.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.214/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.008667/2022-64
Requerente: Syneos Health Brasil Ltda.
CQB: 410/16
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8444/2022 publicado em 18/08/2022
Decisão: DEFERIDO
Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, a responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Ato administrativo S/N excluindo a Sra. Danielli Gantus de Siqueira e nomeando a Sra. Anna Carolina Teixeira de Siqueira Mac Dowell Coimbra, sendo a CIBio atual composta pela Sra. Ana Paula Nishimori Muniz Pontes (Presidente), Sr. Marcos José de Gouvea Arja e a Sra. Anna Carolina Teixeira de Siqueira Mac Dowell Coimbra.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

91ª RELAÇÃO DE PESQUISADORES CREDENCIADOS À IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/1990

PORTAL GOV.BR

CREDENCIAMENTO	**NOME**	CPF	VENCIMENTO
920.006559/2022	Geraldo Alves Damasceno Junior	***.566.361-**	04/10/2027
920.005757/2013	Joao De Athaydes Silva Junior	***.271.912-**	04/10/2027
920.006730/2022	Clarissa Lin Yasuda	***.671.818-**	04/10/2027
920.000010/2004	Marcus Vinicius Gomez	***.881.806-**	04/10/2027
920.006817/2022	Carlos Rodrigues Pereira	***.031.126-**	04/10/2027
920.006831/2022	Wagner Farid Gattaz	***.073.138-**	04/10/2027
920.006497/2015	Fernanda De Cordoba Lanza	***.351.068-**	04/10/2027

THALES MARÇAL VIEIRA NETTO

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.965, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.016586/2022-17, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade RTP - REDE DE TELEVISÃO PARAENSE LTDA., CNPJ nº 63.854.285/0001-48, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA, o canal 26 (vinte e seis), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DESPACHOS DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade aos recursos das entidades abaixo relacionadas:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53512.000326/2013	Prefeitura de Municipal de Baixo Guandu	RTV	Baixo Guandu	ES	Conhece e nega	363
53512.001034/2013	Prefeitura Municipal de Santa Teresa	RTV	Santa Teresa (distrito de São João de Petrópolis)	ES	Conhece e nega	370
53000.042932/2012	Rede Tabajara Fm de Comunicações Ltda	FM	Tubarão	SC	Conhece e nega	372
53512.000606/2013	Prefeitura Municipal de Santa Teresa	RTV	Santa Teresa (distrito de Santo Antônio)	ES	Conhece e nega	376
53900.051682/2016	Tv Record de Franca S.A	TV	Franca	SP	Conhece e nega	378

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA

DESPACHO Nº 387/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Portaria nº 1.273, de 31/03/2016, que foi alterada pela Portaria nº 1.460, de 23/11/2020, publicada no D.O.U. de 26/11/2020, ainda, o que consta do Processo nº 01245.015496/2022-20, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 14263/2022/SEI-MCOM, resolve homologar a devolução à União, a partir de 14 de setembro de 2022, da frequência 1590 kHz (FISTEL n.º 14030026656), outorgada à Rádio Floresta Verde AM Ltda., inscrita no CNPJ nº 79.419.263/0001-90, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Joinville, estado de Santa Catarina.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 389/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Portaria nº 1.273, de 31/03/2016, que foi alterada pela Portaria nº 1.460, de 23/11/2020, publicada no D.O.U. de 26/11/2020, ainda, o que consta do Processo nº 01245.016083/2022-62, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 14325/2022/SEI-MCOM, resolve homologar a devolução à União, a partir de 20 de setembro de 2022, da frequência 1160 kHz (FISTEL n.º 14008000569) outorgada à Rádio Itaberá Ltda., inscrita no CNPJ nº 81.590.887/0001-17, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Blumenau, estado de Santa Catarina.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 390/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Portaria nº 1.273, de 31/03/2016, que foi alterada pela Portaria nº 1.460, de 23/11/2020, publicada no D.O.U. de 26/11/2020, ainda, o que consta do Processo nº 01245.016045/2022-18, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 14333/2022/SEI-MCOM, resolve homologar a devolução à União, a partir de 19 de setembro de 2022, da frequência 1310 kHz (FISTEL n.º 05008003402), outorgada à Rádio Atalaia de Maringá Ltda., inscrita no CNPJ nº 61.488.698/0001-20, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Maringá, estado do Paraná.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 397, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e no artigo 2º da Portaria nº 2.996, de 26 de maio de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 53115.007535/2021-13 e Nota Técnica nº 14673/2022/SEI-MCOM, resolve homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução dos canais analógicos à União, a partir da data indicada para cada localidade, listadas abaixo, concedidos a TELEVISÃO IMEMBUI S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 95.607.909/0001-19, autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, concedidas nos respectivos municípios.

ANEXO

Localidade	UF	Número do FISTEL do Canal analógico	Serviço-Caráter	Canal Analógico	Canal Digital	Data de Homologação do Desligamento e Devolução do Canal Analógico
Caçapava do Sul	RS	03023505438	RTV-P	13-	36	11 de abril de 2021.
Cacequi	RS	50400341484	RTV-P	7-	23	11 de abril de 2021.
Jaguari	RS	50400341999	RTV-P	3-	25	11 de abril de 2021.
Júlio de Castilhos	RS	50400342022	RTV-P	6	23	11 de abril de 2021.
Rosário do Sul	RS	50400341727	RTV-P	11+	34	11 de abril de 2021.
Santiago	RS	50400342618	RTV-P	10	24	11 de abril de 2021.
São Gabriel	SR	50400342456	RTV-P	9	23	11 de abril de 2021.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 400/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Portaria nº 1.273, de 31/03/2016, que foi alterada pela Portaria nº 1.460, de 23/11/2020, publicada no D.O.U. de 26/11/2020, ainda, o que consta do Processo nº 53115.026350/2022-99, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 14731/2022/SEI-MCOM, resolve homologar a devolução à União, a partir de 28 de setembro de 2022, da frequência 1210 kHz (FISTEL n.º 07008004842), outorgada à TV e Rádio Jornal do Commercio Ltda., inscrita no CNPJ nº 09.045.758/0001-10, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Garanhuns, estado de Pernambuco.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Extingui, por renúncia, a autorização outorgada aos abaixo identificados para explorar o Serviço de Interesse Restrito e declara notificado o desinteresse para exploração de todas as modalidades de serviço associadas à autorização ora extinta, bem como a extinção das outorgas de uso das radiofrequências associadas:

Nº 13. 972 - Processo nº 53516.010863/2022-65: EDILSON BARBOZA DE CASTRO, CPF nº ***.648.979-**.

Nº 14.024 - Processo nº 53516.010887/2022-14: EMERSON FERREIRA, CPF nº ***.948.309-**.

Nº 14.026 - Processo nº 53516.010889/2022-11: JOSE EDUARDO FRARESSO, CPF nº ***.251.039-**.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 13.995, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 53516.010882/2022-91: Extinguir, por cassação, a autorização no Serviço de Interesse Restrito outorgada à RODOLPHO SORIA SANTOS, CPF nº ***.404.669-**, por perdas das condições indispensáveis à manutenção da autorização.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Expede às entidades abaixo relacionadas autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 14.057 - Processo nº 53516.010820/2022-80: VALDIR JOSE FUCHS FILHO, CPF nº ***.213.949-**.

Nº 14.058 - Processo nº 53516.010861/2022-76: CARLOS AUGUSTO MACHADO, CPF nº ***.606.889-**.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 3 DE OUTUBRO DE 2022

Nº 13.940 - Processo nº 53504.010785/2022-38. Expede autorização à Sadef - Sociedade Amigos das Quadras D e Ef., CNPJ nº 71.548.424/0001-33, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.942 - Processo nº 53504.011390/2022-52. Expede autorização à Topgun Holding Ltda, CNPJ nº 44.613.697/0001-41, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATOS DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Nº 13.984 - Processo nº 53504.011406/2022-27. Expede autorização ao EVALDO MASSAMI SUGAHARA, CPF nº ***.557.418-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13.987 - Processo nº 53504.011497/2022-09. Expede autorização à RENATA ZANCANER HERNANDES, CPF nº ***.852.348-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 14.013, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 53554.001677/2022-89. Extinguir, por cassação, a autorização do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico, de interesse restrito, expedida à entidade AGRÍCOLA XINGU S/A, CNPJ: 07.205.440/0001-24, FISTEL nº 50410813109, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATO Nº 13.973, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 53528.002630/2022-50. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) a ENGIE BRASIL ENERGIA S.A., CNPJ nº 02.474.103/0008-95, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

MARCIO DA ROSA SILVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 14.074, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) M S DE SOUSA SANTOS VIGILANCIA, CNPJ nº 14.093.210/0001-86, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 13.957, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Expedir autorização à CELIO VAGNER DE SOUSA MAIA, CPF/CNPJ nº ***.215.663-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto(a)

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATOS DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 13.860. Processo nº 53545.001305/2018-85. Outorgar autorização para uso de Radiofrequências à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 02.023.195/0001-10, na localidade de Lucas do Rio Verde/MT, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Reportagem Externa, na referida cidade.

Nº 13. 866. Processo nº 53542.010737/2022-93. Expede autorização a M LUIZ ZAMPIERI, CNPJ nº 25.079.396/0001-35, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13. 867. Processo nº 53542.010735/2022-02. Expede autorização a ZNL SERVIÇOS AEREOS LTDA, CNPJ nº 46.592.501/0001-05, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13. 873. Processo nº 53545.000790/2019-51. Outorgar autorização para uso de Radiofrequências à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 02.023.195/0001-10, na localidade de Lucas do Rio Verde/MT, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas, na referida cidade.

Nº 13. 874. Processo nº 53542.001946/2022-46. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a JOÃO CARLOS RODRIGUES, CPF ***.937.541-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 13. 875. Processo nº 53542.000212/2022-40. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a AQUILES XAVIER LEAL, CPF nº ***.219.322-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 13. 876. Processo nº 53542.004261/2022-51. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a ALRIZAN RODRIGUES FALCÃO, CPF nº ***.982.861-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. Declarar também extinta a eventual outorga do direito de uso de radiofrequências associadas aos respectivos serviços de interesse restrito objetos da cassação.

Nº 13. 877. Processo nº 53542.002227/2022-42. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a ANTONIO MENDES GOMES, CPF nº ***.288.321-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. Declarar também extinta a eventual outorga do direito de uso de radiofrequências associadas aos respectivos serviços de interesse restrito objetos da cassação.

Nº 13. 878. Processo nº 53542.004790/2022-55. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a AULETE RODRIGUES SALES, CPF nº ***.246.611-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. Declarar também extinta a eventual outorga do direito de uso de radiofrequências associadas aos respectivos serviços de interesse restrito objetos da cassação.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 3 DE OUTUBRO DE 2022

Nº 13. 923. Processo nº 53542.010763/2022-11. Expede autorização a VAM INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 43.975.778/0001-29, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13. 924. Processo nº 53542.010769/2022-99. Expede autorização a DIEMERSON RAGAGNIN, CPF nº ***.981.551-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 13. 941. Processo nº 53542.010782/2022-48. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a FIGUEIRAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 00.845.042/0001-23, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito. Declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 13. 943. Processo nº 53542.004259/2022-82. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a NILTON JOSE ARAUJO SILVA, CPF ***.516.862-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. Declarar também extinta a eventual outorga do direito de uso de radiofrequências associadas aos respectivos serviços de interesse restrito objetos da cassação.

Nº 13. 944. Processo nº 53542.002229/2022-31. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a ROBERTO CARLOS AIRES DA SILVA, CPF nº ***.223.911-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. Declarar também extinta a eventual outorga do direito de uso de radiofrequências associadas aos respectivos serviços de interesse restrito objetos da cassação.

Nº 13. 945. Processo nº 53542.002230/2022-66. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a VINICIUS DIAS SOARES, CPF nº ***.278.291-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. Declarar também extinta a eventual outorga do direito de uso de radiofrequências associadas aos respectivos serviços de interesse restrito objetos da cassação.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

RETIFICAÇÃO

Na publicação dos Atos de 3 de setembro de 2022, Gerência Regional nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, publicado no D.O.U. de 05 de outubro de 2022, Seção 1, Pagina 13, retifica-se o que segue:

No título, onde se lê: "ATOS DE 3 DE SETEMBRO DE 2022", leia-se: "ATOS DE 3 DE OUTUBRO DE 2022".

No terceiro parágrafo, onde se lê: "Nº 13895", leia-se: "Nº 13921".

No quarto parágrafo, onde se lê: "Nº 13921", leia-se: "Nº 13895".

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 63, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 59 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, deliberou submeter a comentários e sugestões do público em geral a proposta de Ato de Requisitos Técnicos quanto a exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 8,3 kHz e 300 GHz, constante do processo nº 53500.068713/2021-39.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito, e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico https://apps.anatel.gov.br/ParticipaAnatel/Home.aspx, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Participa Anatel, indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, fazendo-se acompanhar de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo.

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

TAWFIC AWWAD JÚNIOR
Substituto

CONSULTA PÚBLICA Nº 65, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 59 do Regimento Interno da Anatel - aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013, decidiu submeter a comentários e sugestões do público em geral, constante dos autos do processo nº 53500.032306/2022-74, a proposta de requisitos mínimos mandatórios de segurança cibernética para avaliação da conformidade de equipamentos CPE (Customer Premises Equipment).

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico https://apps.anatel.gov.br/ParticipaAnatel/, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões, fundamentadas e devidamente identificadas, devem ser encaminhadas, obrigatoriamente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Participa Anatel, indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Não serão consideradas as manifestações encaminhadas por outros meios, exceto em caso de indisponibilidade do supracitado Sistema devidamente atestada pela Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação - SOR desta Agência.

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público por meio do supracitado Sistema.

TAWFIC AWWAD JÚNIOR

CONSULTA PÚBLICA Nº 68, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 59 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, deliberou submeter a comentários e sugestões do público em geral a proposta de Ato de Requisitos Técnicos quanto ao procedimento para coleta de dados relacionados a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos de radiofrequências, constante do processo nº 53500.002281/2021-01.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico https://apps.anatel.gov.br/ParticipaAnatel/Home.aspx, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Participa Anatel, indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, fazendo-se acompanhar de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo.

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

TAWFIC AWWAD JÚNIOR
Substituto

CONSULTA PÚBLICA Nº 71, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 156 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, submete a comentários e sugestões do público geral, constante dos autos do processo nº 53500.319866/2022-31, proposta de Alteração nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Radiodifusão.

As propostas de inclusão e de alteração de canais em Planos Básicos visam tão somente avaliar a viabilidade técnica de canais de Radiodifusão, que, ou já foram outorgados, ou serão objeto de novas outorgas a serem realizadas pelo Ministério das Comunicações. Consequentemente, o que se pretende com esta Consulta Pública é simplesmente verificar se as alterações propostas provocam interferência em canais de outros prestadores de serviço, que, nesse caso, devem se manifestar.

Desta forma, a Consulta Pública em tela não se refere a iniciativa de cunho normativo e, por isso, não está vinculada ao disposto na Lei 13.848, de 25 de junho de 2019 e no Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, que expressamente se aplicam a Atos normativos expedidos pela Anatel, sendo, portanto, despiciendo a atendimento do prazo para consulta pública e a elaboração de Análise de Impacto Regulatório previstos nos citados dispositivos.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico https://apps.anatel.gov.br/ParticipaAnatel/Home.aspx, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo Participa, de Consulta Pública, indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, até às 23 horas e 59 minutos do décimo dia da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

TAWFIC AWWAD JÚNIOR

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 10.884, DE 26 DE JULHO DE 2022

Processo n° 53500.296366/2022-13. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à Recycle Telecom Eireli, CNPJ nº 30.740.072/0001-36, associada à autorização para execução do Serviço de Comunicação Multimídia.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 11.449, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

Processo n° 53500.297676/2022-55. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à Recycle Telecom Eireli, CNPJ nº 30.740.072/0001-36, associada à autorização para execução do Serviço de Comunicação Multimídia.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA

AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S/A
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 80 DA 10ª REUNIÃO
REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2022

Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, realizou-se a 10ª reunião do ano de 2022 do Conselho de Administração (CONSAD) da Empresa Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL, em caráter ordinário, na sala de reuniões da Sede da empresa, situada na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 1847, Butantã, São Paulo, CEP nº 05581-001 e transmitida por videoconferência. Conforme parágrafo único do art. 4º da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, a reunião digital foi gravada e arquivada. Presidida pelo Senhor MARCELO FRANCISCO CAMPOS, representante do Comando da Marinha e eventual substituto do Presidente do Conselho, com a participação dos seguintes Conselheiros de Administração: o Senhor PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; o Senhor ANDRÉ LUIZ SILVA LIMA DE SANTANA MENDES, representante do Ministério da Defesa; o Senhor WELERSON CAVALIERI, membro independente, representante do Ministério da Economia e Presidente do Comitê de Auditoria, por videoconferência; o Senhor NEWTON DE ALMEIDA COSTA NETO, Diretor-Presidente da AMAZUL; e a Senhora PRISCILA PALMA SANCHEZ, representante eleita pelos empregados. O Senhor PETRONIO AUGUSTO SIQUEIRA DE AGUIAR, representante do Comando da Marinha e Presidente do Conselho, justificou sua ausência. Participaram, de forma complementar, para esclarecimentos dos assuntos da Ordem do Dia: o Senhor SERGIO RICARDO MACHADO, Diretor de Administração e Finanças; o Senhor VALTER CITAVICIUS FILHO, Diretor de Gestão do Conhecimento e Pessoas; o Senhor CARLOS ALBERTO MATIAS, Diretor Técnico; o Senhor RICARDO WATANABE, Presidente Substituto do Comitê de Auditoria, o Senhor MURILO FRANCISCO BARELLA, Coordenador-Geral de Governança e Desenvolvimento Corporativo (CGGDC); o Senhor RICARDO LUÍS VELOSO MENDES, Coordenador-Geral de Negócios e Vice-Almirante (EN) GUILHERME DIONIZIO ALVES, Diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), tendo sido eu, DÉBORA ELIZE SANTOS, designada para atuar como Secretária. O Presidente substituto presidiu a reunião e havendo quórum legal, de acordo com o contido nos artigos 10 e 15, do Regimento Interno do CONSAD e em primeira convocação, cumprimentou a todos e passou a palavra ao Diretor-Presidente para apresentar a situação da empresa. Inicialmente, sendo essa a primeira reunião do CONSAD após a posse da nova Diretoria, agradeceu aos Conselheiros a sua eleição para a Presidência da AMAZUL, bem como as dos Vice-Almirantes CARLOS ALBERTO MATIAS e VALTER CITAVICIUS FILHO, para a Diretoria Técnica e para a Diretoria de Gestão do Conhecimento e Pessoas, respectivamente. Comunicou, em seguida, que participará como Diretor-Presidente da AMAZUL, de 01/08/2022 a 05/08/2022, de uma missão brasileira, capitaneada pelo Ministério das Minas e Energia, que visitará instalações civis nucleares nos estados de Tennessee e Washington, nos Estados Unidos. Em seguida, em atendimento as recomendações dos Conselheiros, informou que a AMAZUL procura acompanhar e entender de forma mais detalhada a adoção das estratégias da BB Previdência para tentar melhorar o desempenho do plano e atingir a meta de rentabilidade. Nesse sentido, foi agendada para o dia 12/08/2022 uma reunião entre representantes da AMAZUL e gestores da BB Previdência. A Empresa também se empenha em explicar aos empregados, com transparência, os motivos pelos quais o AMAZUL PREV obteve, nos últimos dois anos, rentabilidade abaixo da meta estipulada. Em seguida, participou que o Acordo Coletivo de Trabalho 2022, aprovado por este Conselho, foi homologado e implementado, com o reajuste de 7% nos salários, já na folha de pagamento de julho. Em relação ao Concurso Público, informou que a Empresa está aguardando a disponibilidade orçamentária necessária a fim de dar início ao processo de contratação dos aprovados, de acordo com as necessidades priorizadas para o atendimento dos projetos estratégicos. Ainda em relação às medidas que acarretam impactos orçamentários, informou que a AMAZUL fez uma consulta à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) sobre a obrigatoriedade de pagamento de piso salarial de engenheiros, químicos e arquitetos, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal em fevereiro de 2022. Em resposta, a SEST indicou que compete à Empresa a gestão de seu pessoal e o cumprimento da legislação. Neste contexto, a AMAZUL vem realizando tratativas visando à obtenção dos recursos orçamentários necessários para a regularização da situação. Por fim, informou que a AMAZUL participou nos dias 05/07/2022 e 06/07/2022 do primeiro Congresso de Gestão do Conhecimento da área de defesa, KM Brasil Defesa Experience 2022, organizado pela Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento (SBGC) e pela Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE), tendo contado com a participação da Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM). No Congresso, a empresa apresentou sua metodologia de gestão do conhecimento homologada como Produto Estratégico de Defesa. Dando continuidade, o Presidente apresentou a Ordem do Dia, composta dos seguintes itens: Item 1 - Conceder afastamento do Diretor-Presidente e designar o substituto; Item 2 - Nomeação do titular máximo da Corregedoria da AMAZUL; Item 3 - Aprovação do Informe ao Congresso Nacional e Tribunal de Contas da União; Item 4 - Apresentação do Relatório da Coordenadoria-Geral de Governança e Desenvolvimento Corporativo; Item 5 - Apresentação da situação atual do Projeto de implantação de boas práticas de fabricação e registro de radiofármacos no Centro de Radiofármacia do IPEN; Item 6 - Acompanhamento do Plano de Negócios; e Item 7 - Treinamento para administradores - Tema: Apresentação sobre o Programa Nuclear da Marinha (PNM) e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB). Passando ao primeiro item da Ordem do Dia, o Presidente apresentou as informações contidas no Ofício nº 149/2022/AEGE/SE-MME, do Ministério de Minas e Energia, quanto a ausência do Diretor-Presidente da AMAZUL do País, no período de 30/07/2022 a 07/08/2022, para participação no evento Brazil Nuclear Infraestructure Visit, nos Estados Unidos. Em seguida, o Colegiado aprovou, por unanimidade, o afastamento do Diretor Presidente e, na forma do art. 44, §1º, do Estatuto Social, designou o Diretor Técnico, CARLOS ALBERTO MATIAS, como Diretor Presidente substituto. Passando ao segundo item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Diretor de Gestão do Conhecimento e Pessoas que apresentou os critérios para nomeação do Corregedor, de acordo com a Portaria nº 1.182, de 10 de junho de 2020 da Controladoria-Geral da União (CGU). Em seguida, apresentou a seguinte personalidade indicada pela Diretoria-Executiva para o cargo de titular da unidade correcional, com prazo de gestão até 25JUL2024: a Senhora ADRIANA STRAUB, Analista de Recursos Humanos, inscrita no CPF/MF sob o nº 097.921.008-90, domiciliado, inclusive para fins do disposto no §2º do art. 149 da Lei nº 6.404/76, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Corifeu de Azevedo Marques nº 1.847, Bairro Butantã, CEP 05581-001. A indicada foi eleita pelo Conselho, por unanimidade. Passando ao terceiro item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Coordenador-Geral de GDC que apresentou o Informe quanto ao atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, após ajustes sugeridos pelos Conselheiros. O Conselheiro Paulo Alvim sugeriu que o selo do Prêmio da Rede Governança Brasil seja colocado nas divulgações da Empresa. O Conselheiro Campos sugeriu adequação na ordem textual e propôs conectar o Plano de Negócios com o Planejamento Estratégico. Após parabenizar pelas melhorias observadas no documento, o Conselho aprovou, por unanimidade, o Informe ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União referente ao ano de 2021. Na próxima reunião, será apresentada a versão final do documento, para conhecimento do Colegiado. Passando ao quarto item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Coordenador-Geral de GDC, que apresentou o relatório que abrange o 2º trimestre de 2022 e traz detalhes das iniciativas da GDC em diversas frentes, de forma a demonstrar a atuação da empresa, conforme estabelece o Modelo das Três Linhas. O documento explicita o tratamento integrado, utilizando-se das melhores práticas, que busca dispor à empresa um desenvolvimento corporativo consistente e duradouro. O Conselheiro Welerson destacou que a Matriz de Riscos Priorizados deve estar interligado com os trabalhos da Auditoria Interna, servindo-lhe de subsídio. A Conselheira Priscila parabenizou a iniciativa de elaboração de painel (Dashboard) com informações gerais da empresa sobre os programas PNM PNB e PROSUB. Por fim, o Colegiado destacou a importância de transmitir a todas as áreas da empresa a versão final da Matriz de Riscos Corporativos. Passando ao quinto item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Coordenador-Geral de Negócios que, atendendo à solicitação registrada na Ata 73ª do Conselho de Administração, de 9 de março de 2022, apresentou a situação atual do Projeto de implantação de boas práticas de fabricação e registro de radiofármacos no Centro de Radiofármacia do IPEN. Ao final, os Conselheiros discorreram sobre o objeto social e os objetivos estratégicos da AMAZUL. Passando ao sexto item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Coordenador-Geral de Negócios que apresentou o status dos principais projetos, relativos ao PNM, Programa Nuclear Brasileiro (PNB) e PROSUB, constantes no Plano de Negócios da AMAZUL 2022. O Colegiado discorreu sobre as perspectivas de negócios na área nuclear para a AMAZUL. O Diretor-Presidente esclareceu que a apresentação do Plano de Negócios para o CONSAD será exposta, oportunamente, com informações de "consequências" e "ações" nos projetos que apresentarem possíveis atrasos na sua execução. Passando ao sétimo item da Ordem do Dia, o Diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) realizou o treinamento dos administradores sobre o PNM e o PROSUB, com a participação dos membros do CONSAD, do Diretor Técnico, do Diretor de Gestão do Conhecimento e Pessoas, do Diretor de Administração e Finanças e do Presidente Substituto do Comitê de Auditoria. Ao final, os Conselheiros discorreram sobre o tema e elogiaram o treinamento. Outros assuntos: Registra-se a seguinte retificação da Ata nº 79, de 27 de junho de 2022, onde se lê: "(...) deve haver um esforço para diminuir a taxa de administração cobrada pelas ICTs para o acolhimento de despesas administrativas (...)", leia se: "(...) deve haver um esforço para diminuir a taxa de administração cobrada das ICTs para o acolhimento de despesas administrativas (...)". Palavra aberta aos Conselheiros: A Conselheira Priscila agradeceu a todos pela reunião e destacou a importância da apresentação dos projetos da AMAZUL. Para a atuação estratégica da Marinha e para cumprimento da função social da AMAZUL

como estatal, salientou que é fundamental que a AMAZUL continue atuando na gestão do conhecimento e utilize os mecanismos disponíveis para que os talentos sejam retidos, mesmo diante das restrições orçamentárias. O Conselheiro Welerson parabenizou os relatores das matérias discutidas na reunião e agradeceu a todos pela participação. O Conselheiro Silva Lima agradeceu a todos pela reunião e destacou que além dos benefícios sociais que a AMAZUL entrega, o principal deles é a defesa nacional, pois a Tecnologia Nuclear também provê a defesa do país e este é o maior benefício que a sociedade pode ter. O Conselheiro Paulo Alvim agradeceu pela recepção e por todo o aprendizado adquirido na Reunião de Integração. Em seguida, salientou que é necessário um Programa Nuclear de Estado e quantificar o avanço na área nuclear em comparação a outros países, por considerar fundamental o avanço na tecnologia nuclear. Na sequência, o Presidente substituto agradeceu a participação de todos. Por fim, concluídos os atos que compuseram a Ordem do Dia, às 17h04min, a Presidência declarou encerrada a reunião ordinária do CONSAD, referente ao mês de julho. Lavrei a presente Ata no Livro de Atas, a qual foi assinada por mim, na qualidade de Secretária, e pelos Conselheiros presentes. Esta Ata foi elaborada em quatro vias digitadas. São Paulo, SP.

MARCELO FRANCISCO CAMPOS
Representante do Comando da Marinha
Presidente do Conselho
Substituto

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

ANDRÉ LUIZ SILVA LIMA DE SANTANA MENDES
Representante do Ministério da Defesa

WELERSON CAVALIERI
Representante do Ministério da Economia

NEWTON DE ALMEIDA COSTA NETO
Diretor-Presidente

PRISCILA PALMA SANCHEZ
Representante dos empregados

DÉBORA ELIZE SANTOS
Secretária

ATA Nº 81 DA 11ª REUNIÃO
REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2022

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, às quinze horas, realizou-se a 81ª Reunião do Conselho de Administração da AMAZUL, a 11ª do ano de 2022 do Conselho de Administração (CONSAD) da Empresa Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL, em caráter ordinário, na sala de reuniões da Sede da empresa, situada na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 1847, Butantã, São Paulo, CEP nº 05581-001 e transmitida por videoconferência. Conforme parágrafo único do art. 4º da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, a reunião digital foi gravada e arquivada. Presidida pelo Senhor PETRONIO AUGUSTO SIQUEIRA DE AGUIAR, representante do Comando da Marinha e Presidente do Conselho, com a participação dos seguintes Conselheiros de Administração: o Senhor PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; Senhor MARCELO FRANCISCO CAMPOS, representante do Comando da Marinha e eventual substituto do Presidente do Conselho; o Senhor ANDRÉ LUIZ SILVA LIMA DE SANTANA MENDES, representante do Ministério da Defesa; o Senhor WELERSON CAVALIERI, membro independente, representante do Ministério da Economia e Presidente do Comitê de Auditoria; o Senhor NEWTON DE ALMEIDA COSTA NETO, Diretor-Presidente da AMAZUL; e a Senhora PRISCILA PALMA SANCHEZ, representante eleita pelos empregados. Participaram, de forma complementar, para esclarecimentos dos assuntos da Ordem do Dia: o Senhor SERGIO RICARDO MACHADO, Diretor de Administração e Finanças; o Senhor VALTER CITAVICIUS FILHO, Diretor de Gestão do Conhecimento e Pessoas; o Senhor CARLOS ALBERTO MATIAS, Diretor Técnico; o Senhor RICARDO WATANABE, Presidente do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (COPESRE); o Senhor MURILO FRANCISCO BARELLA, Coordenador-Geral de Governança e Desenvolvimento Corporativo (CGGDC); o Vice-Almirante (EN) GUILHERME DIONIZIO ALVES, Diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP); a Senhora RUBIA MICHELE DA SILVA, Coordenadora de Planejamento Estratégico; e a Senhora ADRIANA MARIA COUTO CARUSO; Auditora-Chefe; tendo sido eu, CLAUDIA SBRAGIA MAZZO, designada para atuar como Secretária. O Presidente presidiu a reunião e havendo quórum legal, de acordo com o contido nos artigos 10 e 15, do Regimento Interno do CONSAD e em primeira convocação, cumprimentou a todos e passou a palavra ao Diretor-Presidente para apresentar a situação da empresa. O Diretor-Presidente iniciou sua apresentação destacando o nono aniversário da AMAZUL, comemorado dia 16 de agosto de 2022. Informou que a Empresa aumentou progressivamente sua participação no Programa Nuclear da Marinha (PNM), no Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e no Programa Nuclear Brasileiro (PNB). Em relação aos negócios, no dia 15 de julho de 2022, na Sede da AMAZUL, foi discutido o modelo de financiamento e alternativas para a garantia dos recursos necessários à viabilização da implantação e operação do Reator Multipropósito Brasileiro, cujo projeto detalhado foi concluído em parceria com a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e a empresa argentina INVAP. Disse, também, que em 12 de julho, a Diretoria Executiva da AMAZUL visitou o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), incluindo o seu Centro de Radiofarmácia e o reator nuclear IEA-R1, onde, 17 (dezessete) empregados da AMAZUL atuam no programa de implantação de boas práticas para fabricação de radiofármacos. Na ocasião, foram tratadas novas modelagens de contrato entre as partes e ampliação da parceria para elaboração de projetos de infraestrutura na área nuclear. Em 29 de julho, estas questões voltaram a ser tratadas na visita da Diretoria do IPEN à sede da AMAZUL. Enfatizou que a comitiva do IPEN reafirmou que a AMAZUL é imprescindível para a operação do Centro de Radiofarmácia, enquanto a Diretoria da AMAZUL destacou que a empresa permanece disposta a manter a parceria em prol do desenvolvimento da produção de radiofármacos para o País. Em seguida, apresentou a situação do processo judicial que o sindicato dos empregados move contra a Empresa buscando restabelecer o serviço de ônibus fretado que atendia aos empregados na região de Iperó. Tal ação judicial ocorreu quando, em 2019, foi descontinuado o serviço disponibilizado pela Marinha do Brasil aos militares, servidores civis e, em razão da disponibilidade, estendido também aos empregados da AMAZUL. O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região manteve a sentença de 1ª instância, desfavorável à empresa, em que se determina o retorno dos fretados. Como a sentença fixou essa obrigação apenas quando ocorrer o trânsito em julgado do processo a sua aplicabilidade não é imediata. A AMAZUL recorrerá ainda ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), com o objetivo de reverter a decisão, reiterando os argumentos apontados no processo judicial, especialmente o de que a empresa nunca forneceu esse serviço e de que, na condição de empresa pública dependente do Tesouro Nacional, não há previsão orçamentária para o custeio desse modelo de transporte. Em continuação, comunicou que a Empresa foi surpreendida com uma autuação fiscal, proveniente da Secretaria da Receita Federal (SRF), sobre suposto descumprimento de obrigação tributária acessória. Trata-se do envio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais referente às contribuições previdenciárias dos 13º salários de 2018, 2019 e 2020. Com a implementação faseada do e-social, tornou-se obrigatória a informação desses recolhimentos à Receita Federal por meio da denominada DCTFWeb. No entanto, a AMAZUL informou à Receita sobre os recolhimentos previdenciários via Guia de Recolhimentos e Informações à Previdência Social (GFIP), instrumento que anteriormente servia para tal finalidade. Ressaltou que a AMAZUL jamais deixou de pagar o tributo, ou mesmo de informar a Receita sobre o recolhimento, tendo havido apenas um equívoco de forma, o qual já solucionado em 2021, a partir de medidas de controles internos. Quanto às multas, informou que a Empresa contratou escritório de advocacia com setor especializado na área fiscal-tributária e apresentou impugnação administrativa, cuja exigibilidade se encontra suspensa no sistema. Ainda sobre o mesmo tema, finalizou que a Receita Federal expediu o Ato Declaratório Executivo CORAT nº 11/2022 cancelando a aplicação de multas por atraso na DCTFWeb, vislumbrando-se boas chances de desconstituir as autuações fiscais. Em continuação, comunicou que, conforme observações feitas pelos Conselheiros, a AMAZUL está acompanhando as medidas que estão sendo tomadas pela BB Previdência para tentar melhorar a rentabilidade do AMAZUL-PREV. Participou, ainda, que no dia 12 de agosto, foi realizada uma reunião na qual gestores da BB Previdência informaram que a carteira de investimentos tem sido reestruturada para buscar melhores oportunidades de mercado e maximizar o desempenho do plano de previdência ao longo dos anos. As entidades também iniciaram tratativas voltadas para a redução da taxa de carregamento (hoje de 1%), maior detalhamento de informações referentes aos investimentos nos relatórios gerenciais do Plano e elaboração de relatórios sobre as perspectivas da carteira do AMAZUL-PREV, a serem apresentados ao CONSAD. Atualizou ao Conselho que a Empresa deve começar a pagar o complemento para cumprir o piso salarial de engenheiros, químicos e arquitetos de acordo com sentença do Supremo Tribunal Federal proferida em fevereiro de 2022, contudo essa ação depende de disponibilidade orçamentária. Por fim, participou que a Corregedoria-Geral da União (CGU) ratificou o nome da Senhora Adriana Straub para o cargo de titular da Unidade Correcional da AMAZUL. Dando continuidade, o Presidente fez a leitura da Ordem Dia, e sugeriu alteração na ordem de apresentação dos itens previstos no Edital que, conforme aprovação do Colegiado, passou a vigorar a seguinte Ordem do Dia: Item 1 - Manifestação do enquadramento dos indicados ao Conselho Fiscal; Item 2 - Aprovar propostas e matérias de convocação da Assembleia Geral Extraordinária; Item 3 - Planejamento Estratégico: acompanhamento trimestral dos indicadores e metas de 2022; Item 4 - Apresentação das alterações realizadas no Informe ao Congresso; Item 5 - Acompanhamento da Execução do PAINT 2022 e Monitoramento das Recomendações; e Item 6 - Treinamento - Tema: Apresentação sobre o Programa Nuclear da Marinha (PNM) e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB). Passando ao primeiro item da Ordem do Dia, o Presidente do CONSAD iniciou, destacando que, de acordo com art. 66, §3º, do Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração emitir manifestação acerca do enquadramento dos indicados aos requisitos e vedações legais, regulamentares e estatutários à luz da autodeclaração e documentos apresentados pelo indicado e da manifestação do COPESRE. Na sequência, passou a palavra ao Presidente do referido Comitê, que apresentou as seguintes personalidades para ocupação do cargo de Conselheiro Fiscal desta Empresa: o Senhor JOSÉ ROBERTO DE MORAES RÊGO PAIVA FERNANDES JÚNIOR, indicado como representante do Ministério da Defesa, pelo Ofício n° 20922/SG-MD e o Vice-Almirante (IM) ARTUR OLAVO FERREIRA, indicado como representante do Comando da Marinha, pelo Ofício n° 40-106/GCM. Em seguida, informou, que é de opinião do COPESRE que os indicados preenchem todos os requisitos e não incorrem em vedações, previstas no art. 56, do Decreto nº 8.945/2016. Na sequência, o CONSAD manifestou-se favorável quanto ao enquadramento dos indicados para o Conselho Fiscal da AMAZUL. Passando ao segundo item da Ordem do Dia, o Presidente relatou que, de acordo com art. 39, incisos V e VI do Estatuto Social, compete ao CONSAD a aprovação da inclusão de matérias no instrumento de convocação e, consequentemente, convocar a Assembleia-Geral. Em seguida, em face da manifestação favorável dos indicados ao Conselho Fiscal, o CONSAD deliberou pela convocação da Assembleia Geral Extraordinária da AMAZUL, com a seguinte Ordem do dia: "Item 1 - Eleição de Membros do Conselho Fiscal", ainda sem data definida. Por fim, o Presidente finalizou que assinará o Edital, na qualidade de Presidente de CONSAD, para os devidos trâmites, junto à Secretaria de Órgãos Colegiados. Passando ao terceiro item da Ordem do Dia, o Presidente do CONSAD passou a palavra à Coordenadora de Planejamento Estratégico que iniciou sua apresentação ressaltando que, de acordo com o art. 39, inciso XII, do Estatuto Social, compete ao CONSAD acompanhar o plano estratégico e as metas de desempenho da Empresa. Esclareceu que os indicadores apresentados foram definidos como prioritários para acompanhamento pelo CONSAD em janeiro de 2020 e foram revisados pelo Conselho em janeiro de 2021 e de 2022. Na sequência, apresentou o quadro detalhado, destacando, para cada indicador de desempenho, sua meta e os resultados do 1º e 2º trimestres. Após discussões sobre melhorias, o CONSAD registrou a importância de se estabelecer indicadores com foco nos objetivos e resultados da Empresa, bem como a necessidade de aperfeiçoamento contínuo, com vistas a ensejar orientações assertivas do Conselho. O Diretor-Presidente afirmou que os indicadores estão em processo de revisão e serão apresentados ao Conselho. O Conselheiro Paulo Alvim precisou se ausentar da reunião. Passando ao quarto item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Coordenador-Geral de GDC que apresentou a versão final do Informe, aprovado na última reunião do Colegiado, quanto ao atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, após ajustes sugeridos pelos Conselheiros. Passando ao quinto item da Ordem do Dia, o Presidente passou a palavra à Auditora-Chefe, que destacou as principais informações do relatório de acompanhamento da execução do PAINT/2022 e monitoramento das recomendações. A Auditora-Chefe detalhou o cronograma das ações, o monitoramento e a situação atual das recomendações por área da AMAZUL. Por fim, informou que 10% das recomendações foram baixadas, 37% estão em implementação e 53% foram implementadas. O Conselheiro Welerson elogiou a execução do PAINT/22 que está em dia com escopo e prazos, apesar de ter atuado com equipe reduzida decorrente de licença maternidade de uma das Auditoras. O Diretor-Presidente explicou sobre a necessidade de gestão para a definição das prioridades referentes às futuras convocações do concurso. O CONSAD elogiou o trabalho da Auditoria Interna no cumprimento dos prazos e trabalhos realizados. Passando ao sexto item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) que realizou o treinamento dos administradores sobre o PNM e o PROSUB, temas relacionados às atividades da empresa nos termos do §4º do art. 17 da lei 13.303/16, com a participação dos membros do CONSAD, da Diretoria Executiva e do Presidente do COPESRE. Ao final, os Conselheiros discorreram sobre o tema e elogiaram o treinamento. Palavra aberta aos Conselheiros: A Conselheira Priscila reforçou a importância do CONSAD compreender como funcionam os projetos da Marinha. Em seguida, agradeceu pela reunião e parabenizou a Empresa pelos seus nove anos. O Conselheiro Welerson destacou a discussão produtiva sobre os indicadores de desempenho, renovou os votos ao Diretor-Presidente e se colocou à disposição para auxiliar no processo de revisão do planejamento estratégico. O Diretor-Presidente agradeceu pelo dia intenso e proveitoso, que trouxe resultados para os projetos em execução pela Empresa e para a relação com outras organizações presentes na Cerimônia de Transmissão do Cargo da Diretoria Executiva. O Conselheiro Silva Lima agradeceu pelas apresentações ao Conselho, que demonstrou a abrangência e importância da AMAZUL. O Conselheiro Campos agradeceu pela reunião e distribuiu uma publicação sobre o Submarino com Propulsão Nuclear Brasileiro (SN-BR). Por fim, o Presidente elogiou a reunião e ressaltou que pretende continuar com os treinamentos sobre o PNM e PROSUB. Concluídos os atos que compuseram a Ordem do Dia, às 17h04min, a Presidência declarou encerrada a reunião ordinária do CONSAD, referente ao mês de julho. Lavrei a presente Ata no Livro de Atas, a qual foi assinada por mim, na qualidade de Secretária, e pelos Conselheiros presentes. Esta Ata foi elaborada em quatro vias digitadas. São Paulo, SP.

PETRONIO AUGUSTO SIQUEIRA DE AGUIAR
Representante do Comando da Marinha
Presidente

MARCELO FRANCISCO CAMPOS
Representante do Comando da Marinha
Presidente Substituto

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

ANDRÉ LUIZ SILVA LIMA DE SANTANA MENDES
Representante do Ministério da Defesa

WELERSON CAVALIERI
Representante do Ministério da Economia

NEWTON DE ALMEIDA COSTA NETO
Diretor-Presidente

PRISCILA PALMA SANCHEZ
Representante dos empregados

DÉBORA ELIZE SANTOS
Secretária

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS

ATA Nº 17, DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2022

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, às dez horas, na sala de reuniões do 6º andar, da sede da Empresa, situada na Ilha das Cobras, Edifício Almirante Raphael de Azevedo Branco, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, CEP nº 20180-001, realizou-se a 11ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, no formato híbrido, presencial e por videoconferência, via webex, na forma da Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020, presente a totalidade do Capital Social, de titularidade da União, neste ato representada pelo Dr. Humberto Manoel Alves Afonso, Procurador da Fazenda Nacional, designado pela Portaria nº 17, de 26 de junho de 2019, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN. A reunião contou, ainda, com as presenças do Almirante de Esquadra José Augusto Vieira da Cunha de Menezes, Presidente do Conselho de Administração da EMGEPRON; e do Vice-Almirante (RM1-IM) Edesio Teixeira Lima Junior, Diretor-Presidente da EMGEPRON. Para fins de atendimento aos requisitos formais, o Presidente do Conselho de Administração da Empresa, assumiu a Presidência da Assembleia, nomeando como Secretário, o Capitão de Corveta da Reserva Remunerada, do Quadro de Oficiais Auxiliares da Armada, Rogério Braz de Almeida. Dispensada a publicação no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação, tendo em vista a presença de representante legal do único acionista, o Presidente apresentou a seguinte Ordem do Dia: 1) Eleição (recondução) de membro do Conselho Fiscal. Passando à Ordem do Dia, o Representante da União votou pela recondução como membro (Titular) do Conselho Fiscal, do Contra-Almirante (IM) ALEXANDRINO MACHADO NETO, conforme Ofício nº 40-71/GCM-MB/083.9.01, datado de 10 de junho de 2022. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por mim, pelo Presidente da Assembleia e pelo representante da União, para os fins determinados em lei. Rio de Janeiro, dezesseis de setembro de dois mil e vinte e dois. Atesto que as deliberações aqui contempladas são fiéis à Ata original arquivada na Sede da EMGEPRON.

ATA Nº 18, DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 5 DE OUTUBRO DE 2022

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, às onze horas, na sala de reuniões do 6º andar, da sede da Empresa, situada na Ilha das Cobras, Edifício Almirante Raphael de Azevedo Branco, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, CEP nº 20180-001, realizou-se a 12ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, presente a totalidade do Capital Social, de titularidade da União, neste ato representada pelo Dr. Alexandre Cairo, Procurador da Fazenda Nacional, designado pela Portaria nº 17, de 26 de junho de 2019, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN. A reunião contou, ainda, com as presenças do Almirante de Esquadra José Augusto Vieira da Cunha de Menezes, Presidente do Conselho de Administração da EMGEPRON; do Vice-Almirante (RM1-IM) Edesio Teixeira Lima Junior, Diretor-Presidente da EMGEPRON; do Contra-Almirante (IM) Alexandrino Machado Neto, representante do Conselho Fiscal; e do Contra-Almirante (IM) Nelson Márcio Romaneli de Almeida, Diretor Administrativo-Financeiro. Para fins de atendimento aos requisitos formais, o Presidente do Conselho de Administração da Empresa, assumiu a Presidência da Assembleia, nomeando como Secretário, o Capitão de Corveta da Reserva Remunerada, do Quadro de Oficiais Auxiliares da Armada, Rogério Braz de Almeida. Dispensada a publicação no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação, tendo em vista a presença de representante legal do único acionista, o Presidente apresentou a seguinte Ordem do Dia: 1) Aprovação da Revisão do Estatuto Social da EMGEPRON; e 2) Aprovação da Proposta de Destinação de Lucros e Reservas. Passando ao primeiro item da Ordem do Dia, o Representante da União votou pela aprovação da proposta de alteração estatutária, conforme quadro anexo. Passando ao segundo item da Ordem do Dia, o Representante da União votou pela aprovação da nova proposta de destinação de lucros e reservas, relativo ao exercício de 2021, devendo a Administração proceder os ajustes ao Orçamento de Investimentos/2022, de forma a adequá-lo à nova proposta de destinação de lucros e reservas, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por mim, pelo Presidente da Assembleia e pelo representante da União, para os fins determinados em lei. Rio de Janeiro, cinco de outubro de dois mil e vinte e dois. Atesto que as deliberações aqui contempladas são fiéis à Ata original arquivada na Sede da EMGEPRON.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEORI/SG-MD Nº 13, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Revoga a Instrução Normativa nº 2/SEORI/MD, de 29 de fevereiro de 2016.

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA, SUBSTITUTA, em conformidade a Portaria SEORI/SG-MD Nº 4.950, de 22 de setembro de 2022, no uso da atribuição que lhe confere o art. 37, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.998, de 15 de março de 2022, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso I, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, na Portaria SEORI/SG-MD nº 5.003, de 27 de setembro de 2022, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 60530.000067/2022-00, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Instrução Normativa nº 2/SEORI/MD, de 29 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 44, Seção 1, página 21, de 7 de março de 2016.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA LOPES DE PINHO PONTES VIANNA

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA Nº 2.940, DE 04 DE OUTUBRO DE 2022, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 05 de outubro de 2022, seção 1, pág. 2 e 3, Art. 2º, inciso VII, alínea "f" e Art. 5º, inciso V: Onde se lê: Agência Nacional de Águas - ANA, leia-se: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS

ATOS DE 27 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e 1.939, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 1.814 - ISAIAS PIO DA SILVEIRA, UHE Furnas, Município de Divisa Nova/MG, irrigação.

Nº 1.815 - JOSE GOMES FERREIRA NERY, UHE Sobradinho, Município de Sobradinho/BA, irrigação.

Nº 1.816 - DAVID DE SOUZA CAVALCANTI, UHE Luiz Gonzaga, Município de Glória/BA, irrigação.

Nº 1.817 - SYMONE BRASIL BARBOSA DUARTE, UHE Furnas, Município de Alfenas/MG, irrigação.

Nº 1.818 - HÉLIO SILVA BRAGA, rio Jequitinhonha, Município de Jequitinhonha/MG, irrigação.

Nº 1.819 - PAULO ROGERIO CONSONI, rio Jaguari-Mirim, Município de Casa Branca/SP, irrigação.

Nº 1.820 - POSTO VERDE LUZENSE LTDA, rio São Francisco, Município de Dores do Indaiá/MG, irrigação.

Nº 1.821 - PEDRO FERNANDO FERREIRA, UHE Jurumirim, Município de Piraju/SP, irrigação.

Nº 1.822 - POSTO VERDE LUZENSE LTDA, rio São Francisco, Município de Dores do Indaiá/MG, irrigação.

Nº 1.823 - ROBERTO PIRES DE CARVALHO, UHE Luiz Gonzaga, Município de Glória/BA, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

PATRICK THOMAS

ATOS DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, torna público que o DIRETOR VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos à:

Nº 1.824 - GILVAN GOMES BARROS FILHO, rio Tocantins, Município de Itaguatins/TO, irrigação.

Nº 1.825 - FLAVIO RUBSTAINE BATISTA NASCIMENTO, Açude São Gonçalo, Município de Marizópolis/PB, irrigação.

Nº 1.827 - NARA JUNIA CAMPOS RIBEIRO GARCIA, rio Urucuia, Município de Arinos/MG, irrigação.

Nº 1.828 - ADIVALDO PRADO, rio Urucuia, Município de Riachinho/MG, irrigação.

Nº 1.829 - JESSE MARRA FUJINAMI, UHE Volta Grande, Município de Miguelópolis/SP, irrigação.

Nº 1.830 - AREIAL DO VALE LTDA, rio Iguaçu, Município de Paulo Frontin/PR, mineração.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

PATRICK THOMAS

ATO Nº 1.831, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir a outorga de direito de uso de recursos hídricos a:

JOSE IVO DOS SANTOS SILVA, UHE Paulo Afonso IV/UHE Apolônio Sales (Moxotó), Município de Delmiro Gouveia/AL, irrigação.

O inteiro teor da Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

PATRICK THOMAS

Ministério da Economia

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

2ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

2ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017).

DIA 24 de Outubro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI

1 - Processo nº: 13964.000046/2009-29 - Recorrente: DIRLEI MANOEL ESTEVAM e Interessado: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 13002.000836/2010-16 - Recorrente: PERCIVAL SCHAFF e Interessado: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10930.002085/2009-60 - Recorrente: ROLNAN ANTONIO RODRIGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DIOGO CRISTIAN DENNY

4 - Processo nº: 13910.000544/2009-05 - Recorrente: EURIDICE DE OLIVEIRA STATI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 13061.000460/2008-21 - Recorrente: SONIA BEATRIZ DE MATTOS CAMPESTRINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI

6 - Processo nº: 18471.002100/2008-55 - Recorrente: LABORE ADMINISTRADORA E CONSERVADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DIOGO CRISTIAN DENNY
7 - Processo nº: 23034.022162/2003-68 - Recorrente: ASSOCIACAO BM&F e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 13161.000014/2010-11 - Recorrente: MARIA DE LOURDES MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 13161.000015/2010-57 - Recorrente: MARIA DE LOURDES MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 13527.000826/2008-47 - Recorrente: TELMO RIOS DALTRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 13629.000359/2010-21 - Recorrente: JOSE MARIA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 13678.000291/2010-03 - Recorrente: MARIA PAULA MORAES VASCONCELOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 13706.000170/2008-54 - Recorrente: ALBINO DA ROCHA MATOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 13706.000312/2008-83 - Recorrente: CLAUDIO PIQUET CARNEIRO PESSOA SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 13739.003009/2008-55 - Recorrente: JOSE VITOR DIAS GOMES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 13748.000862/2007-25 - Recorrente: MARIA HELENA CEZAR DE ANDRADE DE SA EARP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 13766.002131/2008-87 - Recorrente: VERA LUCIA SILVA MAIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 13799.000007/2010-14 - Recorrente: MERCEDES RODRIGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 13804.000482/2006-98 - Recorrente: MARINA SUPLICY VIEIRA DAVINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 13839.001380/2009-35 - Recorrente: MARIA APARECIDA FLORESTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 13906.000619/2010-42 - Recorrente: JOSE CARLOS RODRIGUES MANSSANO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 13964.000147/2010-33 - Recorrente: MANUEL ALBERTO VIANA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 13964.000188/2010-20 - Recorrente: MANUEL ALBERTO VIANA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
24 - Processo nº: 18186.010220/2010-66 - Recorrente: MARIA IGNEZ MIRANDA SEIFFERT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10680.723269/2011-71 - Recorrente: JAIME LOPES DA SILVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10768.000199/2009-02 - Recorrente: ANTONIO CARLOS UMBELINO MARQUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10930.001455/2009-41 - Recorrente: MAGDA MADALENA TUMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10930.005574/2010-15 - Recorrente: DANIELE CAVALHEIRO DE OLIVEIRA ZAMPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 de Outubro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
29 - Processo nº: 10930.005642/2010-38 - Recorrente: ERCILIA INACIO RIBEIRO DE SOUZA SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10930.005723/2010-38 - Recorrente: MAGDA MADALENA TUMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10940.001972/2008-11 - Recorrente: GALENO BARROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10980.720353/2009-33 - Recorrente: PABLO ANDREZ PINHEIRO GUBERT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 13609.000445/2010-72 - Recorrente: OSMAR TEIXEIRA ESTEVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10073.002957/2008-56 - Recorrente: PASCAL CARVALHO COUTINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10166.010291/2009-51 - Recorrente: FLAVIA SIQUEIRA DE CARVALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10183.001799/2010-94 - Recorrente: LUIZ MACHADO BALSTER NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10242.000488/2007-61 - Recorrente: ELSON REIS DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10380.015746/2007-29 - Recorrente: ALBERTO STUDART FILHO ESPOLIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10384.722171/2013-11 - Recorrente: ANTONIO SERGIO REIS TAVARES REGO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10640.003131/2009-11 - Recorrente: ANGELO MARCIANO LOPES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10640.003626/2009-32 - Recorrente: LUCY CAMPOS DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13787.000193/2010-21 - Recorrente: ROSANGELA GUIMARAES NOGUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 13787.000194/2010-75 - Recorrente: ROSANGELA GUIMARAES NOGUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13794.000292/2009-80 - Recorrente: ALBERTO LUIZ DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 18239.000440/2008-02 - Recorrente: ERCY MARIA VIANA DE MESQUITA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 18239.000629/2009-78 - Recorrente: ADEL MERCADANTE JUNDI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 18239.000679/2009-55 - Recorrente: CLAUDIO FERNANDES DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 18239.000702/2009-10 - Recorrente: CARLOS ROBERTO ESTEVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 18239.000801/2008-11 - Recorrente: MARTIN VALERSTEIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 18239.001839/2009-83 - Recorrente: ZAIDA FONSECA ANTUNES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 18239.002155/2009-07 - Recorrente: OMIR FONTOURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 18239.002617/2009-88 - Recorrente: ANTONIO DOMINGUES FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 18239.005812/2008-89 - Recorrente: JAIME RODRIGUES DA CUSTODIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 18239.006767/2008-80 - Recorrente: JOSE DAVID LANGIER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 18239.008905/2008-65 - Recorrente: CYRO DE ARAUJO FRANCA JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 18239.008973/2008-24 - Recorrente: CYRO DE ARAUJO FRANCA JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 de Outubro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
57 - Processo nº: 18470.724691/2012-10 - Recorrente: MAURO FERREIRA CALDAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 18471.002095/2008-81 - Recorrente: LABORE ADMINISTRADORA E CONSERVADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 18471.002097/2008-70 - Recorrente: LABORE ADMINISTRADORA E CONSERVADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 19288.720157/2012-56 - Recorrente: RICARDO VIEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 19647.000215/2008-19 - Recorrente: KLEBER PAES DE ARRUDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 19647.001614/2008-05 - Recorrente: MARCELO ANTONIO DOBBIN VILLOCQ VIANNA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 19647.005734/2008-73 - Recorrente: ALRION DE ARAUJO COELHO FERNANDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 19647.005735/2008-18 - Recorrente: ALRION DE ARAUJO COELHO FERNANDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10930.005937/2010-12 - Recorrente: LUIZ CARLOS JULIANI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10930.005938/2010-59 - Recorrente: LUIZ CARLOS JULIANI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 11080.720379/2010-21 - Recorrente: VERA REGINA MASCARELLO SCHNEIDER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 12326.002823/2009-22 - Recorrente: LEONIDAS BATISTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 13609.000501/2011-50 - Recorrente: WAGNER AMARILDO ALVES DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 13642.000311/2010-45 - Recorrente: RICARDO AUGUSTO SOARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 13642.720177/2011-83 - Recorrente: RICARDO AUGUSTO SOARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 13706.002384/2008-65 - Recorrente: CESLAVA DE SOUZA LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 13706.005042/2008-05 - Recorrente: LUCIANA MACHADO DE OLIVEIRA DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 13706.006286/2008-05 - Recorrente: VICTOR ADLER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 13706.007701/2008-30 - Recorrente: ISIS DO REGO MONTEIRO MENDONCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 13706.007840/2008-63 - Recorrente: PEDRO PAULO BASILIO PEREIRA DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 13707.003223/2008-89 - Recorrente: CARLOS DAGOBERTO CATANHO PESSOA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 13708.000505/2009-03 - Recorrente: FABIO PIMENTEL RABELLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 13708.000506/2009-40 - Recorrente: FABIO PIMENTEL RABELLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 13732.000552/2009-41 - Recorrente: MARCY CABRAL CRESPO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 13732.000682/2008-01 - Recorrente: MARCY CABRAL CRESPO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 13819.000402/2010-11 - Recorrente: FABIO ALENCAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 13819.002903/2010-32 - Recorrente: CLAUDEMIR GAVIOLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 13820.720778/2011-98 - Recorrente: MARICENE RODRIGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 de Outubro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
85 - Processo nº: 13828.720190/2012-45 - Recorrente: LEILA AYUB VACA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 13838.000054/2009-11 - Recorrente: JORGE CALIL NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 13884.720714/2011-42 - Recorrente: VALDIVINO ALEXANDRE DE SANTIAGO JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 13893.000581/2011-85 - Recorrente: RUI AFONSO BASSANI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 13894.720253/2011-99 - Recorrente: ARMINDO CORREIA LOUREIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 13964.000012/2009-34 - Recorrente: EMILIO BATTISTELLA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 13971.721561/2011-71 - Recorrente: LUCY YURIKO PELLISER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 15453.000017/2009-52 - Recorrente: ELIZEU DOS SANTOS CORREA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 15455.000949/2010-19 - Recorrente: ANA MARIA BARROZO MAGALHAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 15465.001576/2009-41 - Recorrente: VANILZA DAS GRACAS DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 15465.003238/2010-87 - Recorrente: ROSELENY BERNARDINO DE LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DIOGO CRISTIAN DENNY
96 - Processo nº: 15467.000459/2009-40 - Recorrente: ROSANA KALAOUN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 15471.002971/2008-81 - Recorrente: ANA MARIA MANCEBO TINELLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
98 - Processo nº: 15471.000303/2008-19 - Recorrente: SUZY GOMES FERRACO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 15471.003328/2009-55 - Recorrente: ALBERTO JORGE DE SOUZA CARVALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DIOGO CRISTIAN DENNY
100 - Processo nº: 15504.721130/2012-28 - Recorrente: ALESSANDRA MOSCARDINI TJURS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
101 - Processo nº: 15504.724223/2011-23 - Recorrente: ROSEMEIRE DE FATIMA MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 16707.000025/2009-32 - Recorrente: MARIA SELMA PORPINO DE ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 16885.000193/2009-77 - Recorrente: LUCI LAROCCA DO AMARAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 16885.000194/2009-11 - Recorrente: LUCI LAROCCA DO AMARAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DIOGO CRISTIAN DENNY
105 - Processo nº: 17613.721091/2011-76 - Recorrente: ROSENO GARCIA DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
106 - Processo nº: 13706.010189/2008-17 - Recorrente: HELENICE MARIA RIBEIRO SEIXAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 13706.010190/2008-33 - Recorrente: HELENICE MARIA RIBEIRO SEIXAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10120.728342/2017-31 - Recorrente: JOAO ARRUDA RODRIGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10166.001613/2009-71 - Recorrente: JOAO CARLOS BONTEMPO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10166.007580/2010-15 - Recorrente: JOAO CARLOS BONTEMPO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10166.013114/2009-27 - Recorrente: VANESSA DE A LMEIDA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10183.001653/2008-24 - Recorrente: CLODOALDO BARBOSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 de Outubro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
113 - Processo nº: 10380.009164/2009-75 - Recorrente: RONALDO NOBREGA DE PONTES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10384.003070/2009-52 - Recorrente: DANIEL EXPEDITO REBOUCAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10580.720545/2008-71 - Recorrente: MIGUEL CALMON TEIXEIRA DE CARVALHO DANTAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10580.721175/2009-71 - Recorrente: JORGE PAIVA DE SOUSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10730.001390/2011-13 - Recorrente: AMELIA MARIA DE CARVALHO ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10730.003054/2009-82 - Recorrente: JAIRO WERNER JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10730.012049/2010-02 - Recorrente: AMELIA MARIA DE CARVALHO ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10730.013132/2009-57 - Recorrente: ATALIBA VIANNA CRESPO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10730.720431/2011-66 - Recorrente: PAULO ROBERTO CARVALHO DE ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10730.720443/2011-91 - Recorrente: PAULO ROBERTO CARVALHO DE ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10768.001815/2009-34 - Recorrente: LEONOR DA SILVA CLAPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10768.002029/2009-54 - Recorrente: DALTON JARDIM VIEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10825.001670/2009-40 - Recorrente: ANTONIO CARLOS DUARTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 10830.014369/2009-27 - Recorrente: JOAQUIM OLIMPIO ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 10840.722650/2011-32 - Recorrente: ALEXANDRE DE CASTRO MOURA DUARTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 10845.001856/2010-02 - Recorrente: MOACIR JOSE SALEME DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 10845.001857/2010-49 - Recorrente: MOACIR JOSE SALEME DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 10845.002614/2009-94 - Recorrente: RIVA ELIZAQUEVITCH BICCARI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 10930.002177/2010-83 - Recorrente: NIVALDO FAZOLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 10935.720444/2011-39 - Recorrente: JOSE GARIBALDI ALVES DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 10935.722733/2013-34 - Recorrente: JOSE GARIBALDI ALVES DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10980.728839/2012-15 - Recorrente: TEREZINHA GOULARTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 11065.000003/2010-95 - Recorrente: ALOISIO SCHROER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 11080.721358/2013-76 - Recorrente: DENISE ARINA FRANCISCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 11080.732832/2011-23 - Recorrente: OVIDIO FERRONATO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 11610.007490/2009-50 - Recorrente: CARLOS PINTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 11618.001574/2006-67 - Recorrente: SUZANA DE LUCENA LIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 11618.001615/2009-68 - Recorrente: ROSALINA DE QUEIROZ CAVALCANTI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 de Outubro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
141 - Processo nº: 13106.000076/2011-60 - Recorrente: LUIZ MINARI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 13687.720141/2011-83 - Recorrente: CARLOS ROBERTO DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 13706.002382/2009-57 - Recorrente: CARLOS VIEIRA PEIXOTO FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 13706.007134/2008-11 - Recorrente: JOSE MARCIO DE CAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 13706.007606/2008-36 - Recorrente: ELZA MARIA DA CONCEICAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 13708.004865/2008-95 - Recorrente: ELIANE MARTINS RODRIGUES FARIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 13737.000722/2009-48 - Recorrente: ALCIR MENDES LESSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 13786.720002/2012-12 - Recorrente: VENILTON DA SILVEIRA MOREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 19404.001718/2008-64 - Recorrente: MAURICIO IBRAHIM MIRANDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 10073.720965/2012-64 - Recorrente: ALMIR MAIA PEREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 10140.720815/2013-91 - Recorrente: LUIZ FERRAZ D ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 10240.720553/2010-93 - Recorrente: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10380.723260/2009-20 - Recorrente: JOSE ARNALDO ROCHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10380.723261/2009-74 - Recorrente: JOSE ARNALDO ROCHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10410.002185/2008-84 - Recorrente: MARIA EDITE DE FIGUEIREDO CAJUEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10480.723281/2010-51 - Recorrente: EDNA PEIXOTO SA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 10480.724035/2010-16 - Recorrente: MARIA AUXILIADORA GUIMARAES DE BARROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 10640.001602/2010-82 - Recorrente: LEONARDO DE PAULA JUNQUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 10640.002089/2010-47 - Recorrente: MAURO TAVARES BARBOSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 10640.720250/2011-49 - Recorrente: LEONARDO DE PAULA JUNQUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 10670.720594/2011-09 - Recorrente: ANTONIO CARLOS DIAS ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 10675.721194/2010-81 - Recorrente: JOSE DIVALDO DE AVILA FREITAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 10680.722593/2011-71 - Recorrente: GUSTAVO APGAUA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 10725.000299/2009-27 - Recorrente: CARLOS ALBERTO NEVES RABELO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 10725.000310/2008-78 - Recorrente: GILBERTO MONTEIRO CRUZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 10768.005512/2008-18 - Recorrente: HILDA PEREIRA FRANKLIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 10845.000593/2010-14 - Recorrente: CELSO GARAGNANI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 10845.000594/2010-51 - Recorrente: CELSO GARAGNANI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 10930.002608/2009-78 - Recorrente: OMAR JOSE BADDAUY e Interessado: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 10940.000028/2011-41 - Recorrente: IVANETE BORSATTO SCHUCK SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

DIOGO CRISTIAN DENNY
Presidente da 2ª Turma Extraordinária da 2ª Seção do CARF

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

3ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 18 a 20/10/2022.
Pauta ordinária de julgamento dos recursos das sessões presenciais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sobreloja, Brasília, Distrito Federal.
OBSERVAÇÕES:
1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado;
2) Solicitação de sustentação oral poderá ser encaminhada por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF.

DIA 18 de Outubro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Redator AD HOC: VINÍCIUS GUIMARÃES
1 - Processo nº: 16095.720152/2015-45 - Recorrente: CORDEIRO FIOS E CABOS ELETRICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10715.008061/2008-88 - Embargante: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
3 - Processo nº: 10830.726806/2013-35 - Embargante: MEDLEY INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
4 - Processo nº: 10872.720001/2015-53 - Recorrente: AMBEV S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 16682.722933/2015-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: REPSOL SINOPEC BRASIL SA
6 - Processo nº: 16682.722934/2015-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: REPSOL SINOPEC BRASIL SA
Redator AD HOC: VINÍCIUS GUIMARÃES
7 - Processo nº: 10972.720009/2013-20 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERACAO

DIA 18 de Outubro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
8 - Processo nº: 10140.721342/2016-91 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE e FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10880.000999/99-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SERGUS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA
10 - Processo nº: 16327.720353/2016-52 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO BMG S.A
11 - Processo nº: 16327.721113/2017-56 - Recorrente: BANCO BMG S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VALCIR GASSEN
12 - Processo nº: 16327.720223/2016-10 - Recorrente: BANCO BMG S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 16561.720161/2012-40 - Recorrente: CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
14 - Processo nº: 16561.720008/2012-12 - Recorrentes: CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
15 - Processo nº: 10882.720075/2019-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA
Redator AD HOC: VINÍCIUS GUIMARÃES
16 - Processo nº: 19515.720348/2014-59 - Recorrente: ATACADAO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 16682.721329/2013-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA

DIA 19 de Outubro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
18 - Processo nº: 12893.000364/2008-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECUMSEH DO BRASIL LTDA
19 - Processo nº: 12893.000365/2008-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECUMSEH DO BRASIL LTDA
20 - Processo nº: 12893.000369/2008-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECUMSEH DO BRASIL LTDA
21 - Processo nº: 12893.000366/2008-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECUMSEH DO BRASIL LTDA
22 - Processo nº: 12893.000367/2008-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECUMSEH DO BRASIL LTDA
23 - Processo nº: 12893.000368/2008-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECUMSEH DO BRASIL LTDA
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
24 - Processo nº: 10860.720961/2017-14 - Recorrente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 13819.721969/2013-78 - Recorrente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
26 - Processo nº: 12466.002615/2008-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GOLDEN DISTRIBUIDORA LTDA.
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
27 - Processo nº: 15165.002914/2008-65 - Recorrente: GOLDEN DISTRIBUIDORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VALCIR GASSEN
28 - Processo nº: 10480.025193/99-03 - Recorrente: GUARARAPES INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 de Outubro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Redator AD HOC: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
29 - Processo nº: 10314.721061/2015-19 - Recorrentes: CROCS BRASIL COMERCIO DE CALCADOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VALCIR GASSEN
30 - Processo nº: 10611.720630/2017-16 - Recorrente: TAM LINHAS AEREAS S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
31 - Processo nº: 10725.720119/2010-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DOLPHIN DRILLING PERFURACAO BRASIL LTDA
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
32 - Processo nº: 10074.001831/2010-79 - Recorrente: GE CELMA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 de Outubro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
33 - Processo nº: 10980.727633/2018-63 - Recorrente: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
34 - Processo nº: 15504.729713/2014-69 - Embargante: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
35 - Processo nº: 10872.720087/2015-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: REFRIGERANTES CONVENCAO RIO LTDA
36 - Processo nº: 10950.002688/2008-42 - Recorrente: USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10950.004056/2009-02 - Recorrentes: USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA e FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10950.004310/2008-83 - Recorrentes: USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA e FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10950.004313/2008-17 - Recorrentes: USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA e FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10950.900850/2010-12 - Recorrentes: USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA e FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10950.004312/2008-72 - Recorrentes: USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA e FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10950.004054/2009-13 - Recorrentes: USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
Redator AD HOC: VINÍCIUS GUIMARÃES
43 - Processo nº: 16561.720102/2013-52 - Recorrente: FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 de Outubro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Redator AD HOC: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
44 - Processo nº: 10218.001055/2007-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: M A VITTI IND E COM LTDA

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

RETIFICAÇÃO

Na Certidão, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2022, Seção 1, pág. 15, onde se lê: "132ª SESSÃO", leia-se: "130ª SESSÃO".

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

PORTARIA SEDDM/ME Nº 8.826, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 216 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, o art. 97 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, no art. 10, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra, bem como no art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04921.000668/2017-72 e a deliberação pelo Grupo Especial de Destinação Supervisionada - GE-DESUP -3, por meio da Ata de Reunião de 04 de agosto de 2022 (Processo SEI nº 19739.123873/2021-26), resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de domínio pleno ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA , de imóvel de propriedade da União, classificado como Nacional Interior, de natureza rural, localizado na Rodovia MS 170, S/N, Projeto de Assentamento (P.A.) Monjolinho, zona rural do Município de Anastácio/MS, com área de 94.050.000,00 m², inscrito no SPIUnet sob o RIP : 9013 00027.500-0, e devidamente registrado sob a matrícula nº 9.861, do Livro nº 2 do Cartório de Registro de Imóveis de Anastácio/MS.

Art. 2º A transferência de domínio pleno a que se refere o art. 1º destina-se à regularização fundiária do projeto de assentamento denominado "Fazenda Monjolinho", para fins de reforma agrária e reconhecimento do direito à moradia para aproximadamente 285 (duzentos e oitenta e cinco) famílias assentadas no Projeto de Assentamento Monjolinho.

Parágrafo único. Fica o INCRA obrigado a, no prazo de 05 (cinco) anos contados da assinatura do Termo de Transferência, a averbar, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Anastácio/MS, as titulações das parcelas em beneficio das famílias do projeto de assentamento Monjolinho.

Art. 3º Fica o INCRA obrigado, ainda, a:

I- administrar, guardar, zelar, fiscalizar e controlar o imóvel, devendo conservá-lo, tomando as providências administrativas e judiciais para tal fim;

II - proceder ao registro da presente transferência, nas devidas matrículas dos imóveis, no Cartório competente, nos termos da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973;

III - transferir o domínio pleno e as obrigações relativas aos imóveis aos ocupantes do projeto de assentamento;

IV - emitir os títulos, prioritariamente, em nome da mulher ou dos dois cônjuges, se houver certidão de casamento ou declaração de união estável;

V- proceder à averbação das transferências do direito pleno, no cartório competente, e encaminhar tais averbações à Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso do Sul - SPU-MS;

VI - pagar todos os encargos financeiros, tais como taxas, contribuições e emolumentos que recaiam ou venham a recair sobre o imóvel;

VII - obedecer às diretrizes dos órgãos públicos, especialmente a legislação municipal de uso e ocupação do solo no que concerne a utilização do imóvel objeto deste contrato.

Art. 4º A transferência tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito do INCRA a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se descumprido o estabelecido nos arts. 2º e 3º desta Portaria ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula do termo de transferência.

Art. 5º A transferência a que se refere o art. 1° não exime o interessado de obter todas as licenças, outorgas, autorizações e alvarás necessários à implantação e execução do projeto, bem como de observar rigorosamente a legislação e os respectivos regulamentos das autoridades competentes e dos órgãos ambientais.

Art. 7º Responderá o INCRA, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO MACIEL CAPELUPPI

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CGE Nº 2, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE-MS no uso das atribuições que lhe conferem o art. 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no inciso I, do § 1º do artigo 80 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e no inciso II, do artigo 29 da Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, e o que consta no Processo Administrativo nº 17095.720406/2022-17, declara:

Art. 1º Baixada de ofício a inscrição da pessoa jurídica CEREALISTA TAQUARI LTDA, sob o nº 20.335.334/0001-23, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), por ter sido considerada inexistente de fato, na forma prevista em lei.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ZUMILSON CUSTODIO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR/MG Nº 108, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Declara a redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho, de 2020, e tendo em vista o disposto art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e, ainda, no que ficou apurado no processo administrativo 19614.728519/2022-80, declara:

Art. 1º Observado o estabelecido no artigo 13 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, alterados pelos artigos 1º da Lei nº 8.874, de 29 de abril de 1994, 3º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto 2001, alterado pelo artigo 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e pela Lei 12.995/2014, bem como no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, reconhece que o estabelecimento filial da empresa ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A, CNPJ nº 22.166.193/0020-50, faz jus à redução de 75% (setenta e cinco por cento), a partir do ano calendário de 2022 até o ano calendário de 2031, do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro de exploração.

Art. 2º. O benefício ora reconhecido refere-se à implantação de empreendimento, conforme especificado no LAUDO CONSTITUTIVO nº 0289/2021, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, devendo ser calculado com base no lucro da exploração, tendo como objeto o serviço de comunicação multimídia, serviços de valor adicionado, serviços técnicos em telecom e disponibilização de equipamentos de telecom, com capacidade instalada de 8.274 acessos/mês.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GILMAR DA SILVA MEDEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR/MG Nº 109, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Declara a redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho, de 2020, e tendo em vista o disposto art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e, ainda, no que ficou apurado no processo administrativo 19614.729236/2021-74, declara:

Art. 1º Observado o estabelecido no artigo 13 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, alterados pelos artigos 1º da Lei nº 8.874, de 29 de abril de 1994, 3º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto 2001, alterado pelo artigo 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e pela Lei 12.995/2014, bem como no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, reconhece que o estabelecimento filial da empresa ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A, CNPJ nº 22.166.193/0024-84, faz jus à redução de 75% (setenta e cinco por cento), a partir do ano calendário de 2021 até o ano calendário de 2030, do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro de exploração.

Art. 2º. O benefício ora reconhecido refere-se à implantação de empreendimento, conforme especificado no LAUDO CONSTITUTIVO nº 0173/2021, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, devendo ser calculado com base no lucro da exploração, tendo como objeto o serviço de comunicação multimídia, serviços de valor adicionado, serviços técnicos em telecom e disponibilização de equipamentos de telecom, com capacidade instalada de 2.721 acessos/mês.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GILMAR DA SILVA MEDEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR/MG Nº 110, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Declara a redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho, de 2020, e tendo em vista o disposto art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e, ainda, no que ficou apurado no processo administrativo 19614.729238/2021-63, declara:

Art. 1º Observado o estabelecido no artigo 13 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, alterados pelos artigos 1º da Lei nº 8.874, de 29 de abril de 1994, 3º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto 2001, alterado pelo artigo 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e pela Lei 12.995/2014, bem como no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, reconhece que o estabelecimento filial da empresa ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A, CNPJ nº 22.166.193/0030-22, faz jus à redução de 75% (setenta e cinco por cento), a partir do ano calendário de 2021 até o ano calendário de 2030, do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro de exploração.

Art. 2º. O benefício ora reconhecido refere-se à implantação de empreendimento, conforme especificado no LAUDO CONSTITUTIVO nº 0177/2021, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, devendo ser calculado com base no lucro da exploração, tendo como objeto o serviço de comunicação multimídia, serviços de valor adicionado, serviços técnicos em telecom e disponibilização de equipamentos de telecom, com capacidade instalada de 4.264 acessos/mês.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GILMAR DA SILVA MEDEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR/MG Nº 111, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Declara a redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho, de 2020, e tendo em vista o disposto art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e, ainda, no que ficou apurado no processo administrativo 19614.729242/2021-21, declara:

Art. 1º Observado o estabelecido no artigo 13 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, alterados pelos artigos 1º da Lei nº 8.874, de 29 de abril de 1994, 3º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto 2001, alterado pelo artigo 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e pela Lei 12.995/2014, bem como no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, reconhece que o estabelecimento filial da empresa ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A, CNPJ nº 22.166.193/0032-94, faz jus à redução de 75% (setenta e cinco por cento), a partir do ano calendário de 2022 até o ano calendário de 2031, do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro de exploração.

Art. 2º. O benefício ora reconhecido refere-se à implantação de empreendimento, conforme especificado no LAUDO CONSTITUTIVO nº 0166/2021, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, devendo ser calculado com base no lucro da exploração, tendo como objeto o serviço de comunicação multimídia, serviços de valor adicionado, serviços técnicos em telecom e disponibilização de equipamentos de telecom, com capacidade instalada de 6.377 acessos/mês.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GILMAR DA SILVA MEDEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR/MG Nº 112, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Declara a redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho, de 2020, e tendo em vista o disposto art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e, ainda, no que ficou apurado no processo administrativo 19614.744255/2021-21, declara:

Art. 1º Observado o estabelecido no artigo 13 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, alterados pelos artigos 1º da Lei nº 8.874, de 29 de abril de 1994, 3º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto 2001, alterado pelo artigo 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e pela Lei 12.995/2014, bem como no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, reconhece que o estabelecimento filial da empresa ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A, CNPJ nº 22.166.193/0025-65, faz jus à redução de 75% (setenta e cinco por cento), a partir do ano calendário de 2021 até o ano calendário de 2030, do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro de exploração.

Art. 2º. O benefício ora reconhecido refere-se à implantação de empreendimento, conforme especificado no LAUDO CONSTITUTIVO nº 0201/2021, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, devendo ser calculado com base no lucro da exploração, tendo como objeto o serviço de comunicação multimídia, serviços de valor adicionado, serviços técnicos em telecom e disponibilização de equipamentos de telecom, com capacidade instalada de 3.488 acessos/mês.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GILMAR DA SILVA MEDEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR/MG Nº 113, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Declara a redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho, de 2020, e tendo em vista o disposto art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e, ainda, no que ficou apurado no processo administrativo 19614.744256/2021-75, declara:

Art. 1º Observado o estabelecido no artigo 13 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, alterados pelos artigos 1º da Lei nº 8.874, de 29 de abril de 1994, 3º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto 2001, alterado pelo artigo 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e pela Lei 12.995/2014, bem como no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, reconhece que o estabelecimento filial da empresa ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A, CNPJ nº 22.166.193/0022-12, faz jus à redução de 75% (setenta e cinco por cento), a partir do ano calendário de 2021 até o ano calendário de 2030, do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro de exploração.

Art. 2º. O benefício ora reconhecido refere-se à implantação de empreendimento, conforme especificado no LAUDO CONSTITUTIVO nº 0218/2021, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, devendo ser calculado com base no lucro da exploração, tendo como objeto o serviço de comunicação multimídia, serviços de valor adicionado, serviços técnicos em telecom e disponibilização de equipamentos de telecom, com capacidade instalada de 2.692 acessos/mês.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GILMAR DA SILVA MEDEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR/MG Nº 114, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, habilitada para operar no REGIME ESPECIAL DE AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL PARA EMPRESAS EXPORTADORAS (RECAP), de que trata a Instrução Normativa SRFB nº 1.911/2019

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADA NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos tendo em vista o disposto na Lei n° 11.196, de 21/11/2005, no Decreto n° 5.649, de 29/12/2005 e no Decreto n° 5.789, de 25/05/2006, e na Instrução Normativa -IN SRFB n° 1.911 de 11/10/2019-DOU 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo nº 13031.234161/2022-01, declara:

Art. 1°. HABILITADA ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras-RECAP a pessoa jurídica LIGAS DE ALUMINIO SA LIASA - CNPJ n° 17.221.771/0001-01 na condição de pessoa jurídica preponderantemente exportadora a que se refere o art. 13 da Lei n° 11.196, de 21/11/2005, e na forma do art. 564° da Instrução Normativa SRFB n° 1.911 de 11/10/2019- DOU 15/10/2019.

Art. 2°. Os bens de capital sujeitos ao benefício ora reconhecido encontram-se listados no Anexo XXV da Instrução Normativa IN-RFB 1.911/2019 de acordo com o Decreto 5.789, de 25/05/2006 e alterações.

Art.3°. O prazo para fruição do benefício de suspensão do pagamento das contribuições extingue-se depois de decorridos 3 (três) anos contados da data da habilitação ao Recap (Lei nº 11.196, de 2005, art. 14, § 1º) e Decreto nº 5.649, de 2005, art. 9º, § 2º).

Art4°. Demais critérios, condições e procedimentos, deverão obedecer ao disposto na legislação de regência e Instrução Normativa-IN-SRFB n° 1.911 de 11/10/2019 DOU 15/10/2019.

Art. 5° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 110, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.284771/2022-38, e em conformidade com a decisão exarada pelo Sr. Superintendente da 7ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil em julgado de Recurso Hierárquico de caso semelhante, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, em reverência ao Princípio da Autonomia dos Estabelecimentos, a pessoa jurídica 3R FAZENDA BELÉM S.A., CNPJ nº 36.093.991/0001-41 para atuar como operadora, até o termo final, consignado no Anexo, na seguinte forma: a matriz, CNPJ nº 36.093.991/0001-41 somente no tratamento aduaneiro/tributário de admissão temporária para utilização econômica com dispensa do pagamento dos tributos federais, com base no artigo 2º, IV, da IN RFB nº 1781/17, e o estabelecimento de CNPJ nº 36.093.991/0002-22 em ambos os tratamentos aduaneiros/tributários, admissão temporária para utilização econômica com dispensa do pagamento dos tributos federais e importação de bens para permanência definitiva no país com suspensão do pagamento dos tributos federais incidentes na importação, com fulcro no artigo 2º, III e IV, da IN RFB nº 1781/17.

Art. 2º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ANEXO

Processo Digital nº 13113.284771/2022-38			
Nome do Bloco ou Campo	Localização	Número do Contrato	TERMO FINAL
FAZENDA BELÉM	BACIA POTIGUAR -CE	48000.003795/97-12	06/08/2025
ICAPUÍ	BACIA POTIGUAR -CE	48000.003801/97-13	06/08/2025

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/RJO Nº 111, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.282659/2022-62 fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, incisos III e IV; 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços TUPI NORDESTE OPERAÇÕES MARÍTIMAS LTDA, CNPJ(matriz) 09.231.130/0001-00 e as filiais 0002-90 e 0004-52 , até 03/06/2033, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, CNPJ 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art.4º Fica revogado o ADE DECEX nº 23, de 05 de abril de 2018.

Art.5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS

PORTARIA ALF/STS Nº 119, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Disciplina o uso dos equipamentos de inspeção não invasiva exigidos dos recintos alfandegados jurisdicionados pela Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Santos.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS, no uso de suas atribuições previstas nos arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, e à vista das disposições da Portaria RFB n° 143, de 11 de fevereiro de 2022, e da Portaria Coana n° 76, de 13 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º A inspeção não invasiva de cargas, por meio de escaneamento realizada nos recintos alfandegados da jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Santos (ALF/STS), observadas as normas e diretrizes de que trata a Portaria RFB n° 143, de 11 de fevereiro de 2022, obedecerá às disposições e procedimentos estabelecidos nesta portaria.

Art. 2° Os equipamentos de inspeção não invasiva instalados nos recintos alfandegados devem cumprir, no mínimo, os requisitos técnicos e operacionais descritos no Anexo III da Portaria Coana n° 76, de 13 de maio de 2022, e devem estar equipados com sistema de verificação automática de velocidade de passagem adequada e constante.

§ 1° As áreas onde estão instalados os equipamentos de que trata o caput devem possuir estrutura para prevenção de colisões e cobertura para proteção contra a chuva, de modo a evitar prejuízos à qualidade da imagem.

§ 2° É obrigação do recinto onde está instalado o equipamento de inspeção não invasiva realizar todas as melhorias e manutenções necessárias à garantia da qualidade permanente da imagem.

Art. 3º No fluxo da importação, todos os contêineres serão submetidos ao escaneamento, que será realizado nas seguintes condições e circunstâncias:

I- no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados da desatracação do navio, pelo recinto que realizou a operação portuária, para as cargas que armazenou ou que permaneceram em suas dependências para serem submetidas ao regime de trânsito aduaneiro com destino a outra jurisdição;

II- no momento da saída, pelo recinto operador, quando da transferência para outro recinto localizado nesta jurisdição, ou no momento da entrada no recinto depositário que tiver o equipamento instalado, a pedido deste, e desde que garanta a inviolabilidade e rastreabilidade da carga no percurso entre o cais e suas dependências;

III- imediatamente, por um recinto alfandegado, quando solicitado pela fiscalização aduaneira, abrangendo, também, as unidades de carga localizadas a bordo do navio transportador, mesmo que não destinadas ao Porto de Santos;

IV- no momento da saída do recinto que realizou a operação portuária, no caso dos contêineres declarados como vazios; e

V- no momento da chegada das cargas recebidas em regime de trânsito aduaneiro originário de outra jurisdição.

Parágrafo único. No desembarque de contêineres de importação de navios atracados em berço de cais público, pertencente à Administradora do Porto Organizado, quando não transitarem pelo interior de recinto alfandegado intermediário (bolsão) para fins de entrega, caberá ao recinto depositário providenciar o escaneamento no momento do ingresso em suas dependências, se houver equipamento próprio, ou no percurso em local onde houver equipamento por ele compartilhado.

Art. 4º No fluxo da exportação, todos os contêineres cujo porto de desembarque (de transbordo/baldeação ou de destino final) se situe na Europa ou na África serão submetidos ao escaneamento, que será realizado nas seguintes condições e circunstâncias:

I- no momento da entrada no recinto alfandegado onde ocorrer o embarque, no caso dos contêineres com carga;

II- no momento imediatamente anterior ao embarque, pelo recinto alfandegado onde ocorrer a operação portuária, no caso dos contêineres declarados como vazios; e

III- no momento em que solicitado pela fiscalização, no caso de contêineres armazenados em recinto alfandegado diverso daquele em que ocorrerá o embarque.

Art. 5° Nas operações de transbordo ou baldeação, o escaneamento ocorrerá:

I- logo após a descarga do contêiner quando houver a previsão de reembarque no mesmo terminal; e

II- no momento da entrada do contêiner no terminal de reembarque, quando este for diferente do terminal da descarga.

Art. 6° No caso de operação em cais público, o escaneamento dos contêineres, tanto vazios quanto cheios, quando não provenientes de recinto alfandegado nem a este destinados, deverá ser providenciado, no que couber, nas condições e circunstâncias previstas nos arts. 3°, 4° e 5° pelo operador portuário, mediante acordo com recinto alfandegado em que haja equipamento de inspeção não invasiva instalado, observadas, no que couber, as normas para o compartilhamento de equipamentos.

Art. 7° A fiscalização poderá, a qualquer momento, exigir o escaneamento de unidades de carga com o fim de elucidar eventuais dúvidas, mesmo que já tenha ocorrido escaneamento anterior.

Art. 8° Somente poderão entrar na sala de operação dos equipamentos de escâner os operadores designados pelo recinto, os servidores da RFB lotados nos grupos de trabalho envolvidos na fiscalização aduaneira e as pessoas autorizadas pela Alfândega.

Art. 9 º As imagens do escaneamento deverão ser transmitidas em tempo real, por meio que garanta a qualidade e velocidade de transmissão, para computador fornecido pelo recinto, com programa proprietário instalado e monitor com resolução mínima de 1920 x 1080 pontos:

I - no escritório da fiscalização localizado no recinto depositário; e

II - na Central de Operações e Vigilância (COV) da Alfândega.

§ 1º A autoridade aduaneira poderá exigir a disponibilização das imagens em outros locais para atender ao interesse da fiscalização.

§ 2º As imagens de que trata o caput devem ser arquivadas no formato proprietário do equipamento pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias ou até a saída ou entrega da carga, caso superado esse prazo, com possibilidade de consulta remota pela fiscalização.

§ 3º Ao menos uma imagem de escaneamento dos contêineres cheios, no formato JPEG, com tamanho mínimo de 800 linhas e colunas proporcionais, deverá ser anexada ao sistema de que trata o art. 17 da Portaria RFB n° 143, de 11 de fevereiro de 2022, a qual deverá ficar disponível para consulta pelo prazo de 5 (cinco) anos.

§ 4º É vedada a transmissão ou a divulgação das imagens do escaneamento a terceiros, inclusive a outros órgãos e entidades da administração pública, sem a expressa autorização da autoridade aduaneira, que verificará, caso a caso, a observância das disposições do art. 198 do Código Tributário Nacional (Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966).

Art. 10 Os recintos alfandegados que promoverem o escaneamento deverão comunicar imediatamente à fiscalização aduaneira e suspender o fluxo da operação nas seguintes situações de flagrante inconsistência:

I- quando for detectado qualquer tipo de material ou mercadoria no interior de contêiner declarado como vazio; e

II- quando for detectado algum material escondido nas longarinas, embaixo do piso ou entre as paredes do contêiner, ou ainda algum compartimento oculto.

Art. 11 Todos os recintos alfandegados que operem com desunitização de contêineres de importação deverão contar obrigatoriamente com pelo menos um escâner para inspeção de carga solta, conforme especificações mínimas definidas nos itens 2 e 3 do Anexo III da Portaria Coana n° 76, de 13 de maio de 2022.

Art. 12 Aos Recintos Especiais para Despacho Aduaneiro de Exportação (Redex) ficam permitidos a instalação de equipamentos e o uso de sistemas, ainda que compartilhados, iguais aos exigidos dos recintos alfandegados, com a possibilidade de aproveitamento dos dados de interesse aduaneiro para fins de agilização dos procedimentos de liberação de cargas neles armazenadas, desde que atendidas as condições estabelecidas nesta portaria.

Art. 13 Nos recintos de passageiros deverá ser disponibilizado para a RFB equipamentos de inspeção não invasiva de bagagens, conforme especificações mínimas definidas no item 2 do Anexo III da Portaria Coana n° 76, de 13 de maio de 2022.

Art. 14 A Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho - Direp, sem prejuízo das atribuições de competência da Equipe de Alfandegamento de que trata o art. 28, § 3°, da Portaria RFB n° 143/2022, avaliará o cumprimento, pelas administradoras dos recintos sob a jurisdição desta Alfândega, das disposições contidas nesta portaria.

Art. 15 Os recintos alfandegados proprietários dos equipamentos de inspeção não invasiva deverão encaminhar à Direp a cada seis meses os seguintes documentos referentes a esses equipamentos:

I- relatórios de manutenção preventiva efetuada por prestador externo (que não o operador de escâner), contendo no mínimo as seguintes informações:

a) identificação dos equipamentos de escaneamento, data da execução da manutenção e informações sobre as atualizações de software e hardware, peças trocadas e procedência;

b) indicação de medição da conformidade, testes de funcionamento, limpeza, alinhamento, entre outros, de acelerador, climatização e sistema de automação/informática; e

c) informação sobre limpeza e testes periódicos dos sensores, calibração dos feixes, da frequência de pulsos, do equipamento acelerador, entre outros.

II- relatórios de manutenção corretiva, contendo no mínimo as seguintes informações:

a) identificação dos equipamentos de escaneamento, data da execução da manutenção e informações sobre as atualizações de software e hardware, peças trocadas e procedência; e

b) testes efetuados após a manutenção corretiva, indicando que o problema que motivou a manutenção foi sanado.

III- relatórios técnicos de testes, com passagem de placas de gabarito, no padrão mínimo exigido na norma ANSI N42.46-2008 ou equivalente para seu equipamento, podendo ser complementados com testes adicionais do fabricante/modelo, observando-se que:

a) os testes devem respeitar as condições de realização com configurações padrão e registros detalhados, conforme norma;

b) devem ser realizados testes de qualidade de imagem quanto à penetração, resolução espacial (em várias orientações), detecção de fio e sensibilidade ao contraste, com passagem pelo escâner de placas gabarito e outros artefatos necessários à realização do teste; e

c) os relatórios devem ser assinados, conforme norma, por técnico/empresa possuidora de certificado válido emitido pelo fabricante do equipamento e pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.

Art. 16 O descumprimento dos requisitos desta portaria configura infração, sujeitando-se o infrator:

I - à aplicação de sanção administrativa nos termos do art. 37 da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e do art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003;

II - à multa de que trata o art. 38 da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010.

Art. 17 Ficam revogados os seguintes atos:

I- Portaria ALF/STS nº 229, de 6 de setembro de 2012;

II- Portaria ALF/STS n° 27, de 6 de abril de 2016;

III- Portaria ALF/STS n° 159, de 19 de novembro de 2017;

IV- Portaria ALF/STS n° 207, de 19 de outubro de 2018; e

V- Portaria ALF/STS n° 241, de 29 de novembro de 2019

Art. 18 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICHARD FERNANDO AMOEDO NEUBARTH

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 255, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.508129/2022-50, declara:

Art. 1º Concedido, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição IP-08190/01726, para atividade de IMPORTADOR, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 46.387.920/0001-05

Razão Social: UNIVERSAL COMERCIAL IMPORTADORA DE PAPÉIS GRÁFICOS LTDA.

Endereço: Rua Eloi Mendes, 291 - anexo 295 - Jardim Paraguaçu

CEP: 03938-060 - São Paulo - SP

Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva, está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto. Se ao papel for dado destino diverso da impressão de livros, jornais e periódicos, o responsável pelo desvio fica responsável pelo pagamento do imposto devido e pelas penalidades cabíveis.

Art. 3º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo, entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 256, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Cancela, a pedido, o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.582793/2022-61, declara:

Art. 1º Cancelado, a pedido do contribuinte TOM-GRAF ARTES GRÁFICAS LTDA, CNPJ nº 57.207.862/0001-07, com estabelecimento localizado à Rua Matias Arrudao, 9, Vl.Morro Grande, São Paulo, SP, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) para o tipo GRÁFICA sob número GP-08190/00200, até então vigente por força do Ato Declaratório Executivo nº 471/2010, de 17/05/2010, publicado em 20/05/2010.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 257, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.513822/2022-44, declara:

Art. 1º Concedido, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição GP-08190/01727, para atividade de GRÁFICA, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 08.227.366/0001-00

Razão Social: RAV SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA.

Endereço: Rua Caetano Pinto, 84 - Brás

CEP: 03041-000 - São Paulo - SP

Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva, está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto. Se ao papel for dado destino diverso da impressão de livros, jornais e periódicos, o responsável pelo desvio fica responsável pelo pagamento do imposto devido e pelas penalidades cabíveis.

Art. 3º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo, entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 258, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.513907/2022-22, declara:

Art. 1º Concedido, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição UP-08190/01728, para atividade de USUÁRIO, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 08.227.366/0001-00

Razão Social: RAV SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA.

Endereço: Rua Caetano Pinto, 84 - Brás

CEP: 03041-000 - São Paulo - SP

Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva, está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto. Se ao papel for dado destino diverso da impressão de livros, jornais e periódicos, o responsável pelo desvio fica responsável pelo pagamento do imposto devido e pelas penalidades cabíveis.

Art. 3º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo, entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 136, de 10 de setembro de 2020, o qual reconhece a opção reconhece o direito da requerente à utilização do crédito presumido de PIS/PASEP e COFINS - Medicamentos:

Onde se lê: "Reconhecido o direito da pessoa jurídica AMGEN BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.774.815/0001-93, à utilização do crédito presumido de PIS/PASEP e COFINS calculado sobre a receita de venda dos seguintes medicamentos relacionados pela Câmara de Medicamentos - CMED, conforme ofício constante no processo administrativo nº 10010.017052/0416-79."

Leia-se: "Reconhecido o direito da pessoa jurídica AMGEN BIOTECNOLOGIA do BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.774.815/0001-93, à utilização do crédito presumido de PIS/PASEP e COFINS calculado sobre a receita de venda dos medicamentos relacionados pela Câmara de Medicamentos - CMED, conforme Ofício nº 1082/2021/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA, o qual retificou os termos do Ofício nº 297/2016-SCMED/GADIP/ANVISA, constante do processo administrativo 10010.017052/0416-79, alterando a classificação dos medicamentos informados no Despacho Decisório nº 386-2020/EBEN/BENFIS 8º RF/DRF-SOR, objeto de revisão administrativa.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF09 Nº 41, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022

Altera o endereço e alfandega as novas instalações do Terminal Internacional de Cargas - TECA - do Aeroporto Internacional de Navegantes, Ministro Victor Konder, nos termos e condições normativos vigentes.

A SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 359 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no inciso I do art. 31 da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, nos arts. 14 e 15 da Portaria Coana nº 76, de 13 de maio de 2022, e à vista do que consta do processo nº 10909.721756/2020-78, declara:

Art. 1º Fica alfandegado, até 31 de maio de 2043, o Terminal de Carga Aérea - TECA, do Aeroporto Internacional de Navegantes, Ministro Victor Konder, localizado na Rua Onório Bortolato, nº 986, Bairro Pedreiras, Navegantes/SC, posição georreferenciada -26.8618571 e -48.6692103, com área total de 15.875 m², administrado pela empresa PAC LOGÍSTICA E HANGARAGEM LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 24.620.316/0006-59, em conformidade com o Contrato Comercial nº 02.2018.034.0012, celebrado pela interessada com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, CNPJ 00.352.294/0034-89, em 16 de maio de 2018, observados os termos e condições da legislação aplicável.

Art. 2º O recinto alfandegado poderá movimentar e armazenar cargas frigorificadas, soltas e unitizadas, inclusive cargas IMO, nas operações aduaneiras previstas no art. 32, § 1º, incisos I, II, III, IV, V, VI, e IX, da Portaria RFB nº 143, de 2022.

Art. 3º Para utilização no SISCOMEX, fica mantido o código 9101102 ao recinto, sob a jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itajaí, que exercerá a fiscalização aduaneira de forma ininterrupta, podendo estabelecer as rotinas operacionais necessárias ao controle aduaneiro.

Art. 4º Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido do interessado.

Art. 5º Revoga-se o Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 31, de 17 de fevereiro de 2021, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 19 de fevereiro de 2021.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo será publicado no Diário Oficial da União e entrará em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA REGINA LEÃO DO NASCIMENTO THOMAZ

DESPACHO DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 17944.101336/2020-93
Interessado: Município de Dormentes-PE
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia relativos a operação de crédito interna, a ser celebrada entre Município de Dormentes-PE e a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), cujos recursos serão destinados a despesas de capital como a construção de usina fotovoltaica, construção dos pórticos da cidade, infraestrutura urbana e rural e pavimentação asfáltica em paralelepípedo ou em piso intertravado.

Despacho: Aprovo o Parecer SEI Nº 12391/2022/ME, de 31 de agosto de 2022, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 6º do art. 2º da Portaria MF nº 5.194, de 8 de junho de 2022, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA SUFRAMA Nº 449, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa HALBOOR INDÚSTRIA TERMOPLÁSTICA EIRELI.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Art. 11, § 3º; os termos do Parecer de Engenharia nº 134/2022/COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 150 /2022/COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.004085/2022-14, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa HALBOOR INDÚSTRIA TERMOPLÁSTICA EIRELI, CNPJ: 08.774.776/0001-70, Inscrição SUFRAMA: 21.0122.47-1, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 134/2022 COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 150/2022/COAPA/CGPRI/SPR, para produção RESINA TERMOPLÁSTICA EXTRUDADA (APRESENTADA NA FORMA DE GRÂNULOS), código SUFRAMA 1306, recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme Parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento do Processo Produtivo Básico definido no Anexo VII do Decreto nº 783, de 25 de março de 1993;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução CAS nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

PORTARIA SUFRAMA Nº 488, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa 3M MANAUS INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 11; os termos do Parecer de Engenharia nº 138/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e Parecer de Economia nº 139/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.004858/2022-54, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa 3M MANAUS INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, CNPJ nº 08.014.346/0001-50, Inscrição SUFRAMA nº 20.0150.91-0, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 138/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e Parecer de Economia nº 139/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, para produção de TRAVA-QUEDAS (EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL- EPI), código SUFRAMA 2271, e TALABARTE (EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL-EPI), código SUFRAMA 2270, recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação dos produtos aos quais se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento do Processo Produtivo Básico - PPB estabelecido na Portaria Interministerial ME/MCTI nº 5.921, de 8 de junho de 2021;

II - o investimento em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), nos percentuais estabelecidos no Art. 3º Portaria Interministerial ME/MCTI nº 5.921, de 8 de junho de 2021, calculados sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização com fruição do benefício fiscal, dos produtos aos quais se refere o Art. 1º desta Portaria, deduzidos os tributos incidentes nesta operação, em contrapartida pela opção feita pela empresa de não realização da etapa de "estampagem das partes metálicas";

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 205, 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

PORTARIA SUFRAMA Nº 489, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa DIGITRON DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Art. 11, os termos do Parecer de Engenharia nº 147/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e do Parecer de Economia nº 158/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.004930/2022-43, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa DIGITRON DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ 84.489.988/0005-18 e Inscrição SUFRAMA 20.0163.41-8, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 147/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e Parecer de Economia nº 158/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, para produção de ROTEADOR DIGITAL, código SUFRAMA 0057, e de DISTRIBUIDOR DE CONEXÕES PARA REDE ("SWITCH"), código SUFRAMA 1665, recebendo os benefícios fiscais previstos no Art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação dos produtos aos quais se refere o Art. 1º desta Portaria, sejam obtidas mediante a aplicação da fórmula do § 1º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, conforme dita o § 1º do Art. 2º da Lei nº 8.387/91.

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento do Processo Produtivo Básico - PPB estabelecido na Portaria Interministerial SEPEC-ME/SEXEC-MCTI nº 8.687, de 2021, grupo B do Anexo II;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - o investimento em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), no percentual mínimo exigido pela legislação vigente sobre o faturamento bruto no mercado interno, deduzidos os tributos correspondentes à comercialização dos produtos aos quais se refere o Art. 1º desta Portaria e o valor das aquisições de produtos incentivados, conforme legislação pertinente;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 205, 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PORTARIA ENAP Nº 12, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Regulamenta as atividades de Corregedoria na Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto aprovado pelo Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, na Portaria nº 1.182, de 10 de junho de 2020, na Instrução Normativa CGU nº 4, de 21 de fevereiro de 2020, na Instrução Normativa nº 14, de 14 de novembro de 2018, e o constante dos autos do processo nº 04600.002111/2022-66, resolve:

Art. 1º As atividades de Corregedoria da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap serão exercidas por um Corregedor, designado pelo Presidente da Enap.

Parágrafo único. A designação de que trata o caput dependerá da prévia submissão do nome indicado pelo Presidente da Enap à apreciação do órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal e do atendimento aos requisitos previstos no art. 8º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.

Art. 2º O Corregedor exercerá mandato de dois anos consecutivos, podendo este prazo ser prorrogado, até duas vezes, por igual período, mediante proposta de recondução submetida à avaliação da Controladoria-Geral da União - CGU, nos termos do art. 7º, da Portaria nº 1.182, de 10 de junho de 2020.

Art. 3º A atividade correcional tem como objetivos:

I - dissuadir e prevenir a prática de irregularidades administrativas;

II - responsabilizar servidores e empregados públicos que cometam ilícitos disciplinares e entes privados que pratiquem atos lesivos contra a Administração Pública;

III - zelar pela eficiência, eficácia e efetividade das apurações correcionais;

IV - contribuir para o fortalecimento da integridade pública; e

V - promover a ética e a transparência na relação público-privada.

Art. 4º Ao Corregedor compete:

I - realizar juízo de admissibilidade;

II - instaurar, acompanhar e supervisionar procedimentos correcionais;

III - analisar relatórios finais para subsídio técnico da autoridade julgadora, quando couber;

IV - realizar interlocução com órgãos de controle e investigação;

V - gerir informações correcionais;

VI - capacitar e orientar tecnicamente os membros de comissão; e

VII - apoiar a identificação de riscos e vulnerabilidades à integridade.

VIII - propor ao Órgão Central do Sistema medidas que visem a definição, padronização, sistematização e normatização dos procedimentos operacionais atinentes à atividade de correição;

IX - participar de atividades que exijam ações conjugadas das unidades integrantes do Sistema de Correição, com vistas ao aprimoramento do exercício das atividades que lhes são comuns;

X - sugerir ao Órgão Central do Sistema procedimentos relativos ao aprimoramento das atividades relacionadas às sindicâncias e aos processos administrativos disciplinares;

XI - manter registro atualizado da tramitação e resultado dos processos e expedientes em curso;

XII - encaminhar ao Órgão Central do Sistema dados consolidados e sistematizados, relativos aos resultados das sindicâncias e processos administrativos disciplinares, bem como à aplicação das penas respectivas;

XIII - prestar apoio ao Órgão Central do Sistema na instituição e manutenção de informações, para o exercício das atividades de correição; e

XIV - propor medidas ao Órgão Central do Sistema visando à criação de condições melhores e mais eficientes para o exercício da atividade de correição.

Parágrafo único. Nos casos de infração disciplinar de menor potencial ofensivo, o Corregedor deverá priorizar a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, nos termos previstos na Instrução Normativa nº 4, de 21 de fevereiro de 2020, da Controladoria Geral da União.

Art. 5º A atividade de correição utilizará como instrumentos a investigação preliminar, a inspeção, a sindicância, o processo administrativo geral, o processo administrativo disciplinar e o procedimento administrativo de responsabilização.

Art. 6º Quando identificados indícios de ato de improbidade que cause lesão ao patrimônio público ou enseje enriquecimento ilícito, a autoridade instauradora deverá comunicar ao órgão de representação judicial com vistas à adoção das medidas cabíveis para a indisponibilidade dos bens do investigado, acusado ou indiciado, sem prejuízo de outros encaminhamentos previstos em lei.

Art. 7º As atividades correlatas ao tema correcional na Enap ficarão sujeitas à orientação normativa e à supervisão técnica da Controladoria-Geral da União - CGU, Órgão Central do Sistema de Correição.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor em 12 de outubro de 2022.

DIOGO G. R. COSTA

Ministério da Educação

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Normas sobre Computação na Educação Básica - Complemento à BNCC.

A Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 2/2022, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no Diário Oficial da União, em 3 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1º A presente Resolução define normas sobre Computação na Educação Básica, em complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na seguinte conformidade:

§ 1º Processos e aprendizagens referentes à Computação na Educação Básica devem ser implementados considerando a BNCC, o disposto na legislação, nas normas educacionais e no aqui disposto.

§ 2º O desenvolvimento e formulação dos currículos deve considerar as tabelas de competências e habilidades anexas.

§ 3º A formação inicial e continuada de professores deve considerar o aqui disposto.

Art. 2º Observados os arts. 12, 13, 14 e 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), cabe aos Estados, Municípios e o Distrito Federal estabelecerem parâmetros e abordagens pedagógicas de implementação da Computação na Educação Básica.

Art. 3º Cabe aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal iniciar a implementação desta diretriz até 1 (um) ano após a homologação.

Art. 4º Conforme os incisos III e IV do art. 9º da LDB, em conjunto com Estados, Municípios e o Distrito Federal, o Ministério da Educação (MEC) definirá política para os seguintes itens:

§ 1º Formação nacional para o desenvolvimento dos saberes docentes para o ensino de Computação na Educação Básica.

§ 2º Apoio ao desenvolvimento de currículos considerando as tabelas de competências e habilidades anexas.

§ 3º Apoio ao desenvolvimento de recursos didáticos compatíveis com as tabelas de competências e habilidades anexas.

Art. 5º O Ministério da Educação definirá:

§ 1º Política de avaliação para o Ensino de Computação na Educação Básica.

§ 2º Assessoramento aos sistemas e redes de ensino para a implementação e continuidade do Ensino de Computação na Educação Básica.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor em 1º de novembro de 2022.

AMABILE APARECIDA PACIOS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 143, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Divulga o resultado da fase recursal das obras inscritas e avaliadas no âmbito do Edital de Convocação CGPLI nº 1/2021 - PNLD 2023 - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Objeto 2 - Obras Didáticas: Livro e Manual de Práticas e Acompanhamento da Aprendizagem - destinadas aos estudantes e professores dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano).

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA SUBSTITUTO, no uso das atribuições, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado da fase recursal das obras inscritas e avaliadas no âmbito do Edital de Convocação CGPLI nº 1/2021 - PNLD 2023 - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Objeto 2 - Obras Didáticas: Livro e Manual de Práticas e Acompanhamento da Aprendizagem, cujo prazo iniciou-se conforme a Portaria nº 136, de 18 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 22 de agosto de 2022.

Parágrafo único. O resultado da fase recursal das obras inscritas e avaliadas no âmbito do Edital de Convocação CGPLI nº 1/2021 - PNLD 2023 - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Objeto 2 - Obras Didáticas: Livro e Manual de Práticas e Acompanhamento da Aprendizagem encontra-se no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Serão disponibilizados, na plataforma do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), os pareceres da fase recursal, a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. Os pareceres da fase recursal foram objeto de análise de recurso fundamentado e declaração de correção de falhas pontuais, apresentados por parte do detentor de direito autoral, vedados pedidos genéricos de revisão de avaliação, de obras reprovadas ou aprovadas condicionadas à correção de falhas pontuais, conforme prazo estabelecido na Portaria nº 136, de 18 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 22 de agosto de 2022.

Art. 3º Para as obras didáticas que obtiveram recursos indicados como deferidos nesta Portaria, tem-se que os detentores de direito autoral devem reapresentar a obra corrigida, conforme especificações do Edital de Convocação CGPLI nº 1/2021 - PNLD 2023 - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com as devidas correções apontadas no respectivo parecer, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar do dia subsequente da publicação desta Portaria, por meio da plataforma do FNDE.

Parágrafo único. A obra só será considerada aprovada para compor o Guia de Digital do PNLD se as falhas apontadas no parecer de deferimento do recurso forem devidamente corrigidas e a versão corrigida for carregada na plataforma do FNDE.

Art. 4º O resultado final da avaliação será publicado no Diário Oficial da União, divulgado nos portais www.mec.gov.br e www.fnde.gov.br e disponibilizado na Plataforma PNLD-Digital, com a listagem dos editores e das obras aprovadas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELBER RICARDO VIEIRA

ANEXO I

Resultado da Fase Recursal (Obras Reprovadas) - PNLD 2023 (Objeto 2)			
Área / Componente	**Código FNDE**	**Resultado do Recurso**	**Resultado após recurso**
Arte	0226 P23 02 02 000 060	INDEFERIDO	REPROVADA
Ciências da Natureza	0251 P23 02 01 207 030	INDEFERIDO	REPROVADA
Ciências da Natureza	0275 P23 02 01 207 030	INDEFERIDO	REPROVADA
Ciências da Natureza	0286 P23 02 01 207 030	INDEFERIDO	REPROVADA
Ciências da Natureza	0282 P23 02 01 207 030	INDEFERIDO	REPROVADA
Geografia	0193 P23 02 02 000 050	INDEFERIDO	REPROVADA
Geografia	0256 P23 02 02 000 050	INDEFERIDO	REPROVADA
História	0194 P23 02 02 000 040	INDEFERIDO	REPROVADA
História	0285 P23 02 02 000 040	INDEFERIDO	REPROVADA
Língua Portuguesa	0220 P23 02 01 010 010	INDEFERIDO	REPROVADA
Língua Portuguesa	0205 P23 02 01 010 010	INDEFERIDO	REPROVADA
Matemática	0207 P23 02 01 020 020	DEFERIDO	APROVADA CONDICIONADA À CORREÇÃO DE FALHAS PONTUAIS
Matemática	0178 P23 02 01 020 020	INDEFERIDO	REPROVADA
Matemática	0296 P23 02 01 020 020	INDEFERIDO	REPROVADA

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 541, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

A PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, Inciso III, da Portaria n.º 205, de 6 de fevereiro de 2020, no Decreto nº 11.196, de 13 de setembro de 2022, e no art. 13 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes para o melhor desempenho das unidades dirigentes da Diretoria Financeira, Diretoria de Gestão de Fundos e Benefícios, e da Presidência do FNDE, resolve:

Art. 1º Realocar os seguintes cargos na Estrutura Regimental desta Autarquia:

Unidade administrativa de Origem	Código	Categoria	Nível	Unidade administrativa de Destino
Assessor Técnico da Diretoria Financeira	FCE	4	07	Divisão da Diretoria de Gestão de Fundos e Benefício
Divisão da Diretoria de Gestão de Fundos e Benefício	CCE	1	07	Divisão da Diretoria Financeira
Divisão da Diretoria de Administração	FCE	1	07	Divisão da Coordenação-Geral da Presidência do FNDE

Art. 2º Alterar o cargo FCE 4.07 da Diretoria de Gestão de Fundos e Benefícios para FCE 1.07.

Art. 3º Alterar o cargo CCE 1.07 da Diretoria Financeira para CCE 2.07.

Art. 4º Esta Portaria entre em vigor a partir de 13 de outubro de 2022.

JULIANA ISABELLI MIGUEL COELHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

RESOLUÇÃO UFSM Nº 106, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022 (*)

Aprova a revisão e consolidação da estrutura organizacional do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW), vinculado à Universidade Federal de Santa Maria, suas competências e atribuições.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando:

- o artigo 207, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 05 de outubro de 1988;

- a Lei N. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

- a Lei N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e suas alterações;

- a Lei Complementar N. 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o Parágrafo Único do Art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona;

- o Art. 7º da Lei N. 12.677, de 25 de junho de 2012, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino; altera as Leis N. 8.168, de 16 de janeiro de 1991, N. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e N. 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga as Leis N. 5.490, de 3 de setembro de 1968, e N. 5.758, de 3 de dezembro de 1971, e os Decretos-Leis N. 245, de 28 de fevereiro de 1967, N. 419, de 10 de janeiro de 1969, e N. 530, de 15 de abril de 1969; e dá outras providências;

- a Lei N. 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei N. 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei N. 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei N. 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei N. 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera a remuneração do Plano de Cargos Técnico-administrativos em Educação; altera as Leis N. 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, N. 11.091, de 12 de janeiro de 2005, N. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, N. 11.357, de 19 de outubro de 2006, N. 11.344, de 8 de setembro de 2006, N. 12.702, de 7 de agosto de 2012, e N. 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o Art. 4º da Lei N. 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências;

- o Decreto N. 9.191, de 1° de novembro de 2017, que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado;

- o Decreto N. 9.725, de 12 de março de 2019, que extingue cargos em comissão e funções de confiança e limita a ocupação, a concessão ou a utilização de gratificações;

- o Parecer de Força Executória n. 00011/2020/CGJUR-ADV/PRU4R/PGU/AGU, referente ao processo judicial 5043209-58.2019.4.04.7100, NUP 00416.021673/2019-30 (REF. 5043209-58.2019.4.04.7100), cujos interessados são "INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - IFRS E OUTROS";

- o Decreto N. 9.739, de 28 de março de 2019, que estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG;

- o Decreto N. 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal;

- o Decreto N. 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação de atos normativos inferiores a decreto;

- a Nota N. 00085/2021/PROJUR/PFUFSM/PFG/AGU, assunto pós-graduação e outros, relacionada ao processo N. 23081.033503/2019-22;

- o Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria, com as adequações aprovadas pela Resolução UFSM N. 037, de 30 de novembro de 2010 e aprovadas pela Portaria N. 156, de 12 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 13 de março de 2014;

- o Regimento Geral da UFSM, disposto na Resolução UFSM N. 006, de 28 de abril de 2011, atualizado pela Resolução UFSM N. 016, de 02 de julho de 2019;

- a Resolução UFSM N. 015, de 09 de junho de 2010, que cria Coordenações de Cursos e Chefias de Departamentos Didáticos como Unidades Organizacionais da UFSM;

- a Resolução UFSM N. 008, de 08 de março de 2016, que institui o Campus da Universidade Federal de Santa Maria - Frederico Westphalen (UFSM-FW) na estrutura organizacional da UFSM e dá outras providências;

- a Resolução UFSM N. 007, de 29 de abril de 2019, que aprova o Regimento Interno do Campus de Frederico Westphalen da Universidade Federal de Santa Maria - FW-UFSM;

- a Resolução UFSM N. 020, de 24 de junho de 2020, que aprova a criação do órgão colegiado Comissão de Gestão de Riscos (CGR-UFSM-FW) vinculada ao Conselho do Campus da estrutura organizacional do Campus Frederico Westphalen da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM);

- a Resolução UFSM N. 029, de 05 de novembro de 2020, que aprova a consolidação dos Cursos de Graduação (Licenciatura e Bacharelado), com situação "em atividade", em cada Unidade de Ensino, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em decorrência do disposto no Decreto N. 10.139, de 28 de novembro de 2019;

- a Resolução UFSM N. 054, de 1º de junho de 2021, que regulamenta a proposição e a emissão de Atos Normativos no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria;

- a Resolução UFSM N. 072, de 20 de dezembro de 2021, que estabelece as Diretrizes e Normas Institucionais para os Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu denominados Curso de Especialização e dá outras providências;

- a Resolução UFSM N. 076, de 31 de janeiro de 2022, que consolida os Cursos de Pós-Graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado), com situação "em atividade", em cada Unidade de Ensino, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em decorrência do disposto no Decreto N. 10.139, de 28 de novembro de 2019; e,

- o Parecer N. 089/2022 da Comissão de Legislação e Regimentos (CLR), aprovado na 854ª Sessão do Conselho Universitário (CONSU), de 19 de agosto de 2022, referente ao Processo N. 23081.057028/2022-85, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Definir a estrutura organizacional, as competências das unidades e subunidades do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW) e as atribuições mínimas das autoridades.

Art. 2º O Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW) é dirigido pelo (a) Diretor (a) e Vice-Diretor (a), que não se configuram como unidades administrativas e sim como cargos de direção, com atribuições definidas.

Parágrafo único. O Cargo de Direção (CD 3), atribuído ao (à) Diretor (a), é alocado como autoridade do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen.

Art. 3º A autoridade responsável pela Coordenadoria Acadêmica da estrutura do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW) é atribuída ao Cargo de Direção (CD 4) e exercida pelo (a) Vice-diretor (a) da unidade.

Art. 4º A autoridade responsável pela Coordenadoria Administrativa da estrutura do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW) é atribuída ao Cargo de Direção (CD 4), com a denominação da autoridade "Coordenador (a) Administrativo (a)".

Art. 5º A autoridade responsável pela Coordenação Acadêmica (Coordenação de Curso) de cursos técnicos, tecnológicos, de graduação e de pós-graduação stricto sensu, regularmente instituídos na estrutura do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW), é atribuída à Função Comissionada de Coordenação de Curso (FCC), com a denominação da autoridade "Coordenador (a) de Curso", e não se configura como unidade administrativa, e sim como unidade acadêmica.

§ 1º Poderá ser atribuída Função Gratificada, no caso de indisponibilidade de FCC ou de cursos de pós-graduação stricto sensu que não possam ser vinculados à programa de pós-graduação ou cursos de graduação já existentes, no âmbito da Unidade de Ensino.

§ 2º É vedada a destinação de FCC ou FG ou CD à atividade de Coordenação Acadêmica dos cursos promovidos via Universidade Aberta do Brasil (UAB) ou outra equivalente e/ou que venha a substituí-la, devendo a referida coordenação e demais funções relacionadas a tais cursos serem regradas em editais e/ou regulamentações próprias.

Art. 6º A autoridade responsável pelo Departamento Didático da estrutura do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW) é atribuída à Função Gratificada (FG 1), com a denominação da autoridade "Chefe de Departamento".

Art. 7º As autoridades responsáveis pelos Núcleos da estrutura do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW) são atribuídas à Função Gratificada (FG 1), com a denominação da autoridade "Chefe de Núcleo".

Art. 8º A autoridade responsável pela Biblioteca Fora de Sede da estrutura do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW) é atribuída à Função Gratificada (FG 1), com a denominação da autoridade "Chefe de Biblioteca Fora de Sede", e será exercida por um (a) servidor (a) com formação em Biblioteconomia.

Art. 9º As autoridades responsáveis pelas Secretarias Unificadas da estrutura do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW) são atribuídas à Função Gratificada (FG 1), com a denominação da autoridade "Secretário (a) de Secretaria Unificada".

Art. 10. A autoridade responsável pelo Setor da estrutura do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW) é atribuída à Função Gratificada (FG 2), com a denominação da autoridade "Chefe de Setor".

Art. 11. A autoridade responsável pela Secretaria Integrada de Pós-Graduação será atribuída à Função Gratificada (FG 3), com a denominação da autoridade "Secretário (a) de Secretaria Integrada".

Art. 12. As autoridades responsáveis pelas Divisões da estrutura do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW) são atribuídas à Função Gratificada (FG3), com a denominação de "Chefe de Divisão".

Art. 13. As autoridades responsáveis pelas Subdivisões da estrutura do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW) são atribuídas à Função Gratificada (FG4), com a denominação de "Chefe de Subdivisão".

Art. 14. As autoridades responsáveis pelos Órgãos Colegiados são denominadas "Presidente".

Art. 15. As competências das unidades e as atribuições mínimas estão detalhadas em capítulos específicos.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA DO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA EM FREDERICO WESTPHALEN

Art. 16. Estabelecer a estrutura do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen, conforme Organograma do Anexo I.

I - Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW);

II - Conselho do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (C-UFSM/FW);

III - Comissão de Legislação e Normas da UFSM/FW (CLN-UFSM/FW);

IV - Comissão de Gestão de Riscos da UFSM/FW (CGR-UFSM/FW);

V - Comissão de Ensino da UFSM/FW (COE-UFSM/FW);

VI - Comissão de Pesquisa da UFSM/FW (COP-UFSM/FW);

VII - Comissão de Extensão da UFSM/FW (COEX-UFSM/FW);

VIII - Coordenadoria Administrativa da UFSM/FW (CADM-UFSM/FW);

IX - Núcleo de Gestão Orçamentária da UFSM/FW (NOr-UFSM/FW);

X - Núcleo de Infraestrutura e Patrimônio da UFSM/FW (NIP-UFSM/FW);

XI - Setor de Tecnologia da Informação da UFSM/FW (STI-UFSM/FW);

XII - Subdivisão de Assistência à Saúde da UFSM/FW (SAS-UFSM/FW);

XIII - Secretaria Unificada de Departamentos da UFSM/FW (SUDEP-UFSM/FW);

XIV - Coordenadoria Acadêmica da UFSM/FW (CA-UFSM/FW);

XV - Secretaria Unificada de Cursos de Graduação da UFSM/FW (SUGRAD-UFSM/FW);

XVI - Secretaria Integrada de Cursos de Pós-Graduação da UFSM/FW (SIPG-UFSM/FW);

XVII - Divisão de Apoio Pedagógico da UFSM/FW (DAP-UFSM/FW);

XVIII - Subdivisão de Gestão de Laboratórios da UFSM/FW (SGL-UFSM/FW);

XXI - Secretaria Administrativa da UFSM/FW (Sec-UFSM/FW)

XXII - Divisão de Divulgação Institucional da UFSM/FW (DDI-UFSM/FW);

XXIII - Núcleo de Assistência Estudantil da UFSM/FW (NAE-UFSM/FW);

XXIV - Biblioteca Fora de Sede da UFSM/FW (BS-UFSM/FW);

XXV - Divisão de Projetos da UFSM/FW (DIVPROJ-UFSM/FW);

XXVI - Departamentos Didáticos, conforme art. 40;

XXVII - Cursos de Graduação, conforme art. 41; e,

XXVIII - Cursos de Pós-Graduação, conforme art. 42.

Art. 17. O Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW), como Unidade de Ensino, vinculado à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Art. 18. O Conselho do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (C-UFSM/FW), como Órgão Colegiado, vinculado ao Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW).

Art. 19. A Comissão de Legislação e Normas da UFSM/FW (CLN-UFSM/FW), como Órgão Colegiado, vinculada ao Conselho do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW).

Art. 20. A Comissão de Gestão de Riscos da UFSM/FW (CGR-UFSM/FW), como Órgão Colegiado, vinculada ao Conselho do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW).

Art. 21. A Comissão de Ensino da UFSM/FW (COE-UFSM/FW), como Órgão Colegiado, vinculada ao Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW).

Art. 22. A Comissão de Pesquisa da UFSM/FW (COP-UFSM/FW), como Órgão Colegiado, vinculada ao Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW).

Art. 23. A Comissão de Extensão da UFSM/FW (COEX-UFSM/FW), como Órgão Colegiado, vinculada ao Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW).

Art. 24. A Coordenadoria Administrativa da UFSM/FW (CADM-UFSM/FW), como Subunidade Administrativa, vinculada ao Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW).

Art. 25. O Núcleo de Gestão Orçamentária da UFSM/FW (NOr-UFSM/FW), como Subunidade Administrativa, vinculado à Coordenadoria Administrativa (CADM-UFSM/FW).

Art. 26. O Núcleo de Infraestrutura e Patrimônio da UFSM/FW (NIP-UFSM/FW), como Subunidade Administrativa, vinculado à Coordenadoria Administrativa (CADM-UFSM/FW).

Art. 27. O Setor de Tecnologia da Informação da UFSM/FW (STI-UFSM/FW), como Subunidade Administrativa, vinculado à Coordenadoria Administrativa (CADM-UFSM/FW).

Art. 28. A Subdivisão de Assistência à Saúde da UFSM/FW (SAS-UFSM/FW), como Subunidade Administrativa, vinculada à Coordenadoria Administrativa (CADM-UFSM/FW).

Art. 29. A Secretaria Unificada de Departamentos da UFSM/FW (SUDEP-UFSM/FW), como Subunidade Administrativa, vinculada à Coordenadoria Administrativa (CADM-UFSM/FW).

Art. 30. A Coordenadoria Acadêmica da UFSM/FW (CA-UFSM/FW), como Subunidade Administrativa, vinculada ao Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW).

Art. 31. A Secretaria Unificada de Graduação da UFSM/FW (SUGRAD-UFSM/FW), como Subunidade Administrativa, vinculada à Coordenadoria Acadêmica (CA-UFSM/FW).

Art. 32. A Secretaria Integrada de Pós-Graduação da UFSM/FW (SIPG-UFSM/FW), como Subunidade Administrativa, vinculada à Coordenadoria Acadêmica (CA-UFSM/FW).

Art. 33. A Divisão de Apoio Pedagógico da UFSM/FW (DAP-UFSM/FW), como Subunidade Administrativa, vinculada à Coordenadoria Acadêmica (CA-UFSM/FW).

Art. 34. A Subdivisão de Gestão de Laboratórios da UFSM/FW (SGL-UFSM/FW), como Subunidade Administrativa, vinculada à Coordenadoria Acadêmica (CA/UFSM/FW).

Art. 35. A Secretaria Administrativa da UFSM/FW (Sec-UFSM/FW), como Subunidade Administrativa, vinculada ao Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW).

Art. 36. A Divisão de Divulgação Institucional da UFSM/FW (DDI-UFSM/FW), como Subunidade Administrativa, vinculada ao Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW).

Art. 37. O Núcleo de Assistência Estudantil da UFSM/FW (NAE-UFSM/FW), como Subunidade Administrativa, vinculado ao Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW).

Art. 38. A Biblioteca Fora de Sede da UFSM/FW (BS-UFSM/FW), como Subunidade Administrativa, vinculada ao Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW).

Art. 39. A Divisão de Projetos (DIVPROJ-UFSM/FW), como Subunidade Administrativa, vinculada ao Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW).

Art. 40. Os Departamentos Didáticos do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW) são:

I - Ciências Agronômicas e Ambientais (DCAA-UFSM/FW);

II - Ciências da Comunicação (DECOM-UFSM/FW);

III - Engenharia Florestal (DEF-UFSM/FW);

IV - Engenharia e Tecnologia Ambiental (DETA-UFSM/FW); e,

V - Tecnologia da Informação (DTecInf-UFSM/FW).

Art. 41. Os Cursos de Graduação do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW), com situação "em atividade", são os previstos no Art. 10 da Resolução UFSM N. 029, de 05 de novembro de 2020.

Art. 42. Os Cursos de Pós-Graduação do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW), com situação "em atividade", são os previstos no Art. 10 da Resolução UFSM N. 076, de 31 de janeiro de 2022.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 43. Ao Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW), além das competências gerais correspondentes constantes no Regimento Geral, compete:

I - contribuir para a consecução dos objetivos da UFSM, que são a excelência no ensino, pesquisa e extensão, desenvolver ações integradas com as demais unidades da Universidade e com instituições governamentais e privadas, assim como tributar para o desenvolvimento local e regional;

II - coordenar, supervisionar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional no âmbito da unidade de ensino e juntamente às demais subunidades;

III - coordenar os procedimentos relacionados à gestão junto aos servidores docentes e técnico-administrativos em assuntos educacionais lotados na respectiva unidade;

IV - gerir e otimizar os recursos orçamentários, nas dotações e programas específicos da unidade;

V - gerir e manter os espaços físicos no âmbito da sua unidade;

VI - elaborar seu plano anual de atividades e a parte que lhe competir nos Planos Institucionais da Universidade;

VII - disponibilizar, em parceria com as unidades competentes, o apoio pedagógico adequado aos discentes no âmbito da sua unidade; e,

VIII - regulamentar processos, rotinas administrativas e procedimentos, no âmbito da sua unidade e de acordo com a legislação vigente.

Art. 44. À Coordenadoria Administrativa (CADM/UFSM/FW), além das competências gerais correspondentes constantes no Regimento Geral, compete:

I - executar as atividades de apoio administrativos necessários ao funcionamento do Campus, incluindo licitações, empenhos, aquisições de materiais, equipamentos e organização de espaço físico, tendo como objetivo o adequado desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão;

II - organizar e manter atualizado o registro de patrimônio vinculado ao Campus bem como acompanhar as atividades pertinentes ao serviço de guarda e conservação de materiais e equipamentos;

III - assegurar o controle sobre inclusão, transferência e baixa de material em desuso vinculado ao Campus;

IV - coordenar mecanismos que assegurem o pleno zelo e conservação dos bens móveis e imóveis sob responsabilidade do Campus;

V - assessorar o Conselho do Campus, a Direção da Unidade e as chefias de departamento na definição de proposta e execução orçamentária, inclusive com relação a verbas oriundas de auxílios e convênios, mantendo atualizados os registros próprios;

VI - auxiliar e orientar as coordenações de curso, departamentos e unidades administrativas vinculadas à Coordenadoria na elaboração de um planejamento anual de atividades, otimizando o uso dos recursos humanos e materiais, de acordo com o Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU), Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI) e Plano Pedagógico Institucional (PPI);

VII - realizar a avaliação de desempenho do pessoal técnico-administrativo de sua área de coordenação visando à sugestão de ações de capacitação;

VIII - propor, recomendar e adotar medidas para a correção e prevenção das falhas e omissões que impliquem na inadequada prestação do serviço público nas atividades sob sua coordenação;

IX - elaborar, propor e implementar um plano de atividades do Campus obedecendo às diretrizes emanadas pela Administração Superior na parte que lhe competir direta ou indiretamente;

X - executar atos de gestão designados pela Direção da Unidade, promovendo a orientação, acompanhamento, supervisão e controle, aplicação de recursos de materiais e registro e movimentação de processos administrativos;

XI - orientar e prestar informações sobre especificações e padronização de material para uso racional de recursos no Campus, em processos como registro de preços, dispensa de licitações, tomada de serviços e aquisições em geral;

XII - coordenar e articular o planejamento e projeção da ocupação dos espaços disponíveis no Campus, para a realização de obras, arborização, bem-estar, e outras atividades referentes a planejamento urbano e de arquitetura do Campus; e,

XIII - coordenar, junto à comunidade acadêmica em geral, a elaboração do PDU.

Art. 45. Ao Núcleo de Gestão Orçamentária (NOR-UFSM/FW), além das competências gerais correspondentes constantes no Regimento Geral, compete:

I - consolidar o planejamento orçamentário anual da Unidade;

II - administrar e controlar o orçamento da Unidade;

III - gerenciar o processo de compra da Unidade;

IV - apoiar a decisão dos gestores quanto à alocação dos recursos da Unidade; e,

V - dar suporte ao desenvolvimento de políticas para o uso racional dos recursos da Unidade.

Art. 46. Ao Núcleo de Infraestrutura e Patrimônio (NIP-UFSM/FW), composto pela Infraestrutura, Transporte, Patrimônio e Almoxarifado, além das competências gerais correspondentes constantes no Regimento Geral, compete:

I - planejar e supervisionar os serviços de manutenção, serviços gerais e acompanhar as obras na Unidade de Ensino, em consonância com os órgãos da Administração Superior, como PROINFRA, a qual compete a fiscalização;

II - realizar a conferência e o controle das transferências da carga patrimonial da Unidade de Ensino, exceto dos Departamentos;

III - orientar quanto à retirada e devolução dos bens patrimoniais das subunidades e orientar quanto às sindicâncias patrimoniais;

IV - orientar quanto à transferência dos bens, para carga patrimonial da UFSM, adquiridos junto aos projetos de pesquisa e a projetos via fundação de apoio;

V - gerenciar as doações e baixas de bens patrimoniais no âmbito da Unidade de Ensino;

VI - verificar a necessidade de compras de bens patrimoniais para a Unidade de Ensino;

VII - orientar às subunidades no que se refere ao controle patrimonial;

VIII - desenvolver políticas de uso racional dos bens do Campus; e,

IX - realizar o controle sobre transferência e baixa de material em desuso vinculado à Unidade de Ensino.

Art. 47. Ao Setor de Tecnologia da Informação (STI-UFSM/FW), além das competências gerais correspondentes constantes no Regimento Geral, compete:

I - propor e contribuir para a efetivação de políticas institucionais referentes à Tecnologia de Informação (TI) no âmbito do Campus;

II - colaborar com o Centro de Processamento de Dados da UFSM no que se refere ao desenvolvimento, à implantação e à utilização dos sistemas informatizados de gestão da UFSM, bem como na execução das ações para o tratamento de incidentes de segurança da informação, em conformidade com normas e diretrizes definidas pela participação em redes interinstitucionais;

III - administrar e manter, no âmbito do Campus, os serviços internos de informática da Unidade de Ensino, garantindo integridade, segurança e disponibilidade;

IV - desenvolver atividades e serviços para proporcionar conectividade à comunidade universitária do Campus, permitindo acesso direto à rede corporativa e indireto a redes externas e à Internet;

V - planejar, junto com a Direção da Unidade, as aquisições e melhoramentos a serem realizados na área de tecnologia da informação da Unidade de Ensino; e,

VI - dar suporte técnico às atividades de ensino, pesquisa e extensão nos laboratórios de TI.

Art. 48. À Subdivisão de Assistência à Saúde (SAS-UFSM/FW), além das competências gerais correspondentes constantes no Regimento Geral, compete:

I - propor, coordenar, executar e avaliar ações de saúde e qualidade de vida de acordo com as diretrizes da política de assistência de saúde ao servidor da UFSM;

II - propor, gerenciar e promover políticas e ações de qualidade de vida, saúde, segurança do trabalho e acompanhamento psicossocial aos servidores da UFSM;

III - realizar acompanhamento psicossocial de servidores do Campus em afastamento por motivo de saúde, por solicitação da Direção;

IV - promover e divulgar as normas regulamentadoras e de outras diretrizes legais relativas à saúde no Campus;

V - promover e participar de campanhas e ações de promoção da saúde e prevenção de doenças de trabalho, no âmbito do Campus;

VI - realizar o monitoramento das atividades desenvolvidas pela empresa contratada pela Instituição para prestar o atendimento ao Restaurante Universitário (RU) do Campus;

VII - realizar atividades administrativas relacionadas ao Portal do RU ou que venha a substituí-lo; e,

VIII - executar outras atividades inerentes a sua área de competência.

Art. 49. À Coordenadoria Acadêmica (CA-UFSM/FW), além das competências gerais correspondentes constantes no Regimento Geral, compete:

I - auxiliar, em conjunto com as coordenações de cursos e chefias de departamentos didáticos, as demandas dos cursos de graduação e de pós-graduação, tais como oferta e ajustes de disciplinas, atualização e/ou reformulações de projetos pedagógicos;

II - sugerir, interativamente com os departamentos e coordenações, providências, de ordem didática, científica e administrativa, que julgar necessárias para a realização dos trabalhos;

III - assessorar os colegiados departamentais e de curso quanto à admissão de pessoal docente, observadas as disposições estatutárias e regimentais;

IV - auxiliar e orientar as coordenações, departamentos e unidades administrativas vinculadas à Coordenadoria Acadêmica na elaboração de um planejamento anual de atividades, otimizando o uso dos recursos humanos e materiais, de acordo com o PDU, e PPI;

V - auxiliar, em conjunto com cursos de graduação e departamentos, na orientação e direcionamento de ações para solucionar problemas encontrados na avaliação das atividades acadêmicas em geral, levantados pela Comissão Setorial de Avaliação (CSA) e Comissão Própria de Avaliação (CPA);

VI - articular, com as coordenações de cursos e chefia de departamentos, ações para a qualificação do ensino;

VII - sugerir à Direção e articular, junto com os departamentos, a abertura de novas turmas de curso, criação e desativação de cursos, bem como o remanejo de vagas discentes entre os cursos do Campus e de professores entre departamentos e Unidades de Ensino; e,

VIII - analisar, prospectar e intermediar convênios de intercâmbio entre a Universidade, o Campus, outras instituições de ensino e instituições privadas brasileiras ou estrangeiras, em consonância com a Secretaria de Apoio Internacional (SAI) ou outra que venha a substituí-la, nas áreas de influência dos cursos do Campus, enfatizando sempre os objetivos específicos da Universidade, em parceria com os coordenadores de cursos e departamentos.

Art. 50. À Secretaria Unificada de Graduação (SUGRAD-UFSM/FW), além das competências gerais correspondentes constantes no Regimento Geral, compete:

I - prestar suporte e apoio aos cursos de graduação do Campus, às respectivas coordenações e discentes dos cursos com relação às rotinas administrativas, tais como oferta de disciplinas, matrículas, ajustes, dispensa de disciplinas, adaptação curricular dos estudantes e planejamento de horários e vagas para cada semestre, entre outras;

II - planejar, executar e acompanhar rotinas administrativas, no âmbito da Secretaria Unificada de Graduação (SUGRAD), obedecendo às legislações vigentes;

III - prestar apoio administrativo nas rotinas dos colegiados e coordenações dos cursos existentes, sob a responsabilidade da SUGRAD, e dos que poderão ser implementados no Campus;

IV - prestar apoio e/ou orientar os (as) alunos (as) dos cursos do Campus nos procedimentos acadêmicos;

V - produzir relatórios diagnósticos e analíticos, tabelas, levantamento de dados a fim de subsidiar decisões administrativas das coordenações dos cursos e da Direção do Campus;

VI - auxiliar no processo de Ingresso, Reingresso e Transferência, informando e orientando candidatos (as) e coordenações de curso no que for necessário;

VII - receber a inscrição e os documentação necessária para a seleção de monitoria não subsidiada, conforme solicitação das coordenações;

VIII - estudar e propor medidas destinadas a otimizar as rotinas administrativas com vista à qualificação dos processos, redução de tempo e de custo operacional;

IX - coparticipar da organização das formaturas e secretariar as solenidades de colação de grau em conjunto com a Secretaria da Unidade;

X - auxiliar no processo de transição das coordenações de curso, orientando acerca dos procedimentos operacionais essenciais pertinentes à função;

XI - participar de projetos institucionais que busquem consolidar a razão de ser da Instituição, dentre outros; e,

XII - propor e organizar capacitações referentes aos processos acadêmicos e administrativos com vistas à produção de conhecimento que possam qualificar as tomadas de decisão.

Art. 51. À Secretaria Unificada de Departamentos (SUDEP-UFSM/FW), além das competências gerais correspondentes constantes no Regimento Geral, compete:

I - orientar os (as) docentes nos assuntos relacionados aos Programas/Cursos de graduação e pós-graduação, vinculados à Secretaria Unificada de Departamentos (SUDEP);

II - subsidiar as rotinas dos (as) chefes de departamento dos cursos sob responsabilidade da SUDEP;

III - executar as rotinas administrativas, no âmbito da SUDEP, obedecendo às legislações vigentes;

IV - prestar apoio administrativo nas rotinas dos colegiados dos departamentos sob responsabilidade da SUDEP;

V - auxiliar na elaboração da oferta das disciplinas e na elaboração dos planos de trabalhos dos departamentos;

VI - organizar a escala de férias dos (as) servidores (as) lotados (as) no âmbito da SUDEP e docentes lotados (as) nos departamentos do Campus;

VII - realizar a conferência e o controle das transferências da carga patrimonial dos departamentos;

VIII - realizar os procedimentos de concessão de bolsa formação estudantil e monitoria subsidiada pelos Departamentos, tais como: elaboração de editais, recebimentos das inscrições e emissão dos respectivos certificados;

IX - realizar procedimentos administrativos relativos aos (às) estagiários (as) externos (as) recebidos pelos Departamentos;

X - participar dos processos de Concurso Público para docente, realizados pelos Departamentos;

XI - participar dos processos de Seleção Pública para docente, realizados pelos Departamentos;

XII - propor medidas destinadas à simplificação das rotinas administrativas com vistas à redução de tempo e de custo das operações; e,

XIII - executar outras atividades inerentes a sua área de competência.

Art. 52. A Secretaria Integrada de Pós-Graduação (SIPG-UFSM/FW), além das competências gerais correspondentes constantes no Regimento Geral, compete:

I - dar suporte às rotinas administrativas dos Programas e Cursos de Pós-Graduação sob sua responsabilidade e às respectivas coordenações dos Programas/Cursos, relacionadas à oferta de disciplinas, matrículas, e planejamento de horários e vagas para cada semestre, entre outras;

II - executar as rotinas administrativas, no âmbito da Secretaria Integrada de Pós-Graduação (SIPG), obedecendo às legislações vigentes; e,

III - prestar apoio administrativo nas rotinas dos colegiados dos Programas e Cursos sob responsabilidade da SIPG.

Art. 53. À Divisão de Apoio Pedagógico (DAP-UFSM/FW), além das competências gerais correspondentes constantes no Regimento Geral, compete:

I - assessorar, no âmbito do ensino de graduação, os processos de criação e alteração dos Projetos Pedagógicos de Cursos da Unidade, de acordo com as orientações da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD);

II - apoiar a implantação e a avaliação das matrizes curriculares dos Cursos;

III - contribuir para a integração entre os Cursos de Graduação e Pós-Graduação no âmbito da Unidade;

IV - apoiar, acolher e orientar as diferentes demandas pedagógicas dos (as) discentes no uso das diversas ferramentas pedagógicas;

V - auxiliar nas orientações dos procedimentos de avaliação da aprendizagem, avaliação interna e externa dos cursos; e,

VI - participar dos processos de avaliação interna e acompanhar, quando necessário, a avaliação externa dos cursos.

Art. 54. À Subdivisão de Gestão de Laboratórios da UFSM/FW (SGL-UFSM/FW), além das competências gerais correspondentes constantes no Regimento Geral, compete:

I - registrar laboratórios de pesquisa vinculados à Unidade que utilizem produtos perigosos;

II - organizar e gerir locais de armazenamento de produtos químicos no âmbito da Unidade;

III - prestar apoio técnico-administrativo nos processos de compra de produtos químicos e de uso laboratorial, no âmbito da Unidade;

IV - gerir os produtos químicos controlados pela Polícia Federal, Exército Brasileiro e/ou outros órgãos de controle, no âmbito da Unidade;

V - gerir os resíduos perigosos produzidos no âmbito da Unidade, de acordo com as normas e legislação ambiental vigentes; e,

VI - gerir questões de segurança relativas ao uso e manuseio de produtos perigosos no âmbito da Unidade.

Art. 55. À Secretaria Administrativa da UFSM/FW (SADM-UFSM/FW), além das competências gerais correspondentes constantes no Regimento Geral, compete:

I - elaborar e/ou executar atos determinados ou autorizados pelo Diretor(a) e/ou Vice-Diretor(a) da Unidade de Ensino;

II - controlar o recebimento, movimentação e expedição de documentos e correspondências;

III - tornar público as atas do Conselho do Campus, bem como editais, ordens de serviço, avisos e determinações que devam ser divulgadas; e,

IV - executar outras atividades inerentes a sua área de competência.

Art. 56. À Divisão de Divulgação Institucional (DDI/UFSM/FW), além das competências gerais correspondentes constantes no Regimento Geral, compete:

I - assessorar a Direção do Campus em assuntos de sua competência;

II - planejar, junto com a Direção e a Secretaria da Unidade, a política de divulgação do Campus, sistematizar, executar e articular a ação dos veículos de comunicação e informação internos e externos, atuando intersetorialmente na gestão universitária;

III - produzir, junto com a Direção e a Secretaria da Unidade, material informativo do Campus e outros programas/campanhas de divulgação;

IV - gerenciar, junto com a Direção e a Secretaria da Unidade, os canais de comunicação multimídia (e-mail, site, redes sociais, entre outros);

V - promover contatos com a imprensa escrita, falada, televisada e outros veículos de comunicação, com o fim de divulgar assuntos específicos do Campus;

VI - realizar a comunicação entre a Direção e as subunidades; e,

VII - atuar de maneira integrada com a Coordenadoria de Comunicação Social da UFSM para a realização de campanhas institucionais no âmbito do Campus.

Art. 57. Ao Núcleo de Assistência Estudantil (NAE/UFSM/FW), além das competências gerais correspondentes constantes no Regimento Geral, compete:

I - assessorar a Direção de Unidade de Ensino nos assuntos de competência da Unidade;

II - auxiliar a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) no planejamento das ações, projetos e programas que envolvem a assistência estudantil;

III - operacionalizar as ações da assistência estudantil no âmbito da Unidade de Ensino, por meio de orientações, análises e monitoramento de auxílios;

IV - auxiliar a PRAE na execução, coordenação e supervisão do programa de moradia estudantil no âmbito da Unidade de Ensino;

V - realizar acompanhamento psicológico dos (as) discentes, realizando os encaminhamentos, internos e/ou externos, sempre que necessário;

VI - realizar atendimento social aos (às) discentes e seus familiares, de forma a prestar informações, orientações e encaminhamentos para outros serviços e/ou programas sociais;

VII - realizar acompanhamento psicossocial dos (as) discentes vinculados/as às políticas de assistência estudantil que apresentam risco à permanência na Instituição;

VIII - identificar as questões psicossociais que interferem no bem-estar dos (as) estudantes, bem como na qualidade do processo ensino-aprendizagem;

IX - acolher os (as) estudantes calouros (as), contribuindo com o processo de adaptação, integração e permanência na Universidade;

X - fomentar espaços de reflexão e diálogo acerca de temáticas inerentes ao ambiente universitário; e,

XI - contribuir para o processo de inclusão e valorização da diversidade no espaço universitário.

Art. 58. À Biblioteca Fora de Sede (BS-UFSM/FW), além das competências gerais correspondentes constantes no Regimento Geral, compete:

I - cumprir e fazer cumprir as determinações pertinentes aos serviços da Biblioteca Fora de Sede;

II - colocar à disposição de estudantes, docentes e técnicos (as) administrativos (as) em educação o acervo da Biblioteca Fora de Sede;

III - auxiliar os cursos na revisão e atualização bibliográfica dos PPCs;

IV - assessorar a comunidade acadêmica quanto às normas da ABNT e MDT em trabalhos acadêmicos e na elaboração de referências;

V - promover cursos à comunidade acadêmica para a utilização de bases de dados;

VI - orientar instituições e pessoas físicas em relação à doação de materiais bibliográficos;

VII - separar e encaminhar à Biblioteca Central materiais danificados para restauração; e,

VIII - prestar auxílio a docentes/coordenadores (as) nas solicitações de compra de materiais bibliográficos.

Art. 59. À Divisão de Projetos (DIVPROJ/UFSM/FW), além das competências gerais correspondentes constantes no Regimento Geral, compete:

I - auxiliar, nas rotinas dos (as) servidores(as) docentes e técnico-administrativos (as), sobre os procedimentos que envolvem o registro, a manutenção e a avaliação de projetos, em consonância com os órgãos da Administração Superior e a legislação vigente;

II - auxiliar e executar as rotinas administrativas (editais, avaliação técnica de registro e alterações de projetos, entre outras) no âmbito da Unidade, obedecendo às legislações vigentes;

III - realizar trabalhos integrados com as comissões de ensino, de pesquisa e de extensão da Unidade de Ensino;

IV - dar o apoio logístico e de infraestrutura na organização da Jornada Acadêmica Integrada no âmbito do Campus; e,

V - realizar a interlocução entre os órgãos do Campus Sede e servidores que demandam a contratação de fundações de apoio.

Art. 60. Ao Departamento Didático, além das competências gerais correspondentes constantes no Regimento Geral, compete:

I - elaborar seu plano anual de atividades e a parte que lhe competir no PDI da Universidade;

II - atribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal docente que o integra;

III - coordenar o trabalho do pessoal docente, visando ao atendimento das demandas dos cursos de graduação e pós-graduação;

IV - tomar as providências de ordem didática, científica e administrativa que julgar necessárias ao bom andamento dos trabalhos;

V - elaborar a lista de oferta de disciplina do Departamento;

VI - estimular o constante aperfeiçoamento de seu pessoal docente;

VII - propor ao colegiado a admissão de pessoal docente, observadas as disposições estatutárias e regimentais;

VIII - propor ao colegiado de curso alterações nas ementas disciplinares bem como as cargas horárias das disciplinas lotadas no Departamento;

IX - ministrar o ensino das disciplinas que lhe forem pertinentes, sempre que solicitado pelos cursos, de acordo com os recursos humanos e materiais disponíveis e com o projeto pedagógico do respectivo curso;

X - providenciar a tramitação de convênios com entidades que ofereçam campo de aplicação às atividades do departamento, após a aprovação do colegiado de departamento; e,

XI - viabilizar o apoio técnico às aulas práticas sob responsabilidade do Departamento.

Art. 61. As competências e demais definições relacionadas aos órgãos colegiados são tratadas no CAPÍTULO V, DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES MÍNIMAS

Art. 62. São atribuições do (a) Diretor (a) do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW), além das gerais correspondentes constantes no art. 73 do Regimento Geral da UFSM, as especiais de:

I - praticar atos de gestão relativos à execução orçamentária, nas dotações e programas específicos do Campus;

II - autorizar o afastamento de servidores (as) técnico-administrativos (as) em educação e docentes lotados (as) no respectivo Campus;

III - encaminhar ao Reitor as solicitações de prorrogação de horário de trabalho dos (as) servidores (as) técnico-administrativos (as) em educação, observando a existência de recursos orçamentários específicos;

IV - designar e dispensar chefes e subchefes de departamentos, coordenadores (as) e coordenadores (as) substitutos (as) de cursos de graduação e de pós-graduação e dirigentes de órgãos suplementares setoriais, encaminhando cópias das portarias para a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas;

V - emitir portaria homologando a composição dos colegiados departamentais e de cursos de graduação e de pós-graduação;

VI - emitir, mediante portaria, atos relacionados com a cedência, total ou parcial, de horas de trabalho de docentes, entre departamentos do próprio Campus, com a devida concordância das respectivas chefias de departamento e sem prejuízo da força de trabalho, encaminhando a respectiva portaria às Pró-Reitorias de Graduação e de Gestão de Pessoas;

VII - autorizar, no âmbito do Campus, a realização de congressos, conferências, simpósios, semanas, encontros e promoções culturais, artísticas ou científicas;

VIII - promover, com o apoio dos órgãos competentes, as formaturas dos cursos de graduação, promoções culturais, artísticas ou científicas, cursos extracurriculares, seminários, palestras e afins;

IX - aplicar sanções, de acordo com o Regime Jurídico Único, dando ciência aos órgãos competentes, bem como determinar abertura de sindicâncias para apurar responsabilidades;

X - decidir, no âmbito do próprio Campus, sobre o uso e destinação do espaço físico; e,

XI - baixar atos normativos em sua esfera de competência.

Art. 63. São atribuições do (a) Coordenador (a) da Coordenadoria Administrativa, além das gerais correspondentes constantes no Regimento Geral da UFSM, as especiais de:

I - dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades concernentes à sua Coordenadoria;

II - assessorar a Direção do Campus em assuntos administrativos e estratégicos;

III - apresentar à Direção do Campus os planos específicos de trabalho do órgão e os relatórios semestrais/anuais das atividades executadas;

IV - exercer atividades de aquisição, conservação e controle dos bens materiais e imateriais do Campus;

V - assessorar a Direção do Campus em assuntos de competência da Divisão de Assistência à Saúde; e,

VI - elaborar, em conjunto com o Núcleo de Gestão Orçamentária, a previsão orçamentária.

Art. 64. São atribuições do (a) Chefe do Núcleo de Gestão Orçamentária, além das gerais correspondentes constantes no Regimento Geral da UFSM, as especiais de:

I - assessorar na elaboração da proposta orçamentária;

II - controlar os recursos alocados para a Unidade;

III - controlar os registros de recursos orçamentários e os vinculados a convênios das subunidades;

IV - prestar esclarecimentos aos (às) dirigentes das subunidades quanto à execução dos recursos orçamentários, quando solicitado; e,

V - auxiliar no desenvolvimento de políticas de uso racional dos recursos da Unidade.

Art. 65. São atribuições do (a) Chefe do Núcleo de Infraestrutura e Patrimônio, além das gerais correspondentes constantes no Regimento Geral da UFSM, as especiais de:

I - auxiliar a Direção da Unidade de Ensino na gestão do espaço físico, em parceria com as demais subunidades do Campus, sempre que necessário;

II - manter o controle e registro de documentos referentes à infraestrutura da Unidade;

III - orientar e auxiliar as subunidades do Campus quanto aos serviços prestados pela PROINFRA e pelas empresas terceirizadas;

IV - desenvolver políticas de uso racional dos prédios e espaços da Unidade;

V - conferir os patrimônios de responsabilidade direta da Direção da Unidade de Ensino (patrimônios não vinculados a subunidades) no inventário;

VI - emitir notas de transporte no âmbito da Unidade de Ensino;

VII - encaminhar recolhimento e transferência de itens no âmbito da Unidade de Ensino; e,

VIII - conferir itens recebidos (novos), no âmbito da Unidade de Ensino, auxiliar nas dúvidas e demandas sobre patrimônio das demais subunidades do Campus.

Art. 66. São atribuições do (a) Chefe do Setor de Tecnologia da Informação, além das gerais correspondentes constantes no Regimento Geral da UFSM, as especiais de:

I - dirigir, orientar e supervisionar as atividades inerentes ao Setor;

II - assessorar a Direção do Campus em assuntos de competência da unidade;

III - apresentar à Direção do Campus sugestões para manutenção e aquisição de equipamentos da área de tecnologia da informação;

IV - apresentar à Direção do Campus relatórios parciais, quando solicitados, e o relatório anual;

V - controlar e zelar pelos bens sob sua responsabilidade; e,

VI - exercer as demais funções inerentes a sua área de atuação.

Art. 67. São atribuições do (a) Chefe da Subdivisão de Assistência à Saúde, além das competências gerais correspondentes constantes no Regimento Geral, compete:

I - executar as rotinas administrativas, no âmbito da Divisão de Assistência à Saúde, obedecendo às legislações vigentes;

II - buscar e desenvolver parcerias com as organizações/instituições/profissionais de setores da saúde e nutrição com o objetivo de executar ações voltadas à assistência e promoção à/da saúde e à prevenção de doenças na Unidade de Ensino;

III - planejar, implementar e coordenar programas e ações de educação em saúde e nutrição, dentro da política de assistência estudantil, para a prevenção de doenças e promoção da saúde da comunidade acadêmica da Unidade;

IV - levantar necessidades e problemas com relação à saúde e nutrição na Unidade, diagnosticar situação, identificar áreas de risco, estabelecer prioridades, elaborar e participar do desenvolvimento de projetos de ação e avaliar resultados; e,

V - executar outras atividades inerentes à Subdivisão.

Art. 68. São atribuições do (a) Coordenador (a) da Coordenadoria Acadêmica, além das gerais correspondentes constantes no Regimento Geral da UFSM, as especiais de:

I - dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades concernentes à sua Coordenadoria;

II - assessorar a Direção do Campus em assuntos relativos ao ensino, à pesquisa e à extensão;

III - articular com as coordenações a oferta de novos cursos e o aperfeiçoamento dos existentes;

IV - atentar para o desenvolvimento de novas tecnologias de ensino e pesquisa; e,

V - apresentar à Direção do Campus os planos específicos de trabalho do órgão e os relatórios semestrais/anuais das atividades executadas.

Art. 69. São atribuições do (a) Secretário (a) da Secretaria Unificada de Graduação, além das gerais correspondentes constantes no Regimento Geral da UFSM, as especiais de:

I - coordenar e executar as atividades de competência da Secretaria Unificada de Graduação (SUGRAD);

II - cumprir e fazer cumprir as determinações pertinentes aos serviços da SUGRAD;

III - orientar e supervisionar a equipe de trabalho vinculada diretamente à SUGRAD;

IV - assessorar as coordenações no que se refere ao desenvolvimento das atividades;

V - representar a SUGRAD junto à Direção do Campus e em outras instâncias da Instituição; e,

VI - controlar e acompanhar a jornada de trabalho dos servidores lotados na SUGRAD.

Art. 70. São atribuições do (a) Secretário (a) da Secretaria Unificada de Departamentos, além das gerais correspondentes constantes no Regimento Geral da UFSM, as especiais de:

I - dirigir, orientar, supervisionar e coordenar a execução das atividades da Secretaria Unificada de Departamentos (SUDEP);

II - realizar a gestão dos servidores lotados na SUDEP;

III - informar à Direção do Campus a respeito de assuntos de competência da SUDEP; e,

IV - exercer as demais funções da SUDEP.

Art. 71. São atribuições do (a) Secretário (a) da Secretaria Integrada de Pós-Graduação, além das gerais correspondentes constantes no Regimento Geral da UFSM, as especiais de:

I - coordenar e executar as atividades de competência da Secretaria Integrada de Pós-Graduação (SIPG);

II - cumprir e fazer cumprir as determinações pertinentes aos serviços da SIPG; e,

III - orientar e supervisionar a equipe de trabalho vinculada diretamente à SIPG.

Art. 72. São atribuições do (a) Chefe da Divisão de Apoio Pedagógico, além das gerais correspondentes constantes no Regimento Geral da UFSM, as especiais de:

I - dirigir, orientar, supervisionar e coordenar a execução das atividades da Divisão;

II - assessorar o (a) Diretor (a) do Campus em assuntos de competência da Divisão de Apoio Pedagógico;

III - representar a Divisão em atividades relacionadas às ações da DAP;

IV - realizar a gestão dos (as) servidores (as) lotados (as) na Divisão;

V - informar a Direção do Campus a respeito de assuntos de competência da Divisão; e,

VI - apresentar à Direção do Campus os planos específicos de trabalho da Divisão e o relatório anual das atividades executadas.

Art. 73. São atribuições do (a) Chefe da Subdivisão de Gestão de Laboratórios, além das gerais correspondentes constantes no Regimento Geral da UFSM, as especiais de:

I - aprovar procedimentos internos de gerenciamento de resíduos perigosos;

II - aprovar a movimentação de produtos perigosos; e,

III - emitir documentos direcionados aos órgãos de controle, referentes a produtos perigosos utilizados no âmbito da Unidade.

Art. 74. São atribuições do (a) Secretário Administrativo(a), além das gerais correspondentes constantes no Regimento Geral da UFSM, as especiais de:

I - prestar assessoria ao (à) Diretor (a) e Vice-Diretor (a);

II - auxiliar nos estudos relativos ao aperfeiçoamento funcional do pessoal da secretaria, diagnosticando necessidades de treinamento;

III - organizar as atividades de competência da secretaria;

IV - colaborar nos estudos referentes à organização do quadro de pessoal do Campus;

V - determinar, em consonância com a Direção da Unidade de Ensino, a filosofia de trabalho da secretaria, divulgando-a em intercâmbio com as diversas subunidades do Campus e demais unidades da Universidade;

VI - representar a secretaria no Campus e fora dele;

VII - apresentar todo o expediente dirigido ao (à) Diretor (a) ou Vice-Diretor (a), fornecendo subsídios para as decisões da Direção, quando solicitado;

VIII - elaborar, assinar e/ou autorizar e expedir documentos e papéis de acordo com a delegação de competência da Direção;

IX - rever e ajustar a programação de trabalho, tendo em vista alterações de normas legais ou regulamentares ou de recursos;

X - organizar as escalas de férias, controlar a frequência e a movimentação de servidores (as);

XI - requisitar material permanente e de consumo da secretaria;

XII - secretariar as reuniões do Conselho da Unidade de Ensino; e,

XIII - desempenhar os demais atos inerentes ao exercício de suas atribuições.

Art. 75. São atribuições do (a) Chefe da Divisão de Divulgação Institucional, além das gerais correspondentes constantes no Regimento Geral da UFSM, as especiais de:

I - assessorar a Direção do Campus em assuntos de sua competência;

II - coordenar os trabalhos administrativos, auxiliando nos despachos, divulgação de eventos;

III - apurar e divulgar notícias de interesse do Campus e da Universidade; e,

IV - buscar informações de interesse institucional.

Art. 76. São atribuições do (a) Chefe da Biblioteca Fora de Sede, além das gerais correspondentes constantes no Regimento Geral da UFSM, as especiais de:

I - administrar, planejar, dirigir, controlar e fiscalizar as atividades da subunidade; e,

II - controlar, fiscalizar e orientar quanto à segurança patrimonial da unidade, além de zelar pela guarda e conservação do acervo da biblioteca.

Art. 77. São atribuições do (a) Chefe da Divisão de Projetos, além das gerais correspondentes constantes no Regimento Geral da UFSM, as especiais de:

I - apreciar os projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional no âmbito da Unidade de Ensino;

II - distribuir às Comissões de Ensino, Pesquisa e Extensão as avaliações de propostas aos editais internos da UFSM, em consonância às orientações das Pró-Reitorias pertinentes; e,

III - zelar para que as tramitações de projetos, contratos, convênios e instrumentos congêneres sejam efetuadas em estrita observância à legislação e normas internas da UFSM.

Art. 78. São atribuições do (a) Chefe do Núcleo de Assistência Estudantil, além das gerais correspondentes constantes no Regimento Geral da UFSM, as especiais de:

I - dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades do Núcleo;

II - assessorar a Direção do Campus em assuntos de sua competência;

III - representar o Núcleo em atividades relacionadas às ações do Núcleo;

IV - realizar a gestão dos (as) servidores (as) lotados (as) no Núcleo;

V - informar a Direção do Campus a respeito de assuntos de competência do Núcleo; e,

VI - apresentar à Direção do Campus os planos específicos de trabalho do órgão e o relatório anual das atividades executadas.

CAPÍTULO V

DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Art. 79. As convocações, ordinárias e extraordinárias, serão feitas via correio eletrônico, pelo (a) Presidente das respectivas Comissões tratadas neste Capítulo, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, devendo constar, nas mesmas, a Ordem do Dia.

Art. 80. Havendo número legal e declarada aberta a sessão, proceder-se-á à apreciação dos itens da Ordem do Dia e, no caso do Conselho da Unidade de Ensino, posterior realização dos pareceres que deverão embasar os processos.

Parágrafo único. Não havendo quórum, a Comissão será convocada para nova reunião 48 (quarenta e oito horas) depois, com a mesma pauta.

Art. 81. Caberá à Secretaria Administrativa a responsabilidade de realizar o apoio administrativo e demais encaminhamentos para o devido andamento dos trabalhos do Conselho da Unidade de Ensino.

Parágrafo único. Caberá à Coordenadoria Administrativa a responsabilidade de realizar o apoio administrativo e demais encaminhamentos para o devido andamento dos trabalhos das Comissões mencionadas nas Subseções da Seção I.

Art. 82. Caberá à Divisão de Projetos a responsabilidade de realizar o apoio administrativo e demais encaminhamentos para o devido andamento dos trabalhos das Comissões mencionadas nas Seções II, III e IV deste Capítulo.

Art. 83. A participação dos (as) componentes dos Colegiados mencionados neste Capítulo será considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada.

Parágrafo único. As atividades dos Colegiados e dos (as) componentes não poderão causar prejuízo à prestação do serviço público pelo (a) servidor (a) membro (a) do Colegiado.

Art. 84. As reuniões destes órgãos colegiados, cujos (as) componentes possuírem domicílio e/ou residência legal ou estiverem em local diverso do da realização da atividade, serão realizadas por videoconferência, sem pagamento de diárias e deslocamentos.

Art. 85. É vedada a possibilidade de criação de subcolegiados por ato destes Colegiados.

Parágrafo único. A mera necessidade de reuniões eventuais para debate, articulação ou trabalho que envolva agentes públicos da administração pública federal não será admitida como fundamento para as propostas de que trata o caput.

Art. 86. As reuniões das Comissões mencionadas nas Subseções I e II e nas Seções II, III e IV acontecerão com a presença mínima da maioria absoluta dos seus membros, considerando-se esse o número legal para a deliberação e votação.

Parágrafo Único. Quando da ocorrência de empate na votação, caberá ao (à) Presidente da sessão o voto qualificado.

Art. 87. As Comissões mencionadas nas Subseções I e II e nas Seções II, III e IV poderão ter regimento interno, se assim for necessário.

Art. 88. Nas reuniões dos Colegiados previstos neste Capítulo, poderão comparecer, quando convidados (as) pelo (a) Presidente, servidores (as) e/ou discentes, a fim de prestarem esclarecimentos sobre assuntos que lhes forem pertinentes.

Parágrafo único. As reuniões destes órgãos colegiados, cujos membros (as), convidados (as) ou participantes estejam em entes federativos diversos, serão realizadas por videoconferência, sem pagamento de diárias e deslocamentos.

Art. 89. É vedada a divulgação de discussões em curso nos órgãos colegiados mencionados nas Subseções I e II sem a prévia anuência do (a) titular do Conselho do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen, unidade ao qual esses órgãos colegiados estão vinculados.

Parágrafo único. A Comissão de Gestão de Riscos do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen publicará suas atas e suas resoluções em sítio eletrônico, ressalvado o conteúdo sujeito a sigilo.

Seção I

Do Conselho do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (C-UFSM/FW) e Suas Subcomissões

Art. 90. O Conselho do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (C-UFSM/FW) funcionará de acordo com o que prevê o Art. 121 do Estatuto da UFSM e a Seção I (Do Conselho de Centro e de Unidade Descentralizada) do Capítulo II (Das Unidades Universitárias).

Parágrafo único. As competências do Conselho do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen estão descritas no Art. 71 do Regimento Geral da UFSM.

Art. 91. O Conselho do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen emitirá pareceres específicos, de acordo com as demandas que lhe forem submetidas, não havendo necessidade de emitir relatórios periódicos e anuais.

Subseção I

Da Comissão de Legislação e Normas (CLN-UFSM/FW)

Art. 92. Caberá à Comissão de Legislação e Normas (CLN-UFSM/FW), um órgão deliberativo, apreciar e emitir parecer sobre os processos que venham a ser analisados pelo Conselho, referentes a modificações no regimento interno da Unidade de Ensino, questões que envolvam interpretação e aplicação de normas de caráter estatutário, regimental ou interna, bem como as de caráter geral a que estão sujeitas a instituições de ensino superior e sobre a viabilidade de propostas de modificação da legislação vigente, objetivando encaminhamento a instância superior.

Art. 93. A Comissão de Legislação e Normas (CLN-UFSM/FW) será constituída pelos seguintes membros:

I - 3 (três) servidores (as) docentes integrantes do Conselho do Campus; e,

II - 1(um/a) servidor (a) técnico-administrativo (a) integrante do Conselho do Campus.

§ 1º O (A) Presidente da Comissão de Legislação e Normas (CLN-UFSM/FW) será escolhido (a) entre seus pares.

§ 2º Na ausência do (a) Presidente em uma reunião, a Comissão de Legislação e Normas (CLN-UFSM/FW) escolherá, dentre os (as) membros (as) presentes, o (a) mais antigo (a) na carreira na Instituição.

§ 3º A CLN-UFSM/FW não contará com membros suplentes.

§ 4º Os (as) membros (as) terão mandato correspondente ao período em que fizerem parte do Conselho do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (C-UFSM/FW).

§ 5º Cada membro (a) poderá ser substituído (a) em qualquer época, sempre que houver consenso da maioria, por meio de uma solicitação escrita do respectivo segmento de representação, ou se o próprio representante assim o desejar.

§ 6º Os (as) membros (as) serão indicados (as) em reunião do Conselho do Campus.

§ 7º Na composição do referido órgão colegiado, deverá ser assegurado, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos assentos para o segmento docente, conforme disposto no Art. 56 da LDB.

Art. 94. A Comissão de Legislação e Normas (CLN-UFSM/FW), reunir-se-á, ordinariamente, uma (1) vez por mês ou extraordinariamente, sempre que convocado (a) pelo (a) Presidente ou maioria de seus membros (as) e desde que haja demanda para o referido órgão colegiado.

Subseção II

Da Comissão de Gestão de Riscos (CGR-UFSM/FW)

Art. 95. Caberá à Comissão de Gestão de Riscos do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen, um órgão consultivo do Conselho do Campus:

I - dar auxílio a práticas e princípios de conduta padrões de comportamentos quanto à gestão de riscos e controles internos no âmbito do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (UFSM/FW);

II - apoiar a institucionalização de estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos no âmbito da UFSM/FW;

III - auxiliar no desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, gestão de riscos e controles internos no âmbito da UFSM/FW;

IV - orientar sobre regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público no âmbito da UFSM/FW;

V - auxiliar na integração dos agentes responsáveis pela governança, gestão de riscos e controles internos no âmbito da UFSM/FW;

VI - dar apoio à adoção de práticas que institucionalizam a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações no âmbito da UFSM/FW;

VII - auxiliar nas políticas diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e controles internos no âmbito da UFSM/FW;

VIII - apoiar a supervisão do mapeamento e avaliação dos riscos-chave que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público no âmbito da UFSM/FW;

IX - auxiliar na institucionalização da gestão de riscos e controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação na UFSM/FW;

X - dar apoio ao estabelecimento de limites de exposição a riscos globais do órgão, bem como os limites de alçada ao nível de unidade, política pública, ou atividade no âmbito da UFSM/FW;

XI - auxiliar no método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão no âmbito da UFSM/FW; e,

XII - dar apoio à monitoração das recomendações e orientações deliberadas pela Comissão no âmbito da UFSM/FW.

§ 1º Entendem-se por riscos-chave o conjunto de riscos que apresentam a maior probabilidade de ocorrência e o maior nível de impacto para a Instituição.

§ 2º As competências nos incisos I a XII limitam-se ao âmbito da UFSM/FW e deverão estar alinhadas às normativas superiores.

Art. 96. A Comissão de Gestão de Riscos será composta por um (a) representante da Direção do Campus como Presidente, por 1 (um/a) docente por departamento didático, 2 (dois/duas) técnico-administrativos (as) em educação e 1 (um/a) discente.

§ 1º Os (as) membros (as) serão designados (as) pelo (a) Reitor (a) da Universidade Federal de Santa Maria.

§ 2º Na ausência do (a) Presidente em uma reunião, a Comissão de Gestão de Riscos escolherá entre os (as) membros (as) presentes um (a) presidente para essa sessão.

§ 3º Os (as) membros (as) terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos (as) pelo mesmo período.

§ 4º Cada membro (a) poderá ser substituído (a) em qualquer época, sempre que houver consenso da maioria, por meio de uma solicitação escrita do respectivo segmento de representação, ou se o próprio representante assim o desejar.

Art. 97. A Comissão de Gestão de Riscos reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por semestre, ou extraordinariamente, sempre que convocadas pelos respectivos presidentes ou maioria de seus membros.

Art. 98. A Comissão de Gestão de Riscos emitirá pareceres e/ou relatórios quando for consultada, não havendo necessidade da realização de relatórios periódicos e anuais.

Seção II

Da Comissão de Ensino do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (COE-UFSM/FW)

Art. 99. Caberá à Comissão de Ensino do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen, um órgão consultivo e deliberativo:

I - estimular a realização de atividades pertinentes a projetos de ensino, alinhadas com o Plano de Desenvolvimento Institucional;

II - orientar a elaboração dos projetos de ensino;

III - avaliar e emitir parecer sobre os projetos de ensino encaminhados pelos (as) servidores (as) do Campus;

IV - encaminhar as solicitações de registros de projetos de ensino às instâncias superiores para análise, quando necessário; e,

V - realizar a avaliação e a classificação dos projetos de ensino inscritos em editais de fomento interno.

§ 1º A avaliação do projeto será de competência do (a) membro (a) docente da comissão lotado (a) no mesmo Departamento Didático do (a) proponente do projeto.

§ 2º Em caso de impedimento do (a) membro (a) titular, compete ao (à) membro (a) suplente a avaliação do projeto.

§ 3º Casos omissos serão tratados pela Comissão de Ensino.

§ 4º O conteúdo do projeto de ensino é de inteira responsabilidade da equipe proponente.

Art. 100. A Comissão de Ensino será composta por:

I - servidores (as) docentes representantes de cada um dos Departamentos Didáticos do Campus, sendo que cada Departamento indicará um (a) membro (a) titular e um (a) suplente; e,

II - representantes técnico-administrativos (as) em educação (TAEs), um (a) membro (a) titular e um (a) suplente, preferencialmente aqueles (as) lotados (as) na Divisão de Projetos, ou então indicados (as) pelos seus pares de categoria.

§ 1º Os (as) membros (as) serão indicados (as) pelo Conselho e designados (as) pelo (a) Diretor (a) do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen.

§ 2º O (A) Presidente e o (a) Vice-Presidente da Comissão de Ensino serão escolhidos (as) em votação pelos (as) membros (as) da comissão na 1ª (primeira) reunião após a publicação da portaria de nomeação e eleitos (as) pela maioria simples (mais de 50% (cinquenta por cento)).

§ 3º Na ausência do (a) Presidente e do (a) Vice-Presidente em uma reunião, a Comissão de Ensino escolherá entre os (as) membros (as) presentes um (a) presidente para essa sessão.

§ 4º Os (as) membros (as) terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos (as) pelo mesmo período.

§ 5º Não será permitida a recondução consecutiva de membros (as) docentes da Comissão por mais de 2 (dois) mandatos, somente dos (as) representantes técnico-administrativos (as) em educação.

§ 6º Cada membro (a) da Comissão de Ensino poderá ser substituído (a) em qualquer época, sempre que houver consenso da maioria simples dos (as) membros (as), por meio de uma solicitação escrita do respectivo segmento de representação, ou se o (a) próprio (a) representante assim o desejar.

Art. 101. A Comissão de Ensino, reunir-se-á, ordinariamente, quando necessário, para deliberar sobre os assuntos relativos a projetos de ensino que exijam encaminhamentos imediatos, através de convocação individual, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas ou por solicitação da maioria de seus componentes.

Seção III

Da Comissão de Pesquisa do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (COP-UFSM/FW)

Art. 102. Caberá à Comissão de Pesquisa do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen, um órgão consultivo e deliberativo:

I - estimular, orientar, avaliar e aprovar os projetos de pesquisa;

II - promover e estimular a realização de atividades pertinentes à pesquisa;

III - avaliar e emitir parecer sobre os projetos de ensino encaminhados pelos (as) pesquisadores (as) do Campus;

IV - encaminhar as solicitações de registros de projetos de pesquisa às instâncias superiores para análise, quando necessário; e,

V - realizar a avaliação e a classificação dos projetos de pesquisa inscritos em editais de fomento interno.

§ 1º A avaliação do projeto será de competência do (a) membro (a) docente da comissão lotado (a) no mesmo Departamento Didático do (a) proponente do projeto.

§ 2º Em caso de impedimento do (a) membro (a) titular, compete ao (à) membro (a) suplente a avaliação do projeto.

§ 3º Casos omissos serão tratados pela Comissão de Pesquisa.

§ 4º O conteúdo do projeto de ensino é de inteira responsabilidade da equipe proponente.

Art. 103. A Comissão de Pesquisa será composta por:

I - servidores (as) docentes representantes de cada um dos Departamentos Didáticos do Campus, sendo que cada Departamento indicará um (a) membro (a) titular e um (a) suplente; e,

II - representantes técnico-administrativos (as) em educação (TAEs), um (a) membro (a) titular e um (a) suplente, preferencialmente aqueles (as) lotados (as) na Divisão de Projetos, ou então indicados (as) pelos seus pares de categoria.

§ 1º Os (as) membros (as) serão indicados (as) pelo Conselho e designados (as) pelo (a) Diretor (a) do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen.

§ 2º O (A) Presidente e o (a) Vice-Presidente da Comissão de Pesquisa serão escolhidos (as) em votação pelos (as) membros (as) da comissão na 1ª (primeira) reunião após a publicação da portaria de nomeação e eleitos (as) pela maioria simples (mais de 50% (cinquenta por cento)).

§ 3º Na ausência do (a) Presidente e do (a) Vice-Presidente em uma reunião, a Comissão de Pesquisa escolherá entre os (as) membros (as) presentes um (a) presidente para essa sessão.

§ 4º Os (as) membros (as) terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos (as) pelo mesmo período.

§ 5º Não será permitida a recondução consecutiva de membros (as) docentes da Comissão por mais de dois mandatos, somente dos (as) representantes técnico-administrativos (as) em educação e/ou representantes da Divisão de Projetos.

§ 6º Cada membro (a) da Comissão de Pesquisa poderá ser substituído (a) em qualquer época, sempre que houver consenso da maioria simples dos (as) membros (as), por meio de uma solicitação escrita do respectivo segmento de representação, ou se o (a) próprio (a) representante assim o desejar.

Art. 104. A Comissão de Pesquisa, reunir-se-á, ordinariamente, quando necessário, para deliberar sobre os assuntos relativos a projetos de pesquisa que exijam encaminhamentos imediatos, através de convocação individual, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas ou por solicitação da maioria de seus componentes.

Parágrafo único. O não comparecimento de qualquer membro (a) a 3 (três) reuniões consecutivas e sem justificativa implicará automaticamente em seu desligamento da Comissão.

Seção IV

Da Comissão de Extensão do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen (COEX-UFSM/FW)

Art. 105. Caberá à Comissão de Extensão do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen, um órgão consultivo e deliberativo:

I - orientar a elaboração de ações de extensão;

II - analisar e aprovar as ações de extensão encaminhadas para registro;

III - indicar, quando necessário, avaliadores ad hoc para as ações de extensão;

IV - estimular as ações de extensão da Unidade ou Subunidade;

V - difundir e acompanhar a execução da Política de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria; e,

VI - deliberar sobre a distribuição de recursos financeiros orçamentários destinados à extensão.

Art. 106. A Comissão de Extensão será composta por:

I - servidores (as) docentes representantes de cada um dos Departamentos Didáticos do Campus, sendo que cada Departamento indicará 1 (um) (a) membro (a) titular e 1 (um) (a) suplente;

II - representantes técnico-administrativos (as) em educação (TAEs), 1 (um) (a) membro (a) titular e 1 (um) (a) suplente, preferencialmente aqueles (as) lotados (as) na Divisão de Projetos, ou então indicados (as) pelos seus pares de categoria; e,

III - representantes discentes, 1 (um) (a) membro (a) titular e 1 (um) (a) suplente, indicados (as) pela Diretoria do Diretório Central dos Estudantes do Campus.

§ 1º Os (as) membros (as) serão indicados (as) pelo Conselho e designados (as) pelo (a) Diretor (a) do Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen.

§ 2º O (A) Presidente e o (a) Vice-Presidente da Comissão de Extensão serão escolhidos (as) em votação pelos (as) membros (as) da comissão na primeira reunião após a publicação da portaria de nomeação e eleitos (as) pela maioria simples (mais de 50% (cinquenta por cento)).

§ 3º Na ausência do (a) Presidente e do (a) Vice-Presidente em uma reunião, a Comissão de Extensão escolherá entre os (as) membros (as) presentes um (a) presidente para essa sessão.

§ 4º Os (as) membros (as) terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos (as) pelo mesmo período.

§ 5º Não será permitida a recondução consecutiva de membros (as) docentes da Comissão por mais de 2 (dois) mandatos, somente dos (as) representantes técnico-administrativos (as) em educação e/ou representantes da Divisão de Projetos.

§ 6º Cada membro (a) da Comissão de Extensão poderá ser substituído (a) em qualquer época, sempre que houver consenso da maioria simples dos (as) membros (as), por meio de uma solicitação escrita do respectivo segmento de representação, ou se o (a) próprio (a) representante assim o desejar.

Art. 107. A Comissão de Extensão, reunir-se-á, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses, ou extraordinariamente, quando necessário, para deliberar sobre os assuntos relativos a projetos de pesquisa que exijam encaminhamentos imediatos, através de convocação individual, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas ou por solicitação da maioria de seus componentes.

Parágrafo único. O não comparecimento de qualquer membro (a) a 3 (três) reuniões consecutivas e sem justificativa implicará automaticamente em seu desligamento da Comissão.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 108. A Unidade de Ensino encaminhará, num prazo de 90 (noventa) a 180 (cento e oitenta) dias, proposta de adequação de seu Regimento Interno.

Art. 109. Caberá:

I - à Coordenadoria de Planejamento Administrativo (COPLAD-PROPLAN) proceder às alterações nos Sistemas Estruturantes da Instituição;

II - à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) efetivar a remoção dos servidores e o remanejo das funções de chefia;

III - ao Departamento de Material e Patrimônio (DEMAPA) realizar a adequação dos registros dos móveis e equipamentos;

IV - ao Departamento de Arquivo Geral (DAG) executar o tratamento dos documentos arquivísticos; e,

V - ao Centro de Processamento de Dados (CPD) implementar as adequações necessárias nos sistemas institucionais.

Art. 110. Quanto à movimentação de funções, fica definido:

§ 1º As funções de nível 1, 2, 3 e 4 que já se encontram alocadas na unidade ficam automaticamente realocadas nas novas estruturas, conforme previsto nesta resolução:

I - caso existam funções excedentes as estruturas previstas nesta resolução, ou seja, funções livres, tais funções passam automaticamente para uso no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria.

§ 2º O remanejamento de:

I - 1 (uma) função gratificada, nível 1, código FG1, do Centro de Ciências Rurais;

II - 1 (uma) função gratificada, nível 1, código FG1, do Centro de Ciências da Saúde;

III - 1 (uma) função gratificada, nível 1, código FG1, do Centro de Artes e Letras;

IV - 1 (uma) função gratificada, nível 1, código FG1, do Centro de Educação Física e Desportos;

V - 1 (uma) função gratificada, nível 1, código FG1, do Colégio Politécnico;

VI - 1 (uma) função gratificada, nível 3, código FG3, da Pró-Reitoria de Administração;

VII - 1 (uma) função gratificada, nível 3, código FG3, da Seção Administrativa - PROJUR:

a) fica alocada, para a Seção Administrativa - PROJUR, até a revisão da (s) estrutura (s) relacionada (s) ao funcionamento da Procuradoria Jurídica, 1 (uma) função gratificada, nível 4, código FG4, oriunda do processo de reestruturação do Centro de Ciências Rurais;

VIII - 1 (uma) função gratificada, nível 3, código FG3, da Secretaria de Apoio Administrativo - DAG, ficando extinta a Secretaria de Apoio Administrativo - DAG do Departamento de Arquivo Geral e suas competências sendo absorvidas pelo Departamento de Arquivo Geral; e,

IX - 1 (uma) função gratificada, nível 3, código FG3, do Laboratório de Reprografia, ficando extinto o Laboratório de Reprografia do Departamento de Arquivo Geral e suas competências sendo absorvidas pelo Departamento de Arquivo Geral

Art. 111. Esta resolução entra em vigor em 1º de novembro de 2022, de acordo com o que prevê o Artigo 4º do Decreto N. 10.139, de 28 de novembro de 2019, revogando:

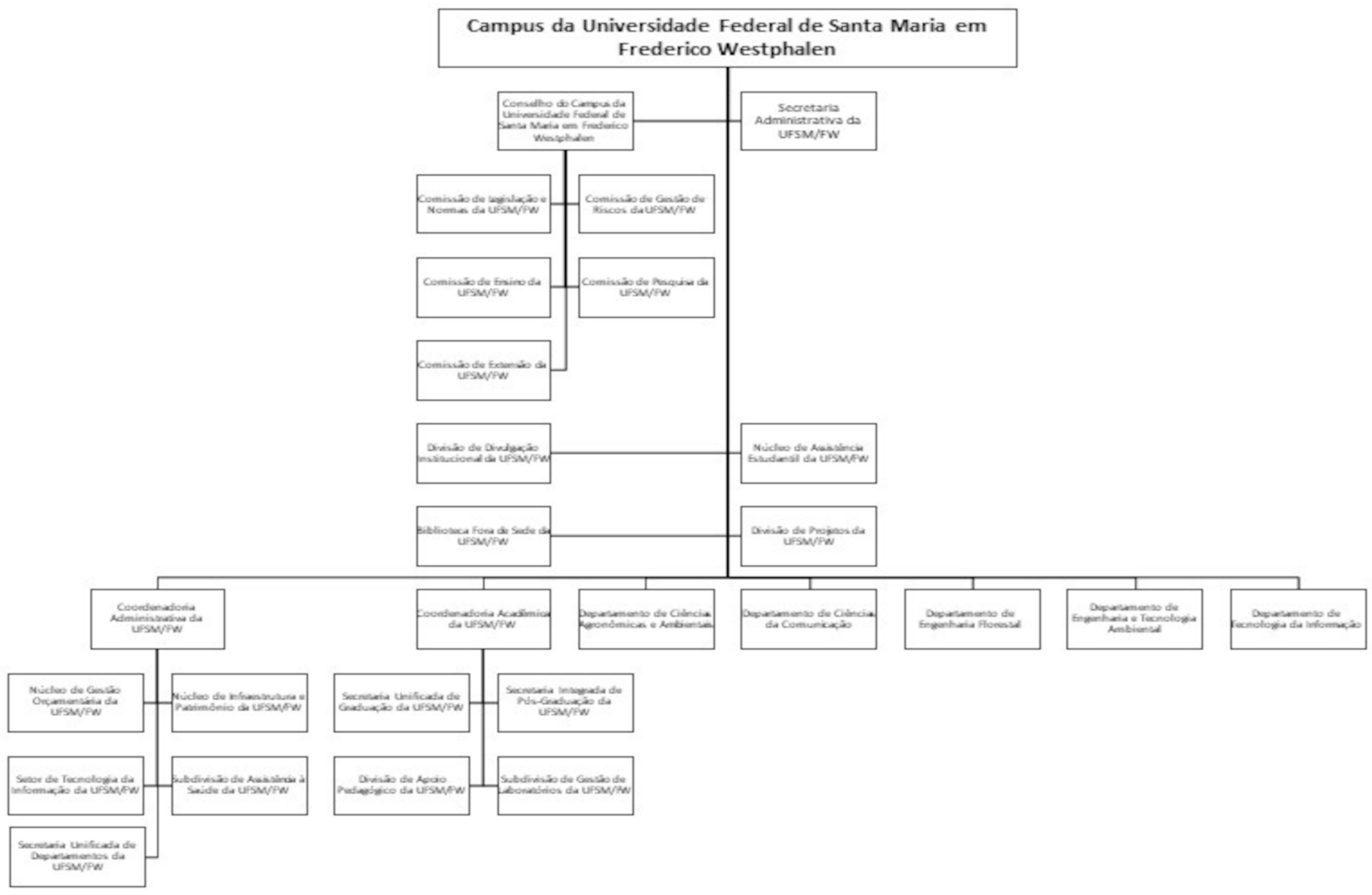
I - a Resolução UFSM N. 008, de 08 de março de 2016, que institui o Campus da Universidade Federal de Santa Maria - Frederico Westphalen (UFSM-FW) na estrutura organizacional da UFSM e dá outras providências; e,

II - a Resolução UFSM N. 020, de 24 de junho de 2020, que aprova a criação do órgão colegiado Comissão de Gestão de Riscos (CGR-UFSM-FW), vinculado ao Conselho do Campus da estrutura organizacional do Campus Frederico Westphalen da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Parágrafo único. Havendo qualquer modificação legislativa, ou ainda, havendo qualquer situação legal que impacte na legalidade da presente Resolução, a mesma se aplica de imediato.

LUCIANO SCHUCH

ANEXO I



(*) N. da Codou: Republicada por ter saído no DOU de 5-10-2022, Seção 1, páginas 59 a 64, com incorreção.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

PORTARIA Nº 2.505, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Prorrogar por 1 (um) ano, a partir de 5 de novembro de 2022, a validade do Concurso Público, Edital nº 11/2021, destinado ao provimento de cargo de Professor de Magistério Superior, Classe A, denominação de Adjunto A, para a área de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra, Geociências e Hidrogeologia, Campus do Mucuri em Teófilo Otoni/MG, homologado por meio do Edital nº 80 de 3 de novembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 5 de novembro de 2021.

JANIR ALVES SOARES

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

CNPJ 87.020.517/0001-20
NIRE 43500317785

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 483 REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2022

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, às 14h30, em sua sede na rua Ramiro Barcelos, nº 2350, por videoconferência (meet.google.com/ynv-fcgs-ryi), na forma da Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020 e da Instrução Normativa da Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, realizou-se, de forma virtual, a quadringentésima octogésima terceira reunião ordinária do Conselho de Administração do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, sob a Presidência da Professora ANA MARIA MÜLLER DE MAGALHÃES.

Presentes os Conselheiros: JOSÉ DE CASTRO BARRETO JUNIOR, representante do Ministério da Educação; DJACI VIEIRA DE SOUSA, representante do Ministério da Educação; ADRIANA DENISE ACKER, representante do Ministério da Economia; WALDEIR MACHADO DA SILVA, representante do Ministério da Economia; HÉLIO HENKIN, representante da Reitoria da UFRGS; PATRICIA HELENA LUCAS PRANKE, representante da Reitoria da UFRGS; ANA MARIA MÜLLER DE MAGALHÃES, representante da Escola de Enfermagem da UFRGS; NADINE OLIVEIRA CLAUSELL, Diretora Presidente do HCPA e EVANDRO LUIS FAGUNDES, representante dos empregados.

Ausências justificadas: LÚCIA MARIA KLIEMANN, representante da Faculdade de Medicina da UFRGS, por estar participando de atividade representando a Faculdade de Medicina da UFRGS junto ao Conselho das Escolas de Medicina de Língua Portuguesa (CODEM-LP).

Presentes, como participantes, sem direito a voto: Brasil Silva Neto, Diretor Médico; Jorge Luis Bajerski, Diretor Administrativo; Ninon Girardon da Rosa, Diretora de Enfermagem; Luciana Paula Cadore Stefani, Diretora de Ensino; e Patricia Ashton Prolla, Diretora de Pesquisa.

Convidados presentes: Ana Paula Coutinho, André Mena Ávila, Guilherme Leal Camara, Gustavo Salomão Pinto, Jairo Henrique Gonçalves, Jeruza Lavanholi Neyeloff, Juliana Zwetsch, Luciana Raupp Rios Wohlgemuth, Neiva Teresinha Finato, Roberto Scalco Isquierdo, Roseli Fatima Armiliatto Bortoluzzi e Valter Ferreira da Silva.

Na secretaria dos trabalhos: Simone de Lima Souza, com o apoio de Jéssica Minuscoli Correa e Vanessa de Oliveira Pierozan.

O Conselho de Administração deliberou conforme segue:

1. Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração nº 479, de 29/08/2022 - documento nº 0815702.

Aprovado, por unanimidade, o documento supracitado.

2. Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração nº 480, de 29/08/2022 - documento nº 0815699.

Aprovado, com uma abstenção, o documento supracitado.

3. Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal nº 63, de 24/08/2022 - documento nº 0815701;

4. Ata da Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria nº 92, de 08 a 12/09/2022 - documento nº 0815700.

Os conselheiros tomaram conhecimento dos documentos supracitados (itens 3 e 4), sem manifestações.

5. Manifestar-se sobre a proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral (Art. 56, inciso IV do Estatuto Social do HCPA):

5.1 Indicação de Conselheiros de Administração - apresentação nº 0812562;

5.1.1. Indicação de WALDEIR MACHADO DA SILVA, primeira recondução, indicação do Ministério da Economia - documentos nº 0812551, 0812552, 0812553 e 0812558 - processo SEI-HCPA 23092.010534/2022-81;

Aprovado, com uma abstenção, o nome do Sr. WALDEIR MACHADO DA SILVA como Conselheiro de Administração - primeira recondução, representante do Ministério da Economia, para o novo período de gestão unificada que se inicia em 2022;

5.1.2. Indicação de ADRIANA DENISE ACKER, segunda recondução, indicação do Ministério da Economia - documentos nº 0812555, 0812556, 0812557 e 0812558 - processo SEI-HCPA 23092.010537/2022-15.

Aprovado, com uma abstenção, o nome da Sra. ADRIANA DENISE ACKER como Conselheira de Administração - segunda recondução, do Ministério da Economia, para o novo período de gestão unificada que se inicia em 2022.

6. Apreciar a inclusão da eleição de Conselheiros de Administração (item 5.1) no instrumento de convocação da Assembleia Geral Extraordinária (Art. 56, inciso V do Estatuto Social do HCPA).

O item acima mencionado foi aprovado, por unanimidade, pelos conselheiros.

7. Convocar Assembleia Geral Extraordinária para eleição de Conselheiros de Administração (Art. 56, inciso VI do Estatuto Social do HCPA).

O item supracitado foi aprovado, por unanimidade, pelos conselheiros.

8. Plano de Negócios e Gestão Estratégica (PNGE): resultados do 1º semestre de 2022 - apresentação nº 0815811.

Aprovado, por unanimidade, o Plano de Negócios e Gestão Estratégica (PNGE): resultados do 1º semestre de 2022.

9. Demonstrações Contábeis 30/06/2022 e Parecer Auditoria Independente - documento nº 0814655 - apresentação nº 0816719.

Aprovadas, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis 30/06/2022.

10. Relatório Circunstanciado de Auditoria Externa referente ao 2º trimestre do exercício de 2022 - documento nº 0814656.

O relatório supracitado foi apresentado, para conhecimento.

11. Atualização alienação Casa Amarela - Leilão do imóvel situado na Rua São Vicente nº 136 - processo SEI-HCPA nº 23092.000240/2017-09.

O assunto supracitado foi apresentado, para conhecimento.

12. Relatório das Atividades de Auditoria Interna - Data-base 31/08/2022 - documento nº 0815785 e Nota Técnica nº 0780686/2022/CGAUDI - documento nº 0815784 - apresentação nº 0815836;

13. Relatório de Auditoria nº 0691400/2022 - Análise do Parque Tecnológico do HCPA quanto à obsolescência - documento nº 0815783 - apresentação nº 0815836;

14. Relatório de Auditoria 0647528/2022 - Análise da Dependência de Fornecedores - documento nº 0815786 - apresentação nº 0815836.

Os relatórios supracitados (itens 12, 13 e 14) foram apresentados, para conhecimento.

15. Afastamento Diretora-Presidente - Designação de Diretor-Presidente Substituto - Art. 62 do Estatuto Social do HCPA - documento nº 0815822.

Aprovada, por unanimidade, a designação do Diretor Médico como Diretor-Presidente Substituto durante o afastamento da Diretora-Presidente.

16. Proposta de calendário das reuniões virtuais do Conselho de Administração 2023 - documento nº 0812397.

Aprovada, com uma abstenção, a proposta de calendário das reuniões virtuais do Conselho de Administração 2023.

17. Assuntos Gerais:

17.1. OFÍCIO SEI Nº 244386/2022/ME - Agendamento da Assembleia Geral Extraordinária - eleição de Conselheiros para o Conselho de Administração, novo período de Gestão Unificado - documento nº 0812546;

17.2. OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 3433/2022/ME - Subsidiárias e Participações Minoritárias das Empresas Estatais Federais - documento nº 0815821.

Os conselheiros tomaram conhecimento dos ofícios supracitados (subitens 17.1 e 17.2).

Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho de Administração Substituta agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, da qual eu, Simone de Lima Souza, Secretária, lavrei o presente extrato de ata que, depois de lido e aprovado, será assinado eletronicamente pela Presidente do Conselho de Administração Substituta e por mim. Porto Alegre, 26 de setembro de 2022.

ANA MARIA MÜLLER DE MAGALHÃES
Presidente do Conselho de Administração
Substituta

SIMONE DE LIMA SOUZA
Secretária do Conselho de Administração

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

INSTRUÇÃO NORMATIVA GAB Nº 1, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Orienta a execução de ações destinadas a restabelecer mecanismos eficientes de governança da Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris, e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II, III e IX do art. 26 do Estatuto da CAPES, aprovado pelo Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, tendo em vista o disposto no Decreto nº 56.728, de 16 de agosto de 1965, com a redação que lhe deu o Decreto de 23 de setembro de 2002, e o que consta do processo nº 23038.017071/2022-33, e

Considerando que compete à CAPES fomentar a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior e a pesquisa, no Brasil e no exterior,

Considerando que é dever da CAPES garantir o funcionamento e a conservação da Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris,

Considerando que a manutenção de estabelecimentos em centros educacionais estrangeiros deve pautar-se pelo respeito aos princípios intrínsecos à comunidade acadêmica e científica, dentre os quais se incluem o respeito à liberdade, o apreço à tolerância, a solidariedade, a convivência humana, o pluralismo de ideias, a gestão democrática e a coexistência de todas as formas de pensamento, tendo por finalidade o desenvolvimento pleno da sociedade e o exercício irrestrito da cidadania,

Considerando que cabe ao Poder Público promover ativamente a igualdade de oportunidades e o tratamento isonômico entre os administrados, bem como a governança institucional de processos e ações por ele desenvolvidas,

Considerando, por fim, a decisão proferida em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Maison du Brésil, ocorrida em 21 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa orienta a execução de ações destinadas a restabelecer mecanismos eficientes de governança da Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris.

Art. 2º Fica designada a servidora Ângela Maria Santana Carvalho para exercer in loco as atribuições de direção da Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris, em caráter transitório, de 9 de outubro a 27 de novembro de 2022, a quem incumbe:

I - exercer, interinamente, a função de direção da Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris, nos limites da autorização que lhe foi concedida pelo Conselho de Administração da Maison du Brésil em reunião extraordinária ocorrida em 21 de setembro de 2022;

II - elaborar diagnóstico inicial da situação encontrada e remetê-lo à CAPES em até 5 (cinco) dias do início do período referido no caput;

III - apresentar semanalmente relatório das ações desenvolvidas;

IV - participar de todas as reuniões telepresenciais às quais for convocada; e

V - apresentar relatório final.

Art. 3º Fica instituída comissão interna, de caráter transitório, com a seguinte composição:

I - Professora Lívia Pelli Palumbo, Diretora de Relações Internacionais da CAPES, que a coordenará;

II - Professor Anderson Lozi da Rocha, Diretor de Gestão da CAPES; e

III - Dr. Guilherme Benages Alcantara, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à CAPES.

Parágrafo único: O prazo para a conclusão dos trabalhos da comissão será de 30 (trinta) dias a contar do término do período referido no art. 2o.

Art. 4º Compete à comissão interna de que trata o art. 3º:

I - acompanhar as ações desenvolvidas pela representante da CAPES referida no art. 2º, auxiliando-a nos aspectos acadêmicos, administrativos e jurídicos;

II - realizar reuniões telepresenciais periódicas com a representante da CAPES referida no art. 2º, para saneamento de dúvidas e encaminhamento interno de providências eventualmente necessárias;

III - apreciar os relatórios semanais e o relatório final produzidos pela representante da CAPES referida no art. 2º, podendo pedir esclarecimentos ou propor diligências;

IV - sugerir o deslocamento de servidor técnico para a realização de exames ou perícias que demandem sua presença física no local;

V - sugerir outras ações a serem desempenhadas no curso da atividade transitória disciplinada por esta Instrução Normativa; e

VI - elaborar termo de conclusão dos trabalhos.

§ 1º As reuniões de que trata o inciso II deste artigo devem realizar-se com periodicidade mínima semanal, ou a qualquer tempo, quando convocadas pela Presidente da CAPES ou por qualquer componente da comissão interna.

§ 2º As convocações especificarão o horário de início e o horário de término da reunião, limitada sua duração a duas horas.

§ 3º O apoio administrativo à comissão interna será prestado pela Diretoria de Gestão da CAPES.

Art. 5º Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na execução desta Instrução Normativa serão dirimidos pela Presidente da CAPES.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIA MANSANI QUEDA DE TOLEDO

PORTARIA Nº 195, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Resultado final - Portaria nº 124, de 29 de junho de 2022 - Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Equipamentos na Amazônia Legal

A PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.977 de 30/01/2017, torna público o resultado final da Portaria nº 124, de 29 de junho de 2022 - Programa de Desenvolvimento da

Pós-Graduação (PDPG) - Equipamentos na Amazônia Legal, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 1º/07/2022, Seção 1, páginas 212 e 213.

	#Nº Proposta	Sigla IES
1	PDPGEQAMLEGAL2238941P	FIOCRUZ-CPqLMD
2	PDPGEQAMLEGAL2263158P	IFMA
3	PDPGEQAMLEGAL2263566P	IFMT
4	PDPGEQAMLEGAL2251312P	INPA
5	PDPGEQAMLEGAL2229393P	MPEG
6	PDPGEQAMLEGAL2237363P	UEA
7	PDPGEQAMLEGAL2220414P	UEMA
8	PDPGEQAMLEGAL2235909P	UEPA
9	PDPGEQAMLEGAL2235148P	UERR
10	PDPGEQAMLEGAL2238877P	UFAC
11	PDPGEQAMLEGAL2244937P	UFAM
12	PDPGEQAMLEGAL2228850P	UFMA
13	PDPGEQAMLEGAL2235843P	UFMT
14	PDPGEQAMLEGAL2237220P	UFNT
15	PDPGEQAMLEGAL2235524P	UFOPA
16	PDPGEQAMLEGAL2237931P	UFPA
17	PDPGEQAMLEGAL2220703P	UFRA
18	PDPGEQAMLEGAL2242391P	UFRR
19	PDPGEQAMLEGAL2237874P	UFT
20	PDPGEQAMLEGAL2222926P	UNEMAT
21	PDPGEQAMLEGAL2252928P	UNIFAP
22	PDPGEQAMLEGAL2229374P	UNIFESSPA
23	PDPGEQAMLEGAL2227943P	UNIR

CLAUDIA MANSANI QUEDA DE TOLEDO

Ministério da Infraestrutura

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 9.346, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.038180/2022-61, resolve:

Art. 1º Renovar e alterar a inscrição do Aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Centenário;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0284;

III - município (UF): Aquidauana (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 19° 27' 24'' S / 056° 03' 25'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2.766/SIA, de 18 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2012, Seção 1, página 13.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL

PORTARIA Nº 9.401, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12 da Portaria nº 2.928, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.026549/2022-93, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, o médico Dr. Leonardo Queiroz Chaves Monteiro de Barros, CRM/ES 9754, MC 276, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 699 / Sala 615 / Torre A - Santa Lúcia - Vitória/ES, para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 9.402, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL no uso das atribuições que lhes conferem o Art. 8º da Portaria nº 4.919/SPO, de 30 de abril de 2021, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC n°136 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.003598/2022-48, resolve:

Art. 1º Tornar Pública a revisão 01 do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2014-12-01KW-01-01, emitido em 22 de setembro de 2022, em favor da sociedade empresária AEROCLUBE DE LAGES, CNPJ - 82.791.559/0001-41.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

GERÊNCIA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO DE FORMAÇÃO

PORTARIA Nº 9.410, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O GERENTE TÉCNICO DE ORGANIZAÇÕES DE FORMAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica - RBHA nº 141, e considerando o que consta do Processo nº 00065.036827/2021-30, resolve:

Art. 1º Revogar a Autorização de Funcionamento e a homologação dos cursos do Aeroclube de Varginha, CNPJ 18.607.499/0001-65, situado na Avenida José Ribeiro Tristão, s/nº, Aeroporto, Varginha - MG, CEP 37031-075.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ STOCK HOFFMANN

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 130, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.014942/2022-82 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Conhecer da denúncia apresentada pelo Conselho de Exportadores de Café do Brasil - CECAFÉ (SEI 1704791), uma vez atendidos os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, deferir o pedido de concessão de medida liminar ante a presença dos pressupostos da fumaça do bom direito e do perigo na demora.

Art. 2º Determinar à CMA CGM do Brasil Agência Marítima LTDA. que suspenda imediatamente a cobrança das faturas A-292235, A-292237, A292202 e A-290607 promovidas em face da Cafebras Comércio de Cafés do Brasil S.A, bem como se abstenha de recusar eventuais transportes que lhe forem solicitados pela empresa denunciante em razão do inadimplemento das aludidas faturas, até que a ANTAQ analise o mérito da presente denúncia.

Art. 3º Promover a oitiva da CMA CGM do Brasil Agência Marítima Ltda. para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca dos indícios de conduta infracional e dos pressupostos que fundamentam a adoção da medida cautelar ora proferida.

Art. 4º Determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, desta Agência, o acompanhamento acerca dos desdobramentos da presente deliberação.

Art. 5º Cientificar as interessadas acerca da presente decisão.

Art. 6º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 133, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.014944/2022-71 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Conhecer da denúncia apresentada pelo Conselho de Exportadores de Café do Brasil - CECAFÉ (SEI 1704862), posto que atendidos os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, deferir o pedido de concessão de medida liminar uma vez presentes os pressupostos da fumaça do bom direito e do perigo na demora.

Art. 2º Determinar à Hapag-Lloyd Aktiengesellschaft, representada no Brasil por Hapag-Lloyd Brasil (nome fantasia de Libra Serviços de Navegação Ltda.) que suspenda imediatamente a cobrança das notas de débito 451.281, 454.677 e 455.451, promovidas em face da Cafebras Comércio de Cafés do Brasil S.A, a título de detention, emitidas pela terceira denunciada, DHL Global Forwarding (Brazil) Logistics Ltda., bem como se abstenha de recusar eventuais transportes que lhes forem solicitados pela empresa denunciante em razão do inadimplemento das aludidas faturas, até que a ANTAQ analise o mérito da presente denúncia.

Art. 3º Promover a oitiva da Hapag-Lloyd Aktiengesellschaft, representada no Brasil por Hapag-Lloyd Brasil (nome fantasia de Libra Serviços de Navegação Ltda. para que, no prazo de 15 (quinze) dias se manifestem acerca dos indícios de conduta infracional e dos pressupostos que fundamentam a adoção da medida cautelar ora proferida.

Art. 4º Determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, desta Agência, o acompanhamento acerca dos desdobramentos da presente deliberação.

Art. 5º Cientificar as interessadas acerca da presente decisão.

Art. 6º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

PORTARIA-DG ANTAQ Nº 438, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso VI do art. 20 do Regimento Interno, considerando o disposto na Lei nº 11.539, de 2007, no Decreto nº 8.107, de 2013, e na Portaria SGP/MP nº 103, de 12 de maio de 2014, tendo em vista o disposto no Processo nº 50300.014959/2022-30 e o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua Reunião Ordinária de nº 530, realizada em 29/09/2022, resolve:

Art. 1º Adotar os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e de concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura (GDAIE) estabelecidos na Portaria nº 528, de 26 de setembro de 2019, do Ministério da Economia, aos titulares dos cargos de provimento efetivo de Analista de Infraestrutura e Especialista de Infraestrutura Sênior em exercício descentralizado na Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE APOIO TÉCNICO

DELIBERAÇÃO Nº 14, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 50300.015613/2021-78. Fiscalizado: EMPRESA A. F. CARVALHO NAVEGAÇÃO., CNPJ nº 10.625.779/0001-94. Objeto e Fundamento Legal: O Gerente de Apoio Técnico (GAT), no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 58-A do Regimento Interno, decide por conhecer o Recurso Administrativo interposto pela EMPRESA, dada sua tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento, reconhecendo a subsistência do Auto de Infração nº 005431-3 (SEI 1551262), mantendo a penalidade de Multa no valor de R$ 1.155,00 (mil cento e cinquenta e cinco reais), pelo cometimento das infrações tipificadas no art. 20, incisos XXIII e XXIV, da Norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ, por deixar de encaminhar à ANTAQ documentos e informações por ela solicitados.

FÁBIO QUEIROZ FONSECA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DELIBERAÇÃO Nº 147, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e o que consta do Processo nº 50300.015730/2022-12, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa K G DE ARAUJO NAVEGACÕES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 36.239.092/0001-04, constante no Termo de Autorização nº 1.937-ANTAQ, de 30 de março de 2022.

Art. 2º A extinção da autorização em tela não exime a empresa de eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 3º Esta Deliberação-SOG entra em vigor na data de sua publicação.

RENILDO BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

DECISÃO SUFER Nº 56, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022

O Superintendente de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, com amparo na delegação de competência expressa no artigo 7º, inciso XX da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, segundo o que consta no processo 50500.180655/2022-11, decide:

Art. 1º Homologar o reajuste da Tabela Tarifária da Ferrovia Centro Atlântica S/A, no percentual de 8,67% (oito inteiros e sessenta e sete décimos por cento), correspondente à variação do IGP-DI entre setembro de 2021 e agosto de 2022.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ISMAEL TRINKS

ANEXO

Mercadoria	Parcela Fixa (R$/unidade)		Parcela Variável (R$/unidade)				
	Valor	Unidade	Valor				Unidade
			Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	
			0-500km	501-1000 km	1001-2000 km	Acima 2000km	
Açúcar	36,82	R$/t	0,2103	0,1839	0,1575	0,1051	R$/t.km
Adubos e Fertilizantes	36,82	R$/t	0,1283	0,1122	0,0963	0,0641	R$/t.km
Álcool	46,04	R$/m³	0,2070	0,1813	0,1553	0,1036	R$/m³.km
Areia	36,82	R$/t	0,0859	0,0752	0,0642	0,0428	R$/t.km
Bauxita	38,18	R$/t	0,2109	0,1846	0,1582	0,1053	R$/t.km
Cal	36,82	R$/t	0,2208	0,1932	0,1656	0,1105	R$/t.km
Calcário Britado	36,82	R$/t	0,1757	0,1540	0,1318	0,0878	R$/t.km
Calcário Siderúrgico	36,82	R$/t	0,1240	0,1087	0,0929	0,0622	R$/t.km
Cimento a Granel	36,82	R$/t	0,1932	0,1691	0,1448	0,0968	R$/t.km
Cobre	38,18	R$/t	0,1625	0,1421	0,1218	0,0812	R$/t.km
Contêiner Cheio de 20 Pés	1372,47	R$/con	4,2675	3,7340	3,2005	2,1336	R$/con.km
Contêiner Cheio de 40 Pés	1811,40	R$/con	7,4654	6,5323	5,5990	3,7329	R$/con.km
Contêiner Vazio de 20 Pés	663,40	R$/con	2,8196	2,4673	2,1147	1,4098	R$/con.km
Contêiner Vazio de 40 Pés	1008,39	R$/con	4,9488	4,3304	3,7115	2,4744	R$/con.km
Cromita	38,18	R$/t	0,2241	0,1963	0,1681	0,1122	R$/t.km
Demais Produtos	49,25	R$/t	0,2404	0,2103	0,1803	0,1204	R$/t.km
Dolomita	38,18	R$/t	0,2292	0,2005	0,1718	0,1145	R$/t.km
Enxofre	36,82	R$/t	0,1616	0,1413	0,1211	0,0806	R$/t.km
Farelo de Soja	52,11	R$/t	0,1866	0,1633	0,1400	0,0930	R$/t.km
Ferro Gusa	36,82	R$/t	0,1563	0,1368	0,1171	0,0780	R$/t.km
Gasolina	49,51	R$/m³	0,2435	0,2133	0,1828	0,1218	R$/m³.km
Magnesita	38,18	R$/t	0,2456	0,2147	0,1841	0,1227	R$/t.km
Milho	35,28	R$/t	0,1822	0,1595	0,1368	0,0911	R$/t.km
Minério de Ferro	45,45	R$/t	0,1591	0,1393	0,1192	0,0794	R$/t.km
Óleo Diesel	43,86	R$/m³	0,2215	0,1940	0,1664	0,1110	R$/m³.km
Pedras em Blocos e Placas	36,82	R$/t	0,1383	0,1212	0,1039	0,0693	R$/t.km
Produtos Siderúrgicos	36,82	R$/t	0,1942	0,1699	0,1456	0,0969	R$/t.km
Soja	36,39	R$/t	0,1788	0,1565	0,1342	0,0893	R$/t.km
Toras de Madeira	41,11	R$/t	0,3426	0,2998	0,2569	0,1715	R$/t.km

Fórmula de Cálculo:

1) Para distância de transporte de até 500 Km: Tmax = Pfix + Dist x Pvar1

2) Para distância de transporte de 501 Km a 1.000 Km: Tmax= Pfix + 500 x Pvar1 + (Dist - 500) x Pvar2

3) Para distância de transporte de 1.001 Km a 2.000 Km: Tmax = Pfix + 500 x Pvar1 + 500 x Pvar2 + (Dist - 1000) x Pvar3

4) Para distância de transporte acima de 2.000 Km: Tmax = Pfix + 500 x Pvar1 + 500 x Pvar2 + 10000 x Pvar3 + (Dist - 2000) x Pvar4

Em que:

Tmax = tarifa máxima a ser cobrada pelo transporte de uma unidade de carga da estação de origem à estação de destino;

Pfix = parcela fixa, em R$ por unidade de carga;

Pvar1 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 1 (0-500 km);

Pvar2 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 2 (501-1000 km);

Pvar3 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 3 (1.001-2.000 km);

Pvar4 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 4 (acima de 2.000 km);

Dist = distância em quilômetros, da estação de origem à estação de destino.

Simulador tarifário, para consultas às combinações de mercadorias, quilometragens e tarifas, encontra-se disponível no sítio eletrônico da ANTT.

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 983, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do artigo 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 36; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.198558/2022-77, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 16.624.611/0098-73, para modificar a prestação de serviço, conforme descrito abaixo:

I - suprimir a linha BOM JESUS DA LAPA (BA) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 05-0073-00; e

II - implantar a linha BOM JESUS DA LAPA (BA) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 05-0073-60, com as seguintes seções:

a) de BOM JESUS DA LAPA (BA) para SÃO PAULO (SP) e BELO HORIZONTE (MG);

b) de RIACHO DE SANTANA (BA), TEOFILO OTONI (MG) e BELO HORIZONTE (MG) para SÃO PAULO (SP); e

c) de VITÓRIA DA CONQUISTA (BA) Para: IPATINGA (MG), CORONEL FABRICIANO (MG), BELO HORIZONTE (MG) e SÃO PAULO (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 984, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 51; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.203223/2022-88, decide:

Art. 1º Deferir o pedido do CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES, CNPJ nº 23.542.573/0001-42, para modificar a prestação do serviço com a implantação da linha RIO DE JANEIRO (RJ) - MOGI DAS CRUZES (SP), prefixo 07-0227-60, com a seção de RIO DE JANEIRO (RJ) para SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 985, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do artigo 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 36; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.198444/2022-27, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 16.624.611/0098-73, para modificar a prestação de serviço, conforme descrito abaixo:

I - suprimir a linha FORTALEZA (CE) - BELO HORIZONTE (MG), prefixo nº 03-0015-00; e

II - implantar a linha FORTALEZA (CE) - BELO HORIZONTE (MG), prefixo nº 03-0015-60, com as seguintes seções:

a) de FORTALEZA (CE) para BELO HORIZONTE (MG), TEOFILO OTONI (MG) e GOVERNADOR VALADARES (MG);

b) de ICO (CE), BREJO SANTO (CE), SALGUEIRO (PE), CAPIM GROSSO (BA), FEIRA DE SANTANA e JEQUIE (BA) para BELO HORIZONTE (MG);

c) de PETROLINA (PE) e SENHOR DO BONFIM (BA) para GOVERNADOR VALADARES (MG) e BELO HORIZONTE (MG); e

d) de VITORIA DA CONQUISTA (BA) para IPATINGA (MG), CORONEL FABRICIANO (MG), JOÃO MONLEVADE (MG) e BELO HORIZONTE (MG).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 986, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 18; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.196731/2022-01, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da COMÉRCIO E TRANSPORTES BOA ESPERANÇA LTDA., CNPJ nº 04.787.941/0001-78, para modificar a prestação do serviço com a implantação da linha SANTA INÊS (MA) - PARNAÍBA (PI), prefixo 15-0080-00, com as seções de PARNAÍBA (PI) para BREJO (MA), CHAPADINHA (MA), SÃO BERNARDO (MA) e VARGEM GRANDE (MA).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 989, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 66; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.204606/2022-73, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EXPRESSO GUANABARA LTDA., CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para modificar a prestação do serviço com a implantação da linha FORTALEZA (CE) - NATAL (RN), prefixo 03-0130-00, com as seções de FORTALEZA (CE) para AÇU (RN), MACAÍBA (RN) e MOSSORÓ (RN).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 990, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de seção constam da Licença Operacional - LOP de nº 51; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.203194/2022-54, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES, CNPJ nº 23.542.573/0001-42, para modificar a prestação do serviço com a implantação da seção de RIO DE JANEIRO (RJ) para CUBATÃO (SP), na linha RIO DE JANEIRO (RJ) - PRAIA GRANDE (SP), prefixo 07-0218-60.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

DECISÃO SUROD Nº 318, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a obra de implantação de rede de energia elétrica na Rodovia BR-116/PR, sob concessão à Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A - Interessado: Copel Distribuição S/A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.160263/2022-28, decide:

Art.1º Autorizar a implantação de rede de energia elétrica, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-116/PR, sob concessão à Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A., por meio de ocupação longitudinal entre o km 000+969 e o km 001+963, sentido sul, no município de Campina Grande do Sul/PR, de interesse de Copel Distribuição S/A.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Copel Distribuição S/A e a Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção do licenciamento ambiental e do cumprimento de outros requisitos perante os demais órgãos da administração pública.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Copel Distribuição S/A		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 22	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E		N	
Rede aérea de energia elétrica	744.662,730		7.225.462,636	

DECISÃO SUROD Nº 325, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a obra de travessia subterrânea de fibra óptica na rodovia BR-163/MT, sob a concessão da Concessionária Rota do Oeste S.A - Interessado: Claro S/A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.181368/2022-11, decide:

Art.1º Autorizar a implantação de rede de fibra óptica, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-163/MT, sob concessão à Concessionária Rota do Oeste S.A., por meio de travessia subterrânea no km 597+134m, no município de Nova Mutum/MT, de interesse de Claro S/A.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Claro S/A e a Concessionária Rota do Oeste S.A. e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção do licenciamento ambiental e do cumprimento de outros requisitos perante os demais órgãos da administração pública.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		**Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Claro S/A**		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	**SIRGAS 2000**	**FUSO(S): 21**	**SISTEMA DE COORDENADAS:**	**UTM**
VÉRTICE				
PONTO	**COORDENADAS**			
	E		**S**	
P1	599445.2241		8471093.2650	
P2	599375.2973		8471107.0463	

DECISÃO SUROD Nº 329, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a obra de regularização de acesso na rodovia BR-365/MG, sob concessão da Concessionária Ecovias do Cerrado S.A - Interessado: Bioenergética Aroeira S.A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.035687/2022-55, decide:

Art.1º Autorizar a regularização do acesso, relativa à Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-365/MG, sob concessão à Ecovias do Cerrado, situado no km 653+850, pista leste, no município de Monte Alegre de Minas/MG, de interesse da Bioenergética Aroeira S.A.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Bioenergética Aroeira S.A. e a Concessionária Ecovias do Cerrado S.A. e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção do licenciamento ambiental e do cumprimento de outros requisitos perante os demais órgãos da administração pública.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		**Projeto de Interesse de Terceiro - PIT -Bioenergética Aroeira S.A.**		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	**SIRGAS 2000**	**FUSO(S): 22K**	**SISTEMA DE COORDENADAS:**	**UTM**
VÉRTICE				
PONTO	**COORDENADAS**			
	E		**S**	
P1	753.720,76		7.912.298,13	
P2	753.925,53		7.912.378,55	

DECISÃO SUROD Nº 330, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022

Declara de utilidade pública áreas necessárias às obras de implantação de via marginal localizada no km 005+800 ao 009+300 administrada pela Concessionária Ecovias do Cerrado.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, visando atendimento ao disposto na Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001 e Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e tendo em vista as atribuições constantes da Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018 e Resolução ANTT nº 5.963, de 10 de março de 2022, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.187758/2022-02, decide:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação à fins rodoviários, em favor da União, o(s) bem(ns) imóvel(is) alcançado(s) pelas coordenadas planas descritas no anexo desta Decisão, as quais definem as poligonais de utilidade pública necessárias às obras de implantação de via marginal localizada no km 005+800 ao 009+300, sentido Oeste, na Rodovia BR-364/GO, no Município de São Simão/GO.

Parágrafo Único. A poligonal que define a área objeto da declaração de utilidade pública está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º Fica a Concessionária Ecovias do Cerrado autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação da obra referenciada no art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Art. 3º A Concessionária Ecovias do Cerrado fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos ambientais e do cumprimento das obrigações adicionais junto aos demais órgãos da administração pública.

Art. 5º A execução das desapropriações sobre bens de propriedade dos Estados e Municípios estará condicionada à autorização prévia do Poder Legislativo, se for o caso.

Art. 6º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:	Via marginal do km 5+800 ao km 9+300 da Rodovia BR-364/GO, em São Simão/GO			
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	**FUSO(S)**: 22	**SISTEMA DE COORDENADAS:**	UTM

PERÍMETRO 01					
PONTOS	COORDENADAS UTM		AZIMUTE	DISTÂNCIA(m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
	N	E			
1	7.899.137,70	546.275,75	308° 45' 00''	37,8070	71,99
2	7.899.161,37	546.246,27	38° 44' 49''	3,6080	
3	7.899.164,18	546.248,53	131° 49' 30''	4,8160	
4	7.899.160,97	546.252,12	134° 32' 44''	33,1680	
1	7.899.137,70	546.275,75			
PERÍMETRO 02					
PONTOS	COORDENADAS UTM		AZIMUTE	DISTÂNCIA(m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
	N	E			
1	7.899.161,37	546.246,27	308° 45' 00''	98,830	530,05
2	7.899.223,23	546.169,19	38° 43' 45''	5,843	
3	7.899.227,79	546.172,85	128° 46' 54''	57,806	
4	7.899.191,58	546.217,91	131° 49' 29''	41,085	
5	7.899.164,18	546.248,53	218° 44' 49''	3,608	
1	7.899.161,37	546.246,27			

PERÍMETRO 03					
PONTOS	COORDENADAS UTM		AZIMUTE	DISTÂNCIA(m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
	N	E			
1	7.899.223,23	546.169,19	308° 45' 00''	135,720	798,05
2	7.899.308,18	546.063,35	38° 55' 38''	5,918	
3	7.899.312,78	546.067,07	128° 46' 54''	135,700	
4	7.899.227,79	546.172,85	218° 43' 45''	5,843	
1	7.899.223,23	546.169,19			
PERÍMETRO 04					
PONTOS	COORDENADAS UTM		AZIMUTE	DISTÂNCIA(m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
	N	E			
1	7.899.308,48	546.063,59	326° 29' 29''	5,410	29,86
2	7.899.312,99	546.060,60	2° 32' 38''	4,821	
3	7.899.317,81	546.060,81	128° 46' 54''	8,020	
4	7.899.312,78	546.067,07	218° 55' 37''	5,531	
1	7.899.308,48	546.063,59			
PERÍMETRO 05					
PONTOS	COORDENADAS UTM		AZIMUTE	DISTÂNCIA(m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
	N	E			
1	7.899.308,18	546.063,35	308° 45' 00''	27,070	981,48
2	7.899.325,12	546.042,24	308° 45' 17''	142,612	
3	7.899.414,40	545.931,02	38° 44' 45''	6,000	
4	7.899.419,08	545.934,78	128° 46' 54''	161,681	
5	7.899.317,81	546.060,81	182° 32' 34''	4,821	
6	7.899.312,99	546.060,60	146° 27' 24''	5,411	
7	7.899.308,48	546.063,59	218° 55' 50''	0,387	
1	7.899.308,18	546.063,35			
ÁREA TOTAL DECLARADA					**2.411,43**

Nota: O total das áreas objeto desta declaração de utilidade pública é de 2.411,43m²

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

DECISÃO Nº 280, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08505.061778/2018-53.
Interessado: ROBERTO INDI.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 8/2022/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (16897476), de 08/09/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto para reconhecimento da condição de refugiado a ROBERTO INDI, nacional da Guiné-Bissau, nascido no dia 02/05/1983, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 285, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08505.105479/2012-42.
Interessada: YAWAVI ETEKPOR.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 86/2022/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (18002379), de 14/09/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto para reconhecimento da condição de refugiada a YAWAVI ETEKPOR, nascida no dia 31/12/1986, nacional do Togo, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 287, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08390.005652/2017-52.
Interessado: AUGUSTO GOMES.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 247/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (16758371), de 08/09/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto para reconhecimento da condição de refugiado a AUGUSTO GOMES, nascido no dia 11/08/1986, nacional da Guiné-Bissau, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 289, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08505.056456/2014-69.
Interessado: AHMAD ABDEL KADER.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 215/2022/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (16221603), de 14/09/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto para reconhecimento da condição de refugiado a AHMAD ABDEL KADER, nascido em 02/02/1981, nacional do Líbano, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 290, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08018.011493/2019-44.
Interessado: ABUDU CASSAMA.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 11/2022/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (16909471), de 08/09/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto para reconhecimento da condição de refugiado a ABUDU CASSAMA, nascido no dia 29/05/1980, nacional da Guiné-Bissau, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 291, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08221.002677/2011-51.
Interessado: JOSE ANTONIO GONZALEZ FLORIAN.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 14/2022/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (16941684), de 14/09/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto para reconhecimento da condição de refugiado a JOSE ANTONIO GONZALEZ FLORIAN, nascido no dia 10/09/1981, nacional da República Dominicana, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 292, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08505.050976/2014-68.
Interessado: MAHDI SOWEIDAN.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 214/2022/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (16218541), de 14/09/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto para reconhecimento da condição de refugiado a MAHDI SOWEIDAN, nascido no dia 19/05/1988, nacional do Líbano, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 295, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08390.006026/2014-31.
Interessada: BESSY LUDMILA SOARES TAVARES.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 10/2022/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (16908732), de 14/09/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto para reconhecimento da condição de refugiada a BESSY LUDMILA SOARES TAVARES, nascida no dia 25/08/1988, nacional da Guiné-Bissau, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 297, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08460.034069/2011-92.
Interessada: JUCELINA COELHO DE MENDONÇA.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 33/2022/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (17251469), de 14/09/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto para reconhecimento da condição de refugiada a JUCELINA COELHO DE MENDONÇA, nascida no dia 23/04/1989, natural da Guiné-Bissau, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 298, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08457.011012/2014-17.
Interessado: REY ERNESTO GONZALEZ HECHAVARRIA.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 91/2022/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (18448485), de 14/09/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto para reconhecimento da condição de refugiado a REY ERNESTO GONZALEZ HECHAVARRIA, nascido no dia 09/08/1991, nacional de Cuba, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 301, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08460.007753/2014-44.
Interessado: MIKE MAYINA TRUMAS.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 189/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (15881912), de 14/09/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto para reconhecimento da condição de refugiado a MIKE MAYINA TRUMAS, nascido no dia 07/08/1986, nacional da República Democrática do Congo, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 309, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08505.061149/2016-61.
Interessado: UCHENNA STANLEY IYIDA.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 22/2022/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (16966946), de 08/09/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto para reconhecimento da condição de refugiado a UCHENNA STANLEY IYIDA, nascido no dia 14/10/1977, nacional da Nigéria, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 6.329, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/52482 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve:

Conceder autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ERNEST MILLA AGRICOLA LTDA, CNPJ nº 28.452.269/0001-28, para atuar no Piauí.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.330, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/60224 - DPF/JZO/BA, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa MF SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 46.056.299/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2008/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.331, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/62837 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa WOLVES VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 31.070.975/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2341/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.332, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/67584 - DPF/MBA/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FIRE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 24.512.041/0001-25, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 2456/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.333, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/67856 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PREVIX SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 29.689.516/0001-77, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2150/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.334, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/68612 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGITEC - SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 03.144.992/0001-19, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2450/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.335, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/70962 - DPF/CGE/PB, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OPTIMUS SEGURANÇA PRIVADA LTDA-ME, CNPJ nº 18.905.384/0001-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 2440/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.336, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/71614 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0018-20, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2451/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.337, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/72560 - DPF/STS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO TORTUGAS, CNPJ nº 54.360.060/0001-44 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2475/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.338, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/74677 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa MAURO DE MIRANDA ADMINISTRACAO LTDA, CNPJ nº 41.644.688/0001-20, sediada em Goiás, para adquirir:

Da empresa cedente SÃO SALVADOR ALIMENTOS SA, CNPJ nº 03.387.396/0001-60:
1 (um) Revólver calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
12 (doze) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.339, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/74846 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa WLATAQ SEGURANÇA DE VALORES LTDA, CNPJ nº 21.255.506/0001-11, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 2364/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.340, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/75966 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMBRASIL EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.426.907/0002-23, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2453/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.341, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/77619 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa GENESY VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 05.338.024/0001-79, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
901 (novecentas e uma) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.342, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/77818 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0171-74, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 2458/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.343, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/80354 - DPF/BRA/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa OESTE ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 09.428.315/0001-09, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4061 (quatro mil e sessenta e uma) Munições calibre 12

15000 (quinze mil) Espoletas calibre 38

307 (trezentos e sete) Gramas de pólvora

15000 (quinze mil) Projéteis calibre 38

3166 (três mil e cento e sessenta e seis) Espoletas calibre .380

3166 (três mil e cento e sessenta e seis) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.344, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/80901 - DPF/SJK/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa TENERIFE SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 44.921.686/0001-29, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente CASTRO PONTES SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 22.210.263/0001-68:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente CASTRO PONTES SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 22.210.263/0001-68:

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.345, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/81051 - DELESP/DREX/SR/PF/AC, resolve:

Conceder autorização à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0024-79, sediada no Acre, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1595 (uma mil e quinhentas e noventa e cinco) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.346, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/81199 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa CONEXÃO - CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 23.123.751/0001-09, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10000 (dez mil) Munições calibre .380

2673 (duas mil e seiscentas e setenta e três) Munições calibre 12

60000 (sessenta mil) Munições calibre 38

60000 (sessenta mil) Espoletas calibre 38

60000 (sessenta mil) Estojos calibre 38

11730 (onze mil e setecentos e trinta) Gramas de pólvora

60000 (sessenta mil) Projéteis calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (dois) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

2 (duas) Armas de choque elétrico de contato direto

2 (duas) Máscaras de proteção respiratória modelo facial completo

2 (duas) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

2 (duas) Granadas fumígenas de sinalização

2 (duas) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)

2 (duas) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto

2 (duas) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico

2 (dois) Lançadores de munição não-letal no calibre 12 (doze)

2 (dois) Filtros com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos

2 (dois) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.347, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/81307 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO PLAZA SHOPPING CASA FORTE, CNPJ nº 03.841.406/0001-95 para atuar em Pernambuco.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.348, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/69368 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REFUGIO - CENTRO DE TREINAMENTO DE SEGURANÇA FÍSICA E PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 85.262.277/0001-45, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Santa Catarina com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 2461/2022 (CNPJ nº 85.262.277/0001-45) e nº 2480/2022 (CNPJ nº 85.262.277/0003-07).

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.349, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/81911 - DPF/GRA/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CERCHOP BEBIDAS LTDA, CNPJ nº 73.375.537/0001-00 para atuar no Paraná.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.350, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/82076 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Conceder autorização à empresa BRANTEX VIGILANCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 23.446.064/0001-16, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.351, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/82084 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio do Alvará nº 81 de 22/02/1996 à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ/MF nº 17.428.731/0086-24, localizada no Estado de SÃO PAULO.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.352, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/82325 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA , CNPJ nº 16.328.205/0001-30, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente SERVIS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.945.678/0009-43:

6 (seis) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente SERVIS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.945.678/0009-43:

62 (sessenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.353, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/82411 - DPF/JVE/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa S2 ESCOLA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.810.990/0001-87, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

7000 (sete mil) Munições calibre .380

5000 (cinco mil) Munições calibre 12

60000 (sessenta mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.354, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/82461 - DPF/GPB/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa SEVEG VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 28.300.446/0003-12, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

10 (dez) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.355, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/82543 - DPF/UDI/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARCOM S/A, CNPJ nº 25.769.266/0001-24 para atuar em Minas Gerais.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.356, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/82727 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa CEPAV - CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES LTDA - EPP, CNPJ nº 20.509.337/0001-36, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2000 (duas mil) Munições calibre .380

1500 (uma mil e quinhentas) Munições calibre 12

40000 (quarenta mil) Munições calibre 38

50000 (cinquenta mil) Espoletas calibre 38

10000 (dez mil) Gramas de pólvora

4661 (quatro mil e seiscentas e sessenta e uma) Espoletas calibre .380

30 (trinta) Quilos de chumbo calibre 12

2000 (duas mil) Espoletas calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.366, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/57403 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VERZANI & SANDRINI SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 64.179.724/0008-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2342/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.367, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/62419 - DPF/SOD/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LIBRA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 34.305.968/0001-48, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2471/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.368, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/71913 - DPF/CCM/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MDJ SEGURANÇA PRIVADA E VIGILANÇIA LTDA ME, CNPJ nº 10.392.048/0001-46, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2482/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.369, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/78851 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SCHIMITD SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 00.892.482/0001-31, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2467/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.373, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/37386 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa NOVASEG SEGURANÇA PATRIMONIAL E PRIVADO LTDA EPP, CNPJ nº 09.500.531/0002-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 1322/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.374, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/67827 - DPF/CXS/RS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DIVENETO WORLD TRADING GROUP LTDA, CNPJ nº 07.805.204/0001-49 para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2462/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.375, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/73409 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa HAVANNA RESTAURANTE E ENTRETENIMENTOS EIRELI, CNPJ nº 19.999.878/0001-00, para atuar em Minas Gerais.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.376, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/75180 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BSP SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 13.009.551/0001-68, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Sergipe, com Certificado de Segurança nº 2390/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.377, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/76042 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa LIBERDADE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.977.455/0001-97, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente MASTER VIGILANCIA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 77.998.912/0001-29:

14 (quatorze) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente MASTER VIGILANCIA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 77.998.912/0001-29:

240 (duzentas e quarenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.378, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/78116 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa HSJ COMERCIAL S.A, CNPJ nº 02.091.365/0001-02, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente H STERN COMERCIO E INDUSTRIA S.A, CNPJ nº 33.388.943/0001-92:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente H STERN COMERCIO E INDUSTRIA S.A, CNPJ nº 33.388.943/0001-92:

36 (trinta e seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.379, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/79802 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Conceder autorização, à empresa INTEX VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 37.629.940/0001-54, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada no Pará.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.380, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/81010 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa TECNOGUARDA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA , CNPJ nº 02.361.081/0001-80, sediada em Goiás, para adquirir:

Da empresa cedente RIO SECURITY TEAM SEGURANÇA E VIGILANCIA SOCIEDADE SIMPLES LTDA, CNPJ nº 03.735.542/0001-09:

17 (dezessete) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.381, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/82027 - DPF/SAG/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa PROTEFORT EMPRESA DE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.574.503/0001-94, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Da empresa cedente HM SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 08.847.256/0001-40:
11 (onze) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
31 (trinta e um) Revólveres calibre 38
420 (quatrocentas e vinte) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.382, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/83097 - DPF/CAS/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa PLATOON CENTRO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA-ME, CNPJ nº 27.849.788/0001-61, sediada em São Paulo, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (dois) Revólveres calibre 38
15000 (quinze mil) Espoletas calibre 38
3000 (três mil) Gramas de pólvora
15000 (quinze mil) Projéteis calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.390, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/52447 - DPF/RPO/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa 4G SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA - EPP, CNPJ nº 18.911.639/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2308/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.391, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/60157 - DPF/SJK/SP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa REVAG SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 45.614.339/0001-16, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2258/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.392, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/60375 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0047-18, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar em Goiás com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 2085/2022 (CNPJ nº 17.428.731/0047-18); nº 2086/2022 (CNPJ nº 17.428.731/0048-07); nº 2498/2022 (CNPJ nº 17.428.731/0051-02) e nº 2254/2022 (CNPJ nº 17.428.731/0050-13).

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.393, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/60977 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SULFOR VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.620.783/0001-67, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2318/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.394, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/61884 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGVAP SEGURANÇA NO VALE DO PARAIBA LTDA, CNPJ nº 60.210.721/0011-20, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2231/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.395, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/62159 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INTERSEPT SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.282.615/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2477/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.396, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/67604 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HER SECURITY PRIVADA LTDA, CNPJ nº 12.423.761/0002-16, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 2487/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.397, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/68712 - DPF/JNE/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CHAGAS & ROCHA VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 13.180.183/0002-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2507/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.398, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/72402 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI, CNPJ nº 03.910.210/0001-05 para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2488/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.399, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/72741 - DPF/IJI/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa V.F. VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.830.622/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2388/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.400, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/73420 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO RODOLPHO DE PAOLI, CNPJ nº 28.715.126/0001-61 para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2481/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.401, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/73697 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

Conceder autorização à empresa AUTÊNTICA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 21.870.220/0001-46, sediada no Amazonas, para adquirir:

Da empresa cedente GLOBALSERVICE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 84.526.045/0001-94:
14 (quatorze) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
210 (duzentas e dez) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.402, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/74952 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGIL EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 72.619.976/0002-39, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 2501/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.403, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/74965 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IDEAL GUARDIAN SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 13.317.659/0002-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 2502/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.404, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/76832 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COLEGIO DANTE ALIGHIERI, CNPJ nº 61.365.805/0001-23 para atuar em São Paulo.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.405, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/80704 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMPANHIA METALURGICA PRADA, CNPJ nº 56.993.900/0001-31 para atuar em São Paulo.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.406, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/81415 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO BAIRRO ESTANCIA DO HIBISCO, CNPJ nº 18.261.610/0001-04 para atuar em Minas Gerais.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.407, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/82673 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa A.P.S. PEREIRA VIGILANCIA, CNPJ nº 27.543.573/0001-18, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
2 (duas) Pistolas calibre .380
60 (sessenta) Munições calibre .380
50 (cinquenta) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.408, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/83007 - DPF/SJE/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa ENFORMA - FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES - LTDA - EPP, CNPJ nº 19.613.482/0001-83, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente IMPERADOR CENTRO DE FORMACAO E RECICLAGEM EM SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 31.824.726/0001-72:
2 (duas) Espingardas calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2000 (duas mil) Munições calibre 12
50000 (cinquenta mil) Espoletas calibre 38
12000 (doze mil) Gramas de pólvora
50000 (cinquenta mil) Projéteis calibre 38
5000 (cinco mil) Espoletas calibre .380
5000 (cinco mil) Projéteis calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.409, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/83688 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa CEFAT - FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 01.141.037/0001-00, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
2 (duas) Pistolas calibre .380
2 (dois) Revólveres calibre 38
466 (quatrocentas e sessenta e seis) Munições calibre .380
56 (cinquenta e seis) Munições calibre 12
10000 (dez mil) Munições calibre 38
45000 (quarenta e cinco mil) Espoletas calibre 38
5000 (cinco mil) Gramas de pólvora
40000 (quarenta mil) Projéteis calibre 38
406 (quatrocentos e seis) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.410, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/83869 - DPF/IJI/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa PORTOVIG SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 19.167.547/0001-04, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5 (cinco) Revólveres calibre 38
50 (cinquenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.411, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/83879 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Conceder autorização à empresa PATRIMONIO E SEGURANÇA ARMADA LTDA, CNPJ nº 04.947.331/0001-94, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
150 (cento e cinquenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DECISÕES DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Decisão nº 81/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência a imigrante
Processo(s): 08228.011620/2022-35 - 08018.050856/2022-62
Interessado(s): ARNOLDO ANTONIO LOPEZ CASTILLO - DECK PINA RESTAURANTE E BAR LIMITADA

O Diretor do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, tendo como fundamento o fato da parte recorrente não afastar, no seu pedido de reconsideração, o motivo que conduziu ao indeferimento de autorização de residência laboral, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Decisão nº 82/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência a imigrante
Processo(s): 08228.011394/2022-92 - 08018.052513/2022-32
Interessado(s): MUHAMMAD IRSHAD

O Diretor do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, tendo como fundamento o fato da parte recorrente não afastar, no seu pedido de reconsideração, o motivo que conduziu ao indeferimento de autorização de residência laboral, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Decisão nº 83/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência a imigrante
Processo(s): 08228.011399/2022-15 - 08018.050838/2022-81
Interessado(s): RAGHUNATHAN KANNAN - ABS WIND DO BRASIL INDUSTRIAL S/A

O Diretor do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, tendo como fundamento o fato de a parte recorrente não afastar, no seu pedido de reconsideração, o motivo que conduziu ao indeferimento do pedido de autorização de residência prévia, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Decisão nº 84/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência a imigrante
Processo(s): 08228.012828/2022-71 - 08018.050193/2022-86
Interessado(s): JOSEF NDAUV AKO AIHUKI

O Diretor do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, tendo como fundamento o fato de a parte recorrente não afastar, no seu pedido de reconsideração, o motivo que conduziu ao indeferimento de autorização de residência laboral, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Decisão nº 85/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência a imigrante
Processo(s): 08228.009868/2022-36 - 08018.049459/2022-48
Interessado(s): JOÃO RICARDO GOMES MEIRELES - VILA GALE BRASIL - ATIVIDADES HOTELEIRAS LTDA

O Diretor do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, tendo como fundamento o fato de a parte recorrente não afastar, no seu pedido de reconsideração, o motivo que conduziu ao indeferimento de autorização de residência laboral, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

ALEXANDRE RABELO PATURY

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 88, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.006284/2021-15, concedida ao imigrante JONAS HENSE, RNM F188320-Q, nacional da ALEMANHA, filho(a) de SIMONA PIA HENSE, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.006284/2021-15.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 89, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.016290/2021-72, concedida ao imigrante ASHOK AMRUTLAL GANDHI, RNM F234141-W, nacional da ÍNDIA, filho(a) de KANCHANBAI AMRUTLAL, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.016290/2021-72.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 90, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.022526/2021-18, concedida ao imigrante QIANCHENG XU, RNM F564776-0, nacional da CHINA, filho(a) de WENMEI GAN, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.022526/2021-18.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 91, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.018282/2020-80, concedida ao imigrante HUI YIN, RNM F409864-8, nacional da CHINA, filho(a) de YIPING YIN, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.018282/2020-80.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 92, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.013050/2021-16, concedida ao imigrante YURUI YE, RNM F177383-D, nacional da CHINA, filho(a) de HUAXIANG YE, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.013050/2021-16.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 93, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.014858/2020-30, concedida ao imigrante WENWEN SHAO, RNM F041277-U, nacional da CHINA, filho(a) de SHIMIN SHAO, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.014858/2020-30.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 94, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.017220/2020-51, concedida ao imigrante JIANGUO HUANG, RNM F363929-7, nacional da CHINA, filho(a) de SHUANZHU HUANG, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.017220/2020-51.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 95, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.010996/2021-21, concedida ao imigrante SAMUEL JOSÉ CARRÓN MUÑOZ, RNM F452849-9, nacional da ESPANHA, filho(a) de ISABEL MARIA MUNOZ LOPEZ, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.010996/2021-21.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 96, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.019349/2020-01, concedida ao imigrante JOHAN ANDRES ALZATE VALENCIA, RNM F356055-X, nacional da COLÔMBIA, filho(a) de MARIO ANTONIO ALZATE ALZATE, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.019349/2020-01.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 98, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.009257/2021-96, concedida ao imigrante SHUAI LIU, RNM F137455-1, nacional da CHINA, filho(a) de HANXIANG LIU, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.009257/2021-96.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 99, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.020223/2020-71, concedida ao imigrante XINGWU MA, RNM G342453-2, nacional da CHINA, filho(a) de JIAFENG LIANG, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.020223/2020-71.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 100, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.013723/2021-38, concedida ao imigrante PENG WANG, RNM F306664-1, nacional da CHINA, filho(a) de RONGLAN YU, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.013723/2021-38.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 101, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.005647/2021-97, concedida ao imigrante JEROME FREMIOT, RNM F110023-3, nacional da FRANÇA, filho(a) de MARIE CHRISTINE MADELEINE BALLAND, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.005647/2021-97.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 102, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.000956/2021-71, concedida ao imigrante KOEN PATRICK CHRISTIAN LANGIE, RNM F348315-T, nacional da BELGICA, filho(a) de RITA MARIA ALPHONSINA VANHERK, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.000956/2021-71.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 103, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.008705/2021-34, concedida à imigrante EMMANUELLE COLETTE MARTINE GRIN, RNM F419884-X, nacional da FRANÇA, filho(a) de PASCAL LEON GRIN, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.008705/2021-34.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 104, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.004723/2021-47, concedida ao imigrante MICHELE CHERUBINI, RNM G349972-H, nacional da ITÁLIA filho(a) de BIANCAMARIA RIBOULET, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.004723/2021-47.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 105, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.011055/2021-12, concedida à imigrante ESTEFANIA LOFTE SOTO, RNM F419991-W, nacional do MÉXICO, filho(a) de MARIA ELENA SOTO DE

LOTFE, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.011055/2021-12.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 106, DE 05 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.000478/2019-84, concedida ao imigrante PHILIPPE DANIEL LATOURNARIE, RNM F084100-U, nacional da FRANÇA, filho(a) de MICHELLE SUZANNE MADELEINE EYMERI, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.000478/2019-84.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 107, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.001837/2021-35, concedida à imigrante YANYU LIU, RNM F372104-H, nacional da CHINA, filho(a) de HOUKUI LIU, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.001837/2021-35.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 108, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.020502/2021-16, concedida à imigrante WENCHI CHEN, RNM F536690-5, nacional da CHINA, filho(A) de FUYU CHEN, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.020502/2021-16.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 109, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.010937/2021-52, concedida ao imigrante JIE MA, RNM F148649-E, nacional da CHINA, filho(a) de BOCHEN MA, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.010937/2021-52.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 110, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.010610/2020-08, concedida ao imigrante ZHANGHUA LIU, RNM F010342-V, nacional da CHINA, filho(a) de CHUNZHI LIU, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MigranteWeb nº 47039.010610/2020-08.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

DESPACHO DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, resolve: tornar sem efeito o indeferimento do Processo nº: 08228.008571/2022-53 - RESOLUÇÃO NORMATIVA 19/2017 - Residência - Requerente: WUHAN FIBERHOME INTERNACIONAL TECNOLOGIAS DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, Prazo: 2 Anos, Imigrante XINZHUO CHEN, Data Nascimento: 03/08/2000, Passaporte: PE1928093, País: CHINA, Mãe: QING LIU; Pai: CHANGKUI CHEN, publicado no DOU Nº. 162, de 25/08/2022, Seção 1, Página 251.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHO DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Assunto: Manutenção de arquivamento do pedido
Processo: 235881.0001746/2020
Código: 001.810
Interessado: BALLA NDIAYE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV do art. 65, da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado a tradução da certidão de antecedentes criminais do país de origem.

FLAVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 1.152, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALICE DE FATIMA DA CRUZ SAUDE - G148614-P, natural da Angola, nascida em 28 março de 1976, filha de Carlos Heleno e de Maria Abilia, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0057089/2021);

AHMAD ALKHATIB - F062215-Z, natural da Síria, nascido em 27 de março de 1994, filho de Abd Alnaser Alkhatib e de Hayat Sahar, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0092029/2021);

ALPHONSE NYEMBO WA NYEMBO - V928139-D, natural da República Democrática do Congo, nascido em 30 de março de 1986, filho de Katumbwe Nyembo e de Amisi Asengo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0042290/2021);

AMIR ASAF - G115211-6, natural da Síria, nascido em 01 de janeiro de 1999, filho de Najlaa Alhalabiah e de Hasan Assaf, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0041220/2021);

ANTONIO ALFA CANDÉ - V659070-L, natural da Guiné-Bissau, nascido em 12 de dezembro de 1987, filho de Antonio Saliu Cande e de Maria Nanquida, residente no Estado da Bahia (Processo nº 235881.0051374/2021);

BASEM ORABI - G212381-Q, natural do Líbano, nascido em 10 de janeiro de 1979, filho de Samir Orabi e de Dalal Chahrour, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0048880/2021);

CARLOS ALBERTO SANCHEZ CIFUENTES - G041429-P, natural da Colômbia, nascido em 14 de janeiro de 1984, filho de Carlos Alberto Sanchez Suescum e de Cecilia Cifuentes Monsalve, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0059897/2021);

CRISANDRA DANAE FERNANDES DA FONSECA - V362141-0, natural de Cabo Verde, nascida em 06 de agosto de 1983, filha de Hugo Aristides Lopes da Fonseca e de Maria de Lourdes Fernandes Lopes, residente no Estado de Alagoas (Processo nº 235881.0049649/2021);

DANIEL HERNANDEZ ARENCIBIA - F261679-L, natural de Cuba, nascido em 09 de setembro de 1989, filho de Juan Antonio Hernandez Miranda e de Guillermina Arencibia Cue, residente no Estado do Acre (Processo nº 235881.0062679/2021);

ERIC ASIEDU - G184886-P, natural de Gana, nascido em 06 de junho de 1988, filho de Vida Anor e de Eric Agyemang Asiedu, residente no Estado de Goiás (Processo nº 235881.0058505/2021);

FARHANA AKTAR SHUMI - G422958-E, natural de Bangladesh, nascida em 02 de agosto de 1988, filha de Faruk Uddin e de Sufia Khanom, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0104912/2021);

MALAK YOUSSEF - V426703-I, natural do Líbano, nascida em 20 de março de 1989, filha de Ghada Akil e de Najib Youssef, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0049151/2021);

ONYEKACHI ANTHONY ICHEKU - G112733-S, natural da Nigéria, nascido em 21 de fevereiro de 1973, filho de Onyebuchi Icheku e de Adaku Icheku, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0014340/2020);

RIVALDINA LUIS DE OLIVEIRA - V568054-P, natural de Guiné Bissau, nascida em 12 de agosto de 1985, filha de Luis de Oliveira e de Maria João Gomes, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0056860/2021);

RUBA QATTAN - G308420-B, natural da Síria, nascida em 20 de julho de 1986, filha de Rabah Attar e de Radwan Qattan, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0055922/2021);

SULTAN SHAHNOOR - G164207-9, natural de Bangladesh, nascido em 26 de maio de 1992, filho de Shamsul Islam e de Rukeya Begum, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0075864/2021);

UMBA JULIANA - F125695-Y, natural da Angola, nascida em 14 de agosto de 1996, filha de Mavambu Simão e de Mayamba Massala, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0055570/2021);

VLADIMIR DOMINGUEZ GUTIERREZ - V971996-B, natural de Cuba, nascido em 01 de dezembro de 1966, filho de Efrahim Dominguez Granda e de Marta Gutierrez Tan, residente no Estado da Bahia (Processo nº 235881.0045944/2021) e

KARLA BARBARA - F022993-B, natural da Síria, nascida em 10 de julho de 1997, filha de Abdulmasih barbara e de Tiriz salloum, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0051795/2021).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA 1.154, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

MARYAM ALLAEDDIN MOHAMMED GHARIR - F580575-5, natural da Líbia, nascida em 18 de setembro de 2016, filha de Allaeddin Mohamed M Gharir e de Nadiyah Mustafa Omran Bin Arabi, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0260396/2022);

MAAB ALLAEDDIN MOHAMED GHARIR - F580583-6, natural da Líbia, nascido em 02 de junho de 2018, filho de Allaeddin Mohamed M Gharir e de Nadiyah Mustafa Omran Bin Arabi, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0260409/2022) e

WALID ASIEL FATIS - F477897-Z, natural da Líbia, nascido em 30 de julho de 2019, filho de Asiel Arebi Fatis e de Nour Mohamed Kraima, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0198474/2022).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0114621/2021
Código: 118.511
Interessado: JEAN YVES SYLIVAIN

COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou documentos necessários como comprovante de residência referente aos 4 (quatro) anos anteriores a solicitação, Certificado de proficiência em Língua Portuguesa, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal dos locais onde residiu, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado e, portanto, não cumpre às exigências contidas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo nº 235881.0106661/2021
Código: 109.906
Interessado: SAINTADIEU ERAUS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou documentos necessários como comprovante de residência em nome do interessado referente aos últimos 4 (quatro) anos imediatamente anteriores a solicitação, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu, bem como não apresentou Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, não atende às exigências contidas no art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0049540/2021
Código: 049.611
Interessado: MUNIM AHMED

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0013267/2020
Código: 013.352
Interessado: SANJEEWA PRABATH KULATUNGA KALAHE LOKUGE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou comprovante de residência do ano imediatamente anterior a data do pedido, não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II, III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que Mohamad Rabah, incluído na Portaria nº 1.113, de 22 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2022, é natural do Emirados Árabes Unidos, e não como constou.

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que a correta grafia do nome de Sheikhah Ashraf Abdulkhaeq Ahmed, incluídos na Portaria nº 978, de 19 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 22 de agosto de 2022, é SHEIKHAH ASHRAF ABDULKHALEQ AHMED, e não como constou. Processo nº 08018.051590/2022-75.

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que os dados corretos de Abdou Fall, incluído na Portaria nº 1.132, de 28 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 29 de setembro de 2022, são: Nascido em 08 de junho de 1988, filho de BIRAHIM FALL, e não como constou. Processo nº 235881.0016305/2020.

MARTHA PACHECO BRAZ

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.458, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: KNIGHTS OF HONOR II: SOVEREIGN (Áustria - 2022)
Produtor(es): THQ NORDIC GMBH
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Estratégia/Luta
Plataforma: Computador
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001773/2022-50
Requerente: MARTIN HABERMANN

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.459, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (Brasil - 2022)
Produtor(es): CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS
Distribuidor(es): CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Computador PC/Android
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001834/2022-89
Requerente: CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.460, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: AQUÁRIO NUMÉRICO (Brasil - 2022)
Produtor(es): CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS
Distribuidor(es): CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Computador PC/Android
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001835/2022-23
Requerente: CLAREAR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.461, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: DESCARTE CONSCIENTE (Brasil - 2022)
Produtor(es): CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS
Distribuidor(es): CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Computador PC/Android
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001836/2022-78
Requerente: CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.462, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: CADA UM COM SEU PAR (Brasil - 2022)
Produtor(es): CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS
Distribuidor(es): CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Computador PC/Android
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001837/2022-12
Requerente: CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.463, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: DESCUBRA O SOM (Brasil - 2022)
Produtor(es): CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS
Distribuidor(es): CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Computador PC/Android
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001838/2022-67
Requerente: CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.464, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: EMBARALHANDO AS HISTÓRIAS (Brasil - 2022)
Produtor(es): CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS
Distribuidor(es): CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Computador PC/Android
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001839/2022-10
Requerente: CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.465, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: COLORIR PIXELS (Brasil - 2022)
Produtor(es): CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS
Distribuidor(es): CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Computador PC/Android
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001840/2022-36
Requerente: CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.466, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: ENCONTRE AS PALAVRAS (Brasil - 2022)
Produtor(es): CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS
Distribuidor(es): CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Computador PC/Android
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001842/2022-25
Requerente: CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.467, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: EVITANDO CONFLITOS (Brasil - 2022)
Produtor(es): CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS
Distribuidor(es): CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Computador PC/Android
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001843/2022-70
Requerente: CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.468, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: CONSTRUINDO CENÁRIOS (Brasil - 2022)
Produtor(es): CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS
Distribuidor(es): CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Computador PC/Android
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001844/2022-14
Requerente: CITTIUS INTEGRADORA DE TECNOLOGIAS

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.469, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: DESAFIO AÉREO (Brasil - 2022)
Produtor(es): KRAFTHAUS DESIGNERS ASSOCIADOS LTDA
Distribuidor(es): PLAYMOVE
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Educacional/Puzzle
Plataforma: PlayTable
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001946/2022-30
Requerente: PLAYMOVE

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

DESPACHO Nº 23/GAB3/CADE, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 08700.007547/2022-74
Recorrente: Ambev S.A. ("Ambev")
Advogados(as):Caio Mário da Silva Pereira Neto, Daniel Tinoco Douek, Ricardo Ferreira Pastore, Schermann Chrystie Miranda e Silva, Felipe Zolezi Pelussi, Gabriel de Carvalho Fernandes, Daniel Favoretto Rocha, Mydyã do Nascimento Lira, Raíssa Leite de Freitas Paixão, Antonio Bloch Belizario e outros.
Interessado: HNK BR INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA.("HNK, "Heineken" ou "Recorrida")
Advogados(as): Daniel Oliveira Andreoli, Fabianna Vieira Barbosa Morselli, Otávio Cividanes Ribeiro Cabral, José Del Chiaro Ferreira da Rosa e Ademir Antônio Pereira Júnior e outros.Relator: Gustavo Augusto Freitas de Lima
VERSÃO ÚNICA DE ACESSO PÚBLICO

Trata-se de Recurso Voluntário apresentado pela Ambev S.A., ora parte Recorrente, em face do Despacho Decisório nº 19/2022 (SEI 1122936), proferido por mim nos autos do Recurso Voluntário de nº 08700.005936/2022-65, que deferiu o pedido de medida preventiva requerida pela Heineken, ora parte Recorrida, nos autos do Inquérito Administrativo nº 08700.001992/2022-21.

Conheço do recurso, uma vez que o mesmo é tempestivo e tem expressa previsão no §2º do art. 84 da Lei nº 12.529/11 c/c art. 213 do RICADE. Como expressamente previsto no dispositivo citado do Regimento Interno, recebo o recurso sem efeito suspensivo, mantendo a medida preventiva nos termos proferidos no Despacho Decisório nº 19/2022, ad referendum do Tribunal. Deixo para analisar os demais requisitos, de forma mais detalhada, por ocasião da apresentação do meu voto.

Verifico que a Recorrente Ambev apresentou o seu recurso desprovido de qualquer conjunto probatório e sem indicar quaisquer provas já constantes no inquérito administrativo de piso. Ressalto que declarações feitas apenas em sede de petição, subscritas tão somente pelo causídio, são teses jurídicas, não elementos de prova. Logo, devem ser acompanhadas de lastro probatório adequado, apto a permitir a apreciação deste Tribunal da veracidade do quanto alegado.

Em homenagem ao princípio do devido processo legal e da ampla defesa, CONCEDO o prazo adicional de 5 (cinco) dias corridos, na forma do inciso V do art. 62 do Regimento Interno, contados da publicação desta decisão, para que a Recorrente junte aos autos os documentos e o lastro probatório que entenda pertinentes para comprovar os argumentos e a tese jurídica defendida em seu recurso, se assim o desejar, sob pena de preclusão processual.

Considerando que a Recorrente Ambev alega que já efetua o monitoramento do seu programa de exclusividade, determino que a Recorrente junte aos autos os documentos internos relativos ao monitoramento do programa e do respectivo compliance, com apresentação dos dados relativos ao programa em lide relativos ao exercício de 2022, com o maior grau de detalhamento que tiver disponível. Esclareço que não se trata, aqui, de elaboração de novo levantamento, mas de simples juntada aos autos dos documentos e relatórios já em sua posse e que venham sendo utilizados pela empresa, por seu setor de compliance e por auditoria independente para acompanhar os quantitativos e volumes dos contratos de exclusividade, com os dados que já estiverem disponíveis. Faculto, igualmente, a juntada de outros dados e elementos relativos ao monitoramento que sirvam para balizar a decisão deste Tribunal Administrativo, preferencialmente com dados objetivos e lastreados por conjunto probatório juridicamente adequado.

No caso dos documentos que sejam apócrifos ou que sejam obtidos a partir de sistemas de TI internos, determino que os mesmos sejam acompanhados de declaração firmada pelo profissional responsável, o qual deve explicar a origem dos dados apresentados e certificar a veracidade ideológica e material dos dados e informações apresentadas.

Esclareço que a presente abertura de prazo para juntada de provas não se confunde com a apresentação dos relatórios determinados no Despacho Decisório nº 19/2022 (SEI 1122936), cujos prazos e teor são mantidos em sua íntegra, pelo seu próprio fundamento.

Também abro prazo comum de cinco dias, contados da publicação deste despacho, para que, se assim desejarem, as empresas Heineken e Cervejaria Petrópolis (Grupo CP) manifestem-se sobre o recurso voluntário da empresa Ambev (SEI nº 1127016), na forma do art. 217 do RICADE.

Encerrado o prazo acima indicado, com ou sem a manifestação das partes, retornem os autos conclusos para julgamento, na forma do art. 218 do RICADE, para imediata inclusão na próxima sessão de julgamento.

Submeto o presente despacho à homologação do Tribunal, ad referendum.

GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA
Conselheiro-Relator

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 1.456, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Ato de concentração nº 08700.003361/2022-46
Requerentes: Microsoft Corporation e Activision Blizzard, Inc.
Advogados(as): Francisco Todorov, Lorena Nisiyama e Matheus Nasaret

Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 1999, integro as razões do Parecer nº 21/2022/CGAA3/SGA1/SG (SEI nº 1128655) à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, XII, e 57, I, da Lei nº 12.529, de 2011, decido pela aprovação sem restrições do presente ato de concentração.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MMA Nº 259, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Torna pública a abertura de processo de consulta pública da proposta de Decreto que regulamenta o § 2º do caput do art. 32 e o § 1º do caput do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e institui o sistema de logística reversa de embalagens de plástico.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, no Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, no Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 02000.005763/2022-96, resolve:

Art. 1º Tornar pública a abertura do processo de consulta pública da proposta de Decreto que regulamenta o § 2º do caput do art. 32 e o § 1º do caput do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e institui o sistema de logística reversa de embalagens de plástico.

Art. 2º A consulta pública será realizada pelo prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 3º As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas deverão ser encaminhadas por meio do formulário eletrônico disponível no endereço https://www.gov.br/participamaisbrasil/decreto-embalagens-de-plastico, relativo a esta consulta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 120, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Altera o Anexo I da Portaria nº 964, de 27 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 79, de 29 de abril de 2021, Seção 1, páginas 98 e 99.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (Ibama), nomeado por Decreto de 9 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 09 de janeiro de 2019, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15 do Anexo I do Decreto nº 11.095, de 13 de junho de 2022, o qual aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2022, e o art. 195 do Regimento Interno do Ibama,

aprovado pela Portaria nº 92, de 14 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2022, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 02001.008329/2022-58, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo I da Portaria nº 964, de 27 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 79, de 29 de abril de 2021, Seção 1, páginas 98 e 99, passando os Indicadores 6 e 7 a vigorarem com a seguinte redação:

INDICADOR 6 - TRANSFORMAGOV (PERSPECTIVA DE EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA)

Objetivos estratégicos vinculados: 15, 19, 20 e 21.

Descrição do indicador: este indicador busca excelência operacional das atividades-meio do Ibama.

Compõem o indicador: adesão ao almoxarifado virtual, implantação da solução PagTesouro para pagamento de taxas por débito online, adoção da solução Protocolo Digital do Governo Federal utilizando a solução gov.br, implementação a organização e tratamento do acervo documental do Ibama nas Superintendências e Unidades Técnicas.

Fórmula de cálculo: P2 + P3 + P4 + P5, em que:

4

P2: Etapas para a implementação do almoxarifado virtual executadas x 100

Total de etapas para a implementação do almoxarifado virtual

P3: Etapas da implementação do PagTesouro executadas x 100

Total de etapas para a implementação do PagTesouro

P4: Etapas para a implementação do protocolo digital executadas x 100

Total de etapas para a implementação do protocolo digital

P5: Etapas da implementação de organização e tratamento do acervo documental do Ibama nas Supes e UT x 100

Total de etapas para a implementação de organização e tratamento do acervo documental do Ibama nas Supes e UT

META 2020	META 2021	META 2022	META 2023
18%	74%	65%	75%

INDICADOR 7 - EFETIVIDADE DOS INSTRUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

Objetivos estratégicos vinculados: 17 e 21.

Descrição do indicador: este indicador busca otimizar a arrecadação de valores oriundos de infrações ambientais, como forma de ressarcir o meio ambiente e coibir ações ilegais.

Compõem o indicador: instrução e julgamento de processos utilizando a ferramenta SEI-IBAMA; créditos encaminhados a ENAC para inscrição em dívida ativa e redução da prescrição dos autos de infração.

Fórmula de cálculo: P2 + (P3 x 2), em que:

3

P2: Número de créditos encaminhados a ENAC para inscrição em dívida ativa nos últimos três anos x 100

Número de créditos constituídos encaminhados para continuidade da cobrança nos últimos três anos

P3: Quantidade de autos de instrução realizados no exercício x 100

Número de autos de infração lavrados no exercício

META 2020	META 2021	META 2022	META 2023
10%	25%	40%	60%

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO FORTUNATO BIM

PORTARIA Nº 121, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Altera a Portaria nº 491, de 03 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 43, de 05 de março de 2021.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (Ibama), nomeado por Decreto de 9 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 09 de janeiro de 2019, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15 do Anexo I do Decreto nº 11.095, de 13 de junho de 2022, o qual aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2022, e o art. 195 do Regimento Interno do Ibama, aprovado pela Portaria nº 92, de 14 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2022, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 02001.000914/2021-29; resolve:

Art. 1º Alterar o § 5º do art. 6º Portaria nº 491, de 03 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 43, de 05 de março de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º .....

§ 1º .....

§ 2º .....

§ 3º .....

§ 4º .....

§ 5º Compete à chefia imediata a gestão da frequência dos seus servidores, bem como a respectiva homologação, impreterivelmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, podendo tal competência ser delegada mediante Ordem de Serviço do Dirigente Máximo da Unidade, publicada no Boletim de Serviço do Ibama.

(...)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO FORTUNATO BIM

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 691/GM/MME, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 3º-A, inciso II, e 26, inciso III, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 21, § 2º, do Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, nas Portarias nº 596/GM/MME, de 19 de outubro de 2011, nº 339/GM/MME, de 15 de agosto de 2018, e nº 418/GM/MME, de 19 de novembro de 2019, e o que consta no Processo nº 48340.002427/2022-31, resolve:

Art. 1º Autorizar a Filial da Adecoagro Vale do Ivinhema S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 07.903.169/0017-68, com endereço na Rodovia 141, km 10, Fazenda Carmen, Gleba Ubiratã, Bairro Zona Rural, Município de Ivinhema, Estado de Mato Grosso do Sul, doravante denominada Autorizada, a importar e a exportar energia elétrica interruptível com a República Argentina e com a República Oriental do Uruguai, devendo observar as Diretrizes estabelecidas nas Portarias nº 339/GM/MME, de 15 de agosto de 2018, e nº 418/GM/MME, de 19 de novembro de 2019.

§ 1º A importação e a exportação com a República Argentina deverão ocorrer por meio das Estações Conversoras de Frequência de Garabi I e II, até 2.200 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizadas no Município de Garruchos, no Estado do Rio Grande do Sul, fronteira com a Argentina.

§ 2º A importação e a exportação com a República Oriental do Uruguai deverão ocorrer por meio da Estação Conversora de Frequência de Rivera, até 70 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizada na fronteira dos Municípios de Rivera, Uruguai, e Santana do Livramento, Brasil, e da Estação Conversora de Frequência de Melo, até 500 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizada no Município de Melo, Uruguai, próximo da fronteira com o Município de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul.

§ 3º A importação e a exportação com a República Oriental do Uruguai por meio das Estações Conversoras de Frequência de Rivera e de Melo deverão ser precedidas de Autorização ou Contrato para utilizar as respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito de que tratam a Resolução ANEEL nº 153, de 23 de maio de 2000, e a Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.280, de 23 de fevereiro de 2010.

§ 4º A Autorização de que trata o caput terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

Art. 2º A importação e a exportação de energia elétrica de que trata esta Autorização não deverão afetar a segurança eletroenergética do Sistema Interligado Nacional - SIN, segundo os critérios utilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Parágrafo único. A energia importada será destinada ao Mercado de Curto Prazo brasileiro, nos termos e condições estabelecidos na Portaria nº 339/GM/MME, de 2018.

Art. 3º As transações decorrentes da importação e da exportação de energia elétrica, objetos desta Autorização, deverão atender as seguintes condições:

I - as estabelecidas nas Portarias nº 339/GM/MME, de 2018, e nº 418/GM/MME, de 2019;

II - as definidas pelo Poder Concedente, nos termos do art. 4º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

III - a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, instituída pela Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004;

IV - as disposições contidas nas Regras e Procedimentos de Comercialização; e

V - o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1.009, de 22 de março de 2022.

Parágrafo único. A exportação de energia elétrica não poderá produzir majoração dos custos do setor elétrico brasileiro.

Art. 4º Sem prejuízo de outras obrigações e encargos estabelecidos, a Autorizada fica obrigada a cumprir os seguintes requisitos:

I - pagar a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, nos prazos e nas condições estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

II - submeter-se à fiscalização da ANEEL;

III - submeter-se a toda e qualquer regulamentação de caráter geral que venha a ser estabelecida, especialmente àquelas relativas à importação, exportação e comercialização de energia elétrica;

IV - ingressar com pedido de adesão à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, no prazo de dez dias úteis após a publicação da Autorização de importação e exportação;

V - informar mensalmente à ANEEL no prazo de quinze dias após a contabilização da CCEE, todas as transações de importações e exportação realizadas, indicando os montantes, a origem da energia vendida e a identificação dos compradores;

VI - cumprir os procedimentos administrativos previstos na legislação que regem a importação e a exportação de energia elétrica;

VII - honrar os encargos decorrentes das operações de importação e exportação de energia elétrica de que trata esta Portaria;

VIII - contabilizar, em separado, as receitas, as despesas e os custos incorridos com as atividades de importação e exportação Autorizadas, de acordo com os princípios contábeis praticados pelo Setor;

IX - efetuar o pagamento dos encargos de Acesso e Uso dos Sistemas de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica decorrentes da Autorização, nos termos da regulamentação específica, quando couber;

X - atender, no que couber, às obrigações tributárias, aduaneiras e de natureza cambial, relativas às atividades de importação e exportação de energia elétrica; e

XI - manter regularidade fiscal durante todo o período da Autorização, estando sujeita às penalidades previstas na regulamentação.

Art. 5º A importação e a exportação de energia elétrica, de que trata esta Portaria, deverão ser suportadas pelos seguintes Contratos:

I - Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST;

II - Autorização ou Contrato para utilizar as Instalações de Transmissão de Interesse Restrito de que tratam a Resolução ANEEL nº 153, de 23 de maio de 2000, e a Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.280, de 23 de fevereiro de 2010;

III - para atendimento à importação, quando aplicável:

a) Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com os Geradores da República Argentina; e

b) Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com os Geradores da República Oriental do Uruguai;

IV - para atendimento à exportação, quando aplicável:

a) Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com os agentes termoelétricos para estar apto a apresentar oferta às partes importadoras; e

b) Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com os compradores da energia elétrica exportada.

§ 1º A Autorizada deverá apresentar à ANEEL os Contratos referidos nos incisos I e II até trinta dias após sua celebração.

§ 2º Os Contratos referidos nos incisos III e IV deverão ser registrados na ANEEL e na CCEE, em conformidade com a regulamentação.

Art. 6º A presente Autorização poderá ser revogada na ocorrência de qualquer uma das seguintes situações:

I - comercialização de energia elétrica em desacordo com a legislação ou regulamentação aplicável;

II - descumprimento das obrigações decorrentes da Autorização;

III - transferência, a terceiros, de bens e instalações utilizados no intercâmbio de energia elétrica, necessários ao cumprimento dos Contratos celebrados, sem prévia e expressa Autorização; e

IV - a qualquer momento, no interesse da Administração Pública.

Parágrafo único. A revogação da Autorização não acarretará para o Poder Concedente ou para a ANEEL, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade com relação a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela Autorizada com terceiros, inclusive os relativos aos seus empregados.

Art. 7º A CCEE e o ONS deverão disponibilizar, respectivamente, as regras e procedimentos de comercialização específicos para a contabilização e liquidação da energia a ser importada e exportada, os procedimentos operativos específicos, bem como celebrar acordos operacionais aderentes que permitam a importação e exportação de energia elétrica, conforme disposto nesta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADOLFO SACHSIDA

PORTARIA Nº 692/GM/MME, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, nos arts. 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e o que consta no Processo nº 48360.000234/2022-16, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia para as seguintes finalidades:

I - aprovar enquadramento de projeto de obras de infraestrutura para geração, cogeração, transmissão e distribuição de energia elétrica ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de acordo com o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007;

II - aprovar projeto de investimento considerado prioritário na área de infraestrutura de energia para fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, de acordo com o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2011;

III - autorizar importação e exportação de energia elétrica, de acordo com o disposto na Portaria nº 596/GM/MME, de 19 de outubro de 2011;

IV - outorgar concessão e autorização para geração de energia elétrica, nos termos dos arts. 62 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

V - outorgar prorrogação de prazo de concessão e de autorização para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica;

VI - definir garantia física de energia e de potência de empreendimento de geração;

VII - autorizar acesso exclusivo a um consumidor livre ou autoprodutor, nos termos do art. 2º do Decreto nº 5.597, de 28 de novembro de 2005;

VIII - autorizar alterações de capacidade instalada bem como as que envolvam mudança de combustível das Usinas Termelétricas despachadas centralizadamente com Custo Variável Unitário - CVU não nulo, após outorgadas pelo Ministério de Minas e Energia, em decorrência de terem comercializado energia em Leilões de Energia Nova, de Fontes Alternativas ou de Reserva, desde que mantido o prazo contratual de entrega de energia de acordo com o disposto na Portaria nº 481/GM/MME, de 26 de novembro de 2018; e

IX - aprovar abertura e encerramento de Consultas Públicas nos temas a que se refere o art. 15 do Anexo I do Decreto nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019.

§ 1º A presente delegação de competência poderá ser exercida pelo Secretário-Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Energético, nos casos de afastamentos ou impedimentos regulamentares da autoridade delegada.

§ 2º A Consultoria Jurídica Junto ao Ministério de Minas e Energia deverá prestar o apoio necessário à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético, bem como suporte jurídico para subsidiar o exercício das competências delegadas.

Art. 2º As competências a que se refere esta Portaria serão exercidas com a fiel observância das normas legais vigentes, cabendo às autoridades delegadas a responsabilidade dos atos a serem praticados.

§ 1º As autoridades delegadas deverão manter regularmente registro sobre os atos administrativos praticados.

§ 2º As Portarias que aprovam os enquadramentos de projetos ao REIDI e os projetos considerados prioritários deverão ser disponibilizadas na página do Ministério de Minas e Energia na rede mundial de computadores, https://www.gov.br/mme/pt-br.

Art. 3º Havendo inconformidade por parte dos interessados, primeiramente deverá ser solicitada a reconsideração fundamentada do ato à autoridade que o praticou, ficando o Ministro de Estado de Minas e Energia como instância recursal.

Art. 4º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 281/GM/MME, de 29 de junho de 2016; e

II - a Portaria nº 610/GM/MME, de 10 de novembro de 2016.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADOLFO SACHSIDA

DESPACHO DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 48500.003001/2021-34. Interessada: Paraíso Transmissora de Energia S.A. Assunto: Pedido de Reconsideração formulado por Germana de Vasconcellos Alves Carvalho em face do Despacho de 28 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2022, que indeferiu pedido de anulação da Portaria nº 611/GM/MME, de 3 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 4 de fevereiro de 2022, que declarou a Caducidade da Concessão outorgada por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 02/2015-ANEEL, bem como pedido de autorização de assunção do mencionado Contrato de Concessão, para promoção de sua reestruturação financeira, com base no art. 27-A, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e anuência prévia à troca de controle societário integral, como alternativa à Extinção da Outorga, com supedâneo no art. 4º-C, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. Despacho: Nos termos do Parecer nº 279/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 1388/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 1427/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, conheço o Pedido de Reconsideração formulado e, no mérito, indefiro os pedidos.

ADOLFO SACHSIDA
Ministro

DESPACHO DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 48500.002980/2021-11. Interessada: KF/JAP BA Transmissora de Energia do Brasil Ltda. Assunto: Pedido de Reconsideração formulado por Germana de Vasconcellos Alves Carvalho em face do Despacho de 29 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2022, que indeferiu pedido de anulação da Portaria nº 610/GM/MME, de 28 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 2022, que declarou a Caducidade da Concessão outorgada por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 12/2020-ANEEL, bem como pedido de autorização de assunção do mencionado Contrato de Concessão, para promoção de sua reestruturação financeira, com base no art. 27-A, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e anuência prévia à troca de controle societário integral, como alternativa à Extinção da Outorga, com supedâneo no art. 4º-C, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. Despacho: Nos termos do Parecer nº 285/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 1414/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 1439/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, conheço o Pedido de Reconsideração formulado e, no mérito, indefiro os pedidos.

ADOLFO SACHSIDA
Ministro

DESPACHO DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 48500.002983/2021-47. Interessada: KF/JAAC SC Transmissora de Energia do Brasil Ltda. Assunto: Pedido de Reconsideração formulado por Germana de Vasconcellos Alves Carvalho em face do Despacho de 29 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2022, que indeferiu pedido de anulação da Portaria nº 608/GM/MME, de 28 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 2022, que declarou a Caducidade da Concessão outorgada por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 06/2019-ANEEL, bem como pedido de autorização de assunção do mencionado Contrato de Concessão, para promoção de sua reestruturação financeira, com base no art. 27-A, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e anuência prévia à troca de controle societário integral, como alternativa à Extinção da Outorga, com supedâneo no art. 4º-C, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. Despacho: Nos termos do Parecer nº 286/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 1413/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 1431/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, conheço o Pedido de Reconsideração formulado e, no mérito, indefiro os pedidos.

ADOLFO SACHSIDA
Ministro

DESPACHO DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 48500.002994/2021-27. Interessada: KF/JAP MTPA Transmissora de Energia do Brasil Ltda. Assunto: Pedido de Reconsideração formulado por Germana de Vasconcellos Alves Carvalho em face do Despacho de 29 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2022, que indeferiu pedido de anulação da Portaria nº 609/GM/MME, de 28 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 2022, que declarou a Caducidade da Concessão outorgada por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2020-ANEEL, bem como pedido de autorização de assunção do mencionado Contrato de Concessão, para promoção de sua reestruturação financeira, com base no art. 27-A, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e anuência prévia à troca de controle societário integral, como alternativa à Extinção da Outorga, com supedâneo no art. 4º-C, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. Despacho: Nos termos do Parecer nº 287/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 1415/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 1442/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, conheço o Pedido de Reconsideração formulado e, no mérito, indefiro os pedidos.

ADOLFO SACHSIDA
Ministro

DESPACHO DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 48500.002981/2021-58. Interessada: KF/JAAC AM Transmissora de Energia do Brasil Ltda. Assunto: Pedido de Reconsideração formulado por Germana de Vasconcellos Alves Carvalho em face do Despacho de 29 de junho de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2022, que indeferiu pedido de anulação da Portaria nº 607/GM/MME, de 28 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 2022, que declarou a Caducidade da Concessão outorgada por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 09/2019-ANEEL, bem como pedido de autorização de assunção do mencionado Contrato de Concessão, para promoção de sua reestruturação financeira, com base no art. 27-A, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e anuência prévia à troca de controle societário integral, como alternativa à Extinção da Outorga, com supedâneo no art. 4º-C, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. Despacho: Nos termos do Parecer nº 288/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 1416/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 1435/2022/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, conheço o Pedido de Reconsideração formulado e, no mérito, indefiro os pedidos.

ADOLFO SACHSIDA
Ministro

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

ATOS DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA
Outorga de Concessão de Lavra. (Cód. 4.00)
Os processos serão remetidos à Agência Nacional de Mineração.
48409.890349/2012 - Portaria Nº 367/SGM/MME - Água Mineral Vitória Top Ltda Epp - Água Mineral - Cachoeiras de Macacu - Rio de Janeiro - 38,97 hectares.
48403.832081/2012 - Portaria Nº 368/SGM/MME - Gustavo Epov de Almeida Prado ME - Minério de Ouro e Areia - Cataguases - Minas Gerais - 40,58 hectares.
48403.830801/2012 - Portaria Nº 369/SGM/MME - Minerais Brasil Ltda - Grafita e Argila - Córrego Fundo - Minas Gerais - 690,54 hectares.
FASE DE REQUERIMENTO DE LAVRA
Indefere o requerimento de concessão de lavra. (3.90)
O processo será remetido à Agência Nacional de Mineração.
27203.830173/2002 - Despacho Decisório nº 19/2022/SGM - QUATRO S.S.S.S. PEDREIRA LTDA - ME.
FASE DE CONCESSÃO DE LAVRA
Retificação de Manifesto de Mina - (Cód. 4.95)
Os processos serão remetidos à Agência Nacional de Mineração.
Despacho Decisório nº 20/2022/SGM
PROCESSO ANM: 27203.002918/1936: INTERESSADO: Espólio de Serafim da Silva Gomes, Mineração Geral do Brasil S. A e EMPABRA - Mineração Pau Branco Ltda.: DESPACHO: Autorizo, conforme consta dos autos, a averbação à margem do título de Manifesto de Mina nº 820/1938, de 25/02/1938, registrado no livro A, nº 1, a fl. 290v, das cessões parciais de direito minerário em favor das empresas Mineração Geral do Brasil S/A e EMPABRA - Mineração Pau Branco Ltda., relativas aos processos ANM nºs 4.620/1946 e 3.576/1937, respectivamente, com o devido ajuste das poligonais das áreas cedidas e da área remanescente deste manifesto, considerando, também, a retirada da porção de 80 hectares, denominada campestre, que pertence, originariamente, ao Manifesto de Mina nº 869/1938, de titularidade de SOMIFRA - Sociedade Comercial e Industrial de Minérios Refratários S.A.
Despacho Decisório nº 21/2022/SGM
PROCESSO ANM: 27203.003237/1936: INTERESSADO: SOMIFRA - Sociedade Comercial e Industrial de Minérios Refratários S. A.: DESPACHO: Autorizo, conforme consta dos autos, a averbação à margem do título de Manifesto de Mina nº 869/1938, de 22/09/1938, registrado no livro A, nº 2, a fl. 4 e 4 verso, a correção da poligonal da área deste manifesto, considerando a inclusão da porção de 80 hectares, denominada campestre, equivocadamente atribuída ao Manifesto de Mina nº 820/1938, de titularidade Espólio de Serafim da Silva Gomes.

LILIA MASCARENHAS SANT'AGOSTINO
Secretária

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 1.686/SPE/MME, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 101, de 22 de março de 2016, e o que consta no Processo nº 48340.002779/2022-97, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Usinas Solares Fotovoltaicas na forma do Anexo à presente Portaria.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia de que trata o caput referem-se ao Ponto de Medição Individual - PMI das usinas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do PMI até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo desta Portaria poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

ANEXO

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA

Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) - ANEEL	Empreendimento	Potência Total (MW)	Garantia Física de Energia (MW médio)
UFV.RS.MG.047299-9.01	Arinos 3	48,118	16,3
UFV.RS.MG.047301-4.01	Arinos 5	48,118	16,3
UFV.RS.MG.047302-2.01	Arinos 6	48,118	16,3
UFV.RS.MG.047303-0.01	Arinos 7	48,118	16,3
UFV.RS.MG.047314-6.01	Arinos 18	48,118	16,3
UFV.RS.MG.047315-4.01	Arinos 19	48,118	16,3
UFV.RS.MG.047316-2.01	Arinos 20	48,118	16,3

PORTARIA Nº 1.687/SPE/MME, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 60, de 21 de fevereiro de 2020, e o que consta no Processo nº 48340.003193/2022-40, resolve:

Art. 1º Definir os novos montantes de garantia física de energia das Usinas Solares Fotovoltaicas - UFVs Lins 01 e Lins 02 na forma do Anexo à presente Portaria.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia de que trata o caput referem-se ao Ponto de Medição Individual - PMI da usina.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do PMI até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo desta Portaria poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

ANEXO

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA

CEG	Usina	Potência (kW)	GF (MWmed)
UFV.RS.CE.049926-9.02	Lins 01	90.000	26,6
UFV.RS.CE.049927-7.02	Lins 02	92.000	27,2

PORTARIA Nº 1.688/SPE/MME, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 101, de 22 de março de 2016, e o que consta no Processo nº 48340.002781/2022-66, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Usinas Solares Fotovoltaicas na forma do Anexo à presente Portaria.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia de que trata o caput referem-se ao Ponto de Medição Individual - PMI das usinas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do PMI até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo desta Portaria poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

ANEXO

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA

Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) - ANEEL	Empreendimento	Potência Total (MW)	Garantia Física de Energia (MW médio)
UFV.RS.MG.044464-2.01	Janaúba I	48,217	15,5
UFV.RS.MG.044465-0.01	Janaúba II	48,217	15,5
UFV.RS.MG.044466-9.01	Janaúba III	48,217	15,5
UFV.RS.MG.044467-7.01	Janaúba IV	48,217	15,5

PORTARIA Nº 1.689/SPE/MME, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 101, de 22 de março de 2016, e o que consta no Processo nº 48340.002780/2022-11, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Usinas Solares Fotovoltaicas na forma do Anexo à presente Portaria.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia de que trata o caput referem-se ao Ponto de Medição Individual - PMI das usinas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do PMI até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo desta Portaria poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

ANEXO

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA

Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) - ANEEL	Empreendimento	Potência Total (MW)	Garantia Física de Energia (MW médio)
UFV.RS.MG.046911-4.01	Presidente Juscelino I	48,118	16,9
UFV.RS.MG.046912-2.01	Presidente Juscelino II	48,118	16,9

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.802, DE 27 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.007326/2022-77. Interessada: Companhia de Energia Elétrica do Estado da Bahia - Coelba, CNPJ nº 15.139.629/0001-94. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Companhia de Energia Elétrica do Estado da Bahia - Coelba, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Alto Fêmeas - Mundo Verde, localizada no estado da Bahia. A íntegra desta Resolução, e seu anexo, constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico http://biblioteca.aneel.gov.br.

HÉLVIO NEVES GUERRA

DESPACHO Nº 2.866, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.006216/2022-98. Interessado: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP). Objeto: Aprova a minuta do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 059/2001 da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) e dá outras providências. A íntegra deste Despacho e seu anexo consta dos autos e está disponível no endereço eletrônico http://biblioteca.aneel.gov.br

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Autorizativa nº 12.359, de 16 de agosto de 2022, referente ao Processo n° 48500.006717/2022-74, publicada no DOU nº 158, em 19 de agosto de 2022, Seção 1, página 69, onde se lê "Santo Antão Energias Renováveis S.A.", leia-se "Ventos de Santo Antão Energias Renováveis S.A.".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 2.878, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº: 48500.005285/2017-17. Interessada: Castanhal Transmissora de Energia Ltda. Decisão: (i) atestar a conformidade das características técnicas do projeto básico das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 51/2017-ANEEL proposto pela Castanhal Transmissora de Energia Ltda., CNPJ/MF nº 28.185.505/0001-69, com as especificações e requisitos técnicos descritos no Anexo I do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 51/2017-ANEEL. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 6 de outubro de 2022.

Nº 2.880 Processo nº: 48500.002352/2020-47. Interessados: Ventos de São Júlio I Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Januário 17. Unidades Geradoras: UG7, de 4.500,00 kW. Localização: Município de Morro do Chapéu, no estado da Bahia.

Nº 2.881 Processo nº: 48500.000673/2020-15. Interessados: Oitis 1 Energia Renovável S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Oitis 1. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 5.500,00 kW cada. Localização: Município de Dom Inocêncio, no estado do Piauí.

Nº 2.882 Processo nº: 48500.005875/2020-45. Interessados: Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S/A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Ventos de São Crispim. Unidades Geradoras: UG7 a UG11, de 4.400,00 kW cada. Localização: Municípios de Betânia do Piauí e Curral Novo do Piauí, no estado do Piauí.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br.

RODRIGO CESAR NEVES MENDONÇA
Superintendente Adjunto

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 2.884, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo art. 1º, inciso V, da Portaria ANEEL nº 3.925, de 29 de março de 2016, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Resoluções Normativas nº 1.009, de 22 de março de 2022, e o que consta do Processo nº 48500.006177/2009-51, decide: (i) não homologar o 2º, 3º, 4º, 5º e 6º Termos Aditivos ao Contrato de Comercialização de Energia com Agente Supridor - CCESUP, celebrados entre a Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado - Cejama (suprida), inscrita no CNPJ sob o nº 85.665.990/0001-30, e a Celesc Distribuição S.A. (supridora), inscrita no CNPJ sob o nº 08.336.783/0001-90, na modalidade de contratação com tarifa regulada do atual agente supridor; e (ii) homologar o 1º Termo Aditivo, com exceção da cláusula primeira, e homologar o 8º Termo Aditivo, ressalvados os montantes de janeiro a julho de 2022, conforme tabela abaixo.

Mês	8º Termo Aditivo (KWh)				
	2022	2023	2024	2025	2026
Janeiro	3.041.130*	1.200.000	8.920.347	9.273.313	9.644.244
Fevereiro	100.000*				
Março	100.000*				
Abril	100.000*				
Maio	100.000*				
Junho	100.000*				
Julho	100.000*				
Agosto	100.000*				

Setembro	100.000*				
Outubro	100.000				
Novembro	100.000				
Dezembro	100.000				

* Valor não homologado.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

RESOLUÇÃO ANM Nº 115, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a prorrogação do prazo previsto na Resolução ANM nº 95, de 07 de fevereiro de 2022, para a apresentação do Relatório de Inspeção de Segurança Regular (RISR), Declaração de Condição de Estabilidade (DCE) e mapas de inundação de barragens de mineração.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM, em decisão ad referendum da Diretoria Colegiada, com fulcro no art. 13 do Regimento Interno, aprovado na forma do Anexo II da Resolução ANM nº 102, de 13 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2022,

CONSIDERANDO a instabilidade identificada pela ANM no funcionamento do SIGBM (Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração) ao fim da campanha de recebimento de informações no semestre em curso (Campanha 2º/2022), o que impediu a apresentação do Relatório de Inspeção de Segurança Regular (RISR) e a Declaração de Condição de Estabilidade (DCE) de barragens de mineração, por parte de alguns empreendedores, até o dia 30 de setembro de 2022, em acordo com o disposto no art. 19, inciso III, da Resolução ANM nº 95, de 07 de fevereiro de 2022;

CONSIDERANDO que a não apresentação do RISR e DCE, via SIGBM, enseja a aplicação imediata da sanção de embargo ou de suspensão de atividade da barragem de mineração, nos termos do art. 19, § 3º, da Resolução ANM nº 95, de 2022;

CONSIDERANDO o dever dos empreendedores de enviar mapa de inundação de todas as barragens de mineração, via SIGBM, até o dia 30 de setembro de 2022, em acordo com o art. 68 da Resolução ANM nº 95, de 2022; e

CONSIDERANDO a premissa da segurança jurídica e técnica, resolve:

Art. 1º Prorrogar os prazos mencionados no art. 19, inciso III, no âmbito da Campanha 2º/2022, e no art. 68 da Resolução ANM nº 95/2022, até o dia 07 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR HUGO FRONER BICCA

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO
Relação nº 124/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, inciso V da Portaria Nº 1056, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 01 de Julho de 2022, outorga as seguintes Permissões de Lavra Garimpeira, com vigência a partir dessa publicação:(513)

PLG N°231/2022 - 867.298/2021-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO APIACAS - MT - COOGAVAPI - Prazo 05(Cinco) anos

LEVI SALIÉS FILHO

DESPACHO
Relação nº 125/2022

Fase de Autorização de Pesquisa

Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)

866.701/2017-FILADELFO DOS REIS DIAS-ALVARÁ N°6779/2018
867.116/2021-MINERAURUM MINERACAO LTDA-ALVARÁ N°8362/2021
866.673/2018-BRASIL GOLD MINERACAO LTDA-ALVARÁ N°8794/2018

LEVI SALIÉS FILHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 126/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

866.181/2017-GGF FAZENDAS LTDA-Registro de Licença N° 36810/2022 - Vencimento em 01/03/2025

LEVI SALIÉS FILHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO
Relação nº 75/2022

Fase de Autorização de Pesquisa

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

815.134/2014-BRITABAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Área de 102,92 ha para 49,92 ha-Basalto e Riolito-Cordilheira Alta/SANTA CATARINA

Auto de Infração multa - início da pesquisa não comunicado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(1407)

815.785/2017-BRITADOR OLIVEIRA EIRELI EPP- AI N°7370/2021/DIREM-SC/ANM

815.785/2017-BRITADOR OLIVEIRA EIRELI EPP- AI N°7370/2021/DIREM-SC/ANM

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

815.160/2018-JAN ENVASADORA DE ÁGUAS MINERAIS LTDA EPP

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)

815.124/2019-DIRCEU MALFATTI- Alvará n°parte do Alvará nº 435/2020 - Cessionario:815.010/2022-Vicente Malfatti- CPF ou CNPJ 051.615.288-26

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

815.153/2019-GENOIR SOARES-AI N°5384/2022/DIFIS-SC/ANM

815.043/2019-TECNOTERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA EPP-AI N°5385/2022/DIFIS-SC/ANM

815.053/2019-MAMARSA INDÚSTRIA CERÂMICA LTDA.-AI N°5387/2022/DIFIS-SC/ANM

815.071/2019-MEYER COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA-AI N°5388/2022/DIFIS-SC/ANM

815.095/2019-MINERIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS EIRELI-AI N°5390/2022/DIFIS-SC/ANM

815.075/2019-ANDERSON OSNI DA SILVA SILVEIRA ME-AI N°5389/2022/DIFIS-SC/ANM

815.436/2018-WILLIBALD KIENEN-AI N°5424/2022/DIFIS-SC/ANM

815.467/2011-DÁRIO RUBENS GOLL-AI N°7980/2021/DIREM-SC/ANM

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

815.248/2007-BLUSA COM.IMP.EXP.BLUMENAU LTDA-AI N°7986/2021/DIREM-SC/ANM

815.467/2011-DÁRIO RUBENS GOLL-AI N°7980/2021/DIREM-SC/ANM

815.248/2007-BLUSA COM.IMP.EXP.BLUMENAU LTDA-AI N°7986/2021/DIREM-SC/ANM

815.248/2007-BLUSA COM.IMP.EXP.BLUMENAU LTDA-AI N°7986/2021/DIREM-SC/ANM

815.115/2018-EVERTON FRANCISCO BALDISSERA-AI N°7344/2021

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)

815.546/2011-GEO CASTRO CONSULTORIA EIRELI - AI N°7991/2021
815.968/2010-CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA - AI N°7989/2021
815.836/2010-FABIANO BATTISTOTTI PEREIRA - AI N°7988/2021
815.875/2008-ELIANE CHARLOTE GOLL - AI N°7985/2021
815.659/2011-PAULO AFONSO DOS SANTOS JUNIOR - AI N°7990/2021
815.659/2011-PAULO AFONSO DOS SANTOS JUNIOR - AI N°7990/2021

Fase de Concessão de Lavra

Autoriza averbação da prorrogação do contrato de arrendamento(1301)

815.562/1997-RUDNICK MINERIOS LTDA.- Arrendatário:815.255/2015 - Unica Mineraçao, Transportes e Comércio Ltda - CNPJ: 09.444.221/0001-23-Termino do arrendamento:09/05/2029

Autoriza a averbação do ato de arrendamento parcial de concessão de lavra(558)

815.562/1997-RUDNICK MINERIOS LTDA. - Parte da Portaria de Lavra nº 64/2014- Arrendatário: 815.194/2019-21 - Unica Mineração, Transportes e Comércio Ltda- CNPJ 09.444.221/0001-23- Termino do arrendamento:09/05/2019

Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)

803.771/1976-SAO CARLOS HIDROMINERAL S/A- AI Nº 571/2016

Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)

803.771/1976-SAO CARLOS HIDROMINERAL S/A- AI N° 581/2016

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

815.480/2001-EXTRAÇÃO DE AREIA SCHNAIDER LTDA- Registro de Licença N° 915, de 23/10/2001 - Vencimento em 22/10/2022

815.518/2013-MANOEL LUIZ MARTINS ME- Registro de Licença N° 1569, de 22/08/2013 - Vencimento em 13/04/2026

815.447/2018-JEAN CARLOS ZIMMERMANN ME- Registro de Licença N° 2183/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC - Vencimento em 17/05/2016

815.099/2019-BALNEARIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI- Registro de Licença N° 11, de 14/05/2021 - Vencimento em 01/07/2023

815.300/2009-PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA- Registro de Licença N° 1455, de 01/07/2010 - Vencimento em 13/09/2024

Autoriza o englobamento de áreas contíguas(788)

815.669/2017-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS VALE DO ITAJAÍ LTDA-Processo englobado:815.667/2017

815.226/2005-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS VALE DO ITAJAÍ LTDA-Processo englobado:815.480/2014 - Registro de Licença nº 1653/2014

Fase de Requerimento de Lavra

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

815.295/2021-VITORETI COMERCIO DE AREIA LTDA- n° - Cessionário: Kopke Solucoes Mineracao e Terraplanagem Ltda- CNPJ 09.489.305/0001-83

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

815.291/1985-GEOSUL-GEOLOGIA DO SUL LTDA-OF. N°44779/2022/DIOUT-SC/ANM

815.067/2003-AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA.-OF. N°42908/2022/DIOUT-SC/ANM

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina arquivamento definitivo do processo(1147)

815.325/2016-PORTO AÇUL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

815.039/2022-GUILHERME SILVA DE SOUZA
815.109/2022-ALBINO E CIA LTDA

JESSE OTTO FREITAS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO AMAPÁ

DESPACHO
Relação nº 26/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Indefere por Interferencia Total(1339)

858.037/2021-FERNANDO DE MENEZES SANTOS
858.038/2021-FERNANDO DE MENEZES SANTOS
858.016/2014-SARAH LOBATO DE ALMEIDA
858.027/2021-COOPERATIVA EXTRATIVISTA MINERAL DOS VALES DO OIAPOQUE E CASSIPORE-MINACOOP
858.028/2021-COOPERATIVA EXTRATIVISTA MINERAL DOS VALES DO OIAPOQUE E CASSIPORE-MINACOOP

Indefere pedido de reconsideração(367)

858.027/2021-COOPERATIVA EXTRATIVISTA MINERAL DOS VALES DO OIAPOQUE E CASSIPORE-MINACOOP
858.028/2021-COOPERATIVA EXTRATIVISTA MINERAL DOS VALES DO OIAPOQUE E CASSIPORE-MINACOOP

CICERO ANTÔNIO MIRANDA BARBOSA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 29/2022

Fase de Direito de Requerer a Lavra

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a lavra.(2259)

858.090/2005-ECOMETALS MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.- Cessionário:PORTO GRANDE MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 09.361.894/0001- 10- Alvará n°1813/2006

CICERO ANTÔNIO MIRANDA BARBOSA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO
Relação nº 41/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.578/2015-T-MINAS MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA-OF. N°40526/2022/SEFIS-PR/ANM
826.290/2014-T-MINAS MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA-OF. N°40518/2022/SEFIS-PR/ANM
826.161/2021-4B AMBIENTAL LTDA-OF. N°45697/2022/SEFIS-PR/ANM
826.233/2017-DENI FERREIRA DA SILVA VIEIRA-OF. N°45230/2022/SEFIS-PR/ANM
826.562/2017-RTB GEOLOGIA E MINERACAO LTDA.-OF. N°45259/2022/SEFIS-PR/ANM
826.316/2018-EXTRACAO DE AREIA QUEDAS DO IGUACU LTDA-OF. N°45945/2022
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
826.088/2018-ALECIO CASARIL-ALVARÁ N°7105/2018
826.530/2016-C.A.RAMOS DA SILVA EIRELI EPP-ALVARÁ N°12793/2016
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
826.294/2018-MARCOS HEINZ MAAHS-Areia-Balsa Nova e Campo Largo/PR
826.232/2017-DENI FERREIRA DA SILVA VIEIRA-Granito-Campo Largo/PR
826.273/2018-CLEUDETE DOS SANTOS-AREIA-Araucária e Contenda/PR
826.165/2021-4B AMBIENTAL LTDA-AREIA-PONTAL DO PARANÁ/PR
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
826.010/2021-OSMARINO DOS SANTOS ROCHA- Área de 24,05 para 13,82-Saibro-Tijucas do Sul/PR
826.423/2015-DALRIO MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME- Área de 48,76 para 24,05-Basalto-Candói/PR
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
826.408/2018-ANTONIO GILMAR DISSENHA-ALVARÁ N°2277/2019
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
826.301/2018-GILSON RENATO RINK -Alvará N°897/2019
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
826.013/2015-HENRI DE MARCO-OF. N°17719/2021
Fase de Concessão de Lavra
Autoriza averbação do contrato de Arrendamento Total da concessão de lavra(449)
826.174/1988-C.M.KOSSATZ & CIA LTDA- Arrendatário:Companhia Paranaense de Construcao S A- CNPJ 76.519.974/0001- 48 - Termino do arrendamento: 14/02/2030
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
826.680/2003-MINERBRIT MINERACAO, BRITAGEM E TRANSPORTE LTDA ME-Granito
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra ANM(2199)
826.024/2010-OASIS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME- Portaria de Lavra: 564/2021- Cessionário:Imperium Transportes e Extracao de Areia Ltda- CNPJ 34.451.248/0001- 90
827.096/1996-ANDREIS MINERAÇÃO LTDA- Portaria de Lavra: 150/2012-Cessionário:Mineração Porto Camargo Ltda Epp- CNPJ 02.737.928/0001- 89
803.838/1970-VULCANO EXPORT MINERACAO EXPORTACAO E IMPORTACAO-Portaria de Lavra: 100/1980- Cessionário:M. Moulão Mármores e Granitos Ltda- CNPJ 46.432.330/0002- 38
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(443)
826.202/2007-M. T. TORTATO - EIRELI- Início:03/10/2022-Término:03/10/2024
826.453/2003-M. T. TORTATO - EIRELI- Início:03/10/2022-Término:03/10/2024
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
826.284/2016-J. D. BARRIM JUNIOR CASCALHO EIRELI
826.369/2019-COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.
826.374/2019-COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.
826.026/2012-MINERAÇÃO SÃO FRANCISCO LTDA
826.170/2014-R MINAS LTDA
826.213/2014-R MINAS LTDA
826.867/2014-R MINAS LTDA
826.988/2014-R MINAS LTDA
826.477/2015-R MINAS LTDA
826.478/2015-R MINAS LTDA
826.479/2015-R MINAS LTDA
826.480/2015-R MINAS LTDA
826.481/2015-R MINAS LTDA
826.112/2016-R MINAS LTDA
826.360/2016-CTG MINÉRIOS LTDA ME
826.818/2016-RIO DA VÁRZEA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME
826.828/2016-COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.
826.237/2017-COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.
826.238/2017-COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.
826.239/2017-COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.
826.248/2017-CTG MINÉRIOS LTDA ME
826.250/2017-COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.
826.043/2019-RIO DA VÁRZEA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME
826.056/2011-AREAL AGUA AZUL LTDA
826.121/2012-AREAL AGUA AZUL LTDA
826.973/1994-MILTON PERINE
826.675/2015-MINERAÇÃO SÃO FRANCISCO LTDA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
826.461/2012-LUCIO PAULO FERREIRA DE ANDRADE- Registro de Licença N° 15/2012/DNPM-PR - Vencimento em 03/06/2032
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
826.610/2005-AREAL PRATA LTDA-OF. N°45645/2022/SEOUT-PR/ANM-60 dias
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
826.168/2022-GRACIOSA - SERVICOS DE CONCRETAGENS E ARGAMASSAS LTDA
826.169/2022-GRACIOSA - SERVICOS DE CONCRETAGENS E ARGAMASSAS LTDA
826.171/2022-GRACIOSA - SERVICOS DE CONCRETAGENS E ARGAMASSAS LTDA
826.171/2022-GRACIOSA - SERVICOS DE CONCRETAGENS E ARGAMASSAS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.257/2022-ROMEU FIDLER-OF. N°46571/2022/CAREAS-PR/ANM
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
826.366/2021-MUNICIPIO DE CAMBIRA-OF. N°46367/2022/SEOUT-PR/ANM
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
826.148/2022-MUNICIPIO DE MEDIANEIRA- Registro de Extração N°29/2022 de 03/10/2022

CARLOS ALBERTO DIETER
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 149/2022

Fase de Lavra Garimpeira
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(1259)
810.652/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA-OF. N°31925/2022
810.537/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA-OF. N°31929/2022
810.532/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA-OF. N°31937/2022
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.590/2017-LENCINI E MARTINS LTDA-OF. N°46674/2022
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.975/2015-MINERADORA PARAIENSE LTDA ME- Registro de Licença N° 249/2017 - Vencimento em 13/09/2032
810.844/2007-BRITA NOVA PALMA LTDA- Registro de Licença N° 155/2007 - Vencimento em 28/09/2026
810.971/2009-CARLIZE BASALTOS LTDA ME- Registro de Licença N° 14/2011 - Vencimento em 28/09/2026
810.141/1997-CONSTRUTORA DEL RIJO SA.- Registro de Licença N° 1438/1997 - Vencimento em 20/05/2028
811.273/2014-CERAMICA KASPARY LTDA- Registro de Licença N° 17/2015 - Vencimento em 08/09/2026
811.440/2016-CERAMICA FRANZEN LTDA- Registro de Licença N° 220/2017 - Vencimento em 11/08/2025
810.316/2013-LIZANDRO SANTOS DA SILVA - ME- Registro de Licença N° 81/2013 - Vencimento em 13/04/2025
810.178/1992-MINERACAO VERA CRUZ LTDA- Registro de Licença N° 155/2008 - Vencimento em 26/10/2023
810.442/2015-TERRAPLANA TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA- Registro de Licença N° 171/2015 - Vencimento em 01/04/2026
810.070/2000-MINERACAO VERA CRUZ LTDA- Registro de Licença N° 154/2008 - Vencimento em 28/04/2024
810.841/2011-POLLNOW & CIA LTDA- Registro de Licença N° 245/2011 - Vencimento em 27/01/2024
810.543/2017-OLARIA DALBERTO LTDA ME- Registro de Licença N° 191/2017 - Vencimento em 10/08/2027
811.521/2012-CONSTRUTORA PELOTENSE LTDA- Registro de Licença N° 21/2014 - Vencimento em 09/08/2027
810.440/2018-TRANSFERRI TRANSPORTADORA FERRI LTDA- Registro de Licença N° 101/2020 - Vencimento em 26/09/2024
810.095/2012-CERAMICA SIMONETTO LTDA- Registro de Licença N° 144/2012 - Vencimento em 25/08/2027
810.123/1992-RUDINEI COMÉRCIO DE AREIA EIRELI- Registro de Licença N° 907/1993 - Vencimento em 09/06/2025
810.906/2018-SANTINO FERREIRA MACHADO- Registro de Licença N° 072/2019 - Vencimento em 22/09/2026
810.900/2009-CONSTRUSINOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.- Registro de Licença N° 22/2010 - Vencimento em 14/09/2024
810.444/2017-PAULO S. D. ROCHA & CIA LTDA ME- Registro de Licença N° 240/2017 - Vencimento em 04/07/2027
810.477/2016-TERRAPLANAGEM GELINGER LTDA ME- Registro de Licença N° 016/2017 - Vencimento em 13/09/2026
810.385/2010-KAYSER TERRAPLANAGEM LTDA- Registro de Licença N° 84/2010 - Vencimento em 03/11/2025
810.961/2018-AREAL CHARQUEADAS LTDA- Registro de Licença N° 095/2019 - Vencimento em 04/08/2026
810.471/2015-CERÂMICA VEBER LTDA.- Registro de Licença N° 178/2015 - Vencimento em 30/09/2027
810.187/1994-PEDREIRA CAPILHEIRA LTDA- Registro de Licença N° 2100/2007 - Vencimento em 13/12/2025
810.556/2015-VILSON L C TIMM- Registro de Licença N° 068/2016 - Vencimento em 06/05/2025
810.763/2017-J A SILVEIRA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA- Registro de Licença N° 077/2019 - Vencimento em 29/08/2026
810.153/2015-MAICON DOS SANTOS EIRELI- Registro de Licença N° 189/2015 - Vencimento em 04/12/2024
810.084/2014-ANA PAULA MOLLER- Registro de Licença N° 139/2015 - Vencimento em 07/07/2026
810.349/2017-GERALDO OSVALDO WERB- Registro de Licença N° 011/2019 - Vencimento em 18/08/2026
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Homologa desistência parcial do requerimento de PLG.(2172)
810.075/2021-ELIAS HAMILTON PERES GRASSI- Área reduzida de 49,18 ha para 9,99 ha
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
810.815/2021-GGL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA-OF. N°46670/2022
810.632/2022-R. SCHAEFFER CONSTRUCOES LTDA-OF. N°46671/2022
810.627/2022-MINERADORA K9 EIRELI-OF. N°46673/2022
810.575/2022-RIOSUL NAVEGACAO EIRELI-OF. N°46675/2022
810.485/2022-ECOSMART TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA-OF. N°46676/2022
810.969/2021-CERÂMICA ANDRES LTDA-OF. N°46677/2022
Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência parcial do requerimento de Autorização de Pesquisa(2160)
810.048/2022-DAL PIZZOL VINHOS E ESPUMANTES LTDA.- Área reduzida de 49,81 ha para 42,34 ha
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
810.620/2022-MUNICIPIO DE SALVADOR DAS MISSOES-OF. N°46914/2022
Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação(923)
810.588/2022-MUNICÍPIO DE ENCANTADO- Registro de Extração N°182/2022 de 05/10/2022
810.591/2022-MUNICIPIO DE PIRAPO- Registro de Extração N°183/2022 de 05/10/2022
810.592/2022-MUNICIPIO DE PIRAPO- Registro de Extração N°184/2022 de 05/10/2022
810.593/2022-MUNICIPIO DE PIRAPO- Registro de Extração N°185/2022 de 05/10/2022
810.594/2022-MUNICIPIO DE PIRAPO- Registro de Extração N°186/2022 de 05/10/2022
810.596/2022-MUNICIPIO DE PIRAPO- Registro de Extração N°187/2022 de 05/10/2022
810.622/2022-PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO- Registro de Extração N°189/2022 de 05/10/2022
810.623/2022-PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO- Registro de Extração N°190/2022 de 05/10/2022
810.637/2022-INDEPENDENCIA PREFEITURA- Registro de Extração N°191/2022 de 05/10/2022
810.638/2022-INDEPENDENCIA PREFEITURA- Registro de Extração N°192/2022 de 05/10/2022
810.639/2022-MUNICIPIO DE TUPANCI DO SUL- Registro de Extração N°193/2022 de 05/10/2022
810.641/2022-MUNICIPIO DE SERTAO SANTANA- Registro de Extração N°194/2022 de 05/10/2022
Outorga o Registro de Extração, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação(921)
810.621/2022-MUNICIPIO DE AGUDO- Registro de Extração N°188/2022 de 05/10/2022

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

DESPACHO
Relação nº 150/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, inciso V da Portaria Nº 1056, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 01 de Julho de 2022, outorga as seguintes Permissões de Lavra Garimpeira, com vigência a partir dessa publicação:(513)
PLG N°230/2022 - 810.877/2021-MARCELO AUGUSTO SILVESTRO - Prazo 05 anos
PLG N°229/2022 - 810.875/2021-ALENCAR ANTÔNIO SILVESTRO - Prazo 05 anos

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Interino

DESPACHO
Relação nº 151/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.609/2022-RAFAEL VILLANI-Registro de Licença N° 138/2022 - Vencimento em 23/08/2026
810.525/2022-GRIEBELER & MOSCON TRANSPORTES LTDA.-Registro de Licença N° 137/2022 - Vencimento em 27/07/2032
810.441/2022-JEFERSON J. C. SPRENGER PEDRAS-Registro de Licença N° 136/2022 - Vencimento em 01/03/2027
811.193/2021-CONSUL EXTRACAO E COMERCIO DE MINERAIS LTDA-Registro de Licença N° 135/2022 - Vencimento em 03/12/2025
810.589/2022-CERÂMICA WALDOW LTDA-Registro de Licença N° 139/2022 - Vencimento em 04/08/2027
810.607/2022-AJM BASALTO LTDA-Registro de Licença N° 140/2022 - Vencimento em 04/08/2032

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 550/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar débito ou apresentar defesa (Vistoria)/prazo 30(dez) dias (6.87)
Mineração Mata Azul s a 860066/09 Not.212/2022 R$ 967,85, 860067/09 Not.213/2022 R$ 967,85
Patrícia Linhares Mendes 860482/17 Not.214/2022 R$ 959,76
Wandervan Freitas da Silva 860125/19 -Not.215/2022 R$ 959,76

DANIEL POLLACK
Superintendente

DIVISÃO NACIONAL DE GESTÃO DAS RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 549/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Catalana Ind e Com de Artefatos de Cimento e Const Ltda 860712/20
Ceramica Santa Barbara Eireli 861427/21
Cleiton Gonçalves Martins 861372/21
Delio Nunes de Jesus 860548/20
Edgar Cavalcante Medrado 860620/19
Edieliton Gonzaga de Oliveira 860576/21
Emac Transportes Ltda 860562/21, 860563/21
Evelci de Rossi 860220/20
Gilberto Carneiro da Cunha Filho 860650/20, 860651/20
Humberto Martire Povoa 860697/21
Laurivaldo Dias 861631/21
Lazaro Antonio da Costa 860471/20
Lemos CONST. TRANSP. Areia e Cascalho Ltda 860591/21, 860592/21, 860597/21
Lobo Guara Mineracao e Representacao Eireli 860689/20, 860690/20
Marcos Sampaio de Carvalho 860609/21
Mauro Silveira Pinto Sobrinho 861620/21
Otavio Henrique Marcelino David 70755489136 861306/21
r & s Transportes Ltda 860676/20
Sinesio Fagundes Dos Santos - 861302/21
Tropico Mineracao Ltda 861361/21
w b s Mineração Eireli 860589/19
Wagna Maria Aparecida Gomes 861132/21
Wolney Luiz de Moura 85209023168 861262/21

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Chefe de Divisão

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 4 (BA, SE, AL)

DESPACHO
Relação nº 551/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41) Universal Trading Group Biocombustiveis Ltda - 870.923/19

JOSÉ ROMILDO DOS SANTOS JÚNIOR
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 553/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Arilton Sales Nobre 871139/17 Not.2184/2022 R$ 9.267,42
Aurea Luiza Brito da Silva Santos 870158/19 Not.2270/2022 R$ 4.633,70
Brasil Black Stone Mimeração Eireli 872113/17 Not.2196/2022 R$ 9.267,42, 872112/17 Not.2195/2022 R$ 9.267,42
Cléber Júnior Valim Ramos -871641/18 Not.2254/2022 R$ 4.567,94
Cristal Mineradora e Comercio Ltda Epp 870441/19 Not.2272/2022 R$ 4.633,70
e l Parente Eireli 871466/18 Not.2246/2022 R$ 9.267,42
e m Neves Distribuidora Eireli 871458/18 Not.2238/2022 R$ 9.267,42, 871459/18 Not.2240/2022 R$ 9.267,42, 871460/18 Not.2242/2022 R$ 9.267,42, 871461/18 Not.2244/2022 R$ 9.267,42
Edivan Borges de Santana 870007/19 Not.2259/2022 R$ 4.633,70
Extensão Sul Minérios Ltda me 870446/17 Not.2174/2022 R$ 9.267,42, 870447/17 Not.2176/2022 R$ 9.267,42
Flagramar Mármores e Granitos Importação Exportação LTDA. 871419/19 Not.2276/2022 R$ 4.633,70
Granminas Polimentos LTDA. 871869/17 Not.2188/2022 R$ 9.267,42
Guimaraes & Souza Mineracao e Comercio Ltda 871525/18 Not.2252/2022 R$ 9.267,42, 871524/18 Not.2250/2022 R$ 9.267,42, 871522/18 Not.2248/2022 R$ 4.633,70
Hercules Cipriani Pessini 870673/17 Not.2178/2022 R$ 4.633,70, 871234/18 Not.2229/2022 R$ 4.633,70
Industria e Comércio Água Bella Ltda Epp 870034/16 Not.2171/2022 R$ 9.267,42
José Rosa Machado 870009/19 Not.2261/2022 R$ 9.267,42
Juraci Carvalho Silva 871159/17 Not.2186/2022 R$ 9.267,42
Kaio Vinicius Rocha Brito 870006/19 Not.2258/2022 R$ 9.135,89
Lastra Mineração Ltda 870700/17 Not.2180/2022 R$ 9.267,42
Marcos Saraiva de Morais 870532/18 Not.2210/2022 R$ 9.267,42
Mhg Sondagens de Granitos Ltda me 870375/18 Not.2206/2022 R$ 9.267,42
Mineração Emil Ltda me 870070/18 Not.2199/2022 R$ 9.267,42
Mineração Gran Premium Ltda 870460/18 Not.2208/2022 R$ 9.267,42, 870705/18 Not.2212/2022 R$ 9.267,42
Mineracao Rio Buranhem Ltda 871396/18 Not.2236/2022 R$ 4.633,70
Mineracao Spazio Alpha Concorde Importacao e Exportacao Ltda 871973/17 Not.2194/2022 R$ 4.633,70, 871972/17 Not.2192/2022 R$ 4.633,70, 871969/17 Not.2190/2022 R$ 4.633,70
Norwind Energias Renovaveis Ltda 870209/18 Not.2200/2022 R$ 4.633,70, 870210/18 Not.2201/2022 R$ 4.633,70, 870211/18 Not.2202/2022 R$ 4.633,70, 870212/18 Not.2203/2022 R$ 4.633,70, 870213/18 Not.2204/2022 R$ 4.633,70
Romilton Melo de Souza 872009/16 Not.2172/2022 R$ 9.267,42
rp Mineração Ltda 871287/18 Not.2235/2022 R$ 9.267,42, 871286/18 Not.2233/2022 R$ 9.267,42, 871285/18 Not.2231/2022 R$ 9.267,42, 871226/18 Not.2227/2022 R$ 9.267,42, 871225/18 Not.2225/2022 R$ 9.267,42, 871212/18 Not.2223/2022 R$ 9.267,42, 871211/18 Not.2221/2022 R$ 9.267,42, 871210/18 Not.2219/2022 R$ 9.267,42, 871209/18 Not.2217/2022 R$ 9.267,42, 871208/18 Not.2215/2022 R$ 9.267,42
Sérgio Lamounier 870855/91 Not.2167/2022 R$ 9.267,42
Sm5 Participações LTDA. 872114/17 Not.2197/2022 R$ 9.267,42
Sudamerica Ltda 870828/18 Not.2213/2022 R$ 9.267,42
Telmo Soares Pereira 870913/17 Not.2182/2022 R$ 9.267,42
Thiago de Souza Amorim 870108/19 Not.2263/2022 -R$ 4.633,70, 870109/19 Not.2265/2022 R$ 4.633,70, 870110/19 Not.2267/2022 R$ 4.633,70, 870111/19 Not.2269/2022 R$ 4.633,70
Three Gold Empreendimentos Imobiliarios Ltda 870150/20 -Not.2277/2022 R$ 4.633,70
Uilmo Pereira de Oliveira & Cia Ltda me 871680/18 -Not.2256/2022 R$ 4.633,70
Valter Senna Júnior 870984/19 Not.2274/2022 R$ 4.633,70
Wallasse Guedes Correia 871584/14 Not.2169/2022 R$ 9.267,42

JOSÉ ROMILDO DOS SANTOS JÚNIOR
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 554/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
a3 Mineração, Exportação e Importação Eireli me 871835/18, 871836/18
Agropecuária r g Ind Importação e Exportação Ltda me 870495/19
Amaro Luiz Cordeiro do Amaral 870383/20
Anã Lúcia Oliveira Carlos Cruz 870908/20
Aurea Luiza Brito da Silva Santos 870154/19
Construtora e Mineradora Rio do Norte Ltda me 870267/19
Diamonds Bethel Transportes e Comercio de Minerais Eireli 870289/19, 870290/19, 870291/19
Itai Gold Star Mineração Importação e Exportação Ltda 870518/20, 871112/19
Jose de Souza Barros 870255/19
Leonardo de Matos Araujo Eireli 870756/19
Manoelito Soares Ferraz 870281/19
Nereu Alexander Ulisses Gamal Rodrigues da Rocha f Machado 870650/20
Pedreira Vitória Ltda Epp 870418/18
Valdi Souza Rocha 870155/19, 870713/19
Wanderley Caires Cardoso 870293/19

JOSÉ ROMILDO DOS SANTOS JÚNIOR
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 555/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62) Arilton Sales Nobre 871139/17 Not.2183/2022 R$ 150,10
Cléber Júnior Valim Ramos 871641/18 Not.2253/2022 R$ 4.413,07
Cristal Mineradora e Comercio Ltda Epp 870441/19 -Not.2271/2022 R$ 4.701,77
e l Parente Eireli 871466/18 Not.2245/2022 R$ 1.530,63
e m Neves Distribuidora Eireli 871461/18 Not.2243/2022 R$ 8.539,79, 871460/18 Not.2241/2022 R$ 1.840,38, 871459/18 Not.2239/2022 R$ 3.235,70, 871458/18 Not.2237/2022 R$ 5.161,04
Extensão Sul Minérios Ltda me 870446/17 Not.2173/2022 R$ 9.187,81, 870447/17 Not.2175/2022 R$ 9.104,58
Flagramar Mármores e Granitos Importação Exportação LTDA. 871419/19 Not.2275/2022 R$ 233,47
Granminas Polimentos LTDA. 871869/17 Not.2187/2022 R$ 9.270,63
Guimaraes & Souza Mineracao e Comercio Ltda - 871525/18 Not.2251/2022 R$ 7.403,78, 871524/18 Not.2249/2022 R$ 9.368,18, 871522/18 Not.2247/2022 R$ 322,42
Hercules Cipriani Pessini 870673/17 Not.2177/2022 R$ 9.322,20, 871234/18 Not.2228/2022 R$ 2.188,80
Industria e Comércio Água Bella Ltda Epp 870034/16 -Not.2170/2022 R$ 342,70
José Rosa Machado 870009/19 Not.2260/2022 R$ 1.646,96
Juraci Carvalho Silva 871159/17 Not.2185/2022 R$ 9.431,89
Kaio Vinicius Rocha Brito 870006/19 Not.2257/2022 R$ 8.006,86
Lastra Mineração Ltda 870700/17 Not.2179/2022 R$ 8.175,82
Marcos Saraiva de Morais 870532/18 Not.2209/2022 R$ 2.198,57
Mhg Sondagens de Granitos Ltda me 870375/18 Not.2205/2022 R$ 3.109,98
Mineração Emil Ltda me 870070/18 Not.2198/2022 R$ 1.265,05
Mineração Gran Premium Ltda 870705/18 Not.2211/2022R$ 4.644,12, 870460/18 Not.2207/2022 R$ 3.717,24
Mineracao Spazio Alpha Concorde Importacao e Exportacao Ltda 871973/17 Not.2193/2022 -R$ 5.362,44, 871972/17 Not.2191/2022 R$ 6.065,01, 871969/17 Not.2189/2022 R$ 6.603,48
rp Mineração Ltda 871226/18 Not.2226/2022 R$ 8.309,88, 871225/18 Not.2224/2022 R$ 7.564,56, 871285/18 Not.2230/2022 R$ 602,46, 871286/18 Not.2232/2022 R$ 8.859,88, 871287/18 Not.2234/2022 R$ 8.929,05, 871212/18 Not.2222/2022 R$ 8.143,78, 871211/18 Not.2220/2022 R$ 9.385,82, 871210/18

Not.2218/2022R$ 9.143,00, 871209/18 Not.2216/2022 R$ 9.171,96, 871208/18 Not.2214/2022R$ 8.994,90

Sérgio Lamounier 870855/91 Not.2166/2022 R$ 1.508,33

Telmo Soares Pereira 870913/17 Not.2181/2022 R$ 343,05

Thiago de Souza Amorim 870108/19 Not.2262/2022 R$ 4.823,92, 870109/19 Not.2264/2022 R$ 5.709,25, 870110/19 Not.2266/2022 R$ 6.395,30, 870111/19 Not.2268/2022 R$ 9.034,19

Uilmo Pereira de Oliveira & Cia Ltda me 871680/18 Not.2255/2022 R$ 420,49

Valter Senna Júnior 870984/19 Not.2273/2022 R$ 4.669,07

Wallasse Guedes Correia 871584/14 Not.2168/2022 R$ 8.662,28

JOSÉ ROMILDO DOS SANTOS JÚNIOR
Chefe de Serviço

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 1/2022

Fase de Concessão de Lavra
Nega aprovação do novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(417) 000.550/1942-ÁGUAS MINERAIS DORIZON LTDA ME

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS

ALVARÁ Nº 7.802, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48065.800694/2021-92-LARIMAR MINERADORA LTDA (Documento SEI: 5149936)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.803, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48065.800696/2021-81-M&V PEDRAS PRECIOSAS LTDA (Documento SEI: 5149937)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.804, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)

48062.871416/2022-21-MARIANA ASSIS LOPES (Documento SEI: 5149966)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.805, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48062.871413/2022-97-JERIBA MINERACAO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, EXTRACAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI (Documento SEI: 5149968)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.806, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48054.831860/2022-11-Josué Bartolomeu Rocha (Documento SEI: 5149970)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.807, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48062.871410/2022-53-Manoel Herminio Oliveira Aguiar (Documento SEI: 5149998)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.808, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48062.871412/2022-42-Paulo César de Almeida Júnior (Documento SEI: 5151584)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.809, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)

48061.860825/2022-10-BRUNO TEIXEIRA FERNANDES 02458449107 (Documento SEI: 5157252)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 224/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

7810/2022-848.150/2022-INPEDRA COMERCIO DE MINERAIS BRUTOS E LAPIDADOS EIRELI-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 244/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7817/2022-831.107/2022-TMN TERRAPLANAGENS E PAVIMENTACAO LTDA-
7816/2022-831.067/2022-CLASSILDA MARINA SIMOES 03658551623-
7815/2022-830.371/2022-BRASPEDRAS - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI-
7814/2022-830.329/2022-MINERACAO MAROTO LTDA-
7813/2022-830.102/2022-AKO AREIA COMERCIO E MINERACAO LTDA-
7812/2022-831.717/2018-CARLA VIANA DOS REIS POVOA-

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

7811/2022-831.086/2022-NOBRE EXTRACAO DE CASCALHO AREIA E TRANSPORTE LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

7855/2022-830.908/2022-RONAN FERREIRA DOS SANTOS-
7856/2022-830.910/2022-NEOARQUEANA MINERACAO LTDA-
7852/2022-830.878/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7853/2022-830.895/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7854/2022-830.898/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7849/2022-830.786/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7850/2022-830.788/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7851/2022-830.845/2022-ARELI NOGUEIRA DA SILVA JUNIOR-
7844/2022-830.733/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7845/2022-830.734/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7846/2022-830.745/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7847/2022-830.751/2022-BMIX PARTICIPACOES LTDA.-
7848/2022-830.760/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7842/2022-830.698/2022-EMILIO MOREIRA JARDIM-
7843/2022-830.700/2022-ETRA PESQUISA MINERAL LTDA-
7826/2022-830.621/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7827/2022-830.625/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7828/2022-830.626/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7829/2022-830.632/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7830/2022-830.636/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7831/2022-830.639/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7832/2022-830.643/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7833/2022-830.646/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7834/2022-830.647/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7835/2022-830.650/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7836/2022-830.652/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7837/2022-830.653/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7838/2022-830.664/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7839/2022-830.666/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7840/2022-830.667/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7841/2022-830.673/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7825/2022-830.609/2022-ANDREA BELLO LISBOA DIAS-
7824/2022-830.495/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7820/2022-830.392/2022-NEOARQUEANA MINERACAO LTDA-
7821/2022-830.393/2022-NEOARQUEANA MINERACAO LTDA-
7822/2022-830.395/2022-NEOARQUEANA MINERACAO LTDA-
7823/2022-830.396/2022-NEOARQUEANA MINERACAO LTDA-
7819/2022-830.111/2022-ATACAMA MINERAÇÃO EIRELI-
7818/2022-832.319/2021-FTRAJANO CONSULTORIA MINERAL LTDA-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO-EIXO SUL

DESPACHO
Relação nº 10/2022

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
Bacia A e Bacia B-CARBONIFERA METROPOLITANA S/A-001.492/1936-OF. N°46361/2022/SEFBM-S/ANM
Barragem Cruz de Malta-INDÚSTRIA CARBONÍFERA RIO DESERTO LTDA-014.928/1936-OF. N°46381/2022/SEFBM-S/ANM
Barragem Lauro Muller e Barragem Lauro Muller - Bacia 4-CARBONIFERA CATARINENSE LTDA-003.156/1936-OF. N°46371/2022/SEFBM-S/ANM

CLAUDINEI OLIVEIRA CRUZ
Coordenador

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO ANP Nº 888, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Estabelece a dilação de prazos para a remessa de informações à ANP pelos agentes regulados previstos nos atos que menciona.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no art. 45 da Lei nº 9.784, de 20 de janeiro de 1999, considerando o que consta dos Processos nº 48610.219964/2022-91 e nº 48610.219993/2022-53, e com base na Resolução de Diretoria nº 506, de 4 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1º Fica regulamentada a dilação dos prazos para a remessa de informações à ANP pelos agentes regulados, de que tratam:
I - a Portaria ANP nº 297, de 18 de dezembro de 2001;
II - a Resolução ANP nº 3, de 19 de janeiro de 2011;
III - a Resolução ANP nº 8, de 9 de fevereiro de 2011;
IV - a Resolução ANP nº 729, de 11 de maio de 2018;
V - a Resolução ANP nº 828, de 1º de setembro de 2020; e
VI - a Resolução ANP nº 857, de 28 de outubro de 2021.

Art. 2º Após a comunicação de orientação da ANP para o retorno do envio de dados e informações pelos agentes regulados, deverão ser observados os seguintes prazos:
I - dez dias, para o envio de dados e informações de que trata a Portaria ANP nº 297, de 2001;
II - quinze dias, para o envio de dados e informações exigidos na Resolução ANP nº 3, de 2011;
III - para os dados exigidos na Resolução ANP nº 8, de 2011:
a) quinze dias, para o envio dos dados referentes ao mês de julho de 2022;
b) vinte dias, para o envio dos dados referentes ao mês de agosto de 2022; e
c) vinte e cinco dias, para o envio dos dados referentes ao mês de setembro de 2022;
IV - para as informações de movimentação pelos agentes regulados mencionados no art. 1º da Resolução ANP nº 729, de 2018:
a) quinze dias, para o envio dos dados de movimentação referentes ao mês de julho de 2022;
b) vinte dias, para o envio dos dados de movimentação referentes ao mês de agosto de 2022; e
c) vinte e cinco dias, para o envio dos dados de movimentação referentes ao mês de setembro de 2022.
V - quinze dias, para o envio de dados e informações exigidos na Resolução ANP nº 828, de 2020; e
VI - quinze dias, para o envio de dados e informações relativos ao contrato de fornecimento de biodiesel, de que trata o art. 3º da Resolução ANP nº 857, de 2021.

Art. 3º A comunicação com as orientações para o envio das informações pelos agentes regulados será de responsabilidade das unidades organizacionais da ANP responsáveis pelo recebimento e pela gestão dos dados a serem enviados.

Parágrafo único. Os prazos de que trata o art. 2º serão contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de envio pela ANP das orientações previstas no caput ou de publicação de Comunicado da ANP em seu sítio de internet (www.gov.br/anp) com as orientações a serem seguidas pelos agentes regulados.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 718, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 8, de 08/03/2007, e considerando o que consta no Processo nº 48610.219334/2022-17, resolve: autorizar a empresa PETROJOIA COMBUSTÍVEIS LTDA. - CNPJ nº 20.658.534/0001-17, a exercer a atividade de Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 719, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.219334/2022-17, resolve: autorizar a empresa PETROJOIA COMBUSTÍVEIS LTDA., CNPJ n.º 20.658.534/0001-17, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista (TRR) localizada a Av. do Contorno, Bairro Progresso, nº 100, Turmalina-MG [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -17:17:37,600; -42:42:45,100 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 54,00 m³.

TQ	Ø (m)	Comp. (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
1	2,55	5,40	27,00	II	Vertical
2	2,55	5,40	27,00	II	Vertical

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 720, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.221056/2022-68, resolve: autorizar a empresa TULIO FRIGGI ARAUJO, CNPJ nº 09.282.238/0001-21, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista (TRR), localizada a Rodovia RS 640 - Km 19, s/n, bairro Sede, município Cacequi / RS - CEP: 97.450-000, [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -29:51:50,908; -54:49:13,678 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 60,00 m³.

TQ	Ø (m)	Comp. (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
1	2,54	6,00	30,00	II ou III	horizontal subterrâneo
2A	2,54	3,00	15,00	II ou III	horizontal subterrâneo bipartido
2B	2,54	3,00	15,00	II ou III	horizontal subterrâneo bipartido

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 721, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 8, de 08/03/2007, e considerando o que consta no Processo nº 48610.221056/2022-68, resolve: autorizar a empresa TULIO FRIGGI ARAUJO - CNPJ nº 09.282.238/0001-21, a exercer a atividade de Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 722, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17 de Outubro de 2014, e considerando o que consta no Processo nº 48610.221951/2022-82, resolve: autorizar a filial da empresa RUMOS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - CNPJ nº 10.767.247/0006-04, a exercer a atividade de Distribuidor de Combustíveis Líquidos, exceto combustíveis de aviação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 723, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17/10/2014, e considerando o que consta no Processo nº 48610.223124/2022-23, resolve: autorizar a filial da empresa GREEN DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - CNPJ nº 11.898.169/0007-12, a exercer a atividade de Distribuição de Combustíveis Líquidos, exceto combustíveis de aviação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 724, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05 de abril de 2019, e considerando o que consta no Processo nº 48610.223680/2022-08, resolve: autorizar a filial da empresa OLEOPLAN S A OLEOS VEGETAIS PLANALTO - CNPJ nº 88.676.127/0002-57, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 725, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.223968/2022-74. resolve: Autorizar a empresa BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no(s) CNPJ(s) listado(s) abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP nº 654, de 14 de Setembro de 2022.

CNPJ
46.395.687/0001-02
46.395.687/0005-36
46.395.687/0039-85
46.395.687/0053-33
46.395.687/0054-14
46.395.687/0035-51

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.242, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/SP0246496	AUTO POSTO BIZUNGA LTDA	53.027.959/0002-68	48610.220249/2022-00
GLP/SP0246497	CENTENARIO COMERCIO DE GAS LTDA	47.271.381/0001-07	48610.222139/2022-74
GLP/TO0246498	GIOVANNA DE OLIVEIRA ARAUJO LTDA	47.161.242/0001-20	48610.221464/2022-10
GLP/TO0246499	IS COMERCIO DE GAS LTDA	47.683.299/0001-90	48610.222125/2022-51
GLP/BA0246500	IVO COMERCIO VAREJISTA DE GAS EIRELI	27.654.815/0001-40	48610.207216/2022-66
GLP/SP0246501	SUPERMERCADOS ELIAS & MOREIRA LTDA.	03.100.513/0003-24	48610.222734/2022-18

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.243, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/RS0229979	ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS CENTER LTDA	46.403.419/0001-95	48610.220903/2022-77
PR/RS0229875	AUTO POSTO ALMIRANTE LTDA	11.393.320/0004-18	48610.220823/2022-11
PR/MG0229976	AUTO POSTO CONCEICAO DO PARA LTDA.	44.670.499/0001-10	48610.223648/2022-14
PR/SP0229977	AUTO POSTO TIC TOC LTDA	46.142.909/0001-85	48610.221597/2022-96
PR/PR0229981	MALASSISE & RIBEIRETE COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	34.275.954/0001-29	48610.222268/2022-62
PR/CE0229980	MENDES COMBUSTIVEIS LTDA	03.125.831/0003-40	48610.221358/2022-36
PR/SP0229872	POSTO ANTONIO MARTINEZ IV LTDA	41.733.537/0001-48	48610.222227/2022-76
PR/RJ0229873	POSTO DE GASOLINA BALSO LTDA	35.193.814/0001-74	48610.221578/2022-60
PR/SC0229996	POSTO MAR DAS PEDRAS LTDA	22.915.775/0005-53	48610.221080/2022-05
PR/SP0230016	POSTO SOL DA DUTRA LTDA	06.012.414/0008-93	48610.221641/2022-68
PR/PA0229978	RIO CAPIM COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	35.649.736/0001-70	48610.220931/2022-94
PR/GO0229874	S 2 COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	43.137.855/0001-71	48610.222342/2022-41
PR/BA0230017	VAGNER LUAN SANTOS GONCALVES LTDA	37.600.520/0002-26	48610.206638/2022-14

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.244, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º, inciso III e o que consta do processo nº 48610.211378/2020-37, torna pública a revogação das Autorizações ANP nº 249/2016, ANP nº 107/2016, ANP nº 178/2016, ANP nº 177/2016 e ANP nº 176/2016 outorgadas à sociedade CARGA PESADA TRADING LTDA- CNPJ nº 08.222.896/0001-65.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.245, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º inciso III e o que consta do processo nº 48610.218548/2022-76, torna pública a revogação das Autorizações ANP nº 14/2002 e nº 15/2002, outorgadas à sociedade LOUIS DREYFUS COMPANY BRASIL S.A. - CNPJ: 47.067.525/0001-08.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.246, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/SP0246502	DENIS SERRANA GAS II LTDA	47.157.269/0001-40	48610.222447/2022-08
GLP/ES0246503	ICONHA GAS COMERCIO LTDA	45.056.684/0001-81	48610.220991/2022-15
GLP/MG0246504	JARDEL FAGUNDES FERREIRA LTDA	41.867.164/0001-06	48610.222717/2022-72
GLP/BA0246505	JOANE RODRIGUES PEDREIRA SILVA LTDA	41.355.446/0001-16	48610.221350/2022-70
GLP/TO0246506	JURACI ALVES DE OLIVEIRA	46.744.990/0001-73	48610.221430/2022-25
GLP/PE0246507	LC COMERCIO DE GAS LTDA	46.892.405/0001-82	48610.222784/2022-97
GLP/PE0246508	M B L COMERCIO DE GAS LTDA	44.064.213/0001-52	48610.217853/2022-41
GLP/RJ0246509	MMA REVENDA DE GAS LTDA	43.753.969/0001-46	48610.222756/2022-70
GLP/SP0246510	NELSON MAVER DE ASSUMPÇAO	03.983.878/0001-82	48610.222505/2022-95
GLP/SP0246511	PROGAS SP COMERCIO DE GAS LTDA	46.942.387/0001-04	48610.222775/2022-04
GLP/BA0246512	RAI SANTOS DE SANTANA LTDA	47.664.759/0001-32	48610.222190/2022-86
GLP/MA0246513	S CORREA FILHO	44.988.226/0001-18	48610.222736/2022-07
GLP/BA0246514	SANTANA COMERCIO DE GAS LTDA	44.121.707/0001-21	48610.222499/2022-76

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.247, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/PA0230036	AUTO POSTO AREIAO LTDA	47.086.630/0001-94	48610.223050/2022-25
PR/SP0230019	AUTO POSTO TUBARÃO LTDA	45.828.699/0001-10	48610.221934/2022-45
PR/SP0230021	AUTO POSTO ZACARIAS LTDA	46.909.360/0001-01	48610.216798/2022-71
PR/CE0230018	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS MARQUES LTDA	36.107.144/0001-99	48610.222848/2022-50
PR/MA0230056	E CARDOSO DE ARAUJO LTDA	23.210.604/0001-68	48610.223123/2022-89
PR/BA0230020	MATOS DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	41.008.203/0001-01	48610.221470/2022-77
PR/PA0230076	ROTA AUTO POSTO COMBUSTIVEL EIRELI	37.808.513/0003-03	48610.222512/2022-97

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS
CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS

AUTORIZAÇÃO CPT-ANP Nº 717, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL do CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 265, de 10 de setembro de 2020, e com base no disposto na Resolução ANP nº 804, de 20 de Dezembro de 2019, concede os registros aos produtos discriminados a seguir:

Nº DESPACHO	RAZÃO SOCIAL DO DETENTOR	CNPJ DO DETENTOR	MARCA COMERCIAL	PROCESSO	REGISTRO
2480093	PETROS-INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	34.883.214/0001-75	GULF GEAR EP	48600.203291/2022-77	2926
2479870	VIBRA ENERGIA S.A.	34.274.233/0001-02	LUBRAX GRANS THF	48600.202934/2022-65	5984
2479862	CASTROL BRASIL LTDA	33.194.978/0001-90	MAGNATEC 10W-30	48600.202959/2022-69	14174
2480835	P. PRADO SOUSA LUBRIFICANTES EIRELI	30.154.676/0001-09	CALCES MINERAL HP	48600.202436/2021-31	20285
2478055	GTOIL DO BRASIL- EIRELI	25.080.233/0001-72	GT OIL DUAL TEC TURBO	48600.203001/2022-95	20409
2484433	PETRONAS LUBRIFICANTES BRASIL S A	03.613.421/0001-86	PETRONAS URANIA LD 9	48600.201056/2022-61	21520
2485661	POLY PETRO LUBRIFICANTES LTDA MEDA	11.378.430/0001-68	20W50 MINERAL V-BLEND SL	48600.203063/2022-05	21675
2476121	V.H. VALIN COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO ME	27.174.966/0001-00	NAHS EP 90	48600.203244/2022-23	21712
2477388	POLY PETRO LUBRIFICANTES LTDA ME	11.378.430/0001-68	15W40 V-BLEND DIESEL	48600.203060/2022-63	21713
2478005	GLOBAL LUBRIFICANTES LTDA	37.279.022/0001-42	MAXIMA RACING OILS - EXTRA 10W60	48600.202889/2022-49	21714
2479909	PETRONAS LUBRIFICANTES BRASIL S A	03.613.421/0001-86	NEXPRO TURBO ENGINE OIL CI-4	48600.203005/2022-73	21715
2480918	DISTRIBUIDORA SEXTANTE LTDA	04.176.770/0001-40	LIQUI MOLY MOLYGEN NEW GENERATION 10W-30	48600.202652/2022-68	21716
2485879	LUBRI-MOTOR'S INDÚSTRIA E COMÉRCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA	03.324.374/0001-50	LION SYNTEX SN	48600.203120/2022-48	21717
2487284	ICONIC LUBRIFICANTES S.A.	05.524.572/0001-93	IPIRANGA BRUTUS SINTÉTICO	48600.203161/2022-34	21718
2491182	CHEMLUB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA	45.036.670/0001-04	HITEMP OIL G.A	48600.203029/2022-22	21719
2491213	DISTRIBUIDORA SEXTANTE LTDA	04.176.770/0001-40	LIQUI MOLY TOP TEC ATF 1950	48600.202666/2022-81	21720
2492252	POLY PETRO LUBRIFICANTES LTDA ME	11.378.430/0001-68	15W40 SEMISSINTETICO V-BLEND	48600.203062/2022-52	21721

ALEX RODRIGUES BRITO DE MEDEIROS

Ministério da Saúde

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.218, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Deficientes Físicos de Lajeado - ADEFIL
CNPJ: 01.946.831/0001-13
Município/UF: Lajeado/RS.
Título do projeto: "Corpo em Movimento"
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS).
Tipo de análise: Execução física.
Processo NUP: 25000.021149/2019-71
Período analisado: Exercício 2021.
Embasamento: Parecer de Mérito nº 428/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0028891564).
Resultado: APROVADA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 1.222, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Institui e estabelece os procedimentos gerais do Programa de Gestão e Desempenho - PGD no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º da Portaria GM/MS nº 3.699, de 30 de setembro de 2022, e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º Esta Portaria institui e estabelece os procedimentos gerais do Programa de Gestão e Desempenho, no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde.

Parágrafo único. O Programa de Gestão e Desempenho, no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, observará o disposto:

I - no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022;
II - nas normas emitidas pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, e
III - na Portaria GM/MS nº 3.699, de 30 de setembro de 2022.

Art. 2º O Programa de Gestão e Desempenho poderá ser adotado nas seguintes modalidades:

I - presencial; ou
II - teletrabalho.

§ 1º O teletrabalho poderá ocorrer em regime de execução integral ou parcial.

§ 2º A participação no Programa de Gestão e Desempenho poderá incluir até cem por cento dos agentes públicos em exercício nas seguintes unidades:

I - Gabinete da Secretaria-Executiva;
II - Subsecretaria de Assuntos Administrativos;
III - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento;
IV - Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde;
V - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde;
VI - Departamento de Logística em Saúde;
VII - Departamento de Monitoramento, Avaliação e Disseminação de Dados e Informações Estratégicas em Saúde;
VIII - Departamento de Economia da Saúde, Investimento e Desempenho;
IX - Departamento de Cooperação Técnica e Desenvolvimento em Saúde;
X - Departamento de Gestão das Demandas em Judicialização na Saúde;
XI - Departamento de Saúde Digital;
XII - Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa; e
XIII - Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do Rio de Janeiro.

§ 3º A seleção dos participantes do Programa de Gestão e Desempenho será realizada pelo chefe de gabinete da Secretaria-Executiva, no caso do inciso I do § 2º, e pelos dirigentes das unidades dos incisos II a XIII do § 2º, após manifestação da chefia imediata quanto à compatibilidade das atividades desenvolvidas pelo agente público com aquelas constantes da Tabela de Atividades.

§ 4º A adesão ao Programa de Gestão e Desempenho é facultativa, não gera direito adquirido à permanência e não implica alteração de lotação e de exercício.

Art. 3º A participação no Programa de Gestão e Desempenho é vedada:

I - aos ocupantes de CCE e de FCE de níveis 17 e 18; e
II - aos agentes públicos lotados e em exercício nas unidades hospitalares federais do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. Os ocupantes de Cargos Comissionados Executivos - CCE e de Funções Comissionadas Executivas - FCE de níveis 13 a 16 poderão participar do Programa de Gestão e Desempenho, por meio de autorização expressamente fundamentada pelo Secretário-Executivo.

Art. 4º A implementação do Programa de Gestão e Desempenho, no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, deverá considerar a compatibilidade entre as atividades a serem desempenhadas e o conhecimento técnico dos interessados.

Parágrafo único. Caso o total de candidatos habilitados exceda o total de vagas, o dirigente responsável pela seleção observará os seguintes critérios na priorização dos participantes:

I - com horário especial, nos termos dos §§ 1º a 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
II - gestantes e lactantes, durante o período de gestação e amamentação;
III - com mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
IV - com melhor resultado no último processo de avaliação de desempenho individual;
V - com maior tempo de exercício na unidade, ainda que descontínuo; ou
VI - com vínculo efetivo.

Art. 5º Para aderir ao Programa de Gestão e Desempenho, o agente público e a sua chefia imediata pactuarão plano de trabalho, com as seguintes informações:

I - modalidade e regime de execução;
II - data de início e de término;
III - atividades a serem executadas pelo participante;
IV - metas e prazos; e
V - formas de aferição das entregas realizadas.

§ 1º Para participar do Programa de Gestão e Desempenho, o candidato deverá se inscrever por meio do Sistema Informatizado do Programa de Gestão - SISGP.

§ 2º As atividades inerentes à execução do Programa de Gestão e Desempenho deverão ser registradas no SISGP, em conformidade com o modelo da tabela de atividades constante do Anexo I.

§ 3º A Tabela de Atividades será elaborada pelo chefe de gabinete da Secretaria-Executiva, ou pelos dirigentes das unidades dos incisos II a XIII do § 2º do art. 2º, conforme o caso, e divulgada no sítio eletrônico do Ministério da Saúde.

§ 4º A chefia imediata poderá, por necessidade do serviço, redefinir as metas do participante, na hipótese de surgimento de demanda prioritária cujas atividades não tenham sido previamente acordadas.

§ 5º O plano de trabalho deverá ser elaborado conforme a carga horária semanal do agente público, com datas de início e fim fixadas em dias úteis.

§ 6º Para fins do disposto no § 5º, deverão ser deduzidos das horas do plano de trabalho as férias, as licenças e os afastamentos previstos em lei, além de feriados, pontos facultativos, entre outros.

§ 7º O participante do Programa de Gestão e Desempenho comunicará à sua chefia imediata a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e dos prazos ou possível redistribuição das atividades constantes do seu plano de trabalho.

§ 8º O prazo de antecedência mínima de convocação para comparecimento presencial do participante é de setenta e duas horas, salvo para os participantes que executarem o teletrabalho na modalidade de execução integral no exterior, pela impossibilidade de deslocamento.

Art. 6º Após a pactuação do plano de trabalho, o participante do Programa de Gestão e Desempenho e a sua chefia imediata deverão assinar termo de ciência e responsabilidade, conforme modelo constante do Anexo II.

Art. 7º A chefia imediata realizará a aferição das entregas realizadas, após o encerramento das atividades.

§ 1º A aferição de que trata o caput deverá ser registrada em valor que varie de zero a dez, em que zero é a menor nota e dez a maior nota, somente sendo consideradas aceitas as entregas cuja nota atribuída pela chefia imediata seja igual ou superior a cinco.

§ 2º A nota inferior a cinco deverá ser justificada.

§ 3º Na hipótese de não entrega ou de avaliação de qualidade "insatisfatória", isto é, abaixo de cinco, deverá ocorrer ação ou indicação de cursos ou afins, visando à melhoria da qualidade dos trabalhos executados pelo participante.

§ 4º A avaliação total é obrigatória ao final do cronograma do plano de trabalho do participante.

Art. 8º O desligamento do participante do Programa de Gestão e Desempenho será de responsabilidade dos subsecretários ou diretores, que o farão mediante solicitação fundamentada da chefia imediata.

Parágrafo único. O desligamento de que trata o caput deverá ser precedido de notificação ao participante e observará as hipóteses e os requisitos estabelecidos pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal.

Art. 9º Além do previsto nesta Portaria e pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, constituem atribuições e responsabilidades:

I - da chefia imediata:

a) divulgar as regras para participação dos servidores da unidade no Programa de Gestão e Desempenho;

b) acompanhar a qualidade e a adaptação dos participantes;
c) manter contato permanente com os participantes para repassar instruções e avaliações sobre sua atuação;
d) analisar, acompanhar e aferir as entregas realizadas pelos participantes do Programa de Gestão e Desempenho, considerando as metas fixadas no plano de trabalho; e
e) dar ciência ao seu superior hierárquico sobre a evolução do Programa de Gestão e Desempenho, as dificuldades encontradas e quaisquer outras situações ocorridas; e
II - das subsecretarias e dos departamentos:
a) consolidar o relatório gerencial da subsecretaria ou do departamento, na forma do Anexo III desta Portaria, e encaminhar à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Assuntos Administrativos;
b) supervisionar a aplicação e a disseminação das regras estabelecidas nesta Portaria;
c) analisar, acompanhar e controlar os resultados do Programa de Gestão e Desempenho em sua unidade, considerando as metas fixadas, e
d) colaborar com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Assuntos Administrativos e o Departamento de Monitoramento, Avaliação e Disseminação de Dados e Informações Estratégicas em Saúde no acompanhamento de resultados institucionais para melhor execução do Programa de Gestão e Desempenho.

Art. 10. Decorridos seis meses da entrada em vigor desta Portaria, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Assuntos Administrativos elaborará relatório de monitoramento sobre a execução do Programa de Gestão e Desempenho, com vistas a avaliar eventual necessidade de readequação das normas e procedimentos gerais do Programa de Gestão e Desempenho, no âmbito da Secretaria-Executiva.

Art. 11. Serão divulgadas no sítio eletrônico do Ministério da Saúde:
I - as informações relativas à implementação do Programa de Gestão e Desempenho, observadas as normas do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal; e
II - a tabela de atividades de que trata o Anexo I.

Art. 12. Fica revogada a Portaria SE/MS nº 483, de 20 de maio de 2022.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor uma semana após a data de sua publicação.

BRUNO SILVA DALCOLMO

ANEXO I

TABELA DE ATIVIDADES
(§ 2º DO ART. 26 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/ME Nº 65, DE 30 DE JULHO DE 2020)

Atividade	Faixa de complexidade da atividade	Tempo de execução da atividade em regime presencial (horas)	Tempo de execução da atividade em regime de teletrabalho (horas)	Entregas esperadas
Descrição	Altíssima Alta Média Baixa	Em horas, com base na faixa de complexidade	Em horas, com base na faixa de complexidade	É vedada a inclusão de atividades cujos resultados não possam ser mensurados

PARÂMETROS DE HORAS	
Faixa de complexidade	Horas (até)
Altíssima	40
Alta	20
Média	8
Baixa	4

Nota: os parâmetros adotados para definição das faixas de complexidade foram efetivados dimensionando-se o tempo médio de cada atividade, de modo que uma atividade possa ser executada em vários níveis de complexidade, considerando o tempo de execução da atividade, e não o esforço cognitivo.

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

1 - Identificação do colaborador
Nome:
Matrícula SIAPE:
E-mail:
Unidade de exercício:
Telefone para contato:
1.1 - Identificação da chefia imediata
Nome:
Telefone para contato:
E-mail:
2 - Regime de execução
( ) Regime de execução integral
( ) Regime de execução parcial a) quantas horas serão cumpridas na modalidade de teletrabalho: _____ horas por semana b) cronograma em que cumprirá a jornada presencial
O participante do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) acima qualificado declara que está ciente das seguintes responsabilidades, entre outras: I - observar, estritamente, as normas constantes do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, da Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, da Portaria GM/MS nº 3.699, de 30 de setembro de 2022, e de demais normas aplicáveis;
II - custear as estruturas físicas e tecnológicas necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados, assumindo todos os custos referentes a conexão à internet, energia elétrica e telefonia, entre outras despesas decorrentes do exercício de suas atribuições; III - desenvolver suas atribuições em conformidade com o plano de trabalho a ser acordado com a chefia imediata; IV - atender às convocações para comparecimento presencial, sempre que sua presença física for necessária e houver interesse da administração pública, mediante convocação com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas; V - manter os dados cadastrais e de contato permanentemente atualizados e ativos;
VI - permanecer em disponibilidade constante para contato, por telefonia fixa ou móvel ou por outros meios, pelo período a ser acordado com a chefia imediata; VII - priorizar o atendimento ao serviço durante o horário de funcionamento da unidade administrativa; VIII - comunicar à chefia imediata a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e dos prazos ou possível redistribuição do trabalho; e IX - zelar pelas informações acessadas remotamente, observando as normas internas e externas de segurança da informação e a salvaguarda de informações de natureza sigilosa.
O participante do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) qualificado declara, ainda, que está ciente: I - de que sua participação no PGD não constitui direito adquirido, podendo ser desligado na forma prevista na legislação aplicável; II - da vedação de pagamento das vantagens, nos termos previstos no Decreto nº 11.072, de 2022, e na Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 2020; III - da vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas; e IV - do dever de observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, "Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD", no que couber, e as orientações da Portaria SEDGG/ME nº 15.543, de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal.
Assinatura do participante
Assinatura da chefia imediata

ANEXO III

RELATÓRIO GERENCIAL DE MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO - PGD

I - ASPECTOS QUANTITATIVOS	
a) Total de participantes e percentual em relação ao quadro de pessoal	Informação
Quadro de pessoal	
Total de participantes do PGD	
Percentual em relação ao PGD	
b) Variação de gastos, quando houver, em valores absolutos e percentuais	Informação
Gastos em período equivalente anterior (R$)	
Gastos no período do PGD (R$)	
Variação absoluta	
Variação percentual	
c) Variação de produtividade, quando houver, em valores absolutos e percentuais	Informação
Produtividade em período equivalente anterior	
Produtividade no período do PGD	
Variação absoluta	
Variação percentual	
d) Variação de agentes públicos, por unidade, após adesão ao PGD:	Informação
Agentes públicos em período equivalente anterior	

Agentes públicos no período do PGD	
Variação absoluta	
Variação percentual	
e) Variação no absenteísmo, em valores absolutos e percentuais:	Informação
Absenteísmo em período equivalente anterior	
Absenteísmo no período do PGD	
Variação absoluta	
Variação percentual	
f) Variação na rotatividade da força de trabalho, em valores absolutos e percentuais	Informação
Rotatividade da força de trabalho em período equivalente anterior	
Rotatividade da força de trabalho no período do PGD	
Variação absoluta	
Variação percentual	
II - ASPECTOS QUALITATIVOS	
1. Melhoria na qualidade dos produtos entregues	
2. Dificuldades enfrentadas	
3. Boas práticas implementadas	
4. Sugestões de aperfeiçoamento desta Portaria, quando houver	

Assim, encaminho o presente relatório gerencial ao órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, em atendimento ao parágrafo único do art. 17 da Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020.

Local e data: (o relatório deverá ser encaminhado anualmente, até 30 de novembro)

Nome e assinatura do responsável

PORTARIA Nº 1.215, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 08 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Razão Social: Associação dos Deficientes Físicos de São Miguel dos Campos

CNPJ: 06.133.081/0001-84

Município/UF: São Miguel dos Campos/AL.

Título do projeto: "Reabilitando para o Bem-Estar"

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.010842/2019-19

Período analisado: Exercício 2021.

Embasamento: Parecer de Mérito nº 426/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0028863122).

Resultado: APROVADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

DESPACHO N° 107, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 204, § 5º, aliado ao art. 187, X, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ao art. 17 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, e conforme deliberado em Reunião Ordinária Pública ROP 18/2022, realizada em 28 de setembro de 2022, RETIRA O EFEITO SUSPENSIVO do recurso a seguir especificado, mantendo os termos da decisão recorrida até a deliberação recursal, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Recorrente: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA.

CNPJ: 01.615.814/0064-87.

Expediente(s) do recurso: 4510737/22-0.

Processo nº: 25351.194365/2022-51.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

DESPACHO N° 108, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 204, § 5º, aliado ao art. 187, X, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ao art. 17 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, e conforme deliberado em Reunião Ordinária Pública ROP 18/2022, realizada em 28 de setembro de 2022, RETIRA O EFEITO SUSPENSIVO do recurso a seguir especificado, mantendo os termos da decisão recorrida até a deliberação recursal, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Recorrente: PARTS IMPORT COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

CNPJ: 02.322.453/0001-60

Expediente(s) do recurso: 4359104/22-7

Processo nº: 25351.488817/2022-62

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

4ª DIRETORIA

COORDENAÇÃO DE ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E JULGAMENTO DAS INFRAÇÕES SANITÁRIAS

RETIFICAÇÃO

No Despacho da Coordenação de Atuação Administrativa e Julgamento das Infrações Sanitárias nº 16, de 18 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União nº 135, de 19 de julho de 2022, Seção 1, pág. 114,

Onde se lê:

Autuada: 3 PLUS ASSESSORIA DE MARKETING LTDA
CNPJ: 32.253.577/0001-00
Processo: 25752.605954/2019-50
Expediente: 2527395197
Área: CAJIS/DIRE4
Decisão: arquivamento

Leia-se:

Autuada: 3 PLUS ASSESSORIA DE MARKETING LTDA
CNPJ: 32.253.577/0001-00
Processo: 25752.605954/2019-50
Expediente: 2527395197
Área: CAJIS/DIRE4
Decisão: MULTA DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.291, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: VENOSAN BRASIL LTDA - CNPJ: 02.193.012/0001-05
Produto - (Lote): MEIA ELASTICA DE COMPRESSAO ESTÉRIL PARA USO MEDICINAL VENOSAN (LOTES A PARTIR DE 29/07/2022);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 4779541/22-7
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Uso
Motivação: Considerando o resultado da inspeção sanitária realizada na empresa VENOSAN BRASIL LTDA, CNPJ: 02.193.012/0001-05, no período de 25 a 29/07/2022, que a classificou como insatisfatória quanto ao cumprimento dos requisitos de boas práticas de fabricação de produtos médicos estabelecidos na Resolução RDC 665, de 30/03/2022, considerando o estabelecido no art. 7º da Lei 6360/1976, no art. 10, inciso XXXV da Lei nº. 6.437/1977 e no art. 15 do Decreto nº. 8.077/2013

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.292, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: UP BIOMEDICAL TECNOLOGIA EM SAUDE LTDA - ME - CNPJ: 21237379000128
Produto - (Lote): MYOBOX 2+(todos);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 4773671/22-2
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Importação, Propaganda
Motivação: Considerando a comprovação da divulgação irregular do produto Myobox2+ que não se encontra regularizado na Anvisa por meio da página da internet www.neuroup.com.br, em desacordo com o Art. 7º do Decreto nº 8.077/2013, Art. 7 e 59 da Lei 6360/1976 e do Arts 10 e. 12 da Lei nº 6.360/1976.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.282, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

Vitale Comercio S.A. / 07.160.019/0003-06
25351.346685/2022-01 / 8256235
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4638773222

LS TRANSLOG TRANSPORTES DE CARGAS LTDA. / 17.161.395/0001-07
25351.366978/2022-04 / 3116808
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4676309228

CONTRANS OPERADOR LOGISTICO LTDA / 08.530.139/0001-59
25351.370142/2022-04 / 3116751
734 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4682058223

SANTA FÉ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS EIRELI / 40.182.638/0001-05
25351.366417/2022-05 / 4049818
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4675704221

Scarlat Farmácia de Manipulação LTDA / 08.732.566/0003-81
25351.344085/2022-08 / 7931332
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633717222

HELP ME SOLUCOES INTEGRADAS LTDA / 28.932.274/0001-38
25351.370380/2022-10 / 4049744
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4682306227

SANTA FÉ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS EIRELI / 40.182.638/0001-05
25351.366359/2022-10 / 8256451
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4675643221

WASHINGTON LUIS MARQUES DA SILVA ME / 69.603.496/0001-94
25351.344081/2022-11 / 7931301
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633704221

PRIME DO BRASIL IMPORTACAO, EXPORTACAO, INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 08.244.957/0004-38
25351.370172/2022-11 / 4049731
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4682088220

COMERCIO DE MEDICAMENTOS IANSKOSKI LTDA / 46.684.695/0001-79
25351.344090/2022-11 / 7931377
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633732226

MS INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI / 34.456.774/0001-43
25351.370621/2022-12 / 4049758
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4682563220

Essencial Transportes de cargas em geral Ltda EPP / 08.821.934/0002-87
25351.130337/2022-13 / 8256266
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4312515221

ANDRADE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 06.330.292/0002-98
25351.373069/2022-14 / 8256421
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4688045221

VALE DO ARAGUAIA EQUIPAMENTOS HOSPITLARES LTDA / 34.864.600/0001-10
25351.366542/2022-15 / 8256465
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 4675834221

MY Comércio Farmacêutico Ltda / 41.397.000/0002-35
25351.356228/2022-16 / 7931531
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4655210223

M G ALVES LTDA / 46.812.348/0001-84
25351.344076/2022-17 / 7931290
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633690227

ADRIANO PEREIRA DIAS PROTESE DENTARIA / 10.593.898/0001-02
25351.370158/2022-17 / 8256388
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 4682074229

FARMA JARDIM REAL LTDA / 46.832.338/0001-00
25351.344067/2022-18 / 7931241
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633667222

P. R . T. CANONICO LTDA / 20.076.897/0002-25
25351.356235/2022-18 / 7931605
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4655251221

DROGARIAS ULTRA POPULAR LTDA / 09.492.647/0020-15
25351.344083/2022-19 / 7931329
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633713220

MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 71.605.265/0317-17
25351.353867/2022-20 / 7931468
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4650877225

MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 71.605.265/0269-85
25351.353874/2022-21 / 7931499
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4650901221

ALTALI JEFERSON ALMEIDA DE CERQUEIRA / 22.544.808/0001-72
25351.344072/2022-21 / 7931269
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633680220

Agnes Comercial LTDA ME / 03.450.477/0001-67
25351.366852/2022-21 / 3116796
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4676157223

M C S RODRIGUES FARMACIA LTDA / 47.481.524/0001-05
25351.360949/2022-21 / 7931224
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4663997227

T&A MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA / 45.402.654/0001-80
25351.366651/2022-24 / 8256479
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4675946224

LL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 45.212.523/0001-30
25351.365986/2022-25 / 3116691
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4675245226

HELP ME SOLUCOES INTEGRADAS LTDA / 28.932.274/0001-38
25351.370475/2022-25 / 3116765
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4682405225

SOARES MARQUES E SOARES LTDA / 47.079.896/0001-00
25351.356233/2022-29 / 7931580
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4655245226

GLEIDIANE DA SILVA OLIVEIRA CABRAL / 45.897.874/0001-21
25351.356231/2022-30 / 7931562
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4655239221

R & M COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 47.358.730/0001-22
25351.344070/2022-31 / 7931255
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633674225

BHIOMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA / 38.625.115/0001-44
25351.313868/2022-31 / 3116703
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4575525227

TRANSPORTES FELINE LTDA / 91.754.374/0001-58
25351.366635/2022-31 / 3116782
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4675930221

PAIVA & SANTOS LTDA / 46.706.678/0001-95
25351.353872/2022-32 / 7931485
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4650893227

VITAFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 47.505.346/0001-05
25351.344088/2022-33 / 7931350
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633726221

OLITA COMERCIO E IMPORTADORA LTDA / 41.471.545/0001-63
25351.366000/2022-34 / 4049653
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4675265227

MULTI FORMULAS MANIPULACAO DE LIVRAMENTO LTDA / 41.976.633/0001-17
25351.344095/2022-35 / 7931406
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633746226

Essencial transportes de cargas em geral ltda / 08.821.934/0001-04
25351.408423/2022-39 / 8256252
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4752625229

DENTAL REALEZA LTDA / 45.670.752/0001-06
25351.370584/2022-42 / 8256417
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4682522221

LUCK ATACADO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA / 19.112.177/0001-08
25351.364724/2022-43 / 3116688
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4671762226

FARMACIA YPEFARMA LTDA / 41.571.518/0001-62
25351.344093/2022-46 / 7931394
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633740227

LS TRANSLOG TRANSPORTES DE CARGAS LTDA. / 17.161.395/0001-07
25351.366827/2022-48 / 8256496
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4676132221

F & E DISTRIBUIDORA LTDA / 34.939.365/0001-06
25351.352593/2022-51 / 1280828
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4649300223

MEGA FARMA DROGARIA LORENA LTDA / 45.737.016/0001-10
25351.354826/2022-51 / 7931528
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4653347228

FARMACIA GROSS LTDA / 47.619.221/0001-06
25351.344609/2022-52 / 7931437
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4635073220

COMERCIAL KRF EIRELI / 18.189.637/0001-33
25351.366776/2022-54 / 8256434
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4676079222

DENTAL FORTE COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA / 44.948.937/0001-69
25351.212395/2022-56 / 8256270
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4450044223

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/1379-63
25351.344091/2022-57 / 7931381
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633735221

COMERCIAL KRF EIRELI / 18.189.637/0001-33
25351.366222/2022-57 / 4049792

723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4675499228

LS TRANSLOG TRANSPORTES DE CARGAS LTDA. / 17.161.395/0001-07
25351.366310/2022-59 / 4049804
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4675591221
---
dental união ltda / 08.863.191/0001-27
25351.343836/2022-61 / 1280922
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4633034227
---
drogaria dk farma ltda / 45.263.434/0001-12
25351.356229/2022-61 / 7931545
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4655233222

UROMED MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 42.866.172/0001-92
25351.365996/2022-61 / 8256204
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4675261221

COMERCIAL KRF EIRELI / 18.189.637/0001-33
25351.366968/2022-61 / 3116779
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4676298226
---
belo dental ltda / 46.817.677/0001-18
25351.318148/2022-62 / 8256508
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4582513221

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 84.683.481/0706-20
25351.344075/2022-64 / 7931286
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633687227

MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 71.605.265/0318-06
25351.353877/2022-65 / 7931501
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4650914223

DROGARIA POUPE MAIS LTDA / 38.872.460/0004-25
25351.344082/2022-66 / 7931315
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633707225

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1154-20
25351.344637/2022-70 / 7931454
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4635139226

FARMACIAS FARMABAIRRO LTDA / 47.460.392/0001-35
25351.344066/2022-73 / 7931238
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633664228

A MAIS BRASILEIRAS LTDA / 35.933.655/0021-40
25351.356234/2022-73 / 7931593
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4655248221

MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 71.605.265/0310-40
25351.353868/2022-74 / 7931471
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4650880225

VERAS CALDAS LTDA / 47.554.733/0001-31
25351.344073/2022-75 / 7931272
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633683224

LS TRANSLOG TRANSPORTES DE CARGAS LTDA. / 17.161.395/0001-07
25351.366211/2022-77 / 1280801
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4675488226

DROGANEWS DE QUEIMADOS LTDA / 47.401.926/0001-52
25351.344098/2022-79 / 7931423
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633755225

FERREIRA CORTES MANIPULAÇÃO LTDA / 46.031.532/0001-97
25351.344096/2022-80 / 7931410
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633749221

DROGARIAS FCLS FRAZAO LTDA / 47.463.552/0001-08
25351.356232/2022-84 / 7931576
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4655242221

A HOSPITALAR E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 46.390.694/0001-11
25351.370731/2022-84 / 4049761
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4682676229

PATRUS TRANSPORTES LTDA / 17.463.456/0062-02
25351.366202/2022-86 / 8256221
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4675479227

W DA SILVA GOMES FARMÁCIA LTDA. / 09.569.913/0001-06
25351.360948/2022-86 / 7931211
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4663994222

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/3001-12
25351.344610/2022-87 / 7931441
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4635076224

OLITA COMERCIO E IMPORTADORA LTDA / 41.471.545/0001-63
25351.366266/2022-87 / 8256448
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 4675544223

LIVIA RAQUEL ALVES BASTOS DROGARIA / 47.507.585/0001-02
25351.344089/2022-88 / 7931363
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633729226

HEXAGONAL FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES / 47.541.371/0001-44
25351.370675/2022-88 / 1280893
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4682618229

DROGARIA RRM & HOTT LTDA / 09.318.552/0002-06
25351.353880/2022-89 / 7931514
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4650921226

EIFER COMERCIO E SOLUÇÕES HOSPITALARES LTDA. / 32.818.302/0001-68
25351.366788/2022-89 / 8256482
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4676091222

THIAGO MANZANO FORTI / 13.644.313/0001-24
25351.370465/2022-90 / 8256403
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 4682395220

LOJA RAVENA LTDA / 43.682.494/0001-44
25351.366144/2022-91 / 8256218
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4675418228

A MAIS BRASILEIRAS LTDA / 35.933.655/0020-60
25351.356230/2022-95 / 7931559
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4655236227

BTA TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA / 25.072.684/0001-68
25351.329437/2022-97 / 1280814
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4606095229

HELP ME SOLUCOES INTEGRADAS LTDA / 28.932.274/0001-38
25351.370024/2022-98 / 1280876
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4681933228

MARQUES BOREL LTDA / 46.274.343/0001-45
25351.344087/2022-99 / 7931346
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633723227

BHIOMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA / 38.625.115/0001-44
25351.313955/2022-99 / 8256249
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4575619221
---
mpf comercio e representacao de produtos hospitalares ltda / 46.878.679/0001-17
25351.370320/2022-99 / 8256391
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4682244221

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.283, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

KESSIA MAGNA NASCIMENTO RODRIGUES DE OLIVEIRA / 28.643.041/0001-15
25351.590227/2019-01 / 7686005
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4423193228
25351.590227/2019-01 / 7686005
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4639877225

LAMED COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA / 35.474.953/0001-76
25351.412636/2020-01 / 3094066
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4662906229

ADP DENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA - ME / 09.421.197/0001-07
25351.296252/2017-01 / 8152404
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4682719220

W O COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 00.693.437/0001-58
25351.241156/2014-01 / 7177559
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4677224223

HONMA INDUSTRIA COSMETICA LTDA EPP / 10.843.206/0001-37
25351.505444/2019-04 / 4013497
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4669552228
25351.505444/2019-04 / 4013497
7187 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE CLASSE / 4668994227
25351.505444/2019-04 / 4013497
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 4668735221

A T FARMA LTDA - ME / 11.228.142/0001-27
25351.767105/2014-05 / 7354111
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4677254225

RITA DE CASSIA MOREIRA LTDA / 45.452.016/0001-73
25351.036845/2022-06 / 7909051
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4650736221

KONTOR DISTRIBUIÇÃO LTDA / 85.238.848/0001-06
25351.630953/2020-08 / 8202873
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4500058222

R F N DE BRITO / 07.112.981/0001-08
25351.639132/2013-08 / 7019952
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4681247224

ANBIOTON IMPORTADORA LTDA. EPP. / 11.260.846/0001-87
25351.237269/2010-10 / 2054122
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4688078226

Flavio Figueiredo da Silva Pascoal / 03.208.714/0005-01
25351.244981/2016-11 / 7469538
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4671069228

FARMÁCIA RINCÃO POPULAR LTDA. ME / 14.121.355/0001-43
25351.563259/2014-11 / 7282831
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4668138228

CRESCENTE MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 44.362.423/0001-27
25351.019038/2022-11 / 3110685
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4669116223

PEDRAZZI & TEIXEIRA LTDA - ME / 23.212.824/0001-20
25351.636083/2015-13 / 7419600
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4671159227

AMANDA SAMARA SANTOS PEREIRA / 42.538.195/0001-78
25351.156999/2022-13 / 7886993
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4677234221

BV QUIMICA LTDA / 79.305.439/0001-82
25351.704166/2008-13 / 3038700
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 4682446223

FOCOFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME / 11.758.853/0001-03
25351.707046/2013-14 / 1009011
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4392969223

R E S DROGARIAS LTDA ME / 31.374.611/0001-23
25351.785056/2018-16 / 7623409
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4650777229

DROGARIA MARAVILHAS LTDA / 16.687.187/0001-83
25351.034259/2014-17 / 7097096
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4681465225
25351.034259/2014-17 / 7097096
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4681462221

COMERCIAL COMMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 02.643.718/0001-21
25351.163077/2002-19 / 2034406
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4682146220

ATIVA MÉDICO CIRÚRGICA EIRELI / 09.182.725/0001-12
25351.260578/2008-20 / 8044767
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4669033221

ANBIOTON IMPORTADORA LTDA. EPP. / 11.260.846/0001-87
25351.144636/2010-21 / 8065400
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4688234228

STORE SA COMERCIAL LTDA / 41.249.933/0001-02
25351.875614/2021-21 / 7841865
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4677262226

S S DO CARMO COM DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 11.067.398/0002-80
25351.421075/2020-23 / 7723576
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4677256221

DROGARIAS PACHECO S/A / 33.438.250/0092-02
25351.288397/2013-25 / 0918421
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4683684225

COUTO FARMACIA E PERFUMARIA LTDA / 29.139.675/0001-06
25351.546207/2020-29 / 7728815
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4645108221

URGENCIA HOSPITAL CRUZ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL CIRURGICO - LTDA / 37.799.464/0001-10
25351.500024/2022-29 / 1273601
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2476886220

MARIA JOSÉ SANTOS PESSOA - ME / 22.498.237/0001-87
25351.630801/2015-30 / 7433888
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4639883220

RN COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA - ME / 40.790.727/0001-34
25351.705046/2015-30 / 1148681
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4668993221

CR MEDICAL PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA - ME / 05.991.790/0001-38
25019.011129/2008-31 / 8047351
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4551500224

R M PEREIRA DROGARIA LTDA / 40.654.112/0001-80
25351.383060/2021-31 / 7802500
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4645112229

FARMÁCIA SANTA NECILIA LTDA- ME / 24.589.319/0001-62
25351.002348/2003-33 / 0316262
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4672599227

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/1156-41
25351.093993/2018-33 / 7567551
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4646027226

DROGARIA E PERFUMARIA VINHEDO LTDA / 38.421.696/0001-00
25351.371971/2020-34 / 7763108
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4671151221

I C Q CUNHA FARMACIA E COMERCIO / 35.645.867/0001-89
25351.135746/2020-36 / 7711080
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4671131227

LEVER MEDICAL MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI / 40.758.730/0001-70
25351.163419/2022-36 / 8251792
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4375771224

DAAS DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO LTDA / 06.307.786/0001-70
25351.201425/2020-37 / 4018966
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 4681962228

DROGARIA A FARMACEUTICA LTDA / 34.211.356/0001-96
25351.812901/2020-40 / 7741750
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4683674228

AMAZON COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 34.562.495/0001-64
25351.618568/2019-41 / 8190811
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4682512226

Abc equipamentos hospitalares ltda / 40.014.621/0002-20
25351.339237/2022-42 / 8255487
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4632079227

Lucas Garcia Bertipaglia - EPP / 11.592.859/0001-53
25351.737579/2021-43 / 8228024
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4681944220

DROGARIA CENTRALFARMA LTDA / 15.433.090/0001-81
25351.071891/2022-43 / 7879914
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4645110222

DROGARIA FIALHO RAMOS LTDA / 01.762.082/0001-74
25351.241189/2014-43 / 7173375
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4683678221

DROGARIA FREITAS LTDA / 25.087.413/0001-86
25351.953793/2021-45 / 7781678
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4650779225

DROGARIA MEDICAL POPULAR EIRELI / 14.343.258/0001-03
25351.014133/2021-47 / 7831781
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4677236227

DROGARIA M&F LTDA / 25.403.972/0001-58
25351.395788/2016-48 / 7481481
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4677222227

LUMIRADX HEALTHCARE LTDA / 22.940.751/0002-01
25351.835192/2016-48 / 8132753
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4686877229

DROGARIA SANTOS E FERNANDES VISTA ALEGRE LTDA / 00.278.212/0001-35
25351.211032/2002-50 / 0279637
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4671114227
25351.211032/2002-50 / 0279637
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4671143221

ELIAS DA CRUZ SANTOS EMPREENDIMENTO / 33.409.132/0001-20
25351.511271/2022-51 / 7899830
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4671135220

LH TRANSPORTES E SERVICOS LTDA / 02.215.841/0001-41
25351.240266/2019-52 / 3086030
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 4663350224

GUILHERME ANDRE DE ANDRADE / 32.043.662/0001-35
25351.176263/2022-53 / 3112058
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4682253221

DROGA VIDA LTDA - ME / 19.419.749/0001-04
25351.410942/2014-57 / 7238772
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4645135228

CRESCENTE MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 44.362.423/0001-27
25351.139700/2022-58 / 4047055
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4669284223

LAMED COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA / 35.474.953/0001-76
25351.412635/2020-59 / 1238574
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4662905222

DROGARIA PONTE ALTA DE MINAS LTDA- ME / 21.086.168/0001-31
25351.709081/2014-61 / 7336751
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4645127227

DROGARIA DANTAS LTDA / 34.765.345/0001-58
25351.619529/2019-61 / 7689427
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4671116223
---
farmacia sao geronimo ltda me / 06.140.322/0001-12
25351.347525/2014-61 / 7212411
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4677248221
25351.347525/2014-61 / 7212411
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4671153228

CLOVIS AUGUSTO GARCIA / 25.346.479/0001-43
25351.400522/2014-62 / 7231436
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4665509221

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 84.683.481/0417-95
25351.143805/2016-63 / 7461795
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4671157221

DROGARIA AMADEUS EIRELI - FILIAL III / 24.362.493/0005-00
25351.075523/2014-64 / 7105891
7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4645120220

ALDO FERRARI NOGUEIRA MEDICAMENTOS / 48.647.978/0001-76
25351.695545/2013-64 / 7055911
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4677264222
---
farmacia e drogaria nissei S.A / 79.430.682/0161-26
25351.246352/2014-64 / 7172579
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4677260220

MARLY PINHEIRO / 07.642.989/0001-86
25351.198969/2014-66 / 7157790
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4677244228

LDM EQUIPAMENTOS LTDA / 00.538.079/0001-09
25351.203773/2002-67 / 3027128
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4682091221

CAS FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 44.187.846/0001-58
25351.024184/2022-68 / 7910533
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4677240225

CVS ROSA / 94.498.706/0007-64
25351.642247/2013-71 / 7022110
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4671145227

DROGA MAIS SAUDE DM LTDA / 30.059.421/0001-59
25351.421090/2020-71 / 7723622
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4677232224

D. R. DE ALMEIDA E CIA LTDA / 21.557.323/0002-31
25351.040435/2021-71 / 7785210
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4671112221

MVW LTDA / 11.014.241/0001-06
25351.045627/2021-73 / 3101514
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 4682331221

DROGARIA SAUDE FERNANDOPOLIS LTDA / 52.236.213/0001-10
25351.098357/2014-74 / 7120485
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4683666227
25351.098357/2014-74 / 7120485
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4671137226
---
a corujinha ltda / 12.581.708/0001-62
25351.041566/2004-74 / 0411860
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4639885226

ROCHA E SANTOS DROGARIA LTDA / 08.866.319/0001-06
25351.598777/2013-75 / 7032671
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4683668223

LAMED COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA / 35.474.953/0001-76
25351.196655/2020-77 / 8197958
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4662919223

FARMÁCIA PEDREIRA POPULAR LTDA / 21.431.290/0001-06
25351.097543/2015-77 / 7365067
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4668132229
---
ms ranieri drogaria-epp / 18.155.329/0002-78
25351.075259/2022-79 / 7915817
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4675127221

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 84.683.481/0159-56
25351.018655/2010-81 / 0643470
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4650850223

CRESCENTE MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 44.362.423/0001-27
25351.019067/2022-82 / 8241032
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4669493221
---
megamed drogaria ltda me / 16.611.868/0001-68
25351.250870/2014-82 / 7168757
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4677252229

PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A / 33.009.945/0002-04
25351.497424/2017-82 / 8155874
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4682557220

JA Farmacia LTDA ME / 31.863.177/0001-45
25351.711420/2019-84 / 7698078
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4680354228

ORTONENSE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - ME / 04.678.701/0001-35
25351.050647/2003-84 / 8017716
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4662968224

VERTICE COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA ME / 14.033.570/0001-92
25351.532693/2013-85 / 8102814
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4663010229

SHOPPING DA LIMPEZA LUIZOTE EIRELI / 05.579.205/0001-97
25351.773785/2015-85 / 3067185
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4725376221
25351.773785/2015-85 / 3067185
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 4331998223

OLITA COMERCIO E IMPORTADORA LTDA / 41.471.545/0001-63
25351.366266/2022-87 / 8256448
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4719223222

POTIGUAR SURGICAL COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA / 44.821.612/0001-10
25351.104155/2022-89 / 8250631
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4626230229

FF Comercio Farmaceutico Ltda Filial / 37.108.645/0002-33
25351.626391/2020-90 / 7772174
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4645129223

UPDESC COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA / 15.154.312/0001-27
25351.303946/2022-90 / 8254710
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4650226228

DU BOM DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR EIRELI / 18.483.775/0001-20
25351.281393/2015-92 / 3063690
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4682407228

DROGARIA AFRODITE LTDA - ME / 05.558.787/0001-25
25351.730614/2013-93 / 7066728
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4672010223

SANTOS E FERRAZ DROGARIA LTDA / 34.804.900/0001-03
25351.614236/2019-97 / 7688725
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4677266229

TRUST TRADE IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI / 24.110.284/0001-37
25351.295227/2022-98 / 3115969
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4663326226

POTIQUIMICA INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 12.997.542/0001-60
25351.870733/2021-98 / 4040898
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4636605225

CRESCENTE MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 44.362.423/0001-27
25351.019033/2022-98 / 1268786
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4669740229

DU BOM DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR EIRELI / 18.483.775/0001-20
25351.281405/2015-99 / 1140110
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4682640224

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.284, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

UROMED MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 42.866.172/0001-92
25351.115062/2022-80 / 8251468
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 4670445227

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.285, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

J.N. RAYMUNDO DROGARIA / 11.880.769/0004-00
25351.083240/2022-04 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4239653221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação nº 4298175/22-1, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. A licença sanitária apresentada descreve atividades de empresa atacadista - incompatíveis com o assunto solicitado e com a RDC nº 275/2019.

ZONA NOROESTE - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO EHOMEOPATIA LTDA / 14.203.829/0002-87
25351.344069/2022-15 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633671221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

RM MEDICAMENTOS LTDA / 46.865.439/0001-88
25351.354816/2022-15 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4653277223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DROGARIA K S DOS SANTOS EIRELI / 36.852.736/0001-35
25351.344100/2022-18 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633760221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

H DE P SILVA / 46.674.895/0001-40
25351.344097/2022-24 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633752221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

FARMACIA DO POVO DE ATIBAIA LTDA / 46.939.009/0001-63
25351.344086/2022-44 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633720222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

SUPER PODERES LTDA / 43.196.578/0001-78
25351.343815/2022-45 /
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4633012223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo art. 51, da Lei 6.360/76 e pelo art. 3º do Decreto 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

BEAUTYFULL COMERCIO DE PRODUTOS PARA ESTETICA E COSMETICOS LTDA ME / 35.741.579/0001-28
25351.366261/2022-54 /
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 4675539220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

Danilo de Oliveira Ribeiro ltda / 45.387.518/0001-68
25351.210325/2022-63 /
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 4447757222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Contrato Social com objeto compatível com a atividade pleiteada, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

GERLINE MARIA SILVA DE MENDONÇA / 46.933.418/0001-52
25351.356227/2022-71 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4655207223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

LUSOMEDI DISTRIBUIDORA LTDA / 39.698.264/0001-04
25351.366412/2022-74 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4675699227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.
---
transportadora translilo de salto eireli / 02.261.284/0001-03
25351.370370/2022-76 /
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4682296221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado pela empresa foi emitido pela autoridade sanitária local competente há mais de 12 (doze) meses, contrariando o artigo 17, da RDC n° 16/2014.

Alop Indústri e Comércio LTDA / 13.662.131/0001-86
25351.370532/2022-76 /
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4682468227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente para a classe de produtos solicitada, nº 4.01083-7, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006 e Lei nº 9.782/1999.
---
catarina dos santos carlos drogaria ltda / 45.670.378/0001-30
25351.344080/2022-77 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633700228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

J.C. ROCHA DE ALMEIDA TRANSPORTE. LTDA / 36.740.396/0001-50
25351.370410/2022-80 /
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4682339222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

THE CANDLE STORE FRAGANCIAS PARA AMBIENTES LTDA / 39.716.687/0001-00
25351.370435/2022-83 /
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4682365223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

DAVI SALES PINHEIRO MEDICAMENTOS - ME / 45.733.875/0001-30
25351.344071/2022-86 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633677220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

S F DA SILVA FARMACIA / 46.529.428/0001-27
25351.356216/2022-91 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4655196224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

M. F. FERREIRA DE SOUSA COMERCIAL / 46.297.956/0001-06
25351.344094/2022-91 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4633743221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.286, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

FEW WAY IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI ME / 12.559.109/0001-42
25351.206176/2017-10 / 2093625
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4662688221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.
---
caixa de assistencia dos advogados de sao paulo / 44.692.168/0013-14
25351.199998/2002-10 / 0065449
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4645122226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

BRANDÃO E SIQUEIRA PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 12.558.070/0001-49
25351.250995/2014-11 / 7182129
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4677250222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

E-LEVEN GROUP LTDA / 36.040.646/0001-40
25351.180696/2022-11 /
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4662878225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Petição em desacordo com a RDC 222/2006. Não há previsão de ampliação de atividade para AFE de varejista de produtos para saúde. A empresa deve solicitar o cancelamento da autorização vigente juntamente com o pedido de nova autorização para a atividade requerida.

COMERCIO DE MEDICAMENTOS NUNES LTDA / 12.628.603/0001-11
25351.250092/2011-16 / 1088722
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4449309227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 4471413/22-1, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. A empresa não protocolou pedido de alteração de endereço em sua AE nº 1.22897-6.
25351.250092/2011-16 / 1088722
70800 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - RAZÃO SOCIAL / 4449541227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 4471434/22-3, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. A empresa não protocolou pedido de alteração de razão social em sua AE nº 1.22897-6.

BURMANN E FREITAS LTDA / 34.845.706/0001-76
25351.725934/2019-17 / 7698584
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4683672221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

Farmácia Mãe Rainha Ltda / 13.602.344/0001-12
25351.374513/2014-17 / 7222561
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4645125221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

VIA EXATA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 01.722.348/0001-55
25351.548953/2014-17 / 7293878
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4639887222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

MACEDO E RODRIGUES COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 11.055.358/0001-38
25351.483853/2014-20 / 7266921
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4683682229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DROGARIA YUMI LTDA LTDA EPP / 01.287.560/0001-31
25351.171089/2015-23 / 7374881
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4671149220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

ALAN APARECIDO DOS SANTOS - PARANAPOEMA / 11.324.950/0001-98
25351.215738/2014-24 / 7178599
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4645133221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DE CONTO E STEIGLEDER FARMACIA LTDA. / 09.527.564/0001-51
25351.124997/2009-27 / 0597917
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4650781227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

Bruno Araujo Dias / 15.005.909/0001-00
25351.301613/2012-30 / 0856429
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4671814221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

DROGARIA AVENIDA LTDA / 05.397.922/0001-06
25351.179861/2002-31 / 0015768
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4677242221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

TEGA & TEGA LTDA / 49.602.626/0001-67
25351.198925/2014-36 / 7152437
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4671118220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.
25351.198925/2014-36 / 7152437
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4671161229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

CIRURGICA BRASILEIRA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 11.041.333/0001-85
25351.625124/2010-39 / 8069021
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2476873225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não consta com dados atualizados (solicitados), contrariando o disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

J.N RAYMUNDO DROGARIA / 11.880.769/0005-91
25351.106336/2022-40 / 7885097
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4645106224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

FERREIRA & FLORO LTDA / 02.845.269/0001-02
25351.183161/2002-41 / 0170536
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4671147223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

O P JACOB & SILVA LTDA / 29.437.937/0001-00
25351.560124/2020-42 / 7730008
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4677228226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.
---
ademir sauer / 07.655.676/0001-62
25351.135921/2014-47 / 7129498
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4683670225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

RLJ FARMACIA E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 42.126.294/0001-42
25351.409242/2021-49 / 7848620
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4677220221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DROGARIA PONTO CERTO LTDA / 41.595.035/0001-06
25351.055026/2022-50 / 7880791
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4639881223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

MGM FARMA LTDA / 02.476.399/0002-98
25351.172189/2002-52 / 0057660
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4639879221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

Jane Silva Miranda Farmacia / 36.990.049/0001-86
25351.092294/2022-52 / 7912076
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4677238223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

E. SILVA DA COSTA E CIA LTDA - ME / 08.967.274/0001-66
25351.035644/2015-54 / 7360653
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4677230228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

LUCINEIA MARQUES DE SOUZA DE BURITIRAMA - ME / 21.649.588/0001-89
25351.620940/2015-55 / 7418882
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4650860221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

M N SANTOS ROCHA / 40.659.533/0001-02
25351.673200/2021-60 / 7829164
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4671141224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

Prescrita medicamentos ltda / 10.515.224/0001-90
25351.435195/2014-60 / 7247725
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4683687220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.
---
marques di rosa ltda / 14.807.265/0001-00
25351.598867/2013-66 / 7040096
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4677226220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

IRENE WEGRZYN - ME / 04.903.214/0001-29
25351.021449/2014-66 / 7087925
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4647700224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

Elindayane Vieira de Souza / 36.122.115/0001-04
25351.100625/2020-73 / 7708598
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4625868220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não consta com dados atualizados (solicitados), contrariando o disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

JULIANA PARALEGO & CIA LTDA ME / 04.815.191/0001-09
25351.183124/2014-76 / 7310621
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4645118228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

ZUNARELLI & CIA LTDA / 72.204.456/0001-84
25351.640341/2014-77 / 7316793
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4677258228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.
---
paz e ribeiro ltda / 43.350.282/0001-60
25351.071254/2022-77 / 7886899
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4645114225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

FARMACIA CESARIO LTDA / 41.000.969/0001-40
25351.479431/2013-79 / 0986732
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4645131225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

MARTINS E REIS LTDA / 36.676.143/0001-65
25351.645998/2020-79 / 7734230
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4683680222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

JOELMA GOMES PAZ EUGÊNIO ME / 09.113.534/0001-07
25351.371779/2015-81 / 7395629
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4645104228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

HELTON F ARAGAO / 43.559.089/0001-33
25351.111332/2022-83 / 7914154
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4671133223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

ORONIDES VICENTE DE SOUZA NETO - ME / 25.190.015/0001-90
25351.437762/2016-84 / 7484317
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4639875229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

CAMILA CARLA MAIA DE MACEDO ME / 20.235.799/0001-02
25351.044026/2016-86 / 7453357
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4671139222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

GB DE OLIVEIRA E CIA LTDA / 03.613.918/0014-19
25351.718273/2018-92 / 7617557
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4671155224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

CÍCERO TENÓRIO FLORENTINO / 12.346.995/0001-26
25351.589937/2013-95 / 7026680
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4677246224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.
---
romulo lopes medeiros / 17.471.032/0001-78
25351.290890/2014-96 / 7184454
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4683676224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.287, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

HELP ME SOLUCOES INTEGRADAS LTDA / 28.932.274/0001-38
25351.370551/2022-01 / 1280880
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4682487221

LS TRANSLOG TRANSPORTES DE CARGAS LTDA. / 17.161.395/0001-07
25351.366174/2022-05 / 1280799
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4675449221

BSB-DF TRANSPORTES DE CARGAS LTDA / 08.944.556/0005-71
25351.366269/2022-11 / 1280905
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4675547222

ANDRADE E ANDRADE COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E HOMEOPATICOS LTDA / 47.146.829/0001-60
25351.306239/2022-55 / 1280862
706 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4563009229

SANTA FÉ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS EIRELI / 40.182.638/0001-05
25351.366839/2022-72 / 1280919
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4676144229

PAIVA E QUEIROZ LTDA / 44.284.819/0001-01
25351.344281/2022-74 / 1280859
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4634270222

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.288, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A / 33.009.945/0002-04
25351.268544/2005-31 / 1216107
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4682147226

CRESCENTE MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 44.362.423/0001-27
25351.019034/2022-32 / 1268790
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4669567225

IM FARMACIA DE MANIPULAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS / 09.625.312/0002-46
25351.383123/2018-53 / 1179031
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 4676724220

VITAL FORTE HOSPITALAR LTDA / 33.758.116/0001-43
25351.256817/2021-14 / 1262644
70803 - AE - ALTERAÇÃO - RAZÃO SOCIAL / 4662737222

ANBIOTON IMPORTADORA LTDA. EPP. / 11.260.846/0001-87
25351.036943/2014-73 / 1236434
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4688499221

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.289, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

L DOS SANTOS SILVA - DROGARIA / 38.046.788/0001-40
25351.371448/2022-70 /
70753 - AE - CONCESSÃO - OUTROS PRODUTOS OU SUBSTÂNCIAS SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL (Portaria nº 344/98), EXCETO MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - FABRICANTE / 4684387224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui Autorização de Funcionamento (AFE) vigente para a atividade e classe de produtos solicitada, nº 7.81536-5, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006 e Lei nº 9.782/1999. A AFE já autoriza a venda e dispensação de controlados.

Ministério do Trabalho e Previdência

SECRETARIA DE TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Trabalho/MTP, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência de auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46200.000065/2017-56	211215732	A D T Drogaria Ltda	AC
2	46200.000923/2017-62	212798944	Martins E Gomes Ltda	AC
3	46778.001416/2017-10	212659197	Petrobras Transporte S.A - Transpetro	BA
4	46205.008767/2019-08	218027613	Antonio Elieser Da Silva	CE
5	46205.008821/2019-15	218050925	Centro de Ensino Superior do Ceara	CE
6	46205.006391/2019-99	217677576	D H Diniz Meireles & Cia Ltda	CE
7	46205.003683/2019-70	217256007	D H Diniz Meireles & Cia Ltda - Epp	CE
8	46205.009131/2019-75	218134371	Effective Promotora de Vendas E Servicos Ltda	CE
9	46205.002891/2019-51	217054455	J M Lucas Saraiva	CE
10	46205.002892/2019-04	217054544	J M Lucas Saraiva	CE
11	46205.002893/2019-41	217054633	J M Lucas Saraiva	CE
12	46205.002894/2019-95	217054781	J M Lucas Saraiva	CE
13	46205.002473/2019-64	217011349	Picanha do Cowboy Ltda	CE
14	46205.002474/2019-17	217010334	Picanha do Cowboy Ltda	CE
15	46205.002631/2019-86	217039260	Restaurante & Pizzaria Doro Ltda	CE
16	46205.002801/2019-22	217059104	Restaurante & Pizzaria Doro Ltda	CE
17	46205.004314/2019-02	217356591	Sociedade Educacional Edice Portela Ltda	CE
18	46205.007358/2019-86	217848699	ZR Servicos e Construcoes Eireli	CE
19	46205.007359/2019-21	217848711	ZR Servicos e Construcoes Eireli	CE
20	46208.011302/2017-34	212867113	Especificas Seikou Ltda	GO
21	46242.000785/2018-14	214975444	SilviodDe Castro Cunha Junior	MG
22	46222.007522/2019-47	218800070	Caixa Economica Federal	PA
23	46213.013957/2016-97	209960591	Provider Solucoes Tecnologicas Ltda	PE
24	46213.013958/2016-31	209960841	Provider Solucoes Tecnologicas Ltda	PE
25	46213.013959/2016-86	209960485	Provider Solucoes Tecnologicas Ltda	PE
26	46213.013960/2016-19	209960434	Provider Solucoes Tecnologicas Ltda	PE
27	46212.014145/2019-11	218482205	Equipe Saude Consultorios Medicos Ltda	PR
28	46212.014153/2019-68	218482299	Fundacao Ecumenica de Protecao Ao Excepcional	PR
29	46212.012334/2019-50	218167164	Jak Modas - Eireli	PR
30	46212.007443/2019-55	217480861	JCLOG Transporte Ltda	PR
31	46212.007444/2019-08	217480870	JCLOG Transporte Ltda	PR
32	46212.007445/2019-44	217480888	JCLOG Transporte Ltda	PR
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46017.001512/2019-23	201.369.214	E. Moreira Aragão Locação de Mão de Obra	CE
2	46205.008003/2019-12	201.490.056	HRA Projetos, Consultoria e Assessoria Ltda.	CE
3	46215.030583/2010-69	506.420.477 - TRet nº 506.687.279	Vereráveel Ordem Terceira de São Francisco na Previdência de Deus	RJ
4	46217.008168/2017-85	201.010.402	Ex Incorporações e Empreendimentos Ltda.	RN
5	46473.005795/2014-91	200.362.992	Recoma Construções Comércio e Indústria Ltda.	SP

1.2 Pela improcedência de auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46225.002274/2016-75	209366516	Motoka-Veiculos e Motores Ltda	RR
2	46225.002268/2016-18	209366451	Motoka-Veiculos e Motores Ltda	RR
3	46225.002262/2016-41	209366397	Motoka-Veiculos e Motores Ltda	RR
4	46225.002313/2016-34	209366435	Motoka-Veiculos e Motores Ltda	RR
5	46225.002261/2016-04	209366389	Motoka-Veiculos e Motores Ltda	RR
6	46225.002275/2016-10	209366524	Motoka-Veiculos e Motores Ltda	RR

1.3 Pela procedência parcial de auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46213.022314/2014-72	204961165	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
2	46213.022315/2014-17	204937116	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
3	46213.022318/2014-51	204937213	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
4	46213.022320/2014-20	204937132	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
5	46213.022321/2014-74	204937175	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
6	46213.022323/2014-63	204937205	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
7	46213.022325/2014-52	204937167	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
8	46213.022326/2014-05	204937345	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
9	46213.022328/2014-96	204972396	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
10	46213.022329/2014-31	204961076	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
11	46213.022331/2014-18	204937299	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
12	46213.022332/2014-54	204961050	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
13	46213.022334/2014-43	204946824	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
14	46213.022335/2014-98	204961203	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
15	46213.022336/2014-32	204961190	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
16	46213.022338/2014-21	204961084	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
17	46213.022339/2014-76	204961157	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
18	46213.022340/2014-09	204937353	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
19	46213.022341/2014-45	204937256	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
20	46213.022345/2014-23	204937311	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
21	46213.022346/2014-78	204937159	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
22	46213.022351/2014-81	204972400	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
23	46213.022530/2014-18	204937329	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
24	46213.022532/2014-15	204961041	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
25	46213.022535/2014-41	204937221	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
26	46213.022536/2014-95	204961181	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
27	46213.025245/2014-59	204937141	Rodoviaria Caxanga S.A.	PE
28	46212.012708/2019-37	218236565	Escola Tecnologica de Curitiba Ltda.	PR
29	46226.016590/2013-71	18453163	Casa da Caridade Dom Orione	TO
30	46226.002354/2017-00	212536125	Servi Seguranca e Vigilancia de Instalacoes Ltda	TO

2- Em Apreciação de Recurso de Ofício.

2.1 Pela improcedência de auto de Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	14152.038352/2020-61	219412022	Atacadão S.A.	BA
2	14152.087032/2020-34	219880956	Companhia das Docas do Estado da Bahia CODEBA	BA
3	14152.117872/2020-39	220189358	Conquista Cafeteria E Biscoitos Finos Eireli	BA
4	14152.029524/2020-13	219324085	CSN - Transportes Urbanos Spe S/A	BA
5	14152.063652/2020-88	219653186	Duo Plastic Industria e Comercio de Artefatos de Plasticos	BA
6	14152.059676/2021-13	218931051	Estado da Bahia	BA
7	14152.123972/2020-02	220250359	Estofados Centro Oeste Ltda	BA
8	14152.123978/2020-71	220250413	Estofados Centro Oeste Ltda	BA
9	14152.102687/2020-40	220037507	Handytech Informatica e Eletronica Ltda	BA
10	14152.018885/2021-15	218879326	Higiclean Limpeza e Conservacao Eireli	BA
11	14152.018886/2021-51	218879385	Higiclean Limpeza e Conservacao Eireli	BA
12	14152.018887/2021-04	218879393	Higiclean Limpeza e Conservacao Eireli	BA
13	14152.054692/2021-10	219009945	Labaclen Laboratorio de Analises Clinicas e Endocrinologicas Ltda	BA
14	14152.015758/2021-56	220478716	Magnesita Mineracao S.A.	BA
15	14152.054601/2021-46	218995491	Martins Medeiros Armazens Gerais Ltda	BA
16	14152.054602/2021-91	218995504	Martins Medeiros Armazens Gerais Ltda	BA
17	14152.116944/2020-21	220180075	Municipio de Pe de Serra	BA
18	14152.019041/2020-01	219219737	Nova Lapa Empreendimentos Spe S/A	BA
19	14152.019042/2020-47	219219745	Nova Lapa Empreendimentos Spe S/A	BA
20	14152.016280/2020-09	219192111	Quattro Serv Servicos Gerais Ltda	BA
21	14152.059795/2021-76	218985711	Quattro Serv Servicos Gerais Ltda	BA
22	46778.001341/2018-40	215546504	Reicon Industria e Comercio de Fraldas Descartaveis Ltda	BA
23	46778.001342/2018-94	215546431	Reicon Industria e Comercio de Fraldas Descartaveis Ltda	BA
24	46778.001343/2018-39	215546369	Reicon Industria e Comercio de Fraldas Descartaveis Ltda	BA
25	46778.001364/2018-54	215546334	Reicon Industria e Comercio de Fraldas Descartaveis Ltda	BA
26	46778.001365/2018-07	215546296	Reicon Industria e Comercio de Fraldas Descartaveis Ltda	BA

27	46778.001366/2018-43	215546181	Reicon Industria e Comercio de Fraldas Descartaveis Ltda	BA
28	14152.075445/2020-76	219771111	Sae Towers Brasil Torres de Transmissao Ltda	BA
29	14152.095292/2020-83	219963550	Supermercados Jambo Ltda.	BA
30	14152.095293/2020-28	219963568	Supermercados Jambo Ltda.	BA
31	14152.095294/2020-72	219963576	Supermercados Jambo Ltda.	BA
32	14152.095295/2020-17	219963584	Supermercados Jambo Ltda.	BA
33	14152.095297/2020-14	219963606	Supermercados Jambo Ltda.	BA
34	14152.018608/2020-13	219215197	Topseg Seguranca Patrimonial Ltda	BA
35	14152.047292/2020-77	219501041	Valdeci Cerqueira Silva de Feira de Santana	BA
36	47747.001324/2019-13	216818613	Cervejaria Zx S.A.	MG
37	14152.001583/2021-08	220336962	Multiaguas - Distribuidora de Bebidas Ltda	MG
38	46504.000229/2019-92	216792614	Wanderley Vitor de Paula 06133640669	MG
39	46212.014691/2019-52	218645155	Marc Construtora de Obras Ltda	PR
40	46212.015774/2019-69	218999747	Viacao Graciosa Ltda	PR
41	14152.082152/2020-45	219832153	Nucleo Coaching Ltda	RS
42	46219.007433/2018-79	214741788	Rocontec Cessao de Mao de Obra Ltda	SP
43	46219.007438/2018-00	214741885	Rocontec Cessao de Mao de Obra Ltda	SP

2.2 Pela procedência de auto de Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46206.004569/2019-57	217509568	ATP Tecnologia E Produtos S/A	DF
2	46212.011979/2018-94	215275667	Mili S/A	PR
3	46212.011980/2018-19	215275659	Mili S/A	PR
4	14152.071180/2020-37	219728461	Centro De Atividades Fisicas Zanella Eireli	RS
5	14152.071541/2020-45	219732078	Centro De Atividades Fisicas Zanella Eireli	RS
6	14152.071542/2020-90	219732086	Centro De Atividades Fisicas Zanella Eireli	RS
7	14152.071864/2020-39	219735301	Centro De Atividades Fisicas Zanella Eireli	RS
8	14152.071919/2020-19	219735859	Centro De Atividades Fisicas Zanella Eireli	RS
9	14152.071931/2020-15	219735972	Centro De Atividades Fisicas Zanella Eireli	RS
10	46263.001247/2019-71	217175392	Panificadora Milano Ltda	SP
11	46263.001248/2019-16	217175155	Panificadora Milano Ltda	SP

2.3 Pela procedência parcial de auto de Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	14152.016019/2021-81	220481326	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Ilhéus	BA

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2222 (28226583), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DOS MUNICÍPIOS DE PETROLINA-PE, SALGUEIRO-PE, SERRA TALHADA-PE, FLORESTA-PE, OURICURI-PE, ARARIPINA-PE - SINPROPNZ, CNPJ 47.183.964/0001-86, Processo 19964.111308/2022-33, para representar a Categoria Profissional Diferenciada de Propagandistas, Propagandistas -Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos, de acordo com a Lei nº 6224 de 14 de julho de 1975, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Araripina, Floresta, Ouricuri, Petrolina, Salgueiro e Serra Talhada, Estado de Pernambuco, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2228 (SEI 28264408), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 19964.115705/2022-84, de interesse do SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO, CNPJ: 46.265.482/0001-02, tendo em vista a não caracterização de categoria, a insuficiência e irregularidade de documentação não passível de saneamento, a constatação de conflito de sede e de conflito total com ente com registro no CNES, nos termos do artigo 253, incisos I, II, III e IV da Portaria/MTP nº 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2215 (SEI28211326), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical nº 19964.115478/2022-97, de interesse do SINDICATO DOS AUXILIARES PERICIAIS DA POLICIA CIENTIFICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SINPCI/SC, CNPJ: 47.564.500/0001-10, tendo em vista a irregularidade de documentação não passível de saneamento, assim como a não caracterização de categoria, nos termos do artigo 253, incisos I e II da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2235 (SEI 28279503), resolve: INDEFERIR o Pedido de Incorporação nº 19964.115687/2022-31, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha, Pneumáticos e Afins de São Paulo e Região - SP, CNPJ 62.296.363/0001-73, tendo em vista que a representação da entidade resultante excedeu a soma da representação das entidades preexistentes, nos termos do artigo 253, inciso IX da Portaria/MTP nº 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2261 (SEI 28337177), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.113735/2022-56, de interesse do SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR FRETAMENTO E DE TURISMO DE LONDRINA, CNPJ: 74.125.048/0001-62, insuficiência de documentação apresentada após notificação de saneamento, nos termos do artigo 253, inciso I da Portaria/MTP nº 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2204 (Nº SEI 28191434), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 19964.115379/2022-13, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais em Construção, Conservação, Administração e Fiscalização das Rodovias sob a responsabilidade do Estado de Alagoas, CNPJ n.º 35.561.299/0001-38, tendo em vista a irregularidade de documentação não passível de saneamento, nos termos do inciso I do art. 253 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, e com fundamento na Analise Técnica nº 2203 (28191168), resolve: CANCELAR o registro sindical do SINDIOPTICA - SINDICATO IND DA OPTICA DO EST. RIO DE JANEIRO, CNPJ: 34.124.735/0001-49, Carta Sindical L057 P053 A1970, visto a Assembleia Geral Extraordinária de Dissolução da entidade realizada em 22/12/2017, nos termos do inciso II do art. 258 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, nos termos da Portaria/MTP nº 671/2021 e na Lei nº 9.784/1999, e com fundamento na Análise Técnica nº 2181 (SEI 28112241), resolve: 1) Conhecer o Recurso Administrativo nº 19964.115136/2022-77 (SEI 28086160) e Reconsiderar a decisão administrativa publicada no D.O.U. de 08/09/2022, Seção 1, Nº 171, Página 81 (SEI 27790044) nos termos do art. 53, § 1º, da Lei nº 9.784/99; 2) Cancelar o registro sindical do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Caruaru, CNPJ: 24.302.374/0001-20, Processo nº 24330.016252/90-43, em razão da inscrição no CNPJ com situação de baixada, com fulcro no artigo 258, inciso II da Portaria/MTP nº 671/2021; 3) Publicar o pedido de alteração estatutária nº 14021.108935/2022-13, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos dos Estado de Pernambuco, CNPJ: 09.769.258/0001-21, para representação da categoria Profissional dos trabalhadores nas indústrias gráficas, editoriais, jornais, revistas, envelopes, cartonagem, serigrafia e formulários contínuos, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos; nas Indústrias da Gravura, do Acabamento e dos Serviços Gráficos; trabalhadores em artes gráficas; trabalhadores em indústrias de carimbos e clicherias; trabalhadores em empresas de produtos impressos em serigrafia (silk-screen); trabalhadores em indústrias de formulários contínuos convencionais e eletrônicos e em dados variáveis; trabalhadores em indústrias de produtos gráficos editoriais; trabalhadores em indústrias de produtos gráficos para acondicionamento; embalagens impressas; trabalhadores em indústrias de etiquetas adesivas impressas; trabalhadores em reprografia e impressão digital eletrônica (gráficas rápidas (cópias em impressoras tipo xerox) - Impressão digital híbrida em dados variáveis, reprografia; trabalhadores em empresas de serviços gráficos em brindes promocionais e dos trabalhadores em empresas de produtos gráficos comerciais e promocionais e impressos para fins publicitários; trabalhadores em empresas de impressos de segurança - reprografia, tendo como definição as etapas das atividades gráficas de pré-impressão, impressão e acabamento gráfico, usando os sistemas de impressão que utilizam as tecnologias digital e eletrônica, híbrida e com conteúdo variável, ftexoffset, ploter, holografia, talho doce, jato de tinta, relevografia, flexografia, tipografia, letterset, litografia. offset, retogravura, calcografia, tampografia, serigrafia por estênceis (silk-screen) hot-stamping, transfer, alta frequência, aplicação de alto e baixo relevo - compreendendo os produtos resultantes das atividades e dos segmentos gráficos como: livros, revistas, guias, manuais, rótulos convencionais, rótulos com efeitos especiais, etiquetas, etiquetas autoadesivas, decalques; embalagens cartotécnicas semi-rígidas convencionais, cartuchos, embalagens semi-rígidas convencionais com efeitos especiais; embalagens laminadas em papelão ondulado, impressas embalagens sazonais; embalagens impressas em suportes rígidos não celulósicos; embalagens flexíveis laminadas; embalagens flexíveis impressas, para produtos alimentícios, farmacêuticos, vestuário, embalagens flexíveis em laminados plásticos impressos, polímeros, rótulos plásticos encolhíveis, laminados sacos e sacolas; embalagens flexíveis impressas; embalagens impressas metálicas em processo litográfico, metalgráfica, (folhas de flan, etiquetas metálicas em pano, alumínio, couro, plástico, pvc); sacolas, pôsteres e cartazes, catálogos promocionais, relatórios de empresas, tablóides e folhetos publicitários, malas diretas, folhetos, folders, banners, kits promocionais, displays, móbiles e materiais de ponto de venda e de mesa, displays e materiais de ponto de venda de chão impressos, calendário de mesa, calendário de parede, cartão de mensagem, convites, diplomas, cartões de visita, materiais de papelaria, envelopes, formulários contínuos, plano, jato, contínuo e mailer, impressos de segurança, cheques, boletos de cobrança, carnês de cobrança, cartões magnéticos, vale (ticket), refeição, vale-transporte, alimentação, pedágio, transportes (metrô-ônibus-trem), identificação, cartão de crédito, telefônico e impressão eletrônica; cadernos, agendas, jogos (baralhos, quebra cabeças); cardápios, produtos para festa impressos, papel de parede; sinalização; loterias; jogos promocionais; cheques; boletos de cobrança; carnês de cobrança; booklet; faturas telefônicas; extratos e faturas de cartões; cartões magnéticos e eletrónicos: cartas de cobrança; holerites; extratos de contas , confeccionados conforme os sistemas de impressão acima citados; e dos trabalhadores que exercem atividades de impressão, pré-impressão, acabamento gráfico, inclusive digital, cartográfico, flexográfico, tecnólogo em produção gráfica, tecnólogo gráfico, tecnólogo em design gráfico, desenhista industrial gráfico (designer gráfico), com abrangência Estadual e base territorial no Estado de Pernambuco, nos termos dos artigos 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671/2021, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnação.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 895, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.003410/2022-72, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano PREVICEL (nova denominação do Plano Básico), CNPB nº 1996.0039-92, administrado pela Previcel - Previdência Privada da CELEPAR, CNPJ nº 01.614.904/0001-70.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 61, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) SECRETÁRIO NACIONAL DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 584, de 23 de maio de 2022 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) abaixo, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
203427 - Cinema nas Redes
Meios de Produção e Comunicação Ltda
CNPJ/CPF: 27.920.016/0001-79
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 74.869,17
Valor total atual: R$ 1.073.867,15

212905 - A Quebrada
Clarear Produções Artísticas Ltda - ME
CNPJ/CPF: 10.648.652/0001-90
Cidade: São Paulo - SP;

Valor Complementado: R$ 298.702,80
Valor total atual: R$ 898.177,50

211622 - Estúdio Escola de Animação - Ano X
Baluarte Agência de Projetos Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 07.560.676/0001-89
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 341.570,16
Valor total atual: R$ 1.099.335,56

190332 - MUNDO DAS ÁGUAS ITINERANTE (título provisório)
LUCIANA CRISTINA PEDRON
CNPJ/CPF: 171.638.698-51
Cidade: Limeira - SP;
Valor Complementado: R$ 62.248,22
Valor total atual: R$ 746.980,54

211647 - Rota Polar
TOCHA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - EPP
CNPJ/CPF: 19.291.237/0001-05
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 298.702,80
Valor total atual: R$ 898.610,13

Art. 2.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) abaixo, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
185837 - CINE OUTDOOR EXPERIENCE
ROGERIO MARINS RIBEIRO
CNPJ/CPF: 837.035.009-72
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 0,03
Valor total atual: R$ 336.323,96

Art. 3.º - Alterar o(s) proponente(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 211162 - Diversidade - #Respeito, publicado na portaria nº 0025/21 de 23/04/2021, no D.O.U. em 26/04/2021.

Onde se lê: KAUE LIMA DE OLIVEIRA
Leia-se: KAGB FILMES LIMITADA.

Art. 4.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 204810 - FEED DOG BRASIL 2021 - Festival Internacional de Documentários de Moda, publicado na portaria nº 0075/20 de 04/12/2020, no D.O.U. em 07/12/2020, para FEED DOG BRASIL 2022 - Festival Internacional de Documentários de Moda.

Art. 5.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 204810 - FEED DOG BRASIL 2021 - Festival Internacional de Documentários de Moda, publicado na portaria nº 0075/20 de 04/12/2020, publicada no D.O.U. em 07/12/2020.

Onde se lê: FEED DOG BRASIL é um festival de cinema dedicado a documentários sobre o universo da moda. O evento será realizado em São Paulo (SP), com cerca de 15 títulos nacionais e estrangeiros, inéditos no circuito comercial brasileiro. Além dos filmes, haverá palestras, debates e oficinas, provocando reflexão entre as linguagens do cinema e da moda. Esta nova edição do evento será realizada de forma presencial, em julho de 2021.

Leia-se: FEED DOG BRASIL é um festival de cinema dedicado a documentários sobre o mundo da moda. O evento será realizado em São Paulo (SP), com cerca de 15 títulos nacionais e estrangeiros e uma mostra de filmes universitários. Além dos filmes, haverá palestras, debates e uma oficina, conectando as linguagens do cinema e da moda. Esta edição do evento será presencial, realizada em outubro de 2022.

Art. 6.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 7.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO CHAVES LOPES

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
220453 - Cine PE Festival do Audiovisual 2022
BPE - BERTINI - PRODUCOES E EVENTOS CULTURAIS E ESPORTIVOS EIRELI
CNPJ/CPF: 04.719.487/0001-18
Cidade: Recife - PE;
Prazo de Captação: 08/09/2022 à 31/12/2022

201938 - 3 MARIAS ? CATADOR DE ARANHAS
RICARDO FERNANDES RODRIGUES
CNPJ/CPF: 015.727.218-47
Cidade: Jaú - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

211558 - CULTURAS DA TERRA - BIOMA AMAZÔNIA
LEANDRO S. VERZINI PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS
CNPJ/CPF: 23.275.300/0001-89
Cidade: Bebedouro - SP;
Prazo de Captação: 02/10/2022 à 31/12/2022

193589 - Documentário Ritmo & Poesia
Henrique Rafael de Oliveira Brito
CNPJ/CPF: 365.374.928-07
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

204810 - FEED DOG BRASIL 2021 - Festival Internacional de Documentários de Moda
In Brasil Produção Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 62.446.224/0001-89
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/10/2022 à 15/12/2022

211574 - IN EDIT BRASIL 2022 - 14º Festival Internacional do Documentário Musical
In Brasil Produção Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 62.446.224/0001-89
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/10/2022 à 10/12/2022

211678 - Memórias de Betim (EVENTO VIRTUAL)
VITOR GONZAGA DOS SANTOS 12627379666
CNPJ/CPF: 31.363.703/0001-08
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/07/2022 à 30/09/2022

211713 - Menino Árvore
Nkls Produções Ltda. - ME
CNPJ/CPF: 12.521.386/0001-66
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/10/2022 à 31/12/2022

211551 - MT QUEER NA ESTRADA
ELTON MARTINS DA SILVA EIRELI
CNPJ/CPF: 40.614.942/0001-84
Cidade: Cuiabá - MT;
Prazo de Captação: 01/10/2022 à 31/12/2022

211681 - SOCIEDADE REGENERATIVA
Okna Produções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 08.267.476/0001-03
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/10/2022 à 31/12/2022

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA FUNARTE Nº 509, DE 27 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a convocação do primeiro suplente do Edital para o Programa Funarte Aberta - Oficina e Formação - Funarte MG 2022.

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, nomeado pela Portaria nº 356, de 19 de abril de 2021, publicada no D.O.U. 20 de abril de 2021, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 07/04/2004, publicado no D.O.U. de 08/04/2004;

Considerando:

A Portaria n° 468, de 27 de maio de 2022, publicada no DOU de 27/05/2022, edição 100, seção 1, página 245, que regulamentou o Edital para o Programa Funarte Aberta - Oficina e Formação - Funarte MG 2022, com a publicação integral na edição 100, seção 3, páginas 215 e disponíveis na página eletrônica da Funarte, em www.gov.br/funarte, resolve:

I - Tornar pública a convocação do primeiro suplente, conforme cláusula 5.4.1 do edital, que passa a constar como projeto selecionado:

MÓDULO I - CATEGORIA E

	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	PROPONENTE	PROPOSTA	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
	151361	Teatro Negro e Atitude	Teatros Negros (Poéticas Da Negrura / Estéticas Da Atitude)	37	SELECIONADO

II - Essa portaria entra em vigor na data da sua publicação no DOU e disponível na página eletrônica da Funarte: www.gov.br/funarte.

TAMOIO ATHAYDE MARCONDES

Banco Central do Brasil

ATO Nº 1.358, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Encerra a liquidação extrajudicial do Banco Econômico S.A.

O Presidente do Banco Central do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso XV, alínea "b", do Regimento Interno, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com fundamento nos arts. 19, inciso I, alínea "c", e 21, parágrafo único, da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, tendo em vista a transferência do controle acionário da sociedade, que propicia a retomada de suas atividades econômicas sob nova administração, com alteração da denominação social para Banco BESA S.A., resolve:

Art. 1º Fica cessada a liquidação extrajudicial do Banco Econômico S.A., CNPJ 15.124.464/0001-87, com sede em São Paulo (SP), a que foi submetido pelo Ato Presi nº 561, de 9 de agosto de 1996, publicado no Diário Oficial da União de 13 de agosto de 1996.

Art. 2º Fica dispensado do encargo de liquidante o Senhor Natalício Pegorini, carteira de identidade nº 0.895.886-6 - SSP/PR e CPF nº 097.207.239-04.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA Nº 907, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

ICP nº 08190.014329/22-59.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva prevenção e reparação de danos são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, inciso VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público, por representação feita pelo juízo da 17ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília/DF, a respeito da aparente prática do BANCO ITAUCARD S/A em efetuar cobranças levemente superiores ao pactuado, o que em tese, pode configurar lesão a interesse de consumidor, em perspectiva coletiva (lato sensu).

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

Com suporte nas Leis Federai nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando melhor apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto, determina-se:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público.

4. remeta-se os autos ao setor de perícia, do MPDFT, para que analise se a taxa de juros aplicada pelo BANCO INTAUCARD S/A está de acordo com o que foi pactuado contratualmente.

CÁTIA GISELE MARTINS VERGARA
Promotora de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 11, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso das suas atribuições legais e, tendo em vista o disposto nos arts. 137, c/c o artigo 139, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; no artigo 4º, inciso III, da Resolução nº 90, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Superior do Ministério Público Militar; na Resolução nº 149, de 26 de julho de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público; e em conformidade com o Plano de Correições Ordinárias - 2022, resolve:

I - Determinar a promoção de Correição Ordinária na 2ª Procuradoria da Justiça Militar em São Paulo, no período de 8 a 10 de novembro de 2022;

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMUEL PEREIRA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 302ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2022

Aos vinte e sete dias de setembro de dois mil e vinte e dois às quatorze horas e dezoito minutos, iniciou-se, com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a Tricentésima Segunda (302a) Sessão Ordinária da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral do Trabalho localizada no SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, 16º Andar, Edifício CNC, em Brasília-DF. Presentes a Coordenadora, Subprocuradora-Geral do Trabalho, Eliane Araque dos Santos, a membra, Subprocuradora-Geral do Trabalho, Sandra Lia Simón e a membra suplente, Procuradora Regional do Trabalho, Soraya Tabet Souto Maior. Ausente justificadamente o Dr. André Lacerda. Designada a Dra. Soraya Tabet Souto Maior como Relatora "ad hoc" dos feitos do Dr. André Lacerda. Após os cumprimentos iniciais, deu-se início à deliberação dos feitos, conforme abaixo.

1) PROCESSOS COM VISTA NA PAUTA DE SESSÃO

Processo NF-000271.2022.03.010/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITADO: DIRCE APARECIDA FERNANDES OLIVEIRA, SUSCITANTE: FLORENÇA DUMONT OLIVEIRA - Relator: Dr. André Lacerda. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas suscitado pela Dra. Eliane Araque dos Santos.

2) CONSULTAS

Processo NF-000466.2022.23.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MPT/PRT 23ª REGIÃO/COORDENADORIA DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS DE ATUAÇÃO - COPS - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

3) CONFLITOS DE ATRIBUIÇÃO

Processo IC-000772.2016.02.002/8 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: PATRICIA MAUAD PATRUNI, SUSCITADO: MARCOS GOMES CUTRIM - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do(a) suscitado, o Procurador(a) do Trabalho Marcos Gomes Cutrim, em substituição no 52º Ofício da PRT da 2ª Região/SP, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000096.2020.03.002/1 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: SUSCITADO: JOSÉ REIS SANTOS CARVALHO , SUSCITANTE: CRISTIANE MARIA SBALQUEIRO LOPES - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do Pedido de Reconsideração, por inexistência de erro material, determinando-se a remessa dos autos ao Procurador Geral do Trabalho, por economia e celeridade processuais, nos termos do art. 91, VII da Lei Complementar nº. 75 de 1993, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-001468.2022.01.000/9 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: SUSCITADO: ELISIANE DOS SANTOS, SUSCITANTE: MAISA GONÇALVES RIBEIRO - Relator: Dr. André Lacerda. Retirado de pauta a pedido da Relatora "ad hoc" Dra. Soraya Tabet Souto Maior.

Processo NF-002740.2022.01.000/2 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: ELISIANE DOS SANTOS, SUSCITADO: ADRIANA MARIA SILVA CUTRIM - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição da Procuradora do Trabalho ora suscitada, Adriana Maria Silva Cutrim, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004047.2022.02.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: ELISA MARIA BRANT DE CARVALHO MALTA, SUSCITADO: BERNARDO LEÔNCIO MOURA COELHO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição da suscitante, a Procuradora do Trabalho Elisa Maria Brant de Carvalho Malta, titular do 25º Ofício Geral da PRT da 2ª Região/SP, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004457.2022.02.000/2 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: SUSCITADO: VALDIRENE SILVA DE ASSIS, SUSCITANTE: MARIZA MAZOTTI DE MORAES - Relator: Dr. André Lacerda. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição da Procuradora do Trabalho Suscitada, Mariza Mazotti de Moraes (29º Ofício da PRT 2ª Região/SP), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000305.2022.02.003/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: SUSCITADO: DIEGO CATELAN SANCHES, SUSCITANTE: RODRIGO LESTRADE PEDROSO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho suscitado, Diego Catelan Sanches, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000394.2022.02.003/6 - Assunto: 5.CONATPA - Interessados: SUSCITADO: DIEGO CATELAN SANCHES, SUSCITANTE: RODRIGO OCTÁVIO DE GODOY ASSIS MESQUITA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do(a) suscitado, o Procurador do Trabalho Diego Catelan Sanches, do 4º Ofício da PTM de Santos/SP, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001750.2022.03.000/2 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: SUSCITADO: ALOÍSIO ALVES , SUSCITANTE: MARIA DO CARMO DE ARAÚJO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do conflito negativo de atribuições, devolvendo os autos à Suscitante, titular do 16º Ofício Geral da PRT da 3ª Região, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000265.2022.03.003/4 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: SUSCITADO: ALOÍSIO ALVES , SUSCITANTE: MELINA DE SOUSA FIORINI E SCHULZE - Relator: Dr. André Lacerda. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho suscitado, Aloísio Alves (atuando em substituição no 2º Ofício Geral da PTM de Varginha/MG), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001977.2022.04.000/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: SUSCITADO: LUIZ ALESSANDRO MACHADO , SUSCITANTE: JULIANA BORTONCELLO FERREIRA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição da Procuradora do Trabalho ora suscitante, Juliana Bortoncello Ferreira, titular do 36º Ofício da sede da PRT da 4ª Região, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000315.2022.04.006/0 - Assunto: 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITANTE: PRISCILA DIBI SCHVARCZ, SUSCITADO: ANDRÉ LUÍS RUSCHEL FINGER - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do 2° Ofício da PTM de Caxias do Sul, onde atuou em substituição o Procurador do Trabalho André Luís Ruschel Finger, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001809.2022.09.000/2 - Assunto: 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITADO: GUILHERME KIRTSCHIG, SUSCITANTE: THAÍS BARBOSA ATHAYDE DA SILVEIRA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do(a) suscitado, o Procurador do Trabalho Guilherme Kirtschig, titular do 17º Ofício Especializado da PRT da 9ª Região, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000485.2022.11.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: TAÍSA MASSIMO DE SOUZA DRUMOND, SUSCITADO: JOALI INGRACIA SANTOS DE OLIVEIRA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela remessa do feito à PTM de Macapá para distribuição por prevenção à NF 000061.2022.08.001/0, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002419.2022.15.000/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: SUSCITADO: JOSÉ PEDRO DOS REIS, SUSCITANTE: RENATA NUNES FONSECA STEHLING - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela a atribuição do Procurador do Trabalho Suscitado, José Pedro dos Reis, do 20º Ofício Especializado da PRT da 15ª Região, o Suscitado, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000103.2022.15.004/0 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: SUSCITANTE: ANTÔNIO MARCOS FONSECA DE SOUZA, SUSCITADO: PAULO ROBERTO ASEREDO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do(a) suscitado, o Procurador do Trabalho Paulo Roberto Aseredo, titular do 1º Ofício da PTM de Araçatuba/SP, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000138.2022.15.004/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: SUSCITANTE: SILVIO BELTRAMELLI NETO, SUSCITADO: PAULO ROBERTO ASEREDO - Relator: Dr. André Lacerda. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho suscitante, Silvio Beltramelli Neto (27º OFÍCIO DA PRT 15ª REGIÃO/SP), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000914.2022.17.000/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITADO: EDUARDO MAIA TENORIO DA CUNHA, SUSCITANTE: MARIA NELY BEZERRA DE OLIVEIRA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do(a) suscitado, o Procurador do Trabalho Eduardo Maia Tenorio da Cunha, titular do 7º Ofício Especializado da PRT da 17ª Região/ES, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001148.2022.17.000/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: SUSCITANTE: ANTONIO CARLOS LOPES SOARES , SUSCITADO: KELEY KRISTIANE VAGO CRISTO - Relator: Dr. André Lacerda. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Keley Kristiane Vago Cristo (5º Ofício especializado da PRT 17ª REGIÃO/ES), nos termos do voto do(a) relator(a).

4) ANULAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA

Processo PP-000402.2005.12.001/2 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIANTE: DAYANA CARINA GUTERVIL DE MELLO MULAZANI, NOTICIANTE: JEZIELLE VAZ DE MATOS DA LUZ, INVESTIGADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAUDE DE JOINVILLE E REGIAO, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer e homologar a proposta retificadora do Termo de Ajuste de Conduta n. 18/2015, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo IC-000552.2011.15.002/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DE HOTEIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE UBATUBA, INQUIRIDO: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE APARECIDA E REGIÃO- SECHSAR - Relator: Dr. André Lacerda. Devolvido o feito após pedido de vistas solicitado pela Dra. Sandra Lia Simón, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar a proposta retificadora de TAC, nos termos do voto do Relator. Vencida a Dra. Sandra Lia Simón.

Processo IC-000498.2012.02.000/3 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 15ª REGIÃO (PASTA SIGILOSA), NOTICIANTE: MPT / PRT 15ª REGIÃO - PTM DE ARAÇATUBA, INQUIRIDO: RAIZEN ENERGIA SA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a proposta de revogação do TAC n. 410/2013, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo IC-000273.2012.15.002/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: GRTE - GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, INQUIRIDO: SECHOTEL - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E SIMILARES DE CAMPOS DO JORDÃO E REGIÃO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do pedido de reconsideração encaminhado, nos termos do voto do(a) Relator(a). Ressalva da Dra. Sandra Lia Simón quanto ao mérito do TAC.

Processo IC-000914.2013.04.000/7 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS DE PORTO ALEGRE, CANOAS, ESTEIO, SAPUCAIA DO SUL, SÃO LEOPOLDO, CACHOEIRINHA, ALVORADA E GUAÍBA , INQUIRIDO: SINDICATO TRAB INDÚSTRIA TINTAS E VERNIZES DE GRAVATAÍ - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, decidir pela homologação da proposta de revogação do termo de ajustamento de conduta firmado, aplicando ao caso o princípio da fungibilidade, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo IC-002776.2017.05.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: CEREST - CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR - SALVADOR, INQUIRIDO: IMEGRA - IndUstria de MArmores e Granito - Relator: Dr. André Lacerda. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer e não homologar a proposta modificadora do TAC, nos termos do voto do(a) Relator(a).

5) OUTROS

Processo IC-000558.2015.03.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE LTDA, NOTICIANTE: Vara do Trabalho de Sabará - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Processo NF-001681.2022.04.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (SECRETARIA DA SAÚDE - HOSPITAL SANATÓRIO PARTENON), NOTICIADO: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - GOVERNO DO ESTADO, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Eu, Luiz Cláudio Barbosa Lucas, Secretário da sessão, nos termos do artigo 18, inciso XII, da Resolução nº 142/CSMPT, lavrei a presente ata e a encaminhei a todos os Membros da Câmara de Coordenação e Revisão (MPT) para leitura e aprovação, com determinação de publicá-la no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às quinze horas e dois minutos.

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Coordenadora

SANDRA LIA SIMÓN
Membra

SORAYA TABET SOUTO MAIOR
Membra
(Suplente)

LUIZ CLÁUDIO BARBOSA LUCAS
Secretário

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 37, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022
(Sessão Ordinária)

Presidência: Ministro Bruno Dantas (Vice-Presidente no exercício da Presidência)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária das Sessões: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa
Subsecretária do Plenário: AUFC Denise Loiane Cunha Fonseca

Às 14 horas e 35 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado em razão de vacância do cargo de Ministro), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Jorge Oliveira) e Weder de Oliveira (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo); e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes os Ministros Walton Alencar Rodrigues, com causa justificada, Vital do Rêgo, em férias, e Jorge Oliveira e Antonio Anastasia, em missão oficial.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou a Ata nº 36, referente à sessão realizada em 21 de setembro de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÃO

A Presidência usou da palavra para registrar a presença do Governador e Vice-Governador do Estado de Mato Grosso, Senhores Mauro Mendes e Otaviano Pivetta; do Secretário-Chefe da Casa Civil, Senhor Rogério Gallo; da Senadora Margareth Buzetti; e do Senador Cidinho Santos.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-002.036/2019-3, TC-007.103/2007-7, TC-007.887/2022-1, TC-011.489/2022-7, TC-013.185/2021-7, TC-013.478/2021-4, TC-029.929/2015-6 e TC-043.323/2021-9, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

- TC-009.117/2022-9, TC-014.511/2021-5 e TC-016.066/2022-7, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

- TC-031.396/2011-9, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;

- TC-027.291/2018-9, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira;

- TC-038.826/2021-6, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e

- TC-006.002/2022-6 e TC-006.725/2020-1, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 2117 a 2138.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2139 a 2157, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

PROCESSOS TRANSFERIDOS DE PAUTA

Por deliberação do Colegiado, com base nos §§ 11, 12 e 13 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-020.973/2020-9, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues foi transferida para a sessão ordinária do Plenário de 5 de outubro de 2022. O pedido de adiamento ocorreu antes da realização da sustentação oral que estava prevista. O processo está sob pedido de vista formulado em 10 de agosto de 2022 pelo Ministro Vital do Rêgo (Ata nº 31/2022).

Por deliberação do Colegiado, com base nos §§ 11, 12 e 13 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-026.427/2015-0, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues foi transferida para a sessão ordinária do Plenário de 5 de outubro de 2022. O pedido de adiamento ocorreu antes da realização da sustentação oral que estava prevista. O processo está sob pedido de vista formulado em 22 de junho de 2022 pelo Ministro Vital do Rêgo (Ata nº 23/2022).

Por deliberação do Colegiado, com base nos §§ 11 e 12 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-018.874/2009-1, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz foi transferida para a sessão ordinária do Plenário de 5 de outubro de 2022. O processo está sob pedido de vista formulado em 20 de julho de 2022 pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues. Já votou o relator (Anexo III da Ata nº 28/2022).

Por deliberação do Colegiado, com base nos §§ 11, 12 e 13 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-027.291/2018-9, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira, foi transferida para a sessão ordinária do Plenário de 28 de setembro de 2022. O processo está sob pedido de vista formulado em 13 de julho de 2022 pelo Ministro Vital do Rêgo, 1º revisor, e pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues, 2º revisor (Ata nº 27/2022).

SUSTENTAÇÃO ORAL

A sustentação oral solicitada pela Dra. Marcelise de Miranda Azevedo em nome da Associação dos Colaboradores do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada, referente ao processo TC-020.973/2020-9, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, não foi realizada, em vista da transferência do processo para a sessão ordinária do Plenário de 5 de outubro de 2022.

A sustentação oral solicitada pelo Dr. John Anderson Lucena de Queiroz em nome de Carlos José Castro Marques, referente ao processo TC-026.427/2015-0, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, não foi realizada, em vista da transferência do processo para a sessão ordinária do Plenário de 5 de outubro de 2022.

Na apreciação do processo TC-044.594/202-8, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, o Dr. Felipe Cesar Lapa Boselli não compareceu para realizar a sustentação oral que havia requerido em nome da empresa Iturii Coimpar Indústria e Comércio de EPIs Ltda. Acórdão nº 2146.

Na apreciação do processo TC-024.991/2012-0, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, os Drs. Jorge Luiz Carvalho Lugão e José Anchieta da Silva não compareceram para realizar a sustentação oral que haviam requerido em nome de Luiz Raimundo Carneiro de Azevedo e da empresa SPA Engenharia Indústria e Comércio Ltda., respectivamente. Acórdão nº 2140.

Na apreciação do processo TC-024.993/2012-3, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, os Drs. Jorge Luiz Carvalho Lugão e José Anchieta da Silva não compareceram para realizar a sustentação oral que haviam requerido em nome de Luiz Raimundo Carneiro de Azevedo e da empresa SPA Engenharia Indústria e Comércio Ltda., respectivamente. O Dr. Luís Felipe Cardoso de Oliveira declinou da sustentação oral que havia requerido em nome de André Luiz de Oliveira. Acórdão nº 2141.

Na apreciação do processo TC-034.902/2015-5, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, o Dr. Pedro Augusto Schelbauer de Oliveira realizou sustentação oral em nome de Roberto Gonçalves. Acórdão nº 2142.

APRECIAÇÃO DO PROCESSO TC-019.064/2022-5

Na apreciação do processo TC-019.064/2022-5, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, os Ministros Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz; e os Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira usaram da palavra em concordância com a proposta do relator, sendo que o Ministro-Substituto Weder de Oliveira fez sugestão adicional para que a Segecex realize fiscalização para verificar a situação sistêmicas das concessões rodoviárias. O Ministro Benjamin Zymler, que estava presidindo a sessão, encaminhou a proposta para a avaliação da Presidência. O Governador do Estado de Mato Grosso, Mauro Mendes, usou da palavra para prestar agradecimentos. Acórdão nº 2139.

ATO NORMATIVO APROVADO (v. inteiro teor no Anexo II desta Ata)

TC-007.082/2022-3, relator Ministro Aroldo Cedraz. Acórdão nº 2153.

Resolução - TCU Nº 342 de 28 de setembro de 2022. - "Dispõe sobre a Política Corporativa de Segurança da Informação (PCSI/TCU) e sobre o Sistema de Gestão de Segurança da Informação do Tribunal de Contas da União (SGSI/TCU)."

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 2117/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, em apreciação a estes autos de representação formulado pela Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL/RJ), a respeito de controvérsias contratuais ocorridas entre a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Karpowership Brasil Energia Ltda. - KPS Brasil (CNPJ 43.854.903/0001-42) e a Karpowership Futura Energia Ltda. - KPS Futura (CNPJ 43.969.163/0001-90),

Considerando os pareceres uniformes acostados aos autos lavrados pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (peças 12 a 14);

Considerando que a representante reporta que a KPS Brasil e a KPS Futura protocolaram na Aneel pedido de excludente de responsabilidade das penalidades previstas na subcláusula 7.10 dos Contratos de Energia de Reserva - CER, CERS 451/201, CER 452/21, CER 454/21 e CER 455/21;

Considerando que, em face das potenciais irregularidades, concernentes à não configuração de excludentes de responsabilidade que levasse à exclusão das multas previstas no instrumento de contrato, requereu-se que esta Corte tome todas as providências para garantir que os contratos e as regras do edital sejam imediatamente cumpridos, determinando, portanto, a rescisão das avenças e aplicação de todas as penalidades a KPS, que indubitavelmente descumpriu as regras estabelecidas;

Considerando que os cronogramas outorgados não foram cumpridos dentro dos prazos estabelecidos, em 17/6/2022, foram emitidos Termos de Intimação de Penalidade Editalícia (TIPE) 21/2022-SFG, 22/2022-SFG, 23/2022-SFG e 24/2022-SFG, referentes às UTE Porsud II, Porsud I, Karkey 19 e Karkey 13;

Considerando que a primeira decisão da Aneel a respeito desse tema foi proferida na 21ª Reunião Pública Ordinária, ocasião em que a Diretoria da Agência, por meio do Despacho 1.591/2022 (DOU de 20/6/2022), decidiu suspender eventuais penalidades por atraso na entrada em operação comercial das UTE Karkey 13, Karkey 19, Porsud I e Porsud II até a primeira decisão administrativa da Diretoria da Aneel quanto às excludentes de responsabilidade apresentadas (peça 10);

Considerando que, posteriormente, em uma segunda deliberação sobre o assunto, quando da realização da 29ª Reunião Pública Ordinária, a Aneel decidiu, por meio do Despacho 2.171/2022 (DOU de 15/8/2022), indeferir o pedido de excludente de responsabilidade e de alteração de cronograma, revogar as autorizações das usinas e determinar a instauração de procedimento administrativo com vistas à aplicação de penalidades (peça 9);

Considerando que, em uma terceira deliberação acerca do assunto, o Diretor-Geral da Aneel, por meio do Despacho 2.289/2022 (DOU de 22/8/2022), suspendeu os efeitos da revogação das outorgas da KPS Brasil até o julgamento definitivo do pedido de reconsideração da referida pessoa jurídica (peça 7);

Considerando que, segundo a fundamentação contida no voto do Diretor, a matéria pautada para discussão e deliberação colegiada que originou o Despacho 2.171/2022 consistia na análise dos pedidos de excludente de responsabilidade que foram apresentados pela KPS, os quais foram analisados preliminarmente pela Nota Técnica 117/2022- SFG-SCG/Aneel (peça 8, p. 6);

Considerando que, nesse último despacho, consta que não há na Nota Técnica em questão qualquer apontamento acerca da aplicação das penalidades de revogação das outorgas;

Considerando que, conforme expressou o Diretor-Geral da Aneel na fundamentação do Despacho 2.289/2022, os Termos de Intimação de Penalidades Editalícias (TIPE) 21/2022-SFG, 22/2022-SFG, 23/2022-SFG e 24/2022-SFG não abordaram qualquer possibilidade de aplicação das penalidades de revogação de autorização, o que, inclusive, sequer foi abordado ao longo da Nota Técnica 117/2022-SFGSCG/ANEEL (peça 8, p. 7);

Considerando que, segundo o Diretor-Geral, os TIPE foram muito claros ao comunicar que a KPS Brasil estava sendo notificada para manifestação processual acerca da possível aplicação das penalidades então propostas, quais sejam: (i) advertência; (ii) suspensão temporária do direito de contratar ou participar de licitações por até 24 meses; (iii) declaração de inidoneidade; e (iv) multa. E, entre as penalidades indicadas, não constava a revogação ou cassação de autorização (peça 8, p. 7);

Considerando que, ante o exposto, verifica-se que a Aneel tem se debruçado sobre a matéria objeto desta representação e que o assunto ainda está pendente de decisão definitiva por parte da Agência, encontrando-se, no momento, suspenso os efeitos

das Resoluções Autorizativas 12.466, 12.467, 12.468 e 12.469/2022, até o julgamento definitivo do pedido de reconsideração interposto pela KPS Brasil;

Considerando que, em relação à análise do referido pedido de reconsideração, consultando os processos Aneel 48500.005528/2021-01, 48500.005529/2021-48, 48500.005495/2021-91 e 48500.005496/2021-36, constatou-se que os referidos processos estão tramitando regularmente na Agência e que o referido pedido de reconsideração já conta com Diretor-Relator sorteado em 22/8/2022 para a análise do citado recurso (peça 11);

Considerando, portanto, que em que pese os indícios de irregularidade, considerando que a Aneel está atuando no sentido de imputar penalidades ao agente, entende-se que não é oportuna a atuação do TCU neste momento, sem prejuízo de uma atuação futura caso ocorram indícios de irregularidade quanto às ações a cargo da Aneel;

Considerando que, diante dessa situação, inexiste irregularidade consumada, mas se reconhece a necessidade de acompanhamento da situação, podendo levar a sua consideração de parcial procedência; e

Considerando, por fim, a existência do TC 001.722/2022-0 - que trata de representação sobre indícios de irregularidade no PCS como um todo;

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 105, caput, da Resolução-TCU 259/2014, bem como nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la parcialmente improcedente e determinar o seu apensamento definitivo ao TC 001.722/2022-0, dando ciência à representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.856/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica; Ministério de Minas e Energia.

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2118/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 235 e 237, parágrafo único, do RITCU c/c o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer da representação, ante o não preenchimento dos requisitos de admissibilidade exigidos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, nos termos abaixo:

1. Processo TC-020.247/2022-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S. A. (CeasaMinas); Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (CPPI); e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental)

1.5. Representação legal: Maximiliano Nagl Garcez (OAB/PR 20.792) e outros

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. dar ciência ao representante acerca da presente deliberação, remetendo-lhe cópia da instrução técnica inserta à peça 7;

1.6.2. enviar cópia deste processo à Controladoria-Geral da União e à Comissão de Ética Pública da Presidência da República, para adoção das providências que entenderem cabíveis; e

1.6.3. arquivar os presentes autos, com fundamento no parágrafo único do art. 237 c/c o parágrafo único do art. 235 do RITCU e no art. 105 da Resolução TCU 259/2014.

ACÓRDÃO Nº 2119/2022 - TCU - Plenário

Considerando que, conforme estatuído no art. 35, incisos I, II e III, da Lei 8.443/1992, o recurso de revisão deve ser fundado em erro de cálculo, falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão recorrido e/ou superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando que o presente recurso não está fundado em nenhuma das hipóteses descritas no dispositivo supracitado;

Considerando que as alegações recursais consistem em meros argumentos e teses jurídicas, representando elementos ordinários que somente justificariam o seu exame em sede de recurso de reconsideração, espécie recursal prevista no art. 33 da Lei 8.443/92, a qual já foi interposta nestes autos;

Considerando que os elementos apresentados pelo recorrente não são capazes, nem ao menos em tese, de influenciar a decisão de mérito proferida na presente TCE, visto que pretendem demonstrar a regular aplicação dos recursos públicos federais por meio tão somente de fotografias, as quais, segundo a jurisprudência desta Corte de Contas, possuem baixa força probatória, porquanto podem até comprovar a realização do objeto pactuado, mas não revelam, efetivamente, a origem dos recursos aplicados nas despesas apresentadas, não comprovando, destarte, a regularidade da aplicação dos recursos conveniados;

Considerando que, conforme análise empreendida pela Secretaria de Recursos (peça 274), ante o decidido no Acórdão 420/2021-TCU-Plenário, é inoportuna a reanálise da prescrição pelo TCU na atual fase processual, haja vista que a cobrança executiva referente à dívida objeto desta TCE já foi constituída (TC 002.077/2022-1, apenso) e o Ministério Público junto ao TCU já encaminhou ao órgão credor as informações necessárias à cobrança judicial dessa dívida;

Considerando, todavia, que não restou configurada a prescrição da pretensão punitiva e ressarcitória do TCU, conforme concluiu o Ministério Público junto ao TCU (peça 279), mas por fundamentos diversos, quais sejam:

- relativamente à pretensão punitiva, aplicação dos critérios estabelecidos pelo Acórdão 1.441/2016-TCU-Plenário (Relator Ministro Benjamin Zymler), segundo os quais o prazo entre a ocorrência do fato sancionado (30/3/2006, data do último pagamento, peça 19 do TC 032.121/2010-5) e o ato ordenatório do chamamento dos responsáveis (22/5/2012, peça 1) deve ser inferior ao lapso de dez anos preconizado no Código Civil;

- relativamente à pretensão ressarcitória, a adoção da jurisprudência consolidada deste Tribunal, que se estabeleceu no sentido da imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário, expresso no Enunciado de Súmula 282 desta Corte, enquanto se definem nesta Casa os exatos efeitos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, no RE 636.886/AL;

Considerando que, mesmo se adotando o regime da Lei 9.873/1999, defendido pelo Ministério Público junto ao TCU, não teria ocorrido a prescrição da pretensão punitiva e ressarcitória do TCU, conforme exame empreendido à peça 205;

Considerando, enfim, os pareceres uniformes da unidade técnica e do douto Parquet pugnando pelo não conhecimento do presente recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 288 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em não conhecer do presente recurso, dando-se ciência desta decisão ao recorrente e demais interessados.

1. Processo TC-017.489/2012-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 032.121/2010-5 (REPRESENTAÇÃO); 002.119/2022-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); 002.123/2022-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 002.120/2022-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 002.121/2022-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 002.118/2022-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 002.077/2022-1 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsáveis: Adriana Carvalho Lucena (050.934.014-80); América Construções e Serviços Ltda. - ME (05.492.161/0001-63); Elias da Mota Lopes (034.232.317-26); José Ivaldo de Morais (406.830.874-87); Marcos Tadeu Silva (113.826.864-04); Waldemar Marinho Filho (424.924.164-53).

1.3. Recorrente: Waldemar Marinho Filho (424.924.164-53).

1.4. Órgão/Entidade: Município de Várzea/PB.

1.5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.9. Representação legal: Arthur Sarmento Sales (18081/OAB-PB), Danilo Sarmento Rocha Medeiros (17.586/OAB-PB) e outros, representando José Ivaldo de Morais; Kaio Jose de Brito Marinho (21.011/OAB-PB), Filipe Araújo Reul (15393/OAB-PB) e outros, representando Waldemar Marinho Filho.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2120/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, os subitens 9.9.1 a 9.9.3; 9.10.1 a 9.10.4 e 9.11 do Acórdão nº 1994/2022 - Plenário, prolatado na Sessão de 31/8/2022 - Ordinária, Ata nº 34/2022, como a seguir:

Onde se lê: "9.9.1. 44 propostas de UBSs que se encontram paralisadas, conforme relação a seguir (parágrafos Error! Reference source not found. a Error! Reference source not found. desta instrução)", leia-se: "9.9.1. 44 propostas de UBSs que se encontram paralisadas, conforme relação a seguir, nos termos dos parágrafos 5.5 a 5.5.5.4 da instrução de peça 174";

Onde se lê: "9.9.2. 749 propostas de UBSs que se encontram na situação de concluídas, mas sem funcionamento (parágrafos Error! Reference source not found. a Error! Reference source not found. desta instrução)", leia-se: " 9.9.2. 749 propostas de UBSs que se encontram na situação de concluídas, mas sem funcionamento, conforme parágrafos 5.6 a 5.6.5.4 da instrução de peça 174";

Onde se lê: "9.9.3. duas propostas de UBS que foram canceladas, mas sem devolução dos recursos federais aplicados: UBS São Paulo (Santo Antônio de Jesus/BA; Proposta 11795661000110001) e da UBS Jota Flores (Mucajaí/RR; Proposta 09344140000109002) (parágrafo Error! Reference source not found. desta instrução)", leia-se: "9.9.3. duas propostas de UBS que foram canceladas, mas sem devolução dos recursos federais aplicados: UBS São Paulo (Santo Antônio de Jesus/BA; Proposta 11795661000110001) e da UBS Jota Flores (Mucajaí/RR; Proposta 09344140000109002), conforme parágrafo 4.22.2 da instrução de peça 174";

Onde se lê: "9.10.1. que a não atualização das informações do Sistema de Monitoramento de Obras (Sismob) para as propostas referentes às unidades de saúde que não foram financiadas com recursos transferidos fundo a fundo, tais como convênios, contratos de repasse ou instrumentos congêneres, afronta os princípios da transparência e da publicidade que devem nortear a Administração Pública, impedindo a obtenção de informações seguras sobre a real situação desses ajustes (parágrafos Error! Reference source not found. a Error! Reference source not found. desta instrução)", leia-se: "9.10.1. que a não atualização das informações do Sistema de Monitoramento de Obras (Sismob) para as propostas referentes às unidades de saúde que não foram financiadas com recursos transferidos fundo a fundo, tais como convênios, contratos de repasse ou instrumentos congêneres, afronta os princípios da transparência e da publicidade que devem nortear a Administração Pública, impedindo a obtenção de informações seguras sobre a real situação desses ajustes, conforme parágrafos 3.5 a 3.25.3.5 da instrução de peça 174";

Onde se lê: "9.10.2. que a não atualização das informações do Sismob para as propostas referentes às UPAs canceladas, afronta os princípios da transparência e da publicidade que devem nortear a Administração Pública, bem como o art. 1.112 da Portaria de Consolidação 6/2017, conforme demonstra o seguinte resultado da pesquisa realizada nesse sistema no dia 8/8/2021, quando em cotejo com a planilha que acompanhou à Nota Informativa 18/2021-CGURG/DAHU/SAES/MS (SEI 0021506275) (parágrafos Error! Reference source not found. a Error! Reference source not found. desta instrução)", leia-se: "9.10.2. que a não atualização das informações do Sismob para as propostas referentes às UPAs canceladas, afronta os princípios da transparência e da publicidade que devem nortear a Administração Pública, bem como o art. 1.112 da Portaria de Consolidação 6/2017, conforme demonstra o seguinte resultado da pesquisa realizada nesse sistema no dia 8/8/2021, quando em cotejo com a planilha que acompanhou à Nota Informativa 18/2021-CGURG/DAHU/SAES/MS (SEI 0021506275), nos termos dos parágrafos 5.3 a 5.3.5.1 da instrução de peça 174";

Onde se lê: "9.10.3. que a não atualização dos dados do Sismob para diversas propostas de UPAs que se encontram em fase de readequação da rede física afronta os princípios da transparência e da publicidade e o art. 4º, § 3º, da Portaria GM/MS 3.583/2018, pois impede a obtenção de informações seguras sobre a real situação dessas unidades de saúde, conforme demonstra o resultado da pesquisa feita no dia 8/8/2021 (parágrafos Error! Reference source not found. a Error! Reference source not found. desta instrução)", leia-se: "9.10.3. que a não atualização dos dados do Sismob para diversas propostas de UPAs que se encontram em fase de readequação da rede física afronta os princípios da transparência e da publicidade e o art. 4º, § 3º, da Portaria GM/MS 3.583/2018, pois impede a obtenção de informações seguras sobre a real situação dessas unidades de saúde, conforme demonstra o resultado da pesquisa feita no dia 8/8/2021, nos termos dos parágrafos 5.4 a 5.4.3.5 da instrução de peça 174";

Onde se lê: "9.10.4. que a ausência de informações no Sismob quanto ao motivo para a não entrada em funcionamento das UBSs que estão na situação de concluídas, afronta o art. 1.112 da Portaria de Consolidação 6/2017, dificultando a tomada de decisão por parte deste ministério no sentido de direcionar as ações para colocá-las em funcionamento (parágrafos Error! Reference source not found. a Error! Reference source not found. desta instrução)", leia-se: "9.10.4. que a ausência de informações no Sismob quanto ao motivo para a não entrada em funcionamento das UBSs que estão na situação de concluídas, afronta o art. 1.112 da Portaria de Consolidação 6/2017, dificultando a tomada de decisão por parte deste ministério no sentido de direcionar as ações para colocá-las em funcionamento conforme parágrafos 5.6 a 5.6.3.9 da instrução de peça 174";

Onde se lê: "9.11. dar ciência à Secretaria de Atenção Especializada em Saúde do Ministério da Saúde, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315, de 2020, que a não entrada em funcionamento das UPAs constantes da tabela a seguir, uma vez que já se encontram concluídas, afronta o disposto no art. 3º, caput, e § 1º, da Portaria GM/MS 885/2021 e nos arts. 1148, §§ 1º e 2º, e 1148-A, § 2º, da Portaria de Consolidação GM/MS 6/2017, para aquelas unidades de saúde cujos valores foram transferidos na modalidade fundo a fundo, bem como o estabelecido no art. 79, § 1º, da Portaria Interministerial 507/2011 e no art. 57, § 3º, da Portaria Interministerial 424/2016, para aquelas cujas transferências de recursos se deu mediante contratos de repasse (parágrafos Error! Reference source not found. e Error! Reference source not found. a Error! Reference source not found. desta instrução)", leia-se: "9.11. dar ciência à Secretaria de Atenção Especializada em Saúde do Ministério da Saúde, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315, de 2020, que a não entrada em funcionamento das UPAs constantes da tabela a seguir, uma vez que já se encontram concluídas, afronta o disposto no art. 3º, caput, e § 1º, da Portaria GM/MS 885/2021 e nos arts. 1148, §§ 1º e 2º, e 1148-A, § 2º, da Portaria de Consolidação GM/MS 6/2017, para aquelas

unidades de saúde cujos valores foram transferidos na modalidade fundo a fundo, bem como o estabelecido no art. 79, § 1º, da Portaria Interministerial 507/2011 e no art. 57, § 3º, da Portaria Interministerial 424/2016, para aquelas cujas transferências de recursos se deu mediante contratos de repasse, conforme parágrafos 3.29.1 e 5.2 a 5.2.3.11 da instrução de peça 174", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão retificado.

1. Processo TC-004.876/2018-0 (ACOMPANHAMENTO)
1.1. Apensos: 018.835/2020-1 (SOLICITAÇÃO); 014.145/2015-4 (MONITORAMENTO); 039.348/2019-9 (MONITORAMENTO); 039.270/2019-0 (MONITORAMENTO)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2121/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 243, e 250, inciso III, do Regimento Interno, em considerar cumprida a determinação constante no subitem m 9.3, do Acórdão 983/2022-TCU-Plenário, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-009.078/2022-3 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Comando do 7º Distrito Naval.
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Dar ciência desta deliberação ao Comando do 7º Distrito Naval;
1.6.2. Arquivar este processo, com fundamento no art. 169, III, do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 2122/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 243, e 250, inciso III, do Regimento Interno, em considerar cumprida a determinação constante no subitem 9.5 do Acórdão 321/2021-TCU-Plenário, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-012.305/2021-9 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Apensar definitivamente o presente processo ao TC 000.026/2021-2, no qual foi proferida a deliberação monitorada, com fundamento nos artigos 36 e 37 da Resolução-TCU 259/2014 c/c art. 5º, inciso II, da Portaria-Segecex 27/2009;
1.6.2. Dar ciência desta deliberação à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), unidade Embrapa Amazônia Oriental.

ACÓRDÃO Nº 2123/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 243, e 250, inciso III, do Regimento Interno, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação, em:

a) considerar cumprida a determinação contida no subitem 9.4 do Acórdão 709/2018 - TCU - Plenário (itens 54 a 60 da presente instrução);

b) considerar não cumprida a determinação contida no subitem 9.3 do Acórdão 709/2018 - TCU - Plenário (itens 25 a 29 da presente instrução);

c) considerar implementadas as recomendações contidas nos subitens 9.6 e 9.7 do Acórdão 709/2018 - TCU - Plenário (itens 61 a 67, e 50 a 53 da presente instrução);

d) considerar em implementação a recomendação contida no subitem 9.1.1 do Acórdão 709/2018 - TCU - Plenário (itens 9 a 24 da presente instrução);

e) considerar parcialmente implementada a recomendação contida no subitem 9.5.1 do Acórdão 709/2018 - TCU - Plenário (itens 31 a 49 da presente instrução);

f) considerar não implementadas as recomendações contidas nos subitens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.2 e 9.5.2 do Acórdão 709/2018 - TCU - Plenário (itens 9 a 24 e 31 a 49 da presente instrução).

1. Processo TC-034.368/2018-3 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Casa Civil da Presidência da República; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Fazenda (extinta); Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta); Secretaria de Governo da Presidência da República; Secretaria-geral da Presidência da República.
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Dar ciência desta deliberação à Secretaria de Governo da Presidência da República, ao Ministério da Economia, à Casa Civil da Presidência da República e à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados;
1.6.2. Juntar cópia desta deliberação ao processo conexo TC 038.824/2021-3 - Solicitação do Congresso Nacional;
1.6.3. Retornar os autos à SecexAgroAmbiental, autorizando-a a proceder o monitoramento das deliberações contidas nas letras (b), (d), (e) e (f) deste acórdão, dentro de prazo considerado adequado pela unidade técnica.

ACÓRDÃO Nº 2124/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, e de acordo com a proposta da unidade técnica (peça 26), em conhecer da representação, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade pertinentes à espécie, para, no mérito, considerar prejudicada a continuidade do exame da representação por este Tribunal, diante do baixo risco, da baixa relevância e da baixa materialidade de seu objeto, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-017.382/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Centro Logístico da Aeronáutica - Md/ca.
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Antônio Silvério de Almeida, representando Vitanet Comercio de Equipamentos & Transportes Rodoviarios Eireli.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Comunicar os fatos ao Centro Logístico da Aeronáutica - MD/CA para adoção das providências internas de sua alçada e armazenamento em base de dados acessível ao Tribunal, com cópia para o Centro de Controle Interno da Aeronáutica - Cenciar, sem prejuízo de encaminhar-lhes cópia da representação, da instrução (peça 26) e desta deliberação;
1.6.2. Dar ciência desta deliberação ao Centro Logístico da Aeronáutica - MD/CA e ao representante
1.6.3. Arquivar o presente processo, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, III, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 106, § 4º, inciso II, da Resolução-TCU 259/2014, alterada pela Resolução-TCU 323/2020.

ACÓRDÃO Nº 2125/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, inciso VII e parágrafo único e 250, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e de conformidade com a proposta da unidade técnica (peça 19), em conhecer da Representação para, no mérito, considerá-la improcedente; indeferir o pedido de medida cautelar ante a inexistência dos pressupostos necessários a sua concessão, e ainda, indeferir, com fulcro no art. 146, § 2º, do Regimento Interno/TCU, o pedido formulado pela procuradora Thais Torres Pedreira de ser considerado como parte interessada, mas lhe autorizando, caso requeira, vista e cópia às peças não sigilosas dos presentes autos, uma vez que a pleiteante figura dentre os legitimados previstos no art. 62, caput e parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014, alterada pela Resolução-TCU 316/2020, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-019.769/2022-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).
1.5. Representação legal: Thais Torres Pedreira (376909/OAB-SP), representando Analise & Sintese Pesquisa e Marketing Ltda.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Dar ciência desta deliberação à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e ao representante;
1.6.2. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, V, do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 2126/2022 - TCU - Plenário

Cuidam os autos de solicitação formulada pela Procuradoria da República no Amazonas (MPF) - 6º Ofício - Núcleo de Combate à Corrupção, subscrita pelo Procurador da República Edmilson da Costa Barreiros Junior, por meio da qual requer, nos termos do art. 17-B, § 3º, da Lei 8.429/1992, manifestação acerca do teor de minutas de proposta de acordo de não persecução cível e penal (ANPC e ANPP), a fim de subsidiar a instrução do Procedimento Administrativo 1.13.000.002445/2022-34, que trata de atos irregulares ocorridos no âmbito de convênio celebrado entre o Município de Alvarães/AM e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), tendo por objeto a "Promoção de Educação e Saúde Ambiental, Ações de Saneamento em [Melhorias Sanitárias Domiciliares]" na municipalidade.

Considerando que, no âmbito deste Tribunal, a atribuição prevista no art. 17-B, § 3º, da Lei 8.429/1992, por ser recente, porquanto incluída pela Lei 14.230/2021, está sendo tratada internamente pelo Memorando-Circular 9/2022 - Segecex, em atenção à Questão de Ordem 1/2022, deliberada pelo Plenário do TCU em 15/6/2022, enquanto se aguarda a decisão de mérito do processo administrativo TC 000.216/2022-4, que pretende promover a normatização interna para o cumprimento do aludido dispositivo legal;

Considerando que o referido Memorando-Circular estabelece, em seu § 3º, os elementos que devem constar da solicitação encaminhada a esta Corte, pelo MPF, para fins de atendimento à Lei 8.429/1992, os quais estão presentes nos presentes autos;

Considerando que a Secretaria de Controle Externo da Saúde (peças 7-8) consignou que o responsável manifestou concordância com a proposta de ANPC oferecida pelo MPF para ressarcir o valor integral do dano, não havendo, portanto, possíveis ajustes/correções a serem sugeridos pelo TCU quanto ao valor do débito, mas tão somente pequenas observações quanto à sua correção e à quantidade de parcelas autorizadas para o seu ressarcimento;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 17-B, § 3º, da Lei 8.429/1992, e em consonância com o parecer emitido nos autos, em: conhecer da presente solicitação de manifestação; encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da unidade técnica (peças 7-8), acompanhada do demonstrativo de débito constante à peça 6, à Procuradoria da República no Amazonas - 6º Ofício - Núcleo de Combate à Corrupção, fazendo-se referência ao Procedimento Administrativo 1.13.000.002445/2022-34 (Inquérito Civil 1.13.002.000037/2021-47); e arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-017.474/2022-1 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.2. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
1.4. Representação legal: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2127/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1861/2022 - Plenário, prolatado na Sessão ordinária de 17/8/2022, Ata nº 32/2022, de modo que onde se lê: "conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente; dar ciência desta deliberação à Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz e ao representante; bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos." leia-se: (...) "conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente; dar ciência desta deliberação ao Hospital Universitário Professor Alberto Antunes - Ufal - Ebserh e ao representante; bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.343/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Hospital Universitário Professor Alberto Antunes - Ufal - Ebserh.
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.3. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Jose Flavio Pessoa de Oliveira, representando Pharmacos Express Comercio de Medicamentos Eireli; Rayanna Silva Carvalho (9.005/OAB-PI), Paula Cecilia Rodrigues de Souza (205.663/OAB-MG) e outros, representando Hospital Universitário Professor Alberto Antunes - Ufal - Ebserh.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2128/2022 - TCU - Plenário

Cuidam os autos de solicitação da 7ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de Minas Gerais da Justiça Federal da 1ª Região para que esta Corte de Contas "se manifeste acerca do valor do dano a ser ressarcido, nos termos do art. 17-B, § 3º da Lei 8.429/1992", relativamente à Ação Civil de Improbidade Administrativa 1010320-12.2019.4.01.3800, com possibilidade de celebração de Acordo de Não Persecução Cível - ANPC, proposta pelo Ministério Público Federal contra Cláudia Daniela Drumond, ex-servidora pública do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (HC/UFMG), por ausências injustificadas do serviço nos períodos de 28/07/2014 a 31/10/2014, janeiro de 2015 e de julho a dezembro de 2016. Não obstante a configuração de abandono de cargo, ela recebeu as remunerações correspondentes aos períodos não trabalhados, as quais somam o valor atualizado de R$ 88.464,97.

Após regular Procedimento Administrativo Disciplinar (n.º 23072.003977/2015-25), a servidora foi demitida da UFMG em 24/12/2016, nos termos da Portaria 108/2016.

Consta dos autos que a UFMG instaurou, em âmbito administrativo, processo de recuperação de créditos (nº 23072.047378/2017-85), que foi concluído e encaminhado para inscrição em dívida ativa.

Considerando que o §3º e o art. 17-B, da Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa - LIA), assim dispuseram:

"Art. 17-B. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados:

I - o integral ressarcimento do dano;

II a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.

(...)

§ 3º Para fins de apuração do valor do dano a ser ressarcido, deverá ser realizada a oitiva do Tribunal de Contas competente, que se manifestará, com indicação dos parâmetros utilizados, no prazo de 90 (noventa) dias;"

Considerando que ainda não há regulamentação da matéria nesta Corte de Contas, tendo sido criado grupo de trabalho cujos estudos levaram à criação de um projeto de resolução apresentado no âmbito do TC 000.216/2022-4, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, que ainda se encontra em tramitação;

Considerando que enquanto esse projeto de resolução não é aprovado e havendo a necessidade de disciplinar e uniformizar a forma como este tipo de demanda deve ser tratada, foi expedido o Memorando-Circular 9/2022-Segecex;

Considerando que a matéria destes autos não é objeto de apuração em processo de controle externo e que constam dos documentos encaminhados pela Justiça Federal os elementos mínimos necessários a manifestação deste Tribunal;

Considerando que o cálculo do valor do dano elaborado pela Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto - SecexEducação, utilizando o Sistema Débito do TCU, concluiu pelo valor de débito no aporte de R$ 108.601,62 (sem juros de mora) e de R$ 111.264,98 (com juros de mora);

Considerando que este Tribunal não está examinando de forma expressa e conclusiva os fatos que deram ensejo à ação civil, mas tão somente se manifestando, com base nas informações apresentadas nos autos, para fins de apuração do valor do dano a ser ressarcido em sede de Acordo de Não Persecução Cível - ANPC a ser celebrado entre o Ministério Público Federal e a responsável;

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da SecexEducação.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 143 e 169, inciso V, do Regimento Interno, art. 62 c/c o art. 65, inciso III, da Resolução-TCU 259/2014, em:

(i) conhecer da solicitação de manifestação do Tribunal para fins do disposto no art. 17-B, § 3º, da Lei 8.429/1992, formulada pela 7ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de Minas Gerais/Justiça Federal da 1ª Região;

(ii) encaminhar os demonstrativos de débito acostados às peças 11 e 12 e cópia da instrução à peça 14 e deste acórdão, à 7ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de Minas Gerais/Justiça Federal da 1ª Região, fazendo menção de que se trata de atendimento ao seu Ofício 193/2022 e à Ação Civil de Improbidade Administrativa 1010320-12.2019.4.01.3800, ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de Cláudia Daniela Drumond;

(iii) esclarecer que os exames realizados pelo TCU não se deram em processo de controle externo e que as análises e conclusões levaram em conta exclusivamente as informações que constam dos autos e os parâmetros indicados nos demonstrativos de débito, não se tratando de perícia, parecer técnico ou julgamento quanto aos fatos narrados;

(iv) dar conhecimento desta deliberação e da instrução à peça 14, à Universidade Federal de Minas Gerais e, em atendimento ao Memorando 291/2022-Conjur, à Consultoria Jurídica deste Tribunal;

(v) arquivar os autos.

1. Processo TC-016.796/2022-5 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Interessada: Justiça Federal da 1ª Região/Seção Judiciária de Minas Gerais/7ª Vara Federal Cível da SJMG.

1.2. Unidade Jurisdicionada: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2129/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia a respeito de possíveis irregularidades na utilização de recursos do Fundeb no Município de Alpinópolis/MG, no exercício de 2021.

Considerando que o denunciante alega a ocorrência de desvio de finalidade, pois, com o intuito de se atingir o percentual mínimo de gasto com educação, o Município de Alpinópolis/MG utilizou recursos do Fundeb, no final do exercício de 2021, para construção de galpão destinado à conservação dos veículos do transporte escolar, ao custo aproximado de R$ 800.000,00 (peça 9), o que não se constitui despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 71 da Lei 9.394/1996 (diretrizes e bases da educação nacional), uma vez que se trata de obras de infraestrutura de benefício indireto da rede escolar;

Considerando que pesquisas realizadas pela unidade técnica, no sítio do Tesouro Nacional (peça 10) e na Portaria Interministerial MEC/ME nº 1 e 10/2021 (peça 11), evidenciam que o Município de Alpinópolis/MG não recebeu, no ano de 2021, recursos relativos à complementação da União para o Fundeb, o que afasta a competência deste Tribunal de Contas da União;

Considerando que, neste caso, compete ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) exercer a fiscalização e o controle em relação à aplicação da totalidade dos recursos do Fundeb, inclusive quanto ao cumprimento do mínimo destinado a manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme disposto nos arts. 30, inciso II, e 31 da Lei 14.113/2020; e

Considerando a proposta uniforme elaborada no âmbito da Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação);

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XXIV, 15, inciso I, alínea "p", e 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, em:

não conhecer da presente denúncia, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU c/c art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

encaminhar cópia integral do presente processo ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), para adoção das providências que entender cabíveis;

dar ciência desta deliberação ao denunciante, acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica constante da peça 12;

retirar a chancela de sigilo dos autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, consoante § 1º do art. 236 do RI/TCU c/c os arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014; e

arquivar o presente processo, nos termos do art. 235 do RI/TCU c/c art. 105 da Resolução-TCU 259/2014.

1. Processo TC-016.185/2022-6 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Município de Alpinópolis/MG.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

1.7. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2130/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do cumprimento das medidas determinadas pelo Acórdão 1587/2022-TCU-Plenário,

Considerando que por meio do subitem 9.3.1 do referido acórdão este Tribunal determinou ao Hospital Central do Exército que exija da Renacoop - Renascer Cooperativa de Trabalho, se assim não o fez, a apresentação do modelo de gestão operacional em rodízio, na forma prevista no edital do Pregão Eletrônico 108/2021, para que possa ser convalidado o contrato decorrente do certame em análise (caso não persista o impedimento judicial à contratação), a fim de que seja observado o disposto no art. 10, caput, e inciso II, da IN/SEGES/MP 5/2017, segundo o qual "A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar: II - (...) que a gestão operacional do serviço seja executada de forma compartilhada ou em rodízio, em que as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e as de preposto, conforme determina o art. 68 da Lei nº 8.666, de 1993, sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada ou aleatória, para que tantos quanto possíveis venham a assumir tal atribuição",

Considerando que referida unidade fez juntar aos autos o referido modelo de gestão operacional em rodízio,

Considerando que no subitem 9.3.2 do aludido acórdão foi determinado ao Hospital Central do Exército que proceda à adequada fiscalização do contrato, com fiel e estrito cumprimento das disposições indicadas na IN/SEGES/MP 5/2017,

Considerando que a unidade se comprometeu, em resposta, ao cumprimento da metodologia de fiscalização indicada na referida Instrução Normativa,

Considerando que em face dessas constatações a Selog, em instrução de peça 16, corroborada pelo pronunciamento de peça 17, propõe considerar atendidas as medidas indicadas no subitem 9.3 do Acórdão 1587/2022 - TCU - Plenário, dar ciência deste acórdão à referida unidade e apensar os autos ao processo originador,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, por unanimidade, e de acordo com o pronunciamento da unidade instrutiva, em:

a) considerar atendidas as medidas determinadas por meio do subitem 9.3 do Acórdão 1587/2022 - TCU - Plenário;

b) dar ciência deste acórdão ao Hospital Central do Exército (HCE); e

c) apensar este processo ao processo originador (TC 043.168/2021-3), nos termos do art. 36 da Resolução-TCU 259/2014, alterada pela Resolução-TCU 321/2020.

1. Processo TC-016.780/2022-1 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Hospital Central do Exército.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2131/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1.732/2022 - Plenário, prolatado na Sessão de 27/7/2022, Ata 29/2022, relativamente ao seu subitem 9.1, onde se lê: "(...) fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das referidas quantias ao Banco Nacional do Nordeste S/A, nos termos da legislação em vigor:", leia-se: "(...) fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das referidas quantias ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, nos termos da legislação em vigor:", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.617/2020-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Geneci Nobre de Amorim (010.270.313-23).

1.2. Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S/A.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2132/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 36, 37 e 40, inciso I, da Resolução/TCU 259/2014, e considerando a atribuição de efeitos ex-nunc contidos no entendimento firmado por meio do subitem 9.1 do Acórdão 786/2021-Plenário, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o monitoramento da determinação contida no subitem 9.2 do Acórdão 713/2012 - Plenário, referente às providências adotadas pela Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Espírito Santo - Senac/ES quanto às cobranças judiciais dos débitos atribuídos a seus dirigentes nos TCs 003.212/2002-2, 011.363/2003-0, 009.833/2004-9, 011.273/2005-7 e 014.716/2006-0 ou quanto ao ajuizamento de ação contra a BrasilPrev, e em apensar o presente processo, em definitivo, ao TC-011.363/2003-0 (Prestação de Contas), sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao Senac/ES, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-009.790/2012-8 (MONITORAMENTO)
1.1. Apenso: TC-003.212/2002-2 (Prestação de Contas Simplificada).
1.2. Responsável: Antonio José Domingues de Oliveira Santos (014.706.557-72).
1.3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
1.4. Entidade: Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Espírito Santo - Senac/ES.
1.5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
1.8. Representação legal: Alain Alpin Mac Gregor (101.780/OAB-RJ) e Ana Paula Tomazzetti Urroz Maciel Pinheiro (10.598/OAB-DF), representando Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional; Guilherme Augusto Ferreira Fregapani (34406/OAB-DF), representando Antonio José Domingues de Oliveira Santos.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2133/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, e encaminhar cópia desta deliberação à representante, à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-009.392/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Erika Jucá Kokay, Deputada Federal (224.411.071-00).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
1.6. Representação legal: Ranyelle Neves Barbosa (70982/OAB-DF), representando Erika Juca Kokay; Larissa Rodrigues de Oliveira (48903/OAB-DF), Rafael Rodrigues de Oliveira (26962/OAB-DF) e outros, representando Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2134/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, por perda de objeto, em razão da republicação do edital do Pregão Eletrônico 5/2022, escoimado da irregularidade alegada pela representante, e encaminhar cópia desta deliberação à Universidade Federal de Rondonópolis e à empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de prestar a seguinte informação à representante, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-013.374/2022-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. (05.340.639/0001-30).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Rondonópolis.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Rayza Figueiredo Monteiro (442216/OAB-SP), representando Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.
1.7. Informação:
1.7.1. reforçar a informação já comunicada, por meio dos Acórdãos 1.405/2022 - Plenário (relator: Ministro Augusto Nardes) e 572/2022 - Plenário (relator: Ministro Vital do Rêgo), à sociedade empresarial Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. acerca da possiblidade da aplicação da multa prevista nos arts. 80 e 81 do Código de Processo Civil, tendo em vista o emprego subsidiário, pelo Tribunal, das disposições advindas das normas processuais em vigor, nos termos do art. 15 do CPC c/c o art. 298 do Regimento Interno/TCU (v.g. Acórdãos 611/2020 - Plenário e 18.557/2021 - 2ª Câmara, ambos relatados pelo Ministro Raimundo Carreiro e Acórdão 11.287/2021 - 1ª Câmara, relatado pelo Ministro Vital do Rêgo), pela prática de litigância de má-fé ao reiteradamente, apesar dos diversos alertas emitidos por esta Corte de Contas, não acionar inicialmente a primeira e a segunda linhas de defesa, no âmbito do próprio órgão/entidade, antes do ingresso junto à terceira linha de defesa, constituída pelo órgão central de controle interno e tribunais de contas, acarretando, dessa forma, duplos esforços de apuração, em desfavor do erário e do interesse público, conforme previsto no princípio da eficiência insculpido no art. 37 da Constituição Federal e nas disposições previstas no art. 169 da Lei 14.133/2021.

ACÓRDÃO Nº 2135/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, sem prejuízo de encaminhar cópia deste processo para o Tribunal de Contas do Estado do Pará, para conhecimento e adoção das medidas que entender cabíveis, e cópia desta deliberação à representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-015.978/2022-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Microtécnica Informática Ltda. (01.590.728/0001-83).
1.2. Entidade: Município de Viseu/PA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Roberto Marcio Nardes Mendes, representando Microtécnica Informática Ltda.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2136/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la improcedente; retirar a chancela de sigiloso, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante; encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão ao denunciante e ao Hospital Central do Exército/Comando do Exército.

1. Processo TC-005.181/2022-4 (DENÚNCIA)
1.1. Apenso: 009.991/2022-0 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.4. Órgão/Entidade: Hospital Central do Exército.
1.5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).
1.8. Representação legal: Willian Otero da Presa Machado (OAB/RJ 171.124) e Geraldo Kautzner Marques (OAB/RJ 76.166).
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2137/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, "a", ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar a presente denúncia procedente, retirar a chancela de sigiloso, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 29), ao denunciante, fazendo a determinação abaixo.

1. Processo TC-016.452/2021-6 (DENÚNCIA)
1.1. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região (AM, AC, RO, RR).
1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. determinar, com fundamento no art. 3º, I, da Lei 12.527/2011, ao Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, faça constar no seu sítio eletrônico os conteúdos mínimos indicados nos itens 9.1.1.1 a 9.1.1.13 do acórdão 96/2016-TCU-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 2138/2022 - TCU - Plenário

Atuo nos presentes autos com fundamento no art. 27-A da Resolução-TCU 175/2005, tendo em vista haver sido designado, por meio da Portaria-TCU 67-GAPES, de 27/9/2022, substituto do eminente Ministro Vital do Rêgo.

Em exame, embargos de declaração opostos pela empresa Companhia de Comunicação e Publicidade Ltda. - C.C&P (69.277.291/0001-66), na qualidade de representante, em face do Acórdão 1.769/2022-TCU-Plenário, que, em sede de agravo, alterou a cautelar anteriormente concedida para autorizar a continuidade do processamento da Concorrência 1/2021 do Ministério da Saúde até a fase de adjudicação do objeto, que deverá ser preterida até o pronunciamento final deste Tribunal sobre os indícios de irregularidades suscitadas nestes autos;

Considerando que a jurisprudência do TCU é bem clara ao entender que o reconhecimento do representante como parte é situação excepcional e depende, além do pedido de ingresso nos autos como interessado, da demonstração de legítima e comprovada razão para intervir no processo (Acórdão 6.348/2017-TCU-2ª Câmara; e Acórdãos TCU 88/2011, 161/2011, 257/2011, 1.944/2013, 292/2014, 1.881/2014, 1.343/2015, 186/2016, 1.667/2017, 1.955/2017 e 455/2019, do Plenário).

Considerando o entendimento vigente neste Tribunal no sentido de que "a mera participação na licitação não gera direito subjetivo a ser defendido perante o TCU e, portanto, não confere a licitante, mesmo como autora da representação, a condição de parte no processo que apura eventuais irregularidades no certame, especialmente no caso em que não houve contratação nem mesmo adjudicação em favor da licitante", a exemplo do Acórdão 1.686/2019- TCU-Plenário;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso II; 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 277, inciso III; e 282 do Regimento Interno do TCU, em não conhecer dos embargos de declaração opostos pela empresa Companhia de Comunicação e Publicidade Ltda. - C.C&P (69.277.291/0001-66), por não preencher os pressupostos de admissibilidade.

1. Processo TC-010.609/2022-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Recorrente: Companhia de Comunicação e Publicidade Ltda. (69.277.291/0001-66).
1.2. Interessada: Diretoria de integridade do Ministério da Saúde.
1.3. Órgão: Coordenação Geral de Material e Patrimônio do Ministério da Saúde.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
1.7. Unidade Técnica: não atuou.
1.8. Representação legal: Romulo Martins Nagib (OAB/DF 19.015) e outros.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2139/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.064/2022-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Acompanhamento.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Unidade Jurisdicionada: Agência Nacional de Transportes Terrestres.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este acompanhamento dos atos relacionados à proposta apresentada pela Concessionária Rota do Oeste S.A. à Agência Nacional de Transportes Terrestres com o intuito de transferência do controle acionário e de celebração de termo de ajustamento de conduta no âmbito da concessão da BR-163/MT,

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. comunicar à Agência Nacional de Transportes Terrestres que, considerando o escopo de análise deste processo, este Tribunal não vislumbra óbice à celebração do TAC objeto deste acompanhamento, a ser possivelmente celebrado com a Concessionária Rota do Oeste S.A., sem prejuízo de dar ciência de impropriedades e expedir recomendações a seguir;

9.2. dar ciência à Agência Nacional de Transportes Terrestres acerca das seguintes impropriedades identificadas no processo administrativo e na minuta de TAC objeto deste acompanhamento:

9.2.1. a cláusula 3.1, "vi", da minuta de TAC, em que a agência se obriga a suspender a aplicação de determinações proferidas por este Tribunal, não encontra respaldo no ordenamento jurídico e pode ensejar a sanção de responsáveis, com fundamento no art. 58, incisos IV e VII, da Lei 8.443/1992;

9.2.2. a caracterização da insolvência iminente da concessionária não foi formalmente fundamentada a fim de permitir a transferência do controle, de acordo com a cláusula 25.1 do contrato de concessão;

9.2.3. não foi realizada a análise da capacidade econômico-financeira do novo controlador, necessária para a assunção do serviço, segundo requisitos a serem definidos pela Agência, conforme o art. 27, § 1º, inciso I, da Lei 8.987/1995, os arts. 29 e 30 da Lei 10.233/2001 e o art. 16, inciso II, da Resolução-ANTT 5.927/2021;

9.3. recomendar à Agência Nacional de Transportes Terrestres que avalie a conveniência e oportunidade de:

9.3.1. realizar estudos a fim de desenvolver metodologia para a quantificação do impacto da entrada em operação de novas ferrovias na demanda das concessões existentes;

9.3.2. aprimorar a cláusula 8.2. da minuta de TAC de forma a criar incentivos efetivos para a manutenção de um nível de execução de investimentos acumulado suficiente para o adimplemento do TAC;

9.3.3. obter o compromisso de que a MT Participações e Projetos S.A. irá aplicar o eventual ganho obtido com a venda de sua participação acionária na Concessionária Rota do Oeste S.A. em investimentos em rodovias do estado do Mato Grosso;

9.4. encaminhar cópia desta deliberação à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

10. Ata n° 37/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2139-37/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2140/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 024.991/2012-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Ezequias Nogueira Pereira (035.449.743-04); Luiz Raimundo Carneiro de Azevedo (001.844.113-00); SPA Engenharia Industria e Comercio Ltda (25.707.134/0001-78).

4. Unidade Jurisdicionada: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).

8. Representação legal: Jorge Luiz Carvalho Lugão (34.001/OAB-DF) e Deana da Conceição (13.317/OAB-DF), representando Luiz Raimundo Carneiro de Azevedo; Silvia Regina Schmitt (38.717/OAB-DF), representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; Gabriel Miranda Coelho (43.502/OAB-RJ), representando Ezequias Nogueira Pereira; André Luiz Melo de Oliveira Carneiro (30.293/OAB-DF), Bruno Barros de Oliveira Gondim (121.715/OAB-MG) e outros, representando Spa Engenharia Industria e Comercio Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em cumprimento aos subitens 9.1 e 9.1.2 do Acórdão 1.910/2012-TCU-Plenário (rel. Ministro Valmir Campelo), em razão de indícios de superfaturamento identificados no Contrato 11/2000, referente ao Lote 1 da Ferrovia Norte-Sul, pactuado entre a Valec Engenharia, Construção e Ferrovias S.A. (Valec) e a SPA Engenharia Indústria e Comércio Ltda. (SPA),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa de Ezequias Nogueira Pereira, Luiz Raimundo Carneiro de Azevedo e da SPA Engenharia Industria e Comercio Ltda.;

9.2. excluir Ezequias Nogueira Pereira da relação processual;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" e "c", e § 2° da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas de Luiz Raimundo Carneiro de Azevedo e da SPA Engenharia Industria e Comercio Ltda., condenando-os, solidariamente, ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia aos cofres da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Datas de ocorrência	Débito (R$)
28/08/00	585.800,00
04/09/00	283.992,77
03/09/00	117.160,00
15/09/00	172.811,00
29/09/00	100.969,18
24/10/00	411.425,67
23/02/01	585.800,00
26/03/01	140.802,99
26/03/01	77.778,64
30/03/01	103.829,71
02/04/01	409.191,93
05/04/01	234.345,74
14/05/01	425.019,85
06/06/01	826.431,80
22/06/01	900.305,56
01/08/01	735.146,27
12/09/01	527.333,97
09/11/01	205.076,07
21/12/01	29.321,15
21/12/01	10.644,68
07/02/02	11,72
20/03/02	375.240,49
20/03/02	401.897,80
02/05/02	170.776,13
02/05/02	163.174,65
08/08/02	58.580,42
17/09/02	80.664,75
14/10/02	410.287,73
17/10/02	158.705,43
18/12/02	295.009,76
20/12/02	102.230,28
20/12/02	26.047,95
26/09/03	218.246,81
26/09/03	590.359,56
13/11/03	58.413,88
13/11/03	125.652,76
13/11/03	117.034,67
21/11/03	795.003,29
17/12/03	509.379,55
30/12/03	702.960,00
06/02/04	10.746,21
19/02/04	415.039,30
02/03/04	704.687,80
16/04/04	131.487,79
02/06/04	923.394,30
14/06/04	715.085,22
22/06/04	978.002,34
26/07/04	689.488,16
05/08/04	755.472,83
16/09/04	313.438,39
24/09/04	63.572,11
08/10/04	417.046,44
08/10/04	361.304,38
20/05/05	689.281,51
20/05/05	307.326,93

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, encaminhar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Tocantins, para adoção das medidas que entender cabíveis, ressaltando que o inteiro teor desta decisão poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acórdãos;

9.7. encaminhar cópia deste acórdão à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e aos responsáveis, ressaltando que o inteiro teor desta decisão poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acórdãos.

10. Ata n° 37/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2140-37/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2141/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 024.993/2012-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: André Luiz de Oliveira (114.568.411-49); Ezequias Nogueira Pereira (035.449.743-04); José Francisco das Neves (062.833.301-34); Luiz Raimundo Carneiro de Azevedo (001.844.113-00); SPA Engenharia Industria e Comercio Ltda (25.707.134/0001-78); Ulisses Assad (008.266.408-00).

4. Unidade Jurisdicionada: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).

8. Representação legal: Jorge Luiz Carvalho Lugão (34.001/OAB-DF) e Deana da Conceição (13.317/OAB-DF), representando Luiz Raimundo Carneiro de Azevedo; Gabriel Miranda Coelho (43.502/OAB-RJ), representando José Francisco das Neves; Silvia Regina Schmitt (38.717/OAB-DF), representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; Mario Oliveira de Almeida Junior (56.779/OAB-DF), Luis Felipe Cardoso Oliveira (55.083/OAB-DF) e outros, representando André Luiz de Oliveira; Gabriel Miranda Coelho (43.502/OAB-RJ), representando Ezequias Nogueira Pereira; André Luiz Melo de Oliveira Carneiro (30.293/OAB-DF), Bruno Barros de Oliveira Gondim (121.715/OAB-MG) e outros, representando SPA Engenharia Industria e Comercio Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em cumprimento ao subitem 9.1.3 do Acórdão 1.910/2012-TCU-Plenário, em razão de sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado e superfaturamento por serviços medidos identificados no Contrato 10/2002, referente ao Lote s/n da Ferrovia Norte-Sul, pactuado entre a Valec Engenharia, Construção e Ferrovias S.A. (Valec) e a SPA Engenharia Indústria e Comércio Ltda. (SPA),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar Ulisses Assad revel, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. acolher parcialmente as alegações de defesa do espólio de André Luiz de Oliveira, Ezequias Nogueira Pereira, José Francisco das Neves, Luiz Raimundo Carneiro de Azevedo, e de SPA Engenharia Industria e Comercio Ltda.

9.3. excluir Ezequias Nogueira Pereira da relação processual;

9.4. com fundamento no nos arts. 20 e 21 da Lei 8.443/92, considerar iliquidáveis as contas de André Luiz de Oliveira, ordenando o seu trancamento e o consequente arquivamento;

9.5. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2° da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas de José Francisco das Neves, Luiz Raimundo Carneiro de Azevedo, Ulisses Assad e da empresa SPA Engenharia Industria e Comercio Ltda., condenando-os ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia aos cofres da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

9.5.1. débitos relacionados a Luiz Raimundo Carneiro de Azevedo em solidariedade com SPA Engenharia Indústria e Comércio Ltda. (ocorrência: superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado):

Data de ocorrência	Débito (R$)
15/12/2004	221.501,21
30/12/2004	917.690,29
30/12/2004	1.411.831,22
6/5/2005	212.126,95

20/5/2005	379.237,48
20/5/2005	98.812,43
31/5/2005	1.101.228,35
1º/8/2005	1.553.014,34
26/8/2005	836.151,72
13/9/2005	642.131,29
20/9/2005	1.902.284,15
5/10/2005	3.063.868,11
27/10/2005	171.277,34
4/11/2005	22.954.043,98
5/12/2005	2.917.953,10
27/12/2005	491.410,17
27/12/2005	492.369,91
29/12/2005	760.740,28
30/12/2005	760.740,28
7/2/2006	1.843,267,97
7/2/2006	29.467,29
8/3/2006	275.657,35
3/7/2006	1.086.750,32
3/7/2006	826.962,36
3/7/2006	524.298,52
12/7/2006	2.376.882,68
7/8/2006	1.446.477,78
6/9/2006	1.255.227,98
10/10/2006	463.769,28
19/10/2006	546.967,48
7/11/2006	127.999,52
6/12/2006	90.198,15
22/12/2006	81.783,11
6/2/2007	12.623,09
7/3/2007	11.940,19
22/3/2007	705.915,61
5/4/2007	29.360,74
26/4/2007	352.957,81
3/5/2007	352.957,81
8/5/2007	41.118,81
13/6/2007	191.830,15
13/6/2007	9.733,70
13/6/2007	51.911,82
13/9/2007	215.999,67
19/10/2007	44.622,25
7/12/2007	213.256,38
10/3/2008	80.481,44
10/3/2008	110.002,59

9.5.2. débitos relacionados a SPA Engenharia Indústria e Comércio Ltda. (ocorrência: superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado):

Data de ocorrência	Débito (R$)
15/12/2004	45.560,78
30/12/2004	188.760,51
30/12/2004	290.400,78
6/5/2005	43.632,58
20/5/2005	78.005,68
20/5/2005	20.324,81
31/5/2005	226.512,61
1º/8/2005	319.440,86
26/8/2005	171.988,77
13/9/2005	132.080,54
20/9/2005	391.282,46
5/10/2005	630.209,67
27/10/2005	35.230,18
4/11/2005	607.619,85
5/12/2005	600.619,85
27/12/2005	101.078,58
27/12/2005	101.275,99
29/12/2005	156.477,32
30/12/2005	156.477,32
7/2/2006	379.143,37
7/2/2006	6.061,15
8/3/2006	56.700,20
3/7/2006	223.534,61
3/7/2006	170.098,60
3/7/2006	107.843,41
12/7/2006	488.903,05
7/8/2006	297.527,26
6/9/2006	258.188,92
10/10/2006	95.393,10
19/10/2006	112.506,21

7/11/2006	26.328,33
6/12/2006	18.552,93
22/12/2006	16.822,04
6/2/2007	2.596,45
7/3/2007	2.455,99
22/3/2007	145.200,39
5/4/2007	6.039,24
26/4/2007	72.600,19
3/5/2007	72.600,19
8/5/2007	8.457,76
13/6/2007	39.457,71
13/6/2007	2.002,13
13/6/2007	10.677,79
13/9/2007	44.429,16
19/10/2007	9.178,39
7/12/2007	43.864,89
10/3/2008	16.554,30
10/3/2008	22.626,53

9.5.3. débitos relacionados a José Francisco das Neves em solidariedade com Ulisses Assad e SPA Engenharia Indústria e Comércio Ltda. (superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado identificado nos serviços de estaca escavada):

Data do Pagamento	Débito (R$)
7/12/2007	416.500,83

9.6. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.7. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.8. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, encaminhar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Tocantins, para adoção das medidas que entender cabíveis, ressaltando que o inteiro teor desta decisão poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acórdãos;

9.9. encaminhar cópia deste acórdão à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e aos responsáveis, ressaltando que o inteiro teor desta decisão poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acórdãos.

10. Ata n° 37/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2141-37/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2142/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.902/2015-5.

1.1. Apensos: 028.626/2017-6; 001.384/2017-1; 000.805/2015-7; 028.629/2017-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Construtora Norberto Odebrecht S.A. (15.102.288/0001-82); Consórcio TUC Construções (13.158.451/0001-01); César Ramos Rocha (363.752.091-53); Marcelo Bahia Odebrecht (487.956.235-15); Márcio Faria da Silva (293.670.006-00); Odebrecht S.A. (05.144.757/0001-72); Paulo Roberto Costa (302.612.879-15); PPI - Projeto de Plantas Industriais Ltda. (12.643.899/0001-40); Renato de Souza Duque (510.515.167-49); Ricardo Ribeiro Pessoa (063.870.395-68); Roberto Gonçalves (759.408.508-63); Rogério Santos de Araújo (159.916.527-91); Toyo Engineering Corporation (05.507.597/0001-89); UTC Engenharia S.A. (44.023.661/0001-08); UTC Participações S.A. (02.164.892/0001-91).

4. Unidade Jurisdicionada: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).

8. Representação legal: Igor Fellipe Araújo de Sousa (41.605/OAB-DF), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (27.154/OAB-DF) e outros, representando Consórcio TUC Construções; Igor Fellipe Araújo de Sousa (41.605/OAB-DF), Marina Hermeto Correa (75.173/OAB-MG) e outros, representando Odebrecht S.A.; Marcelo Augusto Puzone Gonçalves (272.153/OAB-SP), Sergio Rabello Tamm Renault (66.823/OAB-SP) e outros, representando UTC Participações S.A.; Igor Fellipe Araújo de Sousa (41.605/OAB-DF), Diogo Uehbe Lima (184.564/OAB-RJ) e outros, representando Marcelo Bahia Odebrecht; João de Baldaque Danton Coelho Mestieri (171.466/OAB-RJ), Fernanda Pereira da Silva Machado (168.336/OAB-RJ) e outros, representando Paulo Roberto Costa; Igor Fellipe Araujo de Sousa (41.605/OAB-DF), Ricardo Pagliari Levy (155.566/OAB-SP) e outros, representando PPI - Projeto de Plantas Industriais Ltda; Igor Fellipe Araujo de Sousa (41.605/OAB-DF), Marina Hermeto Correa (75.173/OAB-MG) e outros, representando Márcio Faria da Silva; Igor Fellipe Araujo de Sousa (41.605/OAB-DF), Marina Hermeto Correa (75.173/OAB-MG) e outros, representando Rogério Santos de Araújo; Matheus Meott Silvestre (197.666/OAB-RJ), Márcio Cavalcanti (110.541/OAB-RJ) e outros, representando Luiz Alberto Gaspar Domingues; Joao Victor Adorno Haidamus (400.011/OAB-SP), Lucas Americo Jurado (291.111/OAB-SP) e outros, representando Construtora Norberto Odebrecht S A; Marcelo Augusto Puzone Gonçalves (272.153/OAB-SP), Sergio Rabello Tamm Renault (66.823/OAB-SP) e outros, representando UTC Engenharia S.A.; Marcelo Augusto Puzone Gonçalves (272.153/OAB-SP), Sergio Rabello Tamm Renault (66.823/OAB-SP) e outros, representando Ricardo Ribeiro Pessoa; Igor Fellipe Araujo de Sousa (41.605/OAB-DF), Marina Hermeto Correa (75.173/OAB-MG) e outros, representando César Ramos Rocha; Miriam Venância Ribeiro Avena (145.632/OAB-RJ), Geórgia Valverde Leão Romeiro (18.578/OAB-BA) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Felipe Henrique Braz Guilherme (69.406/OAB-PR), Conrado Miranda Gama Monteiro (70.003/OAB-PR) e outros, representando Roberto Gonçalves.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial que visa à quantificação do dano e à apuração final das responsabilidades pelos indícios de irregularidade no contrato para implantação da Central de Desenvolvimento de Plantas de Utilidades (CDPU) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar Renato de Souza Duque revel, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Consórcio TUC Construções, UTC Engenharia S.A., Construtora Norberto Odebrecht S.A. e PPI - Projeto de Plantas Industriais Ltda;

9.3. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Paulo Roberto Costa, Roberto Gonçalves, Marcelo Bahia Odebrecht, Márcio Faria da Silva, Rogério Santos de Araújo, César Ramos Rocha e Odebrecht S.A.;

9.4. sobrestar a apreciação das alegações de defesa de Ricardo Ribeiro Pessoa e de UTC Participações S.A. até o julgamento de mérito do Mandado de Segurança 35.920/DF;

9.5. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" e "d", e § 2° da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos III e IV, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas de Renato de Souza Duque, Paulo Roberto Costa, Roberto Gonçalves, Marcelo Bahia Odebrecht, Márcio Faria da Silva, Rogério Santos de Araújo, César Ramos Rocha, Consórcio TUC Construções, UTC Engenharia S.A., Construtora Norberto Odebrecht S.A., PPI - Projeto de Plantas Industriais Ltda. e Odebrecht S.A., condenando-os, solidariamente, ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia aos cofres da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

DATA DA OCORRÊNCIA	DÉBITO (R$)
24/02/2012	129.871,84
28/02/2012	10.313.981,80
02/03/2012	3.526.421,83
05/03/2012	873.870,96
09/03/2012	2,75
26/03/2012	3.925.991,81
28/03/2012	3.067.227,01
24/04/2012	1.430.259,47
02/05/2012	290.218,64
04/05/2012	135.941,00
25/05/2012	2.510.673,52
25/06/2012	1.267.957,89
25/07/2012	1.808.108,40
24/08/2012	3.463.567,93
24/09/2012	5.152.441,88
25/10/2012	4.842.324,69
16/11/2012	18.860,80
18/11/2012	429.390,05
19/11/2012	157.880,08
22/11/2012	56.592,12
23/11/2012	88.517,79
24/11/2012	75.857,06
25/11/2012	8.583,35
26/11/2012	6.571.973,23
27/11/2012	96.440,02
28/11/2012	2.461,39
29/11/2012	242.084,02
30/11/2012	1.203.255,73
07/12/2012	639.171,03
10/12/2012	182.199,53
12/12/2012	700.392,58
26/12/2012	9.456.547,77
28/12/2012	17.298,93
09/01/2013	6,55
11/01/2013	155.304,63
16/01/2013	753,06
17/01/2013	1.677,58
24/01/2013	6.015.709,21
26/01/2013	664,44
27/01/2013	1.809,84
28/01/2013	75.949,68
30/01/2013	250.529,60
14/02/2013	147.937,28
17/02/2013	771,06
23/02/2013	116.674,36
24/02/2013	67.521,46
25/02/2013	7.661.965,66
26/02/2013	269.725,56
27/02/2013	148,22
28/02/2013	2.059.456,00
04/03/2013	3,94
06/03/2013	2.295,83
07/03/2013	9.357,95
08/03/2013	61,95
10/03/2013	2.853,01
20/03/2013	158.327,42
21/03/2013	1.128,37
25/03/2013	125.392,87
27/03/2013	3.337.229,93
28/03/2013	2.638,89
01/04/2013	274.412,95
14/04/2013	18.840,63
15/04/2013	1,40
17/04/2013	15.350,46
24/04/2013	4.118.700,95
25/04/2013	676,52
26/04/2013	2.250.028,88
29/04/2013	845,76
02/05/2013	186.538,92
06/05/2013	580,67
16/05/2013	368.839,87
17/05/2013	190.403,57
20/05/2013	20.486,43
23/05/2013	490.884,45
24/05/2013	4.837,48
25/05/2013	202,05
27/05/2013	6.965.814,75
29/05/2013	37.037,51
05/06/2013	305.293,55
10/06/2013	5.436,41
13/06/2013	3.639,66
16/06/2013	299.138,32
17/06/2013	3.253,66
20/06/2013	18.903,75
22/06/2013	394,81
24/06/2013	6.125.548,25
26/06/2013	151,08
01/07/2013	145.063,89
04/07/2013	1.211.747,73
05/07/2013	221.493,68
09/07/2013	182.583,28
10/07/2013	505.608,97
11/07/2013	69.131,27
13/07/2013	6.462,59
29/07/2013	30.334.610,76
07/08/2013	873.801,42
08/08/2013	2.082.559,41
09/08/2013	153.510,91
10/08/2013	731,22
14/08/2013	90.188,06
15/08/2013	1.549,93
16/08/2013	1.644,94
19/08/2013	47.170,76
26/08/2013	7.169.719,91
30/08/2013	239.278,61
02/09/2013	447,65
12/09/2013	78.732,67
13/09/2013	187.115,20
14/09/2013	1.204,44
16/09/2013	322.564,00
20/09/2013	34.253,52
21/09/2013	1.584.871,91
22/09/2013	4.901.663,83
25/09/2013	9.292.635,70
26/09/2013	282.097,70
27/09/2013	6.435.069,95
30/09/2013	290.934,05
02/10/2013	82.545,92
03/10/2013	16.468,76
04/10/2013	1.272,34
05/10/2013	4.157,60
12/10/2013	2,82
13/10/2013	23.847,43
14/10/2013	10.608,53
16/10/2013	29.149,29
17/10/2013	6.066,87
18/10/2013	82.163,07
19/10/2013	726.838,66
20/10/2013	391.717,86
21/10/2013	227.582,12
23/10/2013	537.710,35
24/10/2013	1.518.868,12
25/10/2013	6.417.628,45
26/10/2013	381.913,11
27/10/2013	179.444,00
28/10/2013	4.854.025,57
30/10/2013	15.998,15
31/10/2013	19.068,86
01/11/2013	112.498,80
04/11/2013	81,99
06/11/2013	2.725,37
10/11/2013	364.852,33
11/11/2013	4.320.650,28
13/11/2013	1.473.686,90
15/11/2013	1.293,55
16/11/2013	72.132,49
18/11/2013	5.750,93
21/11/2013	11.333,79
22/11/2013	48.501,48
25/11/2013	8.101.337,86
27/11/2013	8.065.023,44
28/11/2013	969.093,37
29/11/2013	8.962,31
30/11/2013	753,16
02/12/2013	45.728,06
04/12/2013	6.311,31
05/12/2013	15.776,75
08/12/2013	2.511,88
11/12/2013	4.351,70
12/12/2013	38.695,61
13/12/2013	2.559.391,11
16/12/2013	2.668.334,60
18/12/2013	2.342.393,71
19/12/2013	1.772.120,44
20/12/2013	2.770.604,62
21/12/2013	20.396,57
22/12/2013	526.974,40
23/12/2013	119.248,85
25/12/2013	30.836,83
26/12/2013	9.553.021,18
27/12/2013	2.342.434,48
28/12/2013	1.144.814,79
29/12/2013	6.380,87
02/01/2014	764,25
06/01/2014	4.256.695,03
08/01/2014	260.974,73
10/01/2014	561.062,43
11/01/2014	33.189,13
12/01/2014	50.889,83
13/01/2014	5.701.387,16
14/01/2014	609,77
15/01/2014	1.139.967,85
16/01/2014	6.288.804,45
17/01/2014	4.014.305,86
19/01/2014	2.557.254,12
21/01/2014	73.163,86
22/01/2014	124.422,90
24/01/2014	5.536.827,58
28/01/2014	10.339,54
29/01/2014	33.677,30
07/02/2014	6.451,71
09/02/2014	198.450,11
12/02/2014	141.294,27
13/02/2014	156.814,96
14/02/2014	325.071,55
17/02/2014	547.287,03
19/02/2014	2.992,14
21/02/2014	203.237,83
24/02/2014	5.155.168,48
26/02/2014	70.155,10
27/02/2014	204.305,00
28/02/2014	1.013.167,83
01/03/2014	393.640,16
05/03/2014	601,45
11/03/2014	3,15
14/03/2014	305.077,33
16/03/2014	2.725,09
17/03/2014	808.800,08
18/03/2014	11.968,30
19/03/2014	634.757,21

20/03/2014	1.390.099,95
21/03/2014	89.765,28
22/03/2014	484,98
23/03/2014	39.278,92
26/03/2014	640.481,05
27/03/2014	3.167.082,59
29/03/2014	218.978,28
30/03/2014	4.402,66
11/04/2014	169.939,28
12/04/2014	635.536,09
13/04/2014	1.112.539,84
14/04/2014	114.233,88
16/04/2014	238.992,59
17/04/2014	1.079.831,78
18/04/2014	5.521,39
19/04/2014	24.276,96
22/04/2014	1.984.943,60
24/04/2014	1.706.492,49
25/04/2014	1.808.240,72
26/04/2014	623.702,61
27/04/2014	478.293,03
28/04/2014	541.884,69
30/04/2014	26.744,06
05/05/2014	11.409,55
07/05/2014	64.291,40
08/05/2014	22.176,40
09/05/2014	102.723,37
10/05/2014	26.931,02
11/05/2014	557.071,61
13/05/2014	2,07
14/05/2014	454.714,37
15/05/2014	542.493,13
16/05/2014	684.839,99
19/05/2014	31.677,44
24/05/2014	11.906,11
25/05/2014	63.708,60
26/05/2014	3.072.500,66
28/05/2014	4.374.438,89
29/05/2014	176.018,55
30/05/2014	97.853,18
04/06/2014	63.253,27
05/06/2014	12.892,00
06/06/2014	31.405,55
10/06/2014	64.471,01
12/06/2014	395.877,81
13/06/2014	929.123,34
16/06/2014	12.262,14
18/06/2014	3.143,05
24/06/2014	7.110.594,42
25/06/2014	258.863,68
26/06/2014	281.435,86
27/06/2014	313,95
28/06/2014	28.767,68
30/06/2014	92.223,92
07/07/2014	1.365.477,70
10/07/2014	43.222,73
17/07/2014	62.021,85
25/07/2014	6.287.144,39
27/07/2014	2.473.815,88
28/07/2014	145.884,54
30/07/2014	30.399,50
01/08/2014	5.549,56
04/08/2014	271.969,19
08/08/2014	77.533,89
11/08/2014	14.639,00
13/08/2014	66.540,10
15/08/2014	14.768,43
16/08/2014	25.309,17
17/08/2014	1.379,83
21/08/2014	9.268,47
22/08/2014	192,16
25/08/2014	6.766.492,92
28/08/2014	1.644.973,44
29/08/2014	255.282,01
05/09/2014	1.136.163,19
07/09/2014	71.211,02
10/09/2014	13.902,30
12/09/2014	39.234,43
20/09/2014	511,82
24/09/2014	6.957.676,29
26/09/2014	422.339,63
28/09/2014	76.659,85
29/09/2014	95.029,04
03/10/2014	5.310,96
05/10/2014	30,50
22/10/2014	511.490,22
23/10/2014	31.077,62
24/10/2014	63.495,13
25/10/2014	16.812,33
27/10/2014	8.265.525,36
30/10/2014	277.465,64
06/11/2014	32.143,11
09/11/2014	7.722,23
10/11/2014	12.005,64
12/11/2014	663,23
17/11/2014	3.199,93
22/11/2014	14.091,27
23/11/2014	79.634,84
24/11/2014	8.129.869,42
26/11/2014	77.328,78
27/11/2014	5.818,25
28/11/2014	23.498,04
01/12/2014	231.250,46
08/12/2014	299.664,64
11/12/2014	105,74
15/12/2014	42.891,46
18/12/2014	97.475,59
25/12/2014	5.148,75
26/12/2014	7.968.783,33
27/12/2014	179.570,45
28/12/2014	10.185,37
07/01/2015	7.417,88
09/01/2015	536.549,96
12/01/2015	26.760,28
15/01/2015	246.899,46
16/01/2015	23.645,70
26/01/2015	6.088.560,48
27/01/2015	15.785,05
28/01/2015	5.299,96
04/02/2015	581,76
19/02/2015	35.362,34
21/02/2015	2.882,22
22/02/2015	152.363,77
23/02/2015	1.848.443,84
24/02/2015	2.117.422,22
28/02/2015	19.413,32
05/03/2015	211,25
12/03/2015	135.415,36
23/03/2015	1.650,86
25/03/2015	386.095,07
30/03/2015	44.555,37
06/04/2015	8.518,46
22/04/2015	439.415,86
24/04/2015	569.185,33
02/05/2015	0,53
07/05/2015	5.838,74
15/05/2015	2.835,33
22/05/2015	147.684,26
24/05/2015	12.966,35
27/05/2015	8.862,05
01/06/2015	11.444,00
27/06/2015	187.482,68
28/06/2015	12.711,74
07/08/2015	9.207,02
24/08/2015	232.685,19
27/08/2015	154.758,24
21/09/2015	663.135,42
30/09/2015	115.692,84

9.6. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Roberto Gonçalves, Renato de Souza Duque e PPI - Projeto de Plantas Industriais Ltda. multa individual no valor de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.7. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.8. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.9. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, encaminhar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Rio de Janeiro, para adoção das medidas que entender cabíveis, ressaltando que o inteiro teor desta decisão poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acórdãos;

9.10. desentranhar as peças 464 e 465 deste processo, remetendo-as ao TC 035.857/2015-3, cujo objeto é o acompanhamento das medidas que envolvem o acordo de leniência firmado entre a Odebrecht e a Controladoria-Geral da União (CGU)/AGU;

9.11. encaminhar cópia deste acórdão aos responsáveis, à Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), à Advocacia-Geral da União (AGU), à 13ª Vara Federal de Curitiba, à 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais (com referência ao Processo 1057756-77.2019.8.26.0100) e à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais (com referência ao Processo 1069420-76.2017.8.26.0100), ambas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), à Controladoria-Geral da União (CGU), à Consultoria Jurídica do Tribunal de Contas da União (Conjur), para que adote as medidas cabíveis quanto ao acompanhamento do Mandado de Segurança 35.920, aos conselhos profissionais nacional e regional, a fim de que adotem, em sendo o caso, as providências necessárias contra os profissionais de engenharia envolvidos nos desvios de recursos nas obras da CDPU (Contrato 0858.0072004.11.2, celebrado entre a Petrobras e o Consórcio TUC.

10. Ata n° 37/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2142-37/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes.
13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2143/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.521/2020-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Antônio Emanuel Braga Magalhães (500.209.277-20).
3.2. Recorrente: Antonio Emanuel Braga Magalhaes (500.209.277-20).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Fernanda Kelen Sousa da Silva (11.739/OAB-AM), Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (3.004/OAB-AM) e outros, representando Antonio Emanuel Braga Magalhaes.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 4.546/2020-TCU- Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer e negar provimento ao pedido de reexame;
9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à unidade jurisdicionada.
10. Ata n° 37/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 28/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2143-37/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2144/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.016/2022-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Mundial Residence Transportes e Logística Ltda. (00.502.302/0001-68).
4. Unidade Jurisdicionada: Comando da 1ª Região Militar.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Luiz Melo Filho (17143/OAB-DF), representando Mundial Residence Transportes e Logística Ltda; Benitez José da Silva, representando 5 Estrelas Infinity Serviços e Soluções Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação a respeito de possíveis irregularidades no Pregão - SRP 5/2022 conduzido pelo Comando da 1ª Região Militar (RM), cujo objeto é o registro de preços para a prestação de serviços de transporte nacional e internacional de mobiliário em geral, cargas, documentos, bagagem, veículos e demais objetos de propriedade ou de interesse da 1ª RM, segundo as especificações contidas no termo de referência,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo, em:
9.1. com fulcro no art. 276, caput, do Regimento Interno do TCU, referendar a medida cautelar adotada pelo relator por meio do despacho contido na peça 64 destes autos, transcrito no Relatório que precede este acórdão, bem como as medidas acessórias constantes no mencionado despacho;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Comando da 1ª Região Militar, ao Comando da 1ª Divisão do Exército, à Escola de Comando e Estado-Maior, à empresa Mundial Residence Transportes e Logística Ltda. e à representante.

10. Ata n° 37/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 28/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2144-37/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2145/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.280/2017-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Embargantes: Acilon Gonçalves Pinto Júnior (091.881.853-20); Marleyane Gonçalves Lobo Pinto Junior (463.459.223-15).
4. Unidade Jurisdicionada: Município de Eusébio/CE; Ministério do Desenvolvimento Regional.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Camila Milena da Silva (39.578/OAB-CE), representando Marleyane Gonçalves Lobo Pinto Junior; Andrei Barbosa de Aguiar (19.250/OAB-CE), Ubiratan Diniz de Aguiar (3.625/OAB-CE) e outros, representando Acilon Gonçalves Pinto Júnior.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Acilon Gonçalves Pinto Júnior e Marleyane Gonçalves Lobo de Farias em face do Acórdão 2.584/2021-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas relacionadas à execução do Contrato de Repasse 0177867-05 (Siafi 536280) e os condenou em débito;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar ambos os embargos de declaração.
9.2. remeter cópia deste acórdão aos responsáveis.

10. Ata n° 37/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 28/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2145-37/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2146/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 044.594/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Iturri Coimpar Indústria e Comercio de Epi's Ltda. (CNPJ 61.451.654/0001-26).
4. Entidade: Comando da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Felipe Cesar Lapa Boselli (29.308/OAB-SC), Vinicius Loss (29.025/OAB-SC) e outros, representando Iturri Coimpar Industria e Comercio de Epi's Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de concessão de medida cautelar suspensiva do Pregão Eletrônico 16/2020, do Comando da Aeronáutica para a contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos especiais e elos do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio da Força Aérea, em todo o território nacional, com valor homologado de R$ 4.395.370,86, em favor da empresa Iturri Coimpar Indústria e Comércio de EPIs Ltda.;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer da Representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014 para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. dar ciência ao Centro de Aquisições Específicas - Comando da Aeronáutica, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas identificadas no Pregão 16/2020 para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:
9.2.1. elaboração do edital do pregão pela pregoeira, contrariando o artigo 3º, inciso IV, da Lei 10.520/2002, o artigo 17 do Decreto federal 10.024/2019 e os Acórdãos 3.381/2013-Plenário, relator Ministro Valmir Campelo e 2.448/2019-Plenário, da relatoria do Ministro Augusto Nardes;
9.2.2. não ter instaurado processo administrativo com vistas à aplicação de penalidade à empresa CCI Construtora e Serviços Especiais Ltda., por ter deixado de entregar a documentação de habilitação exigida no edital, contrariando o artigo 7º da Lei 10.520/2002, o inciso II do artigo 49 do Decreto 10.024/2019 e o Acórdão TCU-Plenário 754/2015, relatora Ministra Ana Arraes;
9.3. informar ao Centro de Aquisições Específicas - Comando da Aeronáutica e ao representante do presente Acórdão, destacando que o Relatório e o Voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e
9.4. arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, III, do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata n° 37/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 28/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2146-37/22-P.

10. Ata n° 37/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 28/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2146-37/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2147/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.956/2022-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Fiscalização de Desestatização
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Entidades: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Ministério do Meio Ambiente; e Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de fiscalização do processo de desestatização relativo à concessão de serviços de apoio à visitação, revitalização, modernização, operação e manutenção dos serviços turísticos no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (PNCG), incluindo o custeio de ações de apoio à conservação, proteção e gestão do parque, localizado no estado do Mato Grosso,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar, com fundamento no art. 258, inciso II, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 1º da Instrução Normativa TCU 81/2018, dado o escopo definido para a análise da presente desestatização, que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) atendeu aos aspectos de completude e suficiência técnica dos elementos apresentados por meio do acervo documental inerente à desestatização do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães;
9.2. Determinar ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e à Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento (SPPI), com fulcro no art. 4º, inciso II, da Resolução-TCU 315/2020, que, até a data de publicação do edital da concessão de prestação de serviços de apoio à visitação, revitalização, modernização, operação e manutenção dos serviços turísticos no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, ajustem a redação da subcláusula 44.1 (c) da minuta de contrato, de forma que ela reflita plenamente a hipótese prevista no art. 31, §4º, inciso II, da Lei 13.448/2017, c/c o art. 2º, parágrafo único, inciso II do Decreto 10.025/2019;

9.3. Recomendar ao MMA, ao ICMBio e à SPPI, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que, até a data de publicação do edital da concessão de prestação de serviços de apoio à visitação, revitalização, modernização, operação e manutenção dos serviços turísticos no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães:

9.3.1. ajustem o caderno de encargos de forma a prever prazos máximos de execução dos investimentos previstos nos subitens 6.12, 6.13, 6.15 e 6.16 do caderno (seção III.1 desta instrução); e

9.3.2. disponibilizem, aos interessados, a Nota Técnica APS/DEPS1 7/2022 e seus anexos, contendo esclarecimentos sobre as mudanças realizadas no Plano de Negócios do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães no âmbito do projeto de concessão dos serviços turísticos da unidade (seção III.1 desta instrução);

9.4. Dar ciência desta deliberação, assim como do relatório e do voto que a subsidiam, ao MMA, ao ICMBio e à SPPI; e

9.5. restituir os autos à SecexAgroAmbiental a fim de que promova o monitoramento da presente decisão e acompanhe a etapa pós publicação do edital do certame, incluindo os procedimentos de adjudicação e assinatura dos contratos, nos termos da IN-TCU 81/2018.

10. Ata n° 37/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2147-37/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2148/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.641/2018-0

1.1. Apenso: 039.072/2018-5

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Alberto Cavalcante Maciel Junior (662.007.762- 53); André Gustavo Richer (009.749.867-04); Ary da Silva Graça Filho (232.359.188-68); Carlos Arthur Nuzman (007.994.247-49); Carlos Boaventura Correa Nunes (006.764.200-44); Carlos Luiz Pinto Fernandes (879.732.947- 91); Coaracy Gentil Monteiro Nunes Filho (031.405.127-91); Edson Figueiredo Menezes (299.278.207-63); Enrique Montero Dias (579.679.466-34); George Hilton dos Santos Cecílio (491.069.025-53); Guy Rodrigues Peixoto Junior (136.411.662- 68); José Aldo Rebelo Figueiredo (164.121.504-63); João Tomasini Schwertner (239.853.990-34); Leandro Cruz Froes da Silva (016.766.507-33); Leonardo Carneiro Monteiro Picciani (084.360.667-31); Miguel Carlos Cagnoni (224.280.118-04); Orlando Silva de Jesus Júnior (565.244.555-68); Paulo Wanderley Teixeira (173.895.777-20); Rafael Bittencourt Westrupp (030.280.349-13); Rogerio Sampaio Cardoso (121.279.128-29); Sérgio Vieira da Costa Lobo (031.537.467- 53); Walter Pitombo Laranjeiras (003.589.324-91); Warlindo Carneiro da Silva Filho (070.383.134-87)

4. Entidades: Comitê Olímpico Brasileiro; Confederação Brasileira de Atletismo; Confederação Brasileira de Basketball; Confederação Brasileira de Canoagem; Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos; Confederação Brasileira de Levantamento de Pesos; Confederação Brasileira de Taekwondo; Confederação Brasileira de Tênis; Confederação Brasileira de Voleibol; Ministério da Cidadania; Ministério do Esporte (extinto); e Secretaria Especial do Esporte

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação)

8. Representação legal: João Paulo da Silveira Ribeiro (OAB/DF 60.011), Lucas Nazif Rasul (OAB/DF 59.960), Heloísa Mafalda de Melo Monteiro (OAB 44.152/DF), Wladimyr V. de Moraes Camargos (OAB 39.918/DF), Pedro Henrique Rebello de Mendonça (OAB 57.788/DF), Ana Paula Macedo Terra (OAB 121.153/RJ) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório cujo objetivo central foi contribuir para melhorar os índices de eficácia e eficiência dos gastos com recursos provenientes da Lei 9.615/1998, alterada pela Lei 10.264/2001 (Lei Agnelo-Piva), no esporte de alto rendimento,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em:

9.1. determinar ao Comitê Olímpico do Brasil (COB), com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, que:

9.1.1. no prazo de sessenta dias, a contar da ciência da deliberação do Tribunal, encaminhe informações e documentação comprobatória acerca dos procedimentos realizados visando à recomposição, à conta específica para movimentação de recursos da Lei 9.615/1998, dos valores concernentes à atualização monetária das glosas devolvidas pelas confederações sem a devida correção, consoante o princípio da economicidade, previsto na Constituição Federal, art. 70, caput, e no art. 56-B, inciso I, da Lei 9.615/1998;

9.1.2. no prazo de sessenta dias, a contar da ciência da deliberação do Tribunal, encaminhe informações e documentação comprobatória de levantamento realizado junto a todos os seus funcionários, a fim de identificar pessoas empregadas pelo Comitê que sejam remuneradas com recursos públicos e também sejam servidores ou funcionários públicos, de qualquer esfera federativa, assim como das providências administrativas adotadas para sanar a irregularidade que viola o disposto no art. 17, inciso VIII, da Lei 13.242/2015 e no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal c/c arts. 1º e 2º da Lei 8.429/1992;

9.2. recomendar ao Comitê Olímpico do Brasil (COB), com fundamento no art. 11 da Resolução TCU 315/2020, que, antes de contratar seus funcionários, exija deles declaração expressa informando que não ocupam qualquer cargo público e que não são remunerados com nenhuma outra fonte pública, caso venham a ser remunerados pelo Comitê mediante qualquer fonte pública de financiamento, haja vista o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal c/c arts. 1º e 2º da Lei 8.429/1992, no art. 17, inciso VIII, da Lei 13.242/2015, no art. 18, inciso VIII, da Lei 13.408/2016, no art. 17, inciso VII, da Lei 13.473/2017 e no art. 17, inciso VII, da Lei 13.707/2018 (LDO de 2016 a 2019);

9.3. dar ciência ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) e às Confederações Brasileiras de Voleibol (CBV), de Desportos Aquáticos (CBDA), de Taekwondo (CBTKD), de Basketball (CBB), de Voleibol (CBV), de Canoagem (CBCa), de Levantamento de Peso (CBLP), de Tênis (CBT) e de Atletismo (CBAt), com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, que a não disponibilização e não manutenção em seus sítios eletrônicos das informações requeridas atualizadas e respectivas documentações comprobatórias constituem descumprimento do art. 11 e do art. 12, § 1º, da Portaria ME 115/2018;

9.4. dar ciência ao Ministério da Cidadania, vinculador da Secretaria Especial do Esporte e sucessor do extinto Ministério do Esporte na função de governo Desporto e Lazer, com fundamento no art. 9º da Resolução TCU 315/2020, de que:

9.4.1. a omissão no acompanhamento da execução dos programas e projetos destinatários dos recursos públicos previstos no inciso VI do art. 56 da Lei 9.615/1998, bem como na apresentação anual dos correspondentes relatórios de aplicação de recursos ao Conselho Nacional do Esporte, para fins de aprovação, consiste em descumprimento do art. 56, § 7º, da Lei 9.615/1998, introduzido pela Lei 12.395/2011;

9.4.2. a responsabilidade por acompanhar/fiscalizar os programas e projetos financiados com recursos da Lei 9.615/1998 (art. 56, inciso VI), executados pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB) e confederações vinculadas, não pode ser transferida ao Conselho Nacional do Esporte (CNE), conforme fora suscitado nas manifestações do Ministério do Esporte nos Relatórios de Aplicação de Recursos de 2013-2016 e de 2017, uma vez que afronta o art. 56, § 7º, da Lei 9.615/1998 (hoje, art. 23, § 2º, da 13.756/2018);

9.4.3. a certificação de regularidade para com o requisito da transparência na gestão, previsto nos arts. 3º, inciso VIII, e 11 da Portaria 115/2018, do extinto Ministério do Esporte, sem que as entidades do Sistema Nacional do Desporto certificadas atendam, de fato, os requisitos elencados no citado art. 11 da portaria regulamentadora dos procedimentos de verificação do cumprimento dos arts. 18 e 18-A da Lei 9.615/1998 caracteriza descumprimento dos normas legais e regulamentares mencionadas;

9.4.4. a contratação de pessoal pelas entidades integrantes do Sistema Nacional do Desporto (SND), às expensas dos recursos provenientes da Lei 9.615/1998, alterada pela Lei 10.264/2001 (Lei Agnelo-Piva) e, atualmente, da Lei 13.756/2018, deve ser realizada mediante regular processo seletivo, com observância dos princípios gerais da Administração Pública constantes do art. 37 da Constituição Federal, em especial da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, conforme preceituado no parágrafo único do art. 28 do Decreto 7.984/2013 e no art. 7º da Portaria ME 341/2017, cabendo a realização de chamamento público, ou processo seletivo congênere, com ampla publicidade e transparência nos critérios de seleção do empregado(precedente: Acórdão 1.925/2017-Plenário, rel. Ministro-Substituto Augusto Sherman);

9.5. fazer constar, na ata da presente sessão, nos termos do art. 8º da Resolução TCU 315/2020, comunicação no sentido de recomendar à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) do TCU que avalie a viabilidade de se incluir na IN TCU 48/2004 dispositivo que preveja a possibilidade de continuidade de liberação de recursos da Lei 9.615/1998, nos casos em que a confederação desportiva filiada ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) tiver outro administrador que não o responsável pelo dano, mediante suspensão da inadimplência da entidade por ato expresso do ordenador de despesas do Comitê concedente, uma vez comprovada a instauração da devida tomada de contas especial, assim como todas as demais medidas cabíveis, em conformidade com o disposto nos arts. 18-B, 18-C, 18-D e 18-E da Lei 9.615/1998, incluídos pela Lei 14.073/2020; e

9.6. dar ciência aos interessados acerca da presente deliberação.

10. Ata n° 37/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2148-37/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2149/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.809/2015-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Recurso de Reconsideração)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério da Integração Nacional (extinta).

3.2. Responsáveis: Delcídio do Amaral Gomez (011.279.828-42); Fernando Montenegro Cabral de Vasconcellos Filho (778.798.997-15); Jesus Alfredo Ruiz Sulzer (298.275.587-49); Paulo Sergio de Oliveira (258.231.756-04); Pedro Luiz Teruel (363.180.198-04); Romulo de Macedo Vieira (057.630.451-49).

3.3. Recorrentes: Pedro Luiz Teruel (363.180.198-04); Romulo de Macedo Vieira (057.630.451-49).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Lucas Costa da Rosa (14.300/OAB-MS); Fernando Amaral Santos Velho (3.289/OAB-MS); Carlo Daniel Coldibelli Francisco (6.701-B/OAB-MS); Mariana Capistrano Sarinho Paiva (11244/OAB-RN); Robson Sitorski Lins (9678/OAB-MS), Monique Rafaella Rocha Furtado (34.131/OAB-DF), Laercio Arruda Guilhem (7.681/OAB-MS), Sérgio Agripino Candido da Silva (20.787/OAB-DF), Humberto de Souza Ferro Junior (16.602/OAB-DF), Gabriel Duarte de Oliveira (21454/OAB-MS), Taísa Brasil Batista Aguiar (55.642/OAB-DF), Juliana Santos Silveira (53.423/OAB-DF), André Luiz Borges Netto (5.788/OAB-MS) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelos Srs. Pedro Luiz Teruel e Rômulo de Macedo Vieira ao Acórdão 1.958/2022-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelos Srs. Pedro Luiz Teruel e Rômulo de Macedo Vieira para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Ata n° 37/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 28/9/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2149-37/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2150/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.079/2015-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Concresolo Engenharia Ltda. (40.174.864/0001-44); Delta Construções S.A. (10.788.628/0001-57); Josué Terra Serra (466.259.921-00); João de Sousa Freitas (104.715.101-49); Paulo Keniti Inoue (015.649.708-50); Ricardo Luís da Silva Travassos (225.682.805-06).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando o Dnit; Felipe Furtado Morais (142.387/OAB-RJ) e Vivian Valle DOrnellas (150.002/OAB-RJ), representando Concresolo Engenharia Ltda.; Newton Jorge Tinoco (6.312/OAB-MS), representando Ricardo Luís da Silva Travassos; Pâmela Guerra (28.202/OAB-GO), representando Delta Construções S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), em face de irregularidades atribuídas à Delta Construções S.A. (em recuperação judicial), no âmbito da execução do Contrato UT 19.008/2009, cujo objeto era restauração rodoviária de segmento específico da BR-262 em Mato Grosso do Sul/MS,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, acolher parcialmente as alegações de defesa dos Srs. João de Sousa Freitas, Paulo Keniti Inoue, Josué Terra Serra e Ricardo Luís da Silva Travassos, bem como da empresa Concresolo Engenharia Ltda., julgando suas contas regulares com ressalvas e dando-lhes quitação;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 16, § 2º, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da mesma lei, as contas da empresa Delta Construções S.A., condenando-a ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculada a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
27/8/2009	75.851,13
27/8/2009	-4.653,73
27/8/2009	52.017,28
02/9/2009	56.525,44
26/9/2009	38.146,00
01/11/2009	52.017,28
20/11/2009	26.008,64
18/12/2009	41.613,82
10/2/2010	7.629,20
20/3/2010	3.467,81
04/5/2010	-86.695,47
18/6/2010	17.339,09
15/7/2010	17.339,09
03/8/2010	17.339,09
02/10/2010	17.339,09
09/11/2010	17.339,09
18/11/2010	17.339,09
01/04/2011	52.017,30

9.3. aplicar à empresa Delta Construções S.A., a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso do Sul, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992;

9.6. dar ciência deste acórdão aos responsáveis e ao Dnit.

10. Ata n° 37/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 28/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2150-37/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes.
13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2151/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.645/2015-9.
1.1. Apenso: 038.109/2021-2
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em Pedido de Reexame).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Armando Chinelatto Neto (998.068.276-00); Celso Luiz Azevedo (053.839.878-78); Cleverson Tadeu Santos (566.459.539-68); Cmsd Tecnologia Ltda (03.585.905/0001-69); Ednaldo Francisco de Oliveira (384.888.251-53); Guilherme Lopes Maranhao (029.485.647-19); Joaquim Lima de Oliveira (152.230.001-53); Jorge Alberto Koth (288.743.820-49); Jorge Fontes Hereda (095.048.855-00); Marcos do Rosario Bernardi (504.370.469-15); Marina Cabral Rodrigues (369.270.741-04); Márcio Percival Alves Pinto (530.191.218-68); Nedson Luiz Micheleti (362.016.859-87); Oracle do Brasil Sistemas Ltda (59.456.277/0001-76); Raphael Rezende Neto (318.777.021-53); Roberto Nogueira Zambon (041.669.478-00); Rogerio Pedersen Monteiro (302.110.000-78); Rosevaldo Alves de Souza (153.352.321-53); Valnei Batista Alves (288.956.816-49).
3.2. Recorrente: CMSD Tecnologia Ltda (03.585.905/0001-69).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Isabela Mendes Magliano, Ana Flavia Rodrigues Araujo e outros, representando Roberto Nogueira Zambon; Debora Signorelli Carvalho (315.247/OAB-SP), Barbara de Abreu Mori (381.390/OAB-SP) e outros, representando Oracle do Brasil Sistemas Ltda; Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF), representando Raphael Rezende Neto; Matheus Feitosa Gomes de Oliveira, Edson Pereira da Silva (5100/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF), representando Márcio Percival Alves Pinto; Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF), representando Cleverson Tadeu Santos; Marcos Wengerkiewicz (024.555/OAB-PR), Juliano Arlindo Clivatti (025.703/OAB-PR) e outros, representando Cmsd Tecnologia Ltda; Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF), representando Jorge Fontes Hereda; Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF), representando Joaquim Lima de Oliveira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por CMSD Tecnologia Ltda. em face do Acórdão 243/2022-TCU-Plenário, proferido em sede de pedido de reexame, o qual conheceu do recurso e negou-lhe provimento.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los; e
9.2. encaminhar cópia desta deliberação à embargante e aos interessados.

10. Ata n° 37/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 28/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2151-37/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator) e Aroldo Cedraz.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2152/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 004.982/2014-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: José Luiz Ribeiro (030.211.328-20); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Piracicaba e Região (54.406.921/0001-88); Walter Barelli (008.056.888-20).
3.2. Recorrente: José Luiz Ribeiro (030.211.328-20).
4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Walter Barelli; Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Luís Antônio Paulino; Fatima Cristina Pires Miranda (109.889/OAB-SP), Wilton Luis da Silva Gomes (220788/OAB-SP) e outros, representando Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Piracicaba e Região; Wilton Luis da Silva Gomes (220788/OAB-SP), Fatima Cristina Pires Miranda (109889/OAB-SP) e outros, representando José Luiz Ribeiro.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos por José Luiz Ribeiro contra o Acórdão 1.906/2022 - TCU - Plenário, que julgou Recurso de Revisão interposto contra o Acórdão 3.959/2015-TCU-1ª Câmara, da relatoria do Ministro Benjamin Zymler (retificação por inexatidão material - Acórdão 2.440/2017-TCU-1ª Câmara, rel. Ministro Benjamin Zymler), que julgou irregulares as suas contas e imputou-lhe o débito apurado nos autos;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los e manter inalterada a deliberação embargada;
9.2. dar ciência da presente deliberação ao embargante.

10. Ata n° 37/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 28/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2152-37/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2153/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.082/2022-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: não há.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não há.
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de anteprojeto de resolução sobre a Política Corporativa de Segurança da Informação (PCSI/TCU) e sobre o Sistema de Gestão de Segurança da Informação do Tribunal de Contas da União (SGSI/TCU), com a consequente revogação da Portaria-TCU 210, de 14 de agosto de 2014;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro nos arts. 79 a 84 do Regimento Interno, em:
9.1. aprovar o Projeto de Resolução, na forma do texto anexo;
9.2. orientar a Secretaria-Geral da Presidência que promova estudos para atualização do quadro normativo de Segurança Institucional desta Corte;
9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 37/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 28/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2153-37/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2154/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.728/2019-6.
1.1. Apenso: 020.417/2020-9
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Congresso Nacional (vinculador); Consórcio Usina Termoelétrica Santa Cruz (29.490.371/0001-80); Furnas Centrais Elétricas S.A. (23.274.194/0001-19).
3.2. Responsáveis: Luiz Carlos Ciocchi (374.232.237-00); Ricardo Medeiros (778.342.088-53).
4. Órgão/Entidade: Furnas Centrais Elétricas S.A.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).
8. Representação legal: William Akira Minami (246.841/OAB-SP), representando Consórcio Usina Termoelétrica Santa Cruz; Bruno Matos de Freitas Godoy (183.774/OAB-RJ), Ciro Cardoso Brasileiro Borges (206.631/OAB-SP) e outros, representando Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A.; William Akira Minami (246.841/OAB-SP), Ana Luiza Nascimento de Souza Polak (342.501/OAB-SP) e outros, representando Cbpo Engenharia Ltda.; Andre Moreira de Araujo (156.599/OAB-RJ), Gustavo André Gomes (155.301/OAB-RJ) e outros, representando Furnas Centrais Elétricas S.A.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria realizada no âmbito do Fiscobras 2019 sobre as obras de implantação do ciclo combinado e ampliação da capacidade da Usina Termoelétrica de Santa Cruz (UTE-Santa Cruz), viabilizadas mediante contrato firmado entre Furnas Centrais Elétricas S.A. - doravante Furnas - e o Consórcio Usina Termoelétrica Santa Cruz, na presente oportunidade examinando-se oitivas autorizadas por meio do Acórdão 2.342/2019-TCU-Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. apensar os presentes autos ao TC 006.858/2021-0, com fundamento no art. 36, caput, da Resolução-TCU 259/2014 c/c art. 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU, tendo em vista a relação de continência entre o apontamento tratado nestes autos (Existência de atrasos que podem comprometer o prazo de entrega do empreendimento) e o apontamento que está sendo tratado na fiscalização mais recente no âmbito daquele processo (Existência de atrasos nas obras e serviços);

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão à Furnas Centrais Elétricas S.A., ao Consórcio Usina Termoelétrica Santa Cruz e à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), para conhecimento.

10. Ata n° 37/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 28/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2154-37/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2155/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.925/2015-5.
2. Grupo II, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração.
3. Embargantes: Aliança Comunicação e Cultura Ltda. (10.841.500/0001-00), Alto Impacto Entretenimento Ltda. - EPP (03.970.827/0001-16) e Marion Susanne Paschoal Perruci Produções Ltda. - ME (08.560.689/0001-10).
4. Entidade: Instituto Mundial de Desenvolvimento e da Cidadania - IMDC (21.145.289/0001-07).
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros, representando a Aliança Comunicação e Cultura Ltda.; e Nara dos Anjos Gomes (OAB/DF 49.552), representando a Alto Impacto Entretenimento Ltda. - EPP e a Marion Susanne Paschoal Perruci Produções Ltda. - ME.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, agora em fase de embargos de declaração opostos ao Acórdão 736/2021-Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração apresentados pela Aliança Comunicação e Cultura Ltda. para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. não conhecer dos embargos de declaração apresentados pelas empresas Alto Impacto Entretenimento Ltda. - EPP e Marion Susanne Paschoal Perruci Produções Ltda. - ME, em decorrência da incidência, no caso, da preclusão lógica; e
9.3. dar ciência desta Deliberação aos embargantes e aos seus representantes legais, nos termos do art. 179, § 7º, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 37/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 28/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2155-37/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2156/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 021.250/2018-9.
2. Grupo I - Classe V -Assunto: Relatório de Auditoria
3. Interessado: Congresso Nacional.
3.1. Responsáveis: Lucyanne Costa Freitas (036.138.183-29); Prefeitura Municipal de Pinheiro - MA (06.200.745/0001-80); Raimundo Jose Marques Miranda (282.794.253-49).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pinheiro - MA.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
8. Representação legal: Mailson Neves Silva (OAB-MA 9.437) e Flávio Olimpio Neves Silva (OAB-MA 9.623), representando Carlos Morais de Abreu.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria realizada no Município de Pinheiro/MA, em atendimento a Solicitação do Congresso Nacional, com o objetivo de analisar a regularidade de quatro processos de contratação realizados pelo referido Município, durante os exercícios 2017 e 2018, tendo como objeto a aquisição de material médico-hospitalar e de medicamentos, bem como verificar se a aplicação das emendas parlamentares que adicionaram recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, obedeceu ao estabelecido na legislação vigente,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. dispensar o Município de Pinheiro/MA, em caráter excepcional, do cumprimento das medidas indicadas no item 9.3 do Acórdão 355/2019-Plenário;
9.2. autorizar, com fundamento nos arts. 43 e 44 da Resolução-TCU 259/2014, a constituição de processo apartado de fiscalização com o objetivo de apreciar a legalidade do pagamento de despesas com pessoal da saúde mediante a utilização de recursos oriundos de emendas parlamentares que adicionam valores ao Sistema Único de Saúde (SUS) para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde (FNS) aos fundos de saúde dos estados, Distrito Federal e municípios, conforme os fundamentos indicados nas proposições da SecexSaúde e do Ministério Público/TCU, reproduzidos no relatório precedente, observando-se, para tanto, dada a abrangência e a regulação da matéria pelo Ministério da Saúde, o disposto no art. 24, caput, da Resolução TCU 175/2005;
9.3. dar ciência deste acórdão ao Município de Pinheiro/MA, ao Ministério da Saúde e à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; e
9.4. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 37/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 28/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2156-37/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2157/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.123/2022-2.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Conselho Administrativo de Defesa Econômica; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroambiental).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional, formulada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, com base na proposta de fiscalização e controle 19/2022.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 232, III, do RI/TCU e art. 4º, I, "b", da Resolução TCU 215/2008;
9.2. informar à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados (CAPADR/CD) que a fiscalização relativa a infrações à ordem econômica, como formação de cartel, aumento arbitrário dos lucros, retenção ilegítima de produtos, compete ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), conforme dispõem os arts. 9º, II, e 36 da Lei 12.529/2011;
9.3. informar à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados (CAPADR/CD) que matéria conexa a esta solicitação e de relevante interesse dessa Comissão, passível de ser desenvolvida por esta Corte e pertinente ao contexto exposto na justificativa da PFC 19/2022, está sendo apreciada no TC 044.686/2021-8 (acompanhamento do Programa Nacional de Fertilizantes), sob relatoria do ministro-substituto Marcos Bemquerer, e os resultados ser-lhe-ão encaminhados tão logo o Tribunal delibere sobre o processo;
9.4. dar ciência desta deliberação ao presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados (CAPADR/CD);
9.5. encerrar os autos, nos termos do art. 169, V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 37/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 28/9/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2157-37/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 44 minutos, a Presidência informou o cancelamento da sessão extraordinária de caráter reservado que seria realizada a seguir, e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pela Presidência e homologada pelo Plenário.

DENISE LOIANE CUNHA FONSECA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 5 de outubro de 2022.

Min. BRUNO DANTAS
Vice-Presidente
No exercício da Presidência

Defensoria Pública da União

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

PORTARIA GABDPGF DPGU Nº 1.016, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994;
Considerando o disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 61 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021;
Considerando a realização de crédito adicional suplementar;
Considerando o Processo Administrativo SEI nº 08038.001493/2022-01;, resolve:
Art. 1º Alterar o Cronograma Anual de Desembolso Mensal do Órgão 29.000 - Defensoria Pública da União - referente ao exercício financeiro de 2022, com os valores estabelecidos no anexo I desta Portaria.
Art. 2º Fica revogada a Portaria GABDPGF DPGU nº 786, de 01 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União, seção I, página 124, de 03 de agosto de 2022.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL DE MACEDO ALVES PEREIRA

ANEXO

Anexo I

29000 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2022

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS/OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

MESES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		OUTRAS DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	
	MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACUMULADO
JANEIRO	49.632.166	49.632.166	19.698.143	19.698.143
FEVEREIRO	28.200.094	77.832.260	19.698.138	39.396.281
MARÇO	28.200.094	106.032.354	19.698.138	59.094.419
ABRIL	28.200.094	134.232.448	19.698.138	78.792.557
MAIO	28.200.094	162.432.542	19.698.138	98.490.695
JUNHO	28.200.094	190.632.636	19.698.138	118.188.833
JULHO	28.200.094	218.832.730	19.698.138	137.886.971
AGOSTO	28.200.094	247.032.824	19.698.138	157.585.109
SETEMBRO	37.205.154	284.237.978	23.698.138	181.283.247
OUTUBRO	27.688.970	311.926.947	34.271.676	215.554.923
NOVEMBRO	33.851.336	345.778.283	34.271.676	249.826.598
DEZEMBRO	39.685.497	385.463.780	34.271.676	284.098.274

Nota 1: Esta programação poderá sofrer alterações em função de serviços extraordinários, sentenças, judiciais, limitação de empenho, despesas de exercícios anteriores ou créditos adicionais.

Nota 2: Os valores com pessoal e encargos sociais representam seus dispêndios brutos.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO COFEN Nº 79, DE 27 DE JULHO DE 2022

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 023/2022. ORIGEM PROCESSO ÉTICO COREN-RS N° 004/2017-E. 543ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO. JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. INDICATIVO DE CASSAÇÃO. Unanimidade dos votos. Infração aos artigos 9°, 19, 34, 48 e 53 do Código de Ética, Resolução Cofen nº 311/2007. Cassação do exercício profissional pelo período de 05 (cinco) anos.

BETÂNIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

LISANDRA CAIXETA DE AQUINO
Conselheira Relatora

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

ACÓRDÃO Nº 516, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, em sessão da 367ª Reunião Plenária Ordinária, ocorrida em 16 de setembro de 2022, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, nos termos da Resolução nº 413/2012;

Considerando os termos do Ofício GAPRE CREFITO-12 nº 559/2022, de 29 de julho de 2022, que solicita a complementação de recursos financeiros para aquisição de 5 (cinco) veículos destinados à fiscalização;

ACORDAM, por unanimidade, em aprovar a solicitação do CREFITO-12 e deferir a doação dos recursos financeiros complementares, conforme requerido pelo Ente Regional.

QUÓRUM: Dr. Roberto Mattar Cepeda, Presidente; Dr. Abidiel Pereira Dias; Diretor-Tesoureiro; Dr. Cássio Fernando Oliveira da Silva, Diretor-Secretário; Dr. Leandro Lazzareschi, Conselheiro Efetivo; Dr. Marcelo Renato Massahud júnior, Conselheiro Efetivo; Dr. Maurício Lima Poderoso Neto, Conselheiro Efetivo; e Dra. Patrícia Luciane Santos de Lima, Conselheira Efetiva.

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor-Secretário

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS

RESOLUÇÃO Nº 45, DE 24 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre as atribuições dos técnicos agrícolas em atividades de fiscalização agropecuária, em programas de autocontrole, na prestação de serviços de assistência técnica, no exercício da responsabilidade técnica, e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS (CFTA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei n° 13.639, de 26 de março de 2018, o Regimento Interno do CFTA, e de acordo com a deliberação da Diretoria Executiva na Reunião realizada no dia 24 de março de 2022,

CONSIDERANDO a função de orientação do CFTA, e a sua competência para detalhar as áreas de atuação privativa dos técnicos agrícolas, conforme estabelecido nos arts. 3º e 31 da Lei nº 13.639/2018, observados os limites legais e regulamentares e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, incisos I, II, III e V, da Lei nº 5.524/1968, combinado com o seu art. 6º, e o disposto no art. 3º, I, II, III e V do Decreto nº 90.922/1985, que regulamentam a profissão de técnico agrícola;

CONSIDERANDO que o art. 6º, I, do Decreto nº 90.922/1985 prevê que o técnico agrícola pode desempenhar cargos, funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas;

CONSIDERANDO que o art. 6º, IV, "d" e "f", do Decreto nº 90.922/1985 estabelece que o técnico agrícola pode prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos de vistoria, perícia, arbitramento e consultoria, entre outros, para o detalhamento de programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança no meio rural, para a execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do solo até à colheita, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários;

CONSIDERANDO que o art. 6º, VII, do Decreto nº 90.922/1985 determina que o técnico agrícola pode conduzir, executar e fiscalizar obra e serviço técnico compatível com a sua formação profissional;

CONSIDERANDO que o art. 6º, VIII, "d" e "e", do Decreto nº 90.922/1985 dispõe que o profissional pode responsabilizar-se pelo planejamento, organização, monitoramento, e emissão dos respectivos laudos nas atividades de obtenção e preparo da produção animal, processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais, programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos;

CONSIDERANDO que o art. 6º, XI, do Decreto nº 90.922/1985 consigna que o técnico agrícola pode emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial;

CONSIDERANDO que o art. 6º, XII, do Decreto nº 90.922/1985 dispõe que o técnico agrícola pode prestar assistência técnica na aplicação, comercialização, no manejo e regulagem de máquinas, implementos, equipamentos agrícolas e produtos especializados, bem como na recomendação, na interpretação de análise de solos e aplicação de fertilizantes e corretivos;

CONSIDERANDO que o art. 6º, XVII, do Decreto nº 90.922/1985 consigna que o técnico agrícola tem atribuição para analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas;

CONSIDERANDO que o art. 6º, XVIII, do Decreto nº 90.922/1985 define que o técnico agrícola tem prerrogativa para atuar na identificação dos processos simbióticos, de absorção, de translocação e os efeitos alelopáticos entre solo e planta, planejando ações referentes aos tratos da cultura;

CONSIDERANDO que o art. 6º, IX e XXV, do Decreto nº 90.922/1985 prescreve que o técnico agrícola pode executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade, bem como implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária;

CONSIDERANDO que o art. 6º, XXIII, do Decreto nº 90.922/1985 define que o técnico agrícola pode elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal, vegetal e agroindustrial;

CONSIDERANDO que o art. 6º, XXX, do Decreto nº 90.922/1985 estabelece que o técnico agrícola pode responsabilizar-se pela implantação de pomares, acompanhando seu desenvolvimento até a fase produtiva, emitindo os respectivos certificados de origem e qualidade de produtos;

CONSIDERANDO que o art. 6º, XXXI, prevê que o técnico agrícola pode desempenhar outras atividades compatíveis com a sua formação profissional;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CFTA nº 31, de 17 de março de 2021;

CONSIDERANDO que o art. 19 do Decreto nº 90.922/1985 prevê que o Conselho Federal baixará as Resoluções que se fizeram necessárias à sua perfeita execução, resolve:

Art. 1º Estabelecer que constituem atribuições dos técnicos agrícolas, em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional e da sua fiscalização por este Conselho:

I - atuar em matéria de defesa agropecuária, assegurando:

a) a sanidade das populações vegetais;

b) a saúde dos rebanhos animais;

c) a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária;

d) a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores.

II - inspecionar, fiscalizar, classificar e controlar, inclusive o trânsito, conforme normas oficiais, no comércio, portos, aeroportos, postos de fronteiras e demais locais alfandegados:

a) dos produtos e subprodutos de origem vegetal, insumos e serviços agropecuários;

b) dos produtos e subprodutos de origem animal, insumos e serviços pecuários;

IV - inspecionar e fiscalizar o uso, a conservação e a preservação do solo agrícola;

V - supervisionar, inspecionar e fiscalizar, inclusive a circulação de seus produtos e subprodutos, estabelecimentos que produzam, comercializem, industrializem ou armazenem:

a) carnes e derivados;

b) leite e derivados;

c) pescado e derivados;

d) ovos e derivados;

e) mel e cera de abelha;

f) vinho e derivados do vinho;

g) uva e seus derivados;

h) bebidas em geral;

VII - supervisionar, inspecionar e fiscalizar estabelecimentos que produzam, comercializem, exportem ou importem adubos químicos e orgânicos, fertilizantes, corretivos, inoculantes, biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas;

VIII - supervisionar, inspecionar e fiscalizar estabelecimentos que beneficiam, produzam, industrializam, armazenam ou comercializam produtos de origem vegetal e animal;

IX - vistoriar estabelecimentos agropecuários visando à certificação sanitária animal, vegetal e de produtos e insumos agropecuários e à aplicação de procedimentos quarentenários;

X - inspecionar e fiscalizar estabelecimentos agropecuários credenciados em órgãos oficiais;

XI - fiscalizar e vistoriar estabelecimentos agropecuários com vistas à comprovação da regularidade de registros e cadastros;

XII - emitir documentos para o trânsito de produtos de origem animal ou vegetal, insumos e produtos agropecuários;

XIII - atuar na inspeção ante mortem e post mortem dos animais de abate;

XIV - coletar amostras de produtos e subprodutos de origem vegetal, insumos, do seu preparo, do acondicionamento e da remessa;

XV - atuar como agentes privados habilitados em programas de autocontrole;

XVI - participar de pesquisa, experimentação, fomento, desenvolvimento, extensão rural e do ensino agrícola;

XVII - elaborar estudos de viabilidade técnica, avaliações e vistorias com vistas à implantação de projetos agropecuários;

XVIII - lavrar auto de infração, de apreensão e de interdição cautelar da produção, do armazenamento, da comercialização e do transporte de animais, vegetais, produtos, subprodutos, insumos agropecuários e de materiais de acondicionamento e embalagens, quando em desacordo com as normas oficiais;

XIX - verificar a aplicação de medidas de interdição, apreensão, sequestro, destruição de animais ou vegetais, de seus produtos e subprodutos, e dos materiais de acondicionamento e embalagem.

XX - fiscalizar, auditar e realizar a gestão de documentos internos relacionados com as atividades referidas nesta Resolução;

XXI - desempenhar outras atividades relacionadas.

Parágrafo único. No exercício das atribuições referidas nesta Resolução, é dever do profissional zelar pela inocuidade, qualidade, integridade e segurança dos produtos de origem animal e vegetal e dos produtos e serviços agropecuários em geral, observando a legislação competente e as normas e recomendações oficiais.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, considera-se autocontrole a capacidade do agente privado de implantar, executar, monitorar, verificar e corrigir procedimentos, processos de produção e de distribuição de insumos agropecuários, alimentos e produtos de origem animal ou vegetal, com vistas a garantir sua inocuidade, identidade, qualidade e segurança.

Art. 3º O disposto nesta Resolução aplica-se, no que couber, aos profissionais:

I - que ocupem cargos ou empregos públicos com atribuições de fiscalização em órgãos e entidades de defesa agropecuária das esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal;

II - que atuem como agentes privados habilitados em programas de autocontrole;

III - para efeito do exercício de atividades de assistência técnica, de responsabilidade técnica, de elaboração de projetos e de prestação de outros serviços técnicos de sua competência.

Parágrafo único. Aos técnicos agrícolas servidores públicos e aos que atuem como responsáveis técnicos por pessoas jurídicas de direito privado, é obrigatório, para a regularidade da sua atuação profissional, o registro de Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) de Cargo ou Função.

Art. 4º A execução de serviços técnicos por profissionais não registrados neste Conselho é nula de pleno direito.

Parágrafo único. Compreende-se no caput os atos administrativos praticados por técnicos agrícolas servidores públicos.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO LIMBERGER
Presidente do Conselho

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL

RETIFICAÇÃO

Na Resolução publicada no Diário Oficial da União, Edição nº 190, Seção 1, Páginas 191 e 192, de 05 de outubro de 2022,

Onde se lê:

"RESOLUÇÃO N° 219, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022";

Leia-se:

"RESOLUÇÃO N° 220, DE 19 DE AGOSTO DE 2022"

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE ALAGOAS

RESOLUÇÃO CRCAL Nº 327, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Aprova, ad referendum do Plenário, as alíneas "a" e "b" do Art. 2º da Resolução CRCAL n.º 324/2022, que dispõe sobre a Implantação do Programa de Demissão Voluntária (PDV) no âmbito do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas.

O Presidente DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE ALAGOAS, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, Considerando a Resolução Nº 1.595, de 14 de maio de 2020, que estabelece critérios para a implantação do Programa de Demissão Voluntária (PDV) no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Considerando que o Programa de Demissão Voluntária (PDV) representa medida estratégica no âmbito da administração pública, uma vez que proporciona a reestruturação do quadro funcional e o redimensionamento de despesas nesse campo; Considerando as alterações necessárias para prosseguimento do processo CRCAL nº 2022/000022, emitidas através da nota técnica nº 40/2022, pelo Conselho Federal de Contabilidade; resolve, ad referendum do Plenário:

Art. 1º Ficam alteradas as alíneas "a" e "b" do Art. 2º da Resolução 324, de 28 de janeiro de 2022, com a seguinte redação: "Art. 2º [...] a) incentivo financeiro, de caráter indenizatório, equivalente a 100% (cem por cento) da última remuneração multiplicada pelos anos de vínculo com o CRCAL, admitida a proporcionalidade de meses em caso de anos incompletos, cujo montante deverá ser pago à vista; b) custeio de Plano de Assistência Médico-Hospitalar, correspondente ao valor de cobertura por 24(vinte e quatro) meses, da data da rescisão do contrato de trabalho nos limites contratuais do Conselho, extensivo aos dependentes já relacionados no Plano de Saúde no momento de seu desligamento, não sendo permitida em nenhuma hipótese a inclusão de novos dependentes.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

JOSÉ VIEIRA DOS SANTOS

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO

PORTARIA CREF4/SP Nº 3.595, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a cobrança de taxas do CREF4/SP

O Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - CREF4/SP, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei nº 9696/98 e de acordo com a alínea XI do Artigo 36 do Estatuto do CREF4/SP,

CONSIDERANDO a Resolução CONFEF nº 441/2022;

CONSIDERANDO a deliberação da Diretoria da reunião de 29/09/2022, resolve:

Art. 1º - O pedido de emissão de 2ª via de Cédula de Identidade Profissional fica isento do pagamento da taxa, nos seguintes casos:

I - Inexistência de expedição de 2ª via nos últimos 12 meses a contar da solicitação;

II - Comprovado furto ou roubo do documento original, mediante a apresentação do Boletim de Ocorrência;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

NELSON LEME DA SILVA JUNIOR

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO

Errata da publicação de Decisão, publicada no dia 05 de setembro de 2022 no DOU - Seção 1 - Pág. 169 - Referente a Decisão sobre aplicação de sanção pelo descumprimento de cláusulas contratuais previstas no USAG 389337 derivado de ata de registro de preços 09/2022 do Coren/RJ, no parágrafo único do art.4º da Decisão - onde se lê: Pison Distribuidora e Comércio de Produtos Eireli ME - leia-se: Tribão Comércio e Serviços Eireli ME.

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 3ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 81, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

Processo Administrativo Fiscalizatório Nº: 336/2020
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR INFRAÇÃO DE PRECEITOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS DA PROFISSÃO. RESOLUÇÃO Nº 424/2013. CUMPRIMENTO DE DEVER PECUNIÁRIO. DÉBITOS RELATIVOS ÀS ANUIDADES. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA E PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO DO DÉBITO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo administrativo fiscalizatório nº 336/2020, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. P. M. M. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela penalidade de advertência e oportunidade de renegociação da dívida no prazo de 3 (três) meses. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

PATRÍCIA RODRIGUES ROCHA
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 82, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

Processo Administrativo Fiscalizatório Nº: 521/2020
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR INFRAÇÃO DE PRECEITOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS DA PROFISSÃO. RESOLUÇÃO Nº 424/2013. CUMPRIMENTO DE DEVER PECUNIÁRIO. DÉBITOS RELATIVOS ÀS ANUIDADES. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA PARCIALMENTE. PENALIDADE DE REPREENSÃO E MULTA NO VALOR DE 02 (DUAS) ANUIDADES. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo administrativo fiscalizatório nº 521/2020, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. D. F. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela penalidade de repreensão e multa no valor de 02 (duas) anuidades e reconhecimento da prescrição dos débitos até o ano de 2012. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

PATRÍCIA RODRIGUES ROCHA
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 83, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCALIZATÓRIO Nº: 3377/2019
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR INFRAÇÃO DE PRECEITOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS DA PROFISSÃO. RESOLUÇÃO Nº 424/2013. CUMPRIMENTO DE DEVER PECUNIÁRIO. DÉBITOS RELATIVOS ÀS ANUIDADES. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. PENALIDADE DE REPREENSÃO E MULTA NO VALOR DE 03 (TRÊS) ANUIDADES. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo administrativo fiscalizatório nº 3377/2019, em que é representada a profissional Dra. S. M. M. B. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela penalidade de repreensão e multa no valor de 03 (três) anuidades. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

PATRÍCIA RODRIGUES ROCHA
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 84, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

Processo Administrativo Fiscalizatório Nº: 6114/2019
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR INFRAÇÃO DE PRECEITOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS DA PROFISSÃO. RESOLUÇÃO Nº 424/2013. CUMPRIMENTO DE DEVER PECUNIÁRIO. DÉBITOS RELATIVOS ÀS ANUIDADES. QUITAÇÃO. EXTINÇÃO DO FEITO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Processo Administrativo Fiscalizatório nº 6114/2019, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. H. C. A. F. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela extinção do feito, tendo em vista que a representada encontra-se quite com suas obrigações pecuniárias até o ano de 2021. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

PATRÍCIA RODRIGUES ROCHA
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 85, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR CEDF Nº: 28/2019
EMENTA: ANÚNCIOS, PLACAS E IMPRESSOS. DIVULGAÇÃO EM MÍDIAS. AUSÊNCIA DO NÚMERO DE INSCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE TÍTULOS DE ESPECIALIDADE. FOTOGRAFIA DE QUADROS ANTERIORES E POSTERIORES. AFIXAR VALOR DE HONORÁRIOS FORA DO LOCAL DA ASSISTÊNCIA FISIOTERAPÊUTICA. AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO DE CONSULTÓRIO NO CONSELHO REGIONAL. INFRAÇÕES CARACTERIZADAS. REPREENSÃO E MULTA NO VALOR DE 03 (TRÊS) ANUIDADES. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 28/2019, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. K. E. M. Adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela repreensão e multa no valor de 03 (três) anuidades. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

JEFERSON GONÇALVES AZEVEDO
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 86, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR CEDF Nº: 180/2017
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR INFRAÇÃO DE PRECEITOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS DA PROFISSÃO. RESOLUÇÃO Nº 424/2013. CUMPRIMENTO DE DEVER PECUNIÁRIO. DÉBITOS RELATIVOS ÀS ANUIDADES. INFRAÇÃO NÃO CARACTERIZADA. EXTINÇÃO DO FEITO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 180/2017, em que é representado o profissional fisioterapeuta Dr. C. J. da S. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, por reconhecer a prescrição da anuidade de 2012 e pela consequente pela extinção do feito por não estar configurada nenhuma infração disciplinar. Determina-se a remessa de ordem de serviço à Secretaria de Registros para providências acerca do pedido de baixa, que seja considerado o ano do pedido realizado nos autos desse processo, 2018. Que a Secretaria oficie o profissional, agendando atendimento para esclarecimentos das questões relativas a baixa, bem como a documentação que deve ser entregue para a baixa do registro e em que prazo devem ser entregues tais documentos. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

FERNANDA LEANDRO RIBEIRO
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 87, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR CEDF Nº: 22/2019
EMENTA: AUSÊNCIA DE REGISTRO DE CONSULTÓRIO. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE PRONTUÁRIO EM ACORDO COM AS NORMATIVAS. ESTÁGIO IRREGULAR. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. REPREENSÃO E MULTA NO VALOR DE 03 (TRÊS) ANUIDADES. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 22/2019, em que é representado o profissional fisioterapeuta Dr. H. V. N. Adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela repreensão e multa no valor de 03 (três) anuidades. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

JEFERSON GONÇALVES AZEVEDO
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 91, DE 21 DE JULHO DE 2022

Processo Administrativo Fiscalizatório Nº: 335/2020
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR INFRAÇÃO DE PRECEITOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS DA PROFISSÃO. RESOLUÇÃO Nº 424/2013. CUMPRIMENTO DE DEVER PECUNIÁRIO. DÉBITOS RELATIVOS ÀS ANUIDADES. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. PENALIDADE DE REPREENSÃO E MULTA DE 03 (TRÊS) ANUIDADES. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 335/2020, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. J. F. de A. S. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela penalidade de repreensão e multa no valor de 03 (três) anuidades. Fica designado para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

PATRÍCIA RODRIGUES ROCHA
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 92, DE 21 DE JULHO DE 2022

Processo Administrativo Fiscalizatório Nº: 43/2020
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR INFRAÇÃO DE PRECEITOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS DA PROFISSÃO. RESOLUÇÃO Nº 424/2013. CUMPRIMENTO DE DEVER PECUNIÁRIO. DÉBITOS RELATIVOS ÀS ANUIDADES. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. PENALIDADE DE REPREENSÃO E MULTA DE 05 (CINCO) ANUIDADES. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo administrativo fiscalizatório nº 43/2020, em que é representada a profissional terapeuta ocupacional Dra. E. C. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela penalidade de repreensão e multa no valor de 05 (cinco) anuidades. Fica designado para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

PATRÍCIA RODRIGUES ROCHA
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 93, DE 21 DE JULHO DE 2022

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR CEDF Nº: 103/2019
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR INFRAÇÃO DE PRECEITOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS DA PROFISSÃO. RESOLUÇÃO Nº 424/2013. EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO. INSCRIÇÃO NO CREFITO-3. ESTÁGIO. INFRAÇÃO NÃO CARACTERIZADA. ABSOLVIÇÃO E EXTINÇÃO DO FEITO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 103/2019, em que é representado o profissional fisioterapeuta Dr. E. A. C. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela absolvição do representado e extinção do feito. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

KARINA BOTTCHER RIBEIRO TURQUETTO
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 94, DE 8 DE JULHO DE 2022

Processo Administrativo Fiscalizatório Nº: 5817/2019
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR INFRAÇÃO DE PRECEITOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS DA PROFISSÃO. RESOLUÇÃO Nº 424/2013. CUMPRIMENTO DE DEVER PECUNIÁRIO. DÉBITOS RELATIVOS ÀS ANUIDADES. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. CONCESSÃO DE PRAZO PARA QUITAÇÃO OU PARCELAMENTO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL SE PERMACER A CONTUMÁCIA.V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 5817/2019, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. M. L. V. F. Adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional em 15 (quinze) dias úteis, para concessão de prazo para celebração de acordo e/ou quitação dos débitos, caso não seja obedecido, que seja suspenso o exercício profissional até quitação dos débitos. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Ari Osvaldo Alves, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

MARCELO CLAUDIO AMARAL SANTOS
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 95, DE 8 DE JULHO DE 2022

Processo Administrativo Fiscalizatório Nº: 5816/2019
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR INFRAÇÃO DE PRECEITOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS DA PROFISSÃO. RESOLUÇÃO Nº 424/2013. CUMPRIMENTO DE DEVER PECUNIÁRIO. DÉBITOS RELATIVOS ÀS ANUIDADES. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. PENALIDADE DE REPREENSÃO E MULTA DE 02 (DUAS) ANUIDADES. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo administrativo fiscalizatório nº 5816/2019, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. P. S. F. Adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela penalidade de repreensão e multa de 02 (duas) anuidades. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Ari Osvaldo Alves, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

MARCELO CLAUDIO AMARAL SANTOS
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 96, DE 8 DE JULHO DE 2022

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR CEDF Nº: 104/2019
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR INFRAÇÃO DE PRECEITOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS DA PROFISSÃO. RESOLUÇÃO Nº 424/2013. FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA. PREJUÍZO À PRESTAÇÃO ASSISTENCIAL DA FISIOTERAPIA AOS PACIENTES. DESCUMPRIMENTO DA RDC 07/2010/ANVISA. INADEQUAÇÃO DOS PRONTUÁRIOS. ASSINATURA POR PROFISSIONAL DIVERSO DO QUE PRESTOU O ATENDIMENTO. INFRAÇÕES CARACTERIZADAS. PENALIDADE DE REPREENSÃO E MULTA DE 05 (CINCO) ANUIDADES. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 104/2019, em que são representadas as profissionais fisioterapeutas Dra. A. M. S. H.; Dra. H. H. M. J. R.; Dra. I. A. B. do A.; Dra. D. G. F. J.; Dra. E. C.; Dra. E. C. da S.; Dra. L. K. G.. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela penalidade de repreensão e multa de 05 (cinco) anuidades para cada uma das representadas. Fica designado para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Ari Osvaldo Alves, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

KARINA BOTTCHER RIBEIRO TURQUETTO
Conselheira Relatora

